

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE – POLO SANTARÉM

CLAUDINEI FRUTUOSO

POLÍTICA EDUCACIONAL E OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA EM RONDÔNIA:
DA ESCOLA MULTISSERIADA À ESCOLA POLO EM MACHADINHO D'OESTE

SANTARÉM-PA
2024

CLAUDINEI FRUTUOSO

POLÍTICA EDUCACIONAL E OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA EM RONDÔNIA:
DA ESCOLA MULTISSERIADA À ESCOLA POLO EM MACHADINHO D'OESTE

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação na Amazônia – PGEDA (Doutorado em Rede) pela Universidade do Oeste do Pará e Universidade Federal de Rondônia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Gestão da Educação

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel.

SANTARÉM-PA
2024

Ficha catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

C i Claudinei Frutuoso

Política educacional e ocupação socioeconômica em Rondônia: da escola multisseriada à escola polo em Machadinho d'Oeste./ Claudinei Frutuoso. – Santarém, 2023.

225 p. : il.

Inclui bibliografias.

Orientador: Antônio Carlos Maciel.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia - PGEDA, Doutorado em Associação Plena em Rede (EDUCANORTE). 1. Machadinho d'Oeste. 2. Ocupação Socioeconômica de Machadinho d'Oeste. 3. Política Educacional Rural. 4. Escola Multisseriada. 5. Escolas Polo Rurais. I. Maciel, Antônio Carlos, orient. II. Título.

CDD: ed. Bibliotecária - Documentalista:



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

ATA Nº 9

No dia primeiro de março de dois mil e vinte e quatro, às 16h, por meio de videoconferência, conforme link <https://meet.google.com/gsg-yygg-pfi>, reuniu-se a Comissão Examinadora para avaliar o discente Claudinei Frutuoso, pela apresentação da sua Tese intitulada Política educacional e ocupação socioeconômica em Rondônia: da escola multisseriada à escola polo em Machadinho d'Oeste. A Comissão Examinadora foi composta, segundo o que determina o Regimento do PGEDA, pelos docentes: Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel (Presidente) e pelos membros: Prof. Dr. Evaldo Piolli (Membro externo Universidade Estadual de Campinas UNICAMP); Prof. Dr. Josemir Almeida Barros (Membro externo Universidade Federal de Rondônia UNIR); Prof. Dr. Arminda Rachel Botelho Mourão (Membro interno Universidade Federal do Amazonas UFAM); Prof. Dr. Anselmo de Alencar Colares (Membro interno - Universidade Federal do Oeste do Pará UFOPA). Após a apresentação, pelo discente, foi concedida a palavra aos Examinadores para arguição avaliativa, ao final da qual, coube ao doutorando explanar suas considerações em face das solicitações dos examinadores. Em seguida, a Comissão Examinadora se reuniu e atribuiu Parecer favorável à aprovação da tese, com as seguintes sugestões: ajustar o resumo, a introdução, fundamentar algumas proposições assinaladas na quarta seção, sintetizar as conclusões de modo a responder ao problema da tese, além das necessárias revisões da língua padrão. Ficou estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a entrega da versão final. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Banca Examinadora deu por encerrada a sessão, sendo lavrada a presente Ata, devidamente assinada pelo Presidente,

Dr. JOSEMIR ALMEIDA BARROS, UNIR

Examinador Externo à Instituição

Dr. EVALDO PIOLLI, UNICAMP

Examinador Externo à Instituição

Dra. ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO, UFAM

Examinadora Externa à Instituição

Dra. MARIA LILIA IMBIRIBA SOUSA COLARES, UFOPA

Examinadora Interna



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

Dr. ANSELMO ALENCAR COLARES, UFOPA

Examinador Interno

ANTONIO CARLOS MACIEL, UNIR

Presidente

CLAUDINEI FRUTUOSO

Doutorando

DEDICATÓRIA

Dedico está Tese doutoral a Eliane de Araujo Teixeira, uma companheira de jornada. A quem posso dizer que o amor ultrapassa a relação que tivemos de marido e mulher. Companheira durante 22 anos, mãe, esposa, profissional dedicada e a quem sempre recorria quando precisava debater conceitos que estavam sendo trabalhados nesta tese. Agradeço pela paciência em compreender meu mal humor durante os momentos tensos de construção deste trabalho. A você dedico esta tese.

Dedico a minha mãe dona Doraci de Sales Frutuoso, pelo incentivo dado a mim desde a tenra infância e por estar sempre em suas orações e seu coração, nas viagens de moto pelas linhas MA-16 e RO-133, já que mãe nunca deixa de se preocupar com o filho, mesmo este não estando mais em seus domínios. Dedico também a meu pai Jose Frutuoso, que desde muito cedo me ensinou a importância do trabalho e da disciplina, este mesmo com todas as dificuldades que passamos no labor do roçado me deu apoio para seguir meu caminho, um caminho diferente do seu, mas que em muito o orgulha.

A minha irmã Vera Lúcia de Sales Frutuoso, mulher forte e que me inspira, pois, sendo de uma área distinta da minha continua a torcer pelo meu sucesso pessoal e profissional. Mesmo com todos os problemas de saúde enfrentados superou todas as adversidades e continua na luta como uma grande guerreira.

A dona Lúcia de Araujo Teixeira e seu Izadir Gomes Teixeira (popular Dequinha) com os quais aprendi muito em conversas sobre a chegada deles a Rondônia.

A meus filhos.

A Stheffany Teixeira Frutuoso e João Vitor Teixeira Frutuoso, que são a extensão de mim e minha fonte de inspiração e luta. Pois, sei que eles poderão ser a voz que ecoará a favor das classes trabalhadoras subalternas. Já que aprenderam desde cedo a serem justos, corretos e amorosos. A vocês meus filhos dedico todo meu amor de pai.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel por me possibilitar caminhar com segurança pela temática, ora apresentada, não medindo esforços em me orientar nos mais diversos momentos. Sua orientação nesta investigação me ajudou a revisitar minha condição de ex-camponês e de professor iniciante na linha MA-16 no km 45, relembrar a trajetória migratória e me reconhecer culturalmente. Hoje me reconheço como um caipira culturalmente, mas também alguém que ama aprender sobre cultura cabocla. Nessa tese, assim como em outras pesquisas, suas orientações possibilitaram avançar na compreensão teórico-metodológica tão necessária a pesquisa no doutorado em educação.

Agradeço aos professores e professoras do programa de Doutorado em Educação na Amazônia pelos apontamentos iniciais tão importantes para um pesquisador em iniciante. A profa. Dra. Maria Lília Imbiriba Colares e ao prof. Dr. Anselmo Colares pelas contribuições e incentivo. Ao Dr. Josemir Barros, Dr. Evaldo Pioli e a Dra. Arminda Mourão pelas contribuições ao andamento da pesquisa apontadas no exame de qualificação, foram apontamentos valiosos.

Ao governo do estado de Rondônia por entender a importância da formação e aprovar meu pedido de liberação remunerada para cursar este doutorado. A Secretaria Municipal de educação de Machadinho d'Oeste – SEMED, pelas informações fornecidas sobre as escolas e os dados educacionais disponibilizados sempre com muita presteza.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do campo que contribuíram com esta pesquisa respondendo ao survey multifatorial aplicado na base empírica da pesquisa. Já que sem essa contribuição a finalização deste trabalho não seria possível, pois cada resposta sobre a condição de organização, as relações de produção e as relações sociais fora extremamente significativa. Pois, só assim, foi possível analisar a política de educação rural e suas mudanças ao longo dos anos no município de Machadinho d'Oeste-RO.

Por fim, agradecer aos colegas da 1ª turma do Doutorado em Educação na Amazônia pelo apoio mesmo que a distância, já que devido a pandemia de Covid-19 nosso convívio naquele momento ficou impossibilitado. Aos servidores técnicos da UFOPA que não mediram esforços para auxiliar em qualquer problema no uso de sistemas ou em entregas de documento, prezando pela eficiência e boa gestão.

Epígrafe

A escola é aceita e valorizada porque é equivalente de trabalho duro e contumaz. Isso faz com que a família insista em manter o aluno às vezes até durante longos anos na escola, apesar de sucessivas repetências. [...] Já nas áreas em que o sujeito, como proprietário ou trabalhador está inserido direta e fundamentalmente na economia de mercado a escola tem outras características. Embora se dê a "equivalência" entre trabalho produtivo e "trabalho" escolar, a forma do primeiro difere significativamente da forma de trabalho na economia do excedente. O trabalho é produto de mercadorias, gera bens destinados previamente à troca, isto é, pela mediação das outras mercadorias o trabalho se determina como social e abstrato. O trabalho infantil se integra no projeto deliberado ou implícito da família de proceder à acumulação e libertar-se da venda de força de trabalho ao proprietário da terra ou simplesmente de ampliar a acumulação.

José de Souza Martins (1982, p. 14)

RESUMO

A presente tese tem por objetivo analisar a expansão capitalista em Rondônia e seus impactos econômico-sociais, políticos e pedagógicos no processo de transformação das Escolas Multisseriadas em Escolas Polo no município de Machadinho d'Oeste. No processo de ocupação socioeconômica de Rondônia a substituição da atividade extrativista dá lugar a atividade agropecuária como decorrência do Programa de Integração Nacional – PIN e do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (Maciel, 2004 e 2012), do qual faz surgir vários municípios, entre estes, o de Machadinho d'Oeste (Oliveira, 2010). Este município, implantado em 1988, surgiu do Projeto de Assentamento Machadinho, criado, em 1982 e, pela rapidez do processo de transformação do Assentamento em Município, pode-se medir a intensidade das transformações socioculturais e econômicas operadas na região (Becker, 1990). Com base nas transformações socioeconômicas ocorridas no período é que o problema da pesquisa buscou responder como a expansão capitalista em Rondônia tem impactado na transformação das Escolas Multisseriadas em Escolas Polo, no município de Machadinho d'Oeste. Para responder ao problema, a pesquisa bibliográfica, utilizou a análise histórico-crítica (Saviani, 2003; Maciel e Braga, 2008; Maciel, 2023), técnica metodologicamente fundamentada no materialismo histórico-dialético (Marx, 1996, 2008; Netto, 2011), o que orientou a aplicação do *survey multifatorial* e a observação dos fenômenos sociais na coleta de dados, para a análise das transformações socioeconômicas e educacionais naquela região. Deste modo, se chegou aos seguintes resultados: a) a criação das escolas multisseriadas acompanhou o processo de ocupação da terra alcançando o pico da expansão na fase de consolidação das lavouras permanentes entre 1990 e 2000; b) à medida que as lavouras permanentes foram perdendo área para a pecuária, as escolas multisseriadas foram sendo substituídas por Escolas Polo; c) no presente momento a diminuição da área de pecuária para a do agronegócio; d) a política educacional para o meio rural se consolidou na fase das lavouras permanentes com a oferta de educação escolar via escola multisseriada atendendo as séries iniciais. Com a demanda pela continuidade dos estudos e o aumento de área da pecuária a escola multisseriada perde espaço sendo substituída pela Escola Polo.

Palavras-chave: Machadinho d'Oeste. Ocupação Socioeconômica de Machadinho d'Oeste. Política Educacional Rural. Escola Multisseriada. Escolas Polo Rurais.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar la expansión capitalista en Rondônia y sus impactos económico-sociales, políticos y pedagógicos en el proceso de transformación de Escuelas Multigrado en Escuelas de Polo en el municipio de Machadinho d'Oeste. En el proceso de ocupación socioeconómica de Rondônia, la sustitución de la actividad extractiva da paso a la actividad agrícola, como resultado del Programa de Integración Nacional – PIN y del Programa Polos Agrícolas y Agrominerales Amazónicos – POLAMAZÔNIA (Maciel, 2004 y 2012), que da lugar a varios municipios, incluido Machadinho d'Oeste (Oliveira, 2010). Este municipio, creado en 1988, surgió del Proyecto Asentamiento Machadinho, creado en 1982 y, debido a la rapidez del proceso de transformación del Asentamiento en Municipio, es posible medir la intensidad de las transformaciones socioculturales y económicas llevadas a cabo en la región (Becker, 1990). A partir de las transformaciones socioeconómicas ocurridas durante el período, el problema de investigación buscó responder cómo la expansión capitalista en Rondônia impactó la transformación de las Escuelas Multiserial en Escuelas de Polo, en el municipio de Machadinho d'Oeste. Para responder al problema, la investigación bibliográfica utilizó el análisis histórico-crítico (Saviani, 2003; Maciel y Braga, 2008; Maciel, 2023), técnica basada metodológicamente en el materialismo histórico-dialéctico (Marx, 1996, 2008; Netto, 2011). lo que guió la aplicación de la encuesta multifactorial y la observación de fenómenos sociales en la recolección de datos, para el análisis de las transformaciones socioeconómicas y educativas en esa región. De esta manera, se alcanzaron los siguientes resultados: a) la creación de escuelas multigrado acompañó el proceso de ocupación de tierras, alcanzando el pico de expansión en la fase de consolidación de cultivos permanentes entre 1990 y 2000; b) a medida que los cultivos permanentes perdieron área frente al ganado, las escuelas multigrado fueron reemplazadas por Escuelas de Polo; c) en la actualidad la reducción de la superficie ganadera a la de agronegocios; d) se consolidó la política educativa para las zonas rurales en la fase de cultivos permanentes con la provisión de educación escolar a través de escuelas multigrado que atienden los grados iniciales. Con la exigencia de continuidad de estudios y el aumento de la superficie ganadera, la escuela multigrado pierde espacio y es reemplazada por la Escuela de Polo.

Palabras clave: Machadinho d'Oeste. Ocupación socioeconómica de Machadinho d'Oeste. Política Educativa Rural. Escuela Multigrado. Escuelas Rurales de Polo.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze capitalist expansion in Rondônia and its economic-social, political and pedagogical impacts on the process of transforming Multigrade Schools into Polo Schools in the municipality of Machadinho d'Oeste. In the process of socioeconomic occupation of Rondônia, the replacement of extractive activity gives way to agricultural activity as a result of the National Integration Program – PIN and the Amazon Agricultural and Agromineral Hubs Program – POLAMAZÔNIA (Maciel, 2004 and 2012), which gives rise to several municipalities, including Machadinho d'Oeste (Oliveira, 2010). This municipality, established in 1988, emerged from the Machadinho Settlement Project, created in 1982 and, due to the speed of the process of transforming the Settlement into a Municipality, it is possible to measure the intensity of the sociocultural and economic transformations carried out in the region (Becker, 1990). Based on the socioeconomic transformations that occurred during the period, the research problem sought to answer how capitalist expansion in Rondônia has impacted the transformation of Multiserial Schools into Polo Schools, in the municipality of Machadinho d'Oeste. To respond to the problem, bibliographic research used historical-critical analysis (Saviani, 2003; Maciel and Braga, 2008; Maciel, 2023), a technique methodologically based on historical-dialectic materialism (Marx, 1996, 2008; Netto, 2011), which guided the application of the multifactorial survey and the observation of social phenomena in data collection, for the analysis of socioeconomic and educational transformations in that region. In this way, the following results were reached: a) the creation of multigrade schools accompanied the land occupation process, reaching the peak of expansion in the phase of consolidation of permanent crops between 1990 and 2000; b) as permanent crops lost area to livestock, multigrade schools were replaced by Polo Schools; c) at the present time the reduction of the livestock area to that of agribusiness; d) the educational policy for rural areas was consolidated in the permanent crops phase with the provision of school education via multigrade schools serving the initial grades. With the demand for continuity of studies and the increase in livestock area, the multigrade school loses space and is replaced by the Polo School.

Keywords: Machadinho d'Oeste. Socioeconomic occupation of Machadinho d'Oeste. Rural Educational Policy. Multigrade School. Rural Polo Schools.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fotografia do autor com a sua família.....	20
Figura 2	Armazém da CIBRAZÉM de Machadinho D'Oeste vista externa.....	72
Figura 3	Armazém da CIBRAZÉM de Machadinho D'Oeste vista interna.....	73
Figura 4	Mapa de distribuição de localização das escolas multisseriadas criadas entre 1986 e 1991 em Machadinho d'Oeste	83
Quadro 1	Escolas rurais criadas pelo governo de Rondônia no PA Machadinho entre os anos de 1986 a 1988	84
Quadro 2	Escolas multisseriadas criadas no período de 1989 a 1993 no município de Machadinho d'Oeste	88
Quadro 3	Escolas multisseriadas criadas no período de 1998 a 2001 no município de Machadinho d'Oeste	91
Quadro 4	Escolas Polo criadas entre o ano de 2000 a 2007 no município de Machadinho d'Oeste.....	92
Quadro 5	Escolas multisseriadas desativadas no raio da pesquisa da Escola Polo Onofre Dias Lopes RO-133	93
Figura 5	Mapa do INCRA com indicação do Projeto de Assentamento Tabajara.....	94
Quadro 6	Escolas multisseriadas desativadas no raio da pesquisa da Escola Polo Roberto Marinho, na Linha MA-16	94
Quadro 7	Organização das atividades do professor da escola multisseriada em comparação com o professor da Escola Polo	103
Quadro 8	Formação professores séries iniciais – Escola Polo Onofre Dias Lopes.....	109
Quadro 9	Formação professores séries iniciais – Escola Polo Roberto Marinho.....	110
Quadro 10	Síntese do número de Escolas Multisseriadas e Escolas Polo criadas de acordo com as fases socioeconômicas.....	113
Figura 6	Mapa de Rondônia, em destaque o município de Machadinho d'Oeste e os seus limites.....	124
Figura 7	Mapa com raio da pesquisa base empírica 1, Escola Polo Roberto Marinho....	127
Figura 8	Mapa com raio da pesquisa base empírica 2, Escola Polo Onofre Dias Lopes	128
Figura 9	Vista externa da Escola Polo Roberto Marinho.....	132
Figura 10	Vista interna da Escola Polo Onofre Dias Lopes.....	134
Figura 11	Vista Externa da Escola Polo Onofre Dias Lopes.....	134
Quadro 11	Amostragem coletada durante aplicação do survey multifatorial.....	135
Gráfico 1	Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto a posição ocupada na estrutura familiar.....	137
Gráfico 2	Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto ao estado civil.....	139
Gráfico 3	Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto profissão/atividade principal.....	140
Gráfico 4	Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto ao nível escolar na localidade onde cursou a 1ª série.....	141

Gráfico 5	Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes – Localidade onde cursou a 1ª série.....	142
Gráfico 6	Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto a localidade de nascimento.....	143
Gráfico 7	Gráfico 7 – Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto a Região do Brasil de nascimento.....	144
Gráfico 8	Gráfico 8 – Período de chegada ao município de Machadinho d’Oeste entre os anos de 1982 e 2021 – entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16.....	145
Gráfico 9	Gráfico 9 – Período em que o entrevistado da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes informou ter assumido o lote atual – percentual por período.....	146
Quadro 12	Distribuição de terras na linha MA-16 e adjacentes: modalidades de acesso, área total por agricultor, ano de acesso, valor e situação jurídica no ano da pesquisa – 2022.....	147
Gráfico 10	Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto a posição ocupada na estrutura familiar.....	150
Gráfico 11	Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto ao estado civil.....	151
Gráfico 12	Perfil dos entrevistados da base empírica 2 RO-133 e adjacentes quanto profissão/atividade principal.....	152
Gráfico 13	Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto ao nível escolar na localidade onde cursou a 1ª série.....	153
Gráfico 14	Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes – Localidade onde cursou a 1ª série.....	154
Gráfico 15	Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto a localidade de nascimento.....	155
Gráfico 16	Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto a Região do Brasil de nascimento.....	155
Gráfico 17	Período de chegada ao município de Machadinho d’Oeste entre os anos de 1982 e 2021 – entrevistados da base empírica 2 RO-133 e adjacentes.....	156
Gráfico 18	Período em que o entrevistado da base empírica 2 RO-133 e adjacentes informou ter assumido o lote atual – percentual por período.....	157
Quadro 13	Distribuição de terras na RO-133 e adjacentes: modalidades de acesso, área total por agricultor, ano de acesso, valor e situação jurídica no ano da pesquisa – 2022.....	158
Gráfico 19	Profissões antes da atual.....	168
Figura 11	Plantação de soja ao longo da RO-133.....	173
Gráfico 20	Composição familiar nas bases 1 e 2 da pesquisa.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População residente no estado do Amazonas segundo o local de nascimento – Censo do IBGE – 1940,1950 e 1960.....	31
Tabela 2	Produção de borracha na Amazônia entre os anos de 1941 e 1945, quantidade em toneladas e valores em cruzeiro.....	32
Tabela 3	Projetos Integrados de Colonização – PIC de 1970 a 1975	60
Tabela 4	Projetos de Assentamento da Reforma Agrária em Machadinho D'Oeste a partir de 1985.....	63
Tabela 5	População total, urbana e rural em Rondônia (1970-2020)	64
Tabela 6	Tabela 6 – Utilização das terras, segundo os resultados dos Censos de 1975, 1980, 1985, 1995-1996, 2006 e 2017 – Rondônia.....	65
Tabela 7	Efetivo de animais resultados de 1975, 1980, 1985, 1995-1996, 2006 e 2017 – Rondônia.....	65
Tabela 8	Ocorrência absoluta e relativa de lavouras temporárias no PA Machadinho.....	71
Tabela 9	Ocorrência absoluta e relativa de propriedades no PA Machadinho.....	72
Tabela 10	Área plantada em Lavouras temporárias, permanentes e efetivo de animais resultados de 1995-1996 – Machadinho d'Oeste-RO.....	86
Tabela 11	Área plantada em Lavouras temporárias, permanentes e efetivo de animais resultados de 2006 e 2017 – Machadinho d'Oeste-RO	97
Tabela 12	Utilização das terras, segundo os resultados dos Censos de 1995-1996, 2006 e 2017 – Machadinho d'Oeste-RO	98
Tabela 13	Recursos recebidos do programa PDDE pelas escolas Onofre Dias Lopes e Roberto Marinho – anos 2002 a 2022	106
Tabela 14	Matricula educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental EMEIEFR Onofre Dias Lopes RO-133, km 30, Núcleo Estrela Azul – 2014 a 2021.....	107
Tabela 15	Matricula educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental na EMEIEFR Roberto Marinho Linha MA 16 C/ MA 18 – anos 2010 a 2021.....	108
Tabela 16	IDEB: rede estadual, municipal e Escola Polo Onofre Dias Lopes, de 2009 a 2021 anos iniciais do ensino fundamental – Resultados e Metas.....	111
Tabela 17	IDEB: estadual, municipal e Escola Polo Roberto Marinho de 2009 a 2021 anos iniciais do ensino fundamental – Resultados e Metas.....	112
Tabela 18	Número de estabelecimentos e tipos de bens de consumo duráveis. Item – 2.5. Bens de consumo durável a disposição do lar.....	148
Tabela 19	Meio de transporte utilizado pelos pequenos agricultores da base empírica 1 – item 2.7: Equipamentos, ferramentas e utensílios.....	149
Tabela 20	Número de estabelecimentos e tipos de bens de consumo duráveis. Item – 2.5. Bens de consumo durável a disposição do lar.....	159
Tabela 21	Meio de transporte utilizado pelos pequenos agricultores da base empírica 1 – item 2.7: Equipamentos, ferramentas e utensílios.....	160
Tabela 22	Produção das lavouras permanentes no município de Machadinho d'Oeste em toneladas, Censo do IBGE – anos 1995/96, 2006, 2017.....	184

LISTA DE ABREVIATURAS

AV	Asa do Avião
BASA	Banco da Amazônia
CIBRAZÉM	Companhia Brasileira de Desenvolvimento da Amazônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LJ	Lajes
MA	Malha Alimentadora
MP	Malha de Penetração
MC	Malha Coletora
OP	Operação Escola
PA	Projetos de Assentamento
PAD	Projetos de Assentamento Dirigido
PAR	Projetos de Assentamento Rápido
PDAm	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDI	Programas de Desenvolvimento Integrado
PF	Projetos Fundiários
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projetos Integrados de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PROBOR	Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural
PROHACAP	Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e do Nordeste
RADAM	Radar da Amazônia
RIOMAR	Fundação Rio Madeira
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TB	Tabajara
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
ZMF	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO: VIDA E EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CAMPO, ORIGEM E TRAJETÓRIA PESSOAL DO AUTOR	
1	INTRODUÇÃO	22
1.1	Da Escola Multisseriada à Escola Polo: a origem empírica do problema versus estudos sobre o fechamento de escolas no Campo.....	22
1.2	Teoria das Frentes e Teoria da Dinâmica Inovativa: em busca de uma explicação para o problema da pesquisa.....	23
1.3	A metodologia da pesquisa.....	25
1.4	Como os resultados estão expostos.....	26
2	A OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE RONDÔNIA: DO EXTRATIVISMO À COLONIZAÇÃO INTEGRADA.....	29
2.1	Os Acordos de Washington, a Operação Amazônia e a substituição da economia extrativista.....	30
2.2	A nova forma de ocupação da Amazônia: o Plano de Integração Nacional.....	41
2.3	A geopolítica da Amazônia: o Polamazônia.....	46
3	RONDÔNIA E MACHADINHO D'OESTE: DA COLONIZAÇÃO INTEGRADA (PIC/PAD) AOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO....	51
3.1	Teorias da fronteira: doutrina de ocupação dos espaços vazios, teoria das frentes e teoria da dinâmica inovativa.....	52
3.2	Dos Projetos Integrados de Colonização (PIC/PAD) aos Projetos de assentamento Rápido (PAR).....	57
3.3	Dos Projetos de Assentamento Rápido Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.....	62
3.4	Machadinho d'Oeste: do Projeto ao Município.....	67
3.4.1	A gênese do Projeto de Assentamento Machadinho.....	67
4	A FORMAÇÃO SOCIOECÔNOMICA E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE NO PERÍODO DE 1982 A 2021.....	74
4.1	Breve histórico: a formação educacional no Território Federal de Rondônia no período da colonização integrada.....	75
4.2	Formação socioeconômica e educacional na fase do Projeto Machadinho entre os anos de 1982 e 1988.....	80
4.3	Formação socioeconômica e educacional na fase das culturas permanentes no período entre 1989 e 1996.....	85
4.4	Formação socioeconômica e educacional na fase da pecuarização no período entre 1997 e 2021.....	89
4.5	Indicadores socioeconômicos e educacionais das Escolas Polo Roberto Marinho e Onofre Dias Lopes.....	99
5	O MÉTODO E A COLETA DE DADOS NA BASE EMPÍRICA.....	114

5.1	O método materialista histórico-dialético como instrumento de investigação.....	115
5.2	Critérios norteadores para a definição da base empírica da pesquisa.....	120
5.2.1	Características da paisagem e estrutura da Escola Polo Roberto Marinho.....	125
5.2.2	Características da paisagem e estrutura da Escola Polo Onofre Dias Lopes.....	127
5.2.3	Critérios de levantamento e seleção.....	129
5.3	O levantamento de dados: a observação e o survey multifatorial.	131
5.4	A tabulação e os resultados da pesquisa de campo.....	135
5.4.1	Resultados da pesquisa de campo na Linha MA-16 e adjacentes, entre os km 30 e 50.....	136
5.4.2	Resultados da pesquisa de campo na RO 133 e adjacentes, entre os km 20 e 40.....	149
6	A ANÁLISE DOS RESULTADOS: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS FRENTE A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO EM MACHADINHO D'OESTE.....	162
6.1	As teorias da fronteira frente a expansão do capitalismo no campo.....	165
6.1.1	Determinantes das mudanças na atividade camponesa na região de Machadinho d'Oeste e seus reflexos na política educacional.....	181
6.2	Os resultados frente às políticas educacionais: escola multisseriada versus Escolas Polo.....	188
7	CONCLUSÃO.....	201
	REFERÊNCIAS.....	206
	APÊNDICES.....	217

APRESENTAÇÃO: VIDA E EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CAMPO, ORIGEM E TRAJETÓRIA PESSOAL DO AUTOR

O autor, que ora escreve, nasceu em Guarulhos, estado de São Paulo, e ali viveu até os nove anos de idade, quando, com os seus pais ocupou os Lotes nº 301 e 302, na Linha MP-56 com MA-16¹, em Machadinho d'Oeste, em 01 de setembro de 1986.

A chegada à Linha MP-56 causou inevitável estranhamento, pois os hábitos da cidade grande contrastavam com o isolamento em meio a floresta amazônica. Entre os anos de 1986 e 1988, as atividades se dividiam entre a abertura da propriedade e a plantação de lavouras temporárias – tudo em meio aos piuns e borrachudos, durante o dia, e muriçocas à noite, o que tornava o mosquiteiro um equipamento indispensável. Foram anos duros, pois naquele período, pouquíssimos agricultores possuíam motosserra para realizar as derrubadas, o que fez meu pai recorrer a técnicas rudimentares, como a derrubada com o machado. Também não havia escola na região, então os estudos só foram retomados em 1989.

A primeira escola construída na Linha foi a “São Francisco de Assis”, ao final do ano de 1988. A professora contratada era uma vizinha de lote e o funcionamento da escola se iniciou em 1989. A distância do Lote da família à escola era de 4,5 km. A segunda escola, construída pelos moradores da Linha, de forma improvisada num barracão (feito com tábuas lascadas e coberta de tabuinha), foi a “Dom Pedro I”, próxima ao Lote da família, a apenas 0,5 km. Foi aberta em 1989, funcionando, dessa forma, até o ano de 1992. Ambas as escolas eram multisseriadas.

O início da retomada de estudos da 3ª série se deu na escola Dom Pedro I, em 1989, e a conclusão da 4ª série em 1990, na escola São Francisco de Assis. Ao terminar as séries iniciais e já com 14 anos, a dedicação do tempo ficou restrita às atividades do campo, pois como primogênito e único filho homem, era um dos braços necessários para manutenção do lote. A rotina diária se iniciava às 5h30 da manhã e terminava ao escurecer, isso de segunda a sábado, pois o domingo era dedicado ao descanso e às atividades religiosas.

¹ MA: Malha Alimentadora; MP: Malha de Penetração; MC: Malha Coletora. Ao pensar a hierarquia viária do PA Machadinho, as malhas foram estruturadas conforme o tráfego que receberiam. Assim, por serem malhas nas quais se concentrariam entre 10 e 50 famílias, as MP foram abertas com padrão inferior, ao contrário das malhas alimentadoras, que receberiam além do seu tráfego o das MP. Essas desembocavam nas MC, que foram construídas com padrão superior, eram mais largas e com cascalhamento, pois recebiam um tráfego maior no seu percurso (Oliveira, 2010).

Em poucas palavras é preciso dizer que a história de vida e educação escolar entre os anos de 1990 e 2000 tiveram escolhas difíceis, em especial para os pais.

Do ano de 1991 a 1993, a dedicação ao campo foi total, embora se padecesse com malária, que obrigava a ficar dias sem trabalhar e com uma estrada ruim que dificultava o escoamento da produção, o foco era a formação do lote – essa formação foi ancorada na plantação de culturas permanentes, dentre as principais o café e o cacau. Não havia perspectivas para a continuidade dos estudos, até que no ano de 1993, o prefeito da época fez contrato com a empresa de transporte de passageiros para que 20 alunos agricultores pudessem ingressar no ensino de 5ª a 8ª séries, em uma escola da área urbana.

A notícia acendeu um sinal de esperança, pois poderia voltar a estudar, ao solicitar permissão do meu pai, porém, a resposta foi negativa, acompanhada de uma justificativa: “se você for estudar quem vai ajudar na lavoura?”. Naquele momento, o sonho fora adiado, mas retomado em 1994, ainda que não fosse nessas mesmas condições. Alunos matriculados no sistema modular do Centro de Estudos Supletivo Paulo Freire passaram a ter o direito à uma passagem de ida e volta, uma vez por mês, para realização de provas. Em função da gratuidade da passagem, o estudante era obrigado a apresentar ao cobrador a comprovação de que havia feito as provas. Em setembro, ao completar 18 anos, meu pai realizou minha matrícula e, a partir de então, inicia-se a rotina de estudos em casa.

Entre os anos de 1994 e meados de 1997, o tempo era dividido entre o trabalho nas culturas temporárias, na plantação de café, cacau, guaraná e banana, bem como na criação de gado, suíno e criação de aves. À noite, a luz de lamparina, realizava a leitura dos módulos e a resolução dos exercícios para que, ao final de cada mês, realizasse as provas. Naquela época, a escola só permitia levar um módulo de estudos para casa, mas se abriu uma exceção aos alunos da área rural, deixando que levassem dois módulos de cada disciplina. Isso atrasava muito a conclusão dos módulos, tanto que no início do ano de 1998, do total de 54 módulos, faltavam 13 módulos para conclusão do 1º Grau.

No mês de julho de 1997, à docência entra na minha vida, ao assumir o cargo de monitor de ensino na escola “São Francisco de Assis”. Essa é a mesma instituição de ensino a qual eu havia terminado a 4ª série em 1990. Como professor iniciante e agricultor, a divisão do tempo era realizada da seguinte forma: dar aulas pela manhã, trabalhar na roça a tarde e continuar os estudos a noite.

Esse foi um período de muitas dificuldades, já que dada a necessidade a secretaria municipal contratava professores sem qualquer experiência e formação para o início do trabalho docente. A referência docente que tinha era da professora da 4ª série. Ao assumir a escola, a supervisora entregando as chaves e os diários de classe, disse: “as aulas devem começar às 7h e terminar às 11h, bom trabalho professor”. No outro dia, eu estava à frente de uma sala com alunos de 1ª a 4ª séries. Após a apresentação e sob os olhares daqueles pequenos, iniciou-se, ali, a trajetória do autor na atividade docente.

Figura 1 - Fotografia do autor com a sua família



Fonte: Arquivo de José Frutuoso pai do autor (1994 ou 1995)

Esse momento marca o início da carreira no magistério e, no ano seguinte com à aprovação no 1º concurso público, em 1º lugar, consolida-se a ideia de investir no magistério. A participação no Curso de Formação para Professores do Magistério de Nível Médio (“Projeto Fênix”) foi o passo que faltava para a continuidade dos estudos, mesmo com todas as dificuldades. Assim, os conflitos familiares se intensificaram, já que, estudar, trabalhar na lavoura e lecionar, tornava-se difícil, pelas viagens para a cidade quinzenalmente para a realização das provas, no ano de 1998.

No ano de 1999, essa pressão continuou, mas havia o pensamento – por parte dos meus pais – de que quando terminasse o curso do Magistério tudo se

normalizaria. Durante os dez meses de curso realizados na cidade de Ariquemes, eu me deslocava a uma distância de 200 km de onde morava, uma vez ao mês, para uma rotina de provas e microaulas.

O término do Magistério, em dezembro de 1999, coincidiu com a chegada da universidade à região, pelo programa de formação de professores, realizado numa parceria entre prefeituras, Governo do Estado e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), via fundação Rio Madeira (RIOMAR). No mês de dezembro, após aprovação no curso de Magistério, foi a vez de prestar o primeiro vestibular. Aprovado numa boa colocação, conquistando assim uma vaga no curso de Pedagogia do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos (PROHACAP), iniciado em janeiro de 2000, enfim, o filho de um camponês adentra à universidade.

A chegada à universidade marcou a trajetória deste autor que ora escreve. As aulas do curso de Pedagogia aconteciam durante o período de férias escolares, embora presenciais. Toda ementa era aplicada em uma semana de aulas, que se iniciavam às 8h da manhã e terminavam às 20h e, dependendo do professor, às 22h.

Dentro desse ambiente formativo, além das influências epistemológicas, a postura profissional foi se modificando e muitos momentos marcantes poderiam aqui ser citados. Um deles é em uma aula na câmara municipal, quando, chegando atrasado e todo enlameado, já que no ano 2000 a moto era o meio de transporte usado para locomoção e que nesse período é o “inverno” amazônico, o professor da disciplina pergunta de onde eu estava vindo e com que trabalhava, ao que respondo que era professor na linha MA-16 e era alfabetizador. Os risos deixaram o clima mais ameno, afinal, estava chegando atrasado em uma aula e não tinha noção de quem era o professor, mas o que importava é que estava na universidade e isso ninguém podia negar.

Ao término do curso em 2004, o trabalho de conclusão teve como tema “A conquista da terra interferindo no processo escolar no município de Machadinho d’Oeste, estado de Rondônia” (Duarte, Frutuoso e Dourado, 2004), no qual buscava constatar se a conquista da terra interferia ou não no processo escolar. Na pesquisa de campo, a base empírica foi na região que compreende a RO-133, a 10 km da escola Onofre Dias Lopes. Em 2004-2005, concluiu-se uma especialização em Metodologia do Ensino Superior, formação importantíssima para que futuramente assumisse uma sala de aula no Ensino Superior Privado.

O desejo de alcançar à pós-graduação *stricto sensu* teve que ser adiado, já que o nascimento da filha e a opção em dedicar tempo a família, além da formação da esposa, provocaram uma pausa que durou sete anos. Em 2012, após concorrer uma vaga ao Mestrado em Educação da Universidade Federal de Rondônia, veio a aprovação. Começa aqui a trajetória do pesquisador.

1 INTRODUÇÃO

A ocupação socioeconômica de Rondônia que se encontra no segundo período da Urbanização da Cultura Cabocla (Maciel, 2012), decorre do Programa de Integração Nacional – PIN e do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA. Nesse período é criado o município de Machadinho d'Oeste como fruto de um dos projetos de assentamento do INCRA, após 1980 (Oliveira, 2010).

O estudo da ocupação em Machadinho d'Oeste, tem sido realizado por estudiosos da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA (Miranda, 1987; Miranda e Mattos, 1992; Miranda, Miranda e Dorado, 1998; Miranda, Mangabeira, Mattos, 1997; Mangabeira, 2010), com o objetivo de mostrar o perfil Agrossocioeconômico dos camponeses desse município. Embora esses estudos apresentem alguns indicadores básicos de educação, não se têm dados mais robustos da realidade educacional.

Desse modo, buscou-se em estudos sobre as políticas educacionais voltadas para o meio rural (Calazans, 1981, 2001; Martins, 1982; Neto, 2016; Ribeiro, 2012, 2014), da educação do campo no Brasil (Caldart, 2002, 2012; Arroyo, 1982, 1999, 2010), sobre o fechamento de escolas multisseriadas no estado do Pará (Hage, 2011 e 2014; Carmo, 2022), e em Rondônia (Santos, 2019; Silva, 2021; Santos Filho, 2022), fundamentos para a discussão que se fará na seção de análise desta tese.

Diante disso, a presente tese, que versa sobre política educacional e ocupação socioeconômica, busca analisar como a expansão capitalista em Rondônia, de forma geral, em particular em Machadinho d'Oeste, marca os limites do fechamento das escolas multisseriadas e a criação das Escolas Polo.

Assim, a estrutura desta seção apresenta: em um primeiro momento a origem empírica do problema; num segundo momento, se faz uma introdução às teorias da fronteira orientadoras do estudo; no terceiro momento, se aborda a metodologia utilizada na pesquisa; e, no quarto momento, a síntese dos resultados a que se chegou com esta pesquisa.

1.1 Da Escola Multisseriada à Escola Polo: a origem empírica do problema versus estudos sobre o fechamento de escolas no Campo

A opção pelo tema da pesquisa, retomada no Doutorado em Educação, tem como mote aprofundar um estudo embrionário iniciado ao final da graduação em

Pedagogia e contribuir com a discussão sobre a política de educação rural em Machadinho d'Oeste. Haja vista que, à medida em que a expansão capitalista em Rondônia avança sobre o campo, a escola rural é diretamente afetada por essa expansão.

Dessa maneira, não se pretende aqui advogar a favor das escolas multisseriadas, nem tampouco colocar as Escolas Polo ou escolas nucleadas como responsáveis pelas mazelas do ensino ofertado as populações rurais.

Só os que vivenciaram as agruras da escola multisseriada, em especial na condição de professor, podem falar de suas limitações. Estão vão: do limite da formação à insuficiência de recursos didáticos, do tempo curto ao atendimento de diferentes anos, da multiplicidade de matérias à variedade de idades dos discentes, além dos diferentes estágios de aprendizagem dos discentes no mesmo ano (Barros et al, 2022).

Por outro lado, a razão do fechamento dessas escolas, não raramente, é buscada nos objetivos das políticas educacionais (Hage, 2011 e 2014; Santos, 2019; Silva, 2021; Santos Filho, 2022), nas quais ou se dá ênfase ou se deposita nelas, a determinação.

Toda essa discussão tem como base duas vertentes, a primeira na educação rural que ao longo dos anos sofreu inúmeras críticas pela forma como era organizada sem levar em consideração as regionalidades (Arroyo, 1982; Calazans, Castro e Silva, 1981; Calazans, 2001; Neto, 2016). A segunda, na educação do campo que organiza a educação a partir dos movimentos sociais do campo (Caldart, 2002 e 2012).

Deste modo, entender a relação entre o movimento de criação de escolas multisseriadas e a produção no campo, foi o caminho encontrado para sair da discussão da política pela política.

Desta forma, acompanhar as fases de maior produção das lavouras permanentes, além da sua substituição em função da diminuição da área plantada, permitiu entender como a expansão capitalista avança no campo e interfere no modelo educacional. Esses fatores são analisados, por duas teorias – a das frentes de expansão e pioneira e a dinâmica inovativa – que se completam na explicação do processo de ocupação da fronteira amazônica, a partir do Programa de Integração Nacional.

1.2 Teoria das Frentes e Teoria da Dinâmica Inovativa: em busca de uma explicação para o problema da pesquisa

A teoria das frentes, criada por José de Souza Martins, explica a ocupação socioeconômica da fronteira amazônica, pela dinâmica entre dois espaços territoriais: um denominado de Frente Pioneira e outro de Frente de Expansão.

De acordo com Martins, o conceito de frentes se contrapõe ao de zona pioneira aplicado no caso norte-americano, ao qual entendia como pioneiros os desbravadores que fizeram parte do movimento conhecido como “marcha para o Oeste” (Martins, 1980, p. 70).

Assim, ao invés de falar em uma zona pioneira, Martins expressa esse movimento por frentes: a de expansão e a pioneira. A frente de expansão é caracterizada pelos deslocamentos que ocorrem dentro dos territórios tribais, ainda não explorados e tem o posseiro como seu principal agente de penetração. Já a frente pioneira é manifestada por um movimento de característica empresarial rural nos moldes da grande empresa capitalista na ocupação territorial, em que a fazenda, a estrada, o juiz, entre outros, são a expressão máxima desse movimento. As duas frentes se materializam numa combinação para a ocupação e com conflitos dos mais variados, na luta pela posse da terra (Martins, 1980, p. 74-75; 1996, p. 30).

Esse processo de ocupação pela frente pioneira faz com que se avancem rapidamente as relações capitalistas, no caso de Rondônia e, em especial, de Machadinho d’Oeste, podendo-se explicar esse avanço pela agropecuária. Assim, a penetração do grande capital se faz pela expulsão dos pequenos produtores rurais – entenda-se que essa expulsão é causada pela inviabilidade da atividade produtiva camponesa que, por não encontrar condições para diversificar a sua produção torna a sua atividade insustentável – num movimento em que aqueles que têm maior capital, vão comprando as propriedades menores e anexando-as, formando as fazendas.

O próprio Martins (1980, p. 68-69; 2014, p. 3) enfatiza que esse espaço já havia a muito sido ocupado segundo critérios e circunstâncias determinadas pelos povos locais. Deste modo, a ocupação a partir desses novos critérios racionalizados para José de Souza Martins se tratava, isso sim, de uma verdadeira invasão.

O conceito da teoria das frentes aplicado ao caso amazônico pode parecer arbitrário, já que de acordo com essa lógica, a ocupação de procederia num movimento de avanço contínuo da fronteira. O que se quer encontrar no caso de Machadinho d’Oeste é como esse movimento ocorre de forma interna. Haja vista, que o município teve ao longo dos anos diversos assentamentos em seu espaço desde a

criação do PA Machadinho. Para tanto, se recorre a teoria da dinâmica inovativa de Costa (2000).

A teoria da dinâmica inovativa, por sua vez, explica as razões materiais, que determinam a resistência ao capital. De acordo com Costa (2000), criador da teoria, o principal fator econômico para isso é a diversificação da produção. Maciel (2004), pesquisando a região contígua à Machadinho d'Oeste, encontrou outros fatores que explicam a permanência de parte dos colonos originários do processo de ocupação socioeconômica de Rondônia.

A pesquisa de campo realizada a partir da aplicação do *survey multifatorial* e a análise dos dados encontrados que a teoria das frentes e a dinâmica inovativa se contrapõem.

A essas duas teorias da fronteira se associa o princípio epistemológico, do materialismo histórico-dialético, segundo o qual, ainda que haja uma mútua influência entre os elementos socioeconômicos e as políticas educacionais, essas são, em última instância, determinadas por aqueles, e foi nesse sentido que se problematizou o objeto desta pesquisa.

Por decorrência, o fechamento de escolas multisseriadas em Machadinho d'Oeste se mostra relevante, não só para entender o papel das políticas educacionais, mas também para situá-las como resultado do processo de ocupação socioeconômica da Amazônia, em particular do estado de Rondônia.

Desse modo, a problemática deste estudo busca responder à seguinte questão, como a expansão capitalista em Rondônia tem impactado na transformação das Escolas Multisseriadas em Escolas Polo, no município de Machadinho d'Oeste? Para responder a problemática traçou-se o seguinte objetivo geral: analisar a expansão capitalista em Rondônia e seus impactos econômico-sociais, políticos e pedagógicos no processo de transformação das escolas multisseriadas em escolas polos no município de Machadinho d'Oeste.

1.3 A metodologia da pesquisa

Coerentemente com as três principais teorias, que fundamentam a compreensão da realidade socioeconômica e educacional, o método da pesquisa – o materialismo histórico-dialético – a teoria das frentes e da dinâmica inovativa começa com o estudo das fontes bibliográficas e documentais, que tratam do contexto no qual

o objeto está inserido. Nesse estudo, aplicou-se a análise histórico-crítica (Maciel e Braga, 2008; Maciel, 2023).

A análise histórico-crítica é uma técnica de interpretação que, baseada na técnica de leitura analítica de Severino (2002), busca interpretar as fontes bibliográficas e documentais, comparando os autores ou documentos, pelos seus fundamentos teórico-metodológicos e conclusões, mostrando possíveis concordâncias, discordâncias e contradições. Por isso, este estudo começa caracterizando a área empírica da pesquisa por intermédio de estudos já realizados e documentos sobre o estado de Rondônia, em especial, Machadinho d'Oeste.

A pesquisa de campo foi realizada percorrendo-se, de moto, algo em torno de até 100 km por dia, nas Linhas da área de abrangência da coleta de dados, durante os meses de maio, junho e parte de julho de 2022.

No primeiro momento, os sítiantes foram visitados com a finalidade de acertar a aplicação do *survey multifatorial*, constituído por questionário fechado, roteiro de observação e perguntas abertas. As Linhas selecionadas foram: Linha MA 16 e adjacentes, com 25 km de extensão; Linha RO 133 e LJ 11, TB 11 e 10, do quilometro 20 ao 40, num total de 40 km de extensão. No segundo momento, com data e hora marcadas, foram percorridas as Linhas, aplicando o *survey* aos sítiantes, que se disponibilizaram a responder a maratona de perguntas. Nesse momento, todos os dias da semana, saía-se para as Linhas às 7h30 da manhã e se retornava ao cair da noite.

Tanto o primeiro momento, quanto o segundo se constituíram de períodos muito emocionantes pelos reencontros com colegas, vizinhos, conhecidos, instituições frequentadas, como a Igreja e a Associação de Agricultores.

A seção 5 detalha essas jornadas e encontros, com exposição dos resultados da aplicação do *survey multifatorial*. Toda essa parte da investigação está exposta na qual os dados coletados que foram depois analisados a luz das teorias da fronteira para se chegar aos resultados, ora apresentados.

1.4 Como os resultados estão expostos

Este estudo se propôs analisar como expansão capitalista em Rondônia e seus impactos econômico-sociais, políticos e pedagógicos no processo de transformação das Escolas Multisseriadas em Escolas Polo no município de Machadinho d'Oeste.

Desse modo, o desafio de analisar as políticas educacionais relacionando-as a fatores socioeconômicos de produção se mostrou uma tarefa árdua pelo pouco

domínio da área de economia, porém, prazerosa por permitir adentrar ao campo de conhecimento da economia rural.

Esse momento embora desafiador proporcionou a superação do limite quanto ao domínio da área de Ciências Econômicas e Sociais (Economia, Antropologia e Sociologia). No campo das políticas educacionais não fora diferente, já que embora estudos compostos por artigos, dissertações, teses encontradas analisam as políticas educacionais por vezes desconsideram os fatores econômicos. Dessa forma, analisar um conjunto de políticas considerando as tais determinações econômicas, implica adentrar num campo espinhoso para quem não está habituado a realizar estudos de tal envergadura.

Entretanto, partindo-se da fundamentação filosófica da qual decorre que o método de exposição é o resultado da busca da compreensão do objeto operado pelo método de investigação. Expõem-se aqui, os resultados que buscaram sintetizar os impactos da atividade econômica e a sua relação direta com o modelo de escola ofertado no município de Machadinho d'Oeste, desde a implantação do PA Machadinho, em 1982 até o ano de 2021.

Para se chegar a esses resultados, a arquitetura da tese se encontra assim estruturada: na primeira seção, a introdução da tese descreve a trajetória pessoal e profissional do autor até sua chegada ao magistério numa escola multisseriada, posterior ingresso no ensino superior e mundo da pesquisa. É evidenciado, também, o método utilizado para orientar a investigação e a exposição dos resultados.

A segunda seção aborda a ocupação socioeconômica de Rondônia. Dessa forma, parte-se dos Acordos de Washington ao Plano de Integração Nacional (PIN) para demonstrar como o modelo econômico extrativista vai sendo substituído pelo modelo agropecuário.

A terceira seção localiza Rondônia e Machadinho d'Oeste e os seus principais projetos de colonização. Destaca-se como a colonização integrada (Maciel, 2004) molda o espaço rondoniense e faz desenvolver um tipo de campesinato. Para tal, são apresentados os projetos de colonização e o surgimento do município de Machadinho.

A quarta seção descreve a formação socioeconômica e educacional de Machadinho d'Oeste. Dessa forma, divide-se essa formação socioeconômica por fases, sendo a primeira fase de 1982 a 1988 (lavouras temporárias e a relação com a escola multisseriada); a segunda de 1989 a 1996 (lavouras permanentes e a necessidade da continuidade da escola multisseriada); a terceira de 1997 a 2006

(substituição das lavouras permanentes pela pecuária e surgimento da escola polo) e a quarta de 2007 a 2017 (avanço da pecuária e a consolidação da escola polo).

Na quinta seção, apresenta-se o método e a coleta de dados na base empírica pela aplicação do survey multifatorial. Detalha-se a escolha das bases de pesquisa, com dados sobre a trajetória dos pequenos agricultores e tabelas, gráficos e quadros com dados socioeconômicos extraídos da área pesquisada.

A sexta seção apresenta a análise dos resultados, confrontando a política educacional e a frente à expansão capitalista Rondônia e seus impactos em Machadinho d'Oeste. Os resultados apresentados mostram que a criação das escolas multisseriadas acompanhou o processo de ocupação da terra alcançando o pico da expansão na fase de consolidação das lavouras permanentes entre 1990 e 2000.

Verificou-se que à medida que as lavouras permanentes foram perdendo área para a pecuária, as escolas multisseriadas foram sendo substituídas por Escolas Polo, isso levou a gestão municipal a desativar as escolas multisseriadas. No atual momento, está ocorrendo uma diminuição da área de pecuária para a do agronegócio, terras onde antes se cultivava o pasto passaram a ser mecanizadas para plantio de soja.

A política educacional para o meio rural acompanha as transformações socioeconômicas operadas no tempo. Assim, a escola multisseriada como modelo para dar conta das demandas educacionais na fase das lavouras permanentes foi fundamental para ofertar educação escolar nas séries iniciais aos filhos dos pequenos agricultores, trabalhadores rurais e meeiros. À medida que as lavouras permanentes perdem área para a pecuária e a demanda pela continuidade de estudos na área rural é requerida, a escola multisseriada perde espaço sendo substituída por um outro modelo, a Escola Polo.

2 A OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE RONDÔNIA: DO EXTRATIVISMO À COLONIZAÇÃO INTEGRADA

O processo de ocupação socioeconômica recente da Amazônia, a partir do ano de 1970, é determinado pelo Programa de Integração Nacional implantado pelo governo militar (Ianni, 1979; Martins, 1980; Maciel, 2004). Esse processo é completamente diferente de todas as formas conhecidas pela Amazônia até então e, de acordo com Martins, pretendia anular e revogar os modelos anteriores.

Assim, ainda que brevemente, caracterizar-se-á o período anterior para evidenciar as diferenças das formas de ocupação socioeconômica.

Isso é necessário, porque, pela perspectiva teórico-metodológica adotada, as políticas educacionais têm a sua explicação, em última instância, nas relações socioeconômicas dos sujeitos políticos envolvidos.

Nesse sentido, o objetivo desta seção é contextualizar as transformações socioeconômicas em Rondônia, na passagem do extrativismo à colonização integrada. Desse modo, optou-se pelos Acordos de Washington de 1942, como marco histórico para delimitar o período anterior ao Programa de Integração Nacional e, especificamente, ao Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), para situar Rondônia e o seu processo de ocupação socioeconômica.

O processo de ocupação da Amazônia tem sido estudado por pesquisadores de diferentes áreas, desde geógrafos como Petey (1972), Becker (2005, 2009, 2010), Mello (2006) e Borges L. (2012); antropólogos Ribeiro (1995) e sociólogos, como Ianni (1979 e 1981) e Martins (1980 e 1996), além de economistas como Benchimol (1977). Estes pesquisadores por diferentes lentes apresentam nos seus estudos resultados do que foi o processo de ocupação desta região, bem como a sua natureza predatória.

Para alcançar esse propósito, esta seção está organizada em três subseções: a primeira tratará dos Acordos de Washington, a Operação Amazônia e a substituição da economia extrativista; a segunda, a nova forma de ocupação da Amazônia orientada pelo Plano de Integração Nacional e, a terceira, a geopolítica da Amazônia projetada pelo Polamazônia.

Destaca-se, ainda, que a ocupação socioeconômica da Amazônia se caracteriza por momentos distintos, num processo que se distingue não pela ruptura imediata, mas sim por uma mediação, em que o período antecedente se incorpora e é substituído de forma concomitante ao seu posterior. Assim, para que se possa

contextualizar a Operação Amazônia e o seu percurso até o Polamazônia, partir-se-á dos acordos bilaterais que foram realizados entre Brasil e Estados Unidos – conhecidos como os Acordos de Washington.

Desse modo, três momentos compõem esse período: o primeiro da Operação Amazônia e a substituição da economia extrativista, o segundo da ocupação da Amazônia pelo Programa de Integração Nacional e o terceiro busca pela visão da geopolítica da Amazônia chegar ao Polamazônia. Assim, buscar-se-á responder pelos estudos já realizados as questões a seguir: quais foram as causas da substituição da economia extrativista? O que foi a Operação Amazônia? Quais eram os objetivos da Operação Amazônia?

2.1 Os Acordos de Washington, a Operação Amazônia e a substituição da economia extrativista

A história da ocupação da Amazônia é marcada por momentos distintos, que indicam como a região recebeu grupos de imigrantes, aventureiros, exploradores e colonizadores ao longo dos séculos. Na sua fase de ocupação recente, esse espaço, que sempre se caracterizou por um modelo econômico extrativista, viu o seu território ser alçado a um novo modelo econômico, a partir da Operação Amazônia.

O modelo extrativista que, até a crise da borracha, entre 1910 e 1920, se caracterizava pelo predomínio dos seringais, passa a se diversificar após esse período. Os Acordos de Washington, celebrados em 1942, foram importantes para manter a economia da região.

Os Acordos tinham por finalidade a exploração econômica em três frentes: a primeira, a mineração no estado de Minas Gerais; a segunda, a produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais, e a terceira, a exploração da borracha amazônica (Brasil, 1944, p. 34).

Quanto à borracha extraída da região amazônica, os países se comprometeram a exportação da borracha bruta e manufaturada, com ajustes de preços que fossem convenientes a ambos. Dentre as outras cláusulas contratuais, também foram pensadas ao acordo as que envolviam a comercialização de produtos cultiváveis e aqueles próprios do extrativismo, tais como: aniagem, babaçu, cacau, castanha-do-pará, ipecacuanha e timbó, além de café, algodão e mamona (Brasil, 1944, p. 36-41).

Os Acordos buscavam, assim, estimular num curto espaço de tempo a economia amazônica, razão pela qual o Governo subvencionou a migração em massa de nordestinos para a região.

Os dados apresentados na Tabela 1, extraídos dos censos de 1940-1960, são relativos à população residente no estado do Amazonas, por local de nascimento.

Tabela 1 - População residente no estado do Amazonas, segundo o local de nascimento - Censo do IBGE - 1940,1950 e 1960

LOCAL DE NASCIMENTO	CENSO		
	1940	1950	1960
AMAZONAS	376.370	458.973	657.039
ACRE	4.059	7.210	9.490
PARÁ	6.365	11.865	12.930
MARANHÃO	694	1.684	1.392
PIAUI	301	721	560
CEARÁ	3.001	18.597	19.678
RIO GRANDE DO NORTE	374	2.787	2.184
PARAÍBA	340	2.597	1.787
PERNAMBUCO	612	1.467	1.422
ALAGOAS	170	430	353
SERGIPE	64	296	204
BAHIA	258	391	378
MINAS GERAIS	208	105	151
ESPIRITO SANTO	71	40	44
RIO DE JANEIRO	448	172	180
DISTRITO FEDERAL	4.388	135	7
SÃO PAULO	951	118	194
PARANÁ	158	14	53
SANTA CATARINA	54	19	45
RIO GRANDE DO SUL	83	99	356
GOIÁS	70	18	95
MATO GROSSO	1.620	590	560
GUAPORÉ	-	88	-
RIO BRANCO	-	56	-
RONDÔNIA	-	-	334
RORAIMA	-	-	271
AMAPÁ	-	-	16
SEM ESPECIFICAÇÃO DE LUGAR			95
POPULAÇÃO TOTAL	400.659	508.897	710.162

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960 (2021)

Os Acordos de Washington foram o carro-chefe para reativação extrativa da borracha amazônica. Esses acordos, segundo Benchimol (1977, p. 205-206), “visavam, sobretudo, ativar a produção da borracha amazônica, matéria-prima estratégica e indispensável para a guerra”. A atuação governamental foi muito importante para induzir mais uma vez a migração nordestina.

O que pode ser verificado na tabela 1 com relação as declarações de local de nascimento. Observa-se que os declarantes oriundos do estado do Ceará constituem

um número consideravelmente alto, pois, pelo censo de 1940 esse número era de 3.001; saltando para 18.597, pelo de 1850², e 19.678, pelo de 1960.

Isso prova o impacto que os Acordos de Washington provocaram a migração nordestina mais uma vez para a região. Ademais, corrobora-se com a tese de que a empreitada conduzida por uma estratégia de atuação dos governos do Brasil e Estados Unidos e traçada de acordo com um “dispositivo logístico-institucional”, foi grandiosa à época (Benchimol, 1977).

A produção dos seringais no período dos Acordos de Washington, a partir de 1942, é destacada no estudo de Benchimol (1977). Além disso, quanto aos Acordos de Washington e a produção da borracha na Amazônia, Benchimol (1977) apresenta dados importantíssimos do período. Em uma tabela, Benchimol (1977, p. 209) evidencia a elevação da produção dos seringais no período, entre 1941 e 1945.

Tabela 2 - Produção de borracha na Amazônia entre os anos de 1941 e 1945, quantidade em toneladas e valores em cruzeiro

Ano	Quantidade/Toneladas	Valor Em Cr\$	Valor em	/t
1941	10.734	91.185.000	1.356.515	126
1942	12.204	148.416.000	2.194.853	179
1943	14.575	189.057.000	2.795.874	191
1944	21.192	365.839.000	5.410.218	255
1945	18.887	345.924.000	5.115.705	270

Fonte: Benchimol (1977. p. 209)

Nesse interstício, os dados demonstram como os Acordos de Washington interferiram na produção da borracha amazônica, o que é confirmado pelo aumento da produção em toneladas a partir do ano de 1943 e 1944, em que também ocorre um aumento no valor por tonelada. Essa alta seguiu até 1945, ano que termina a Segunda Guerra Mundial.

Retomando a problemática dos seringais amazônicos, é importante destacar que os Acordos de Washington, embora reativem a extração de borracha por um curto período, visualizam em curto, médio e longo prazo a exploração de outros produtos,

² Acrescente-se que no censo de 1940, a população de Rondônia faz parte do contingente populacional do estado do Amazonas, uma vez que o Território Federal do Guaporé fora criado em 1943. Nessa Tabela, não se encontrou uma explicação para o fato de a população de Rondônia não constar no censo de 1950.

levando os seringueiros extratores a buscarem a sua sobrevivência em outras atividades vegetais e, em alguns casos, no extrativismo mineral.

Nesse período, segundo Maciel (2012, p. 127), “[...] a própria estagnação da economia dos seringais entre as décadas de 1920 e 1960, propicia, às avessas, a estabilidade da nova estrutura social e a constituição de um sistema produtivo baseado num agro-extrativismo”. Desse modo, as populações dos seringais se deslocam para as beiras dos rios, em que além das atividades extrativistas, praticavam a agricultura de subsistência.

Assim, formaram-se os pequenos povoados, as chamadas comunidades a beira dos rios. Com o tempo, parte dessa população se desloca para as cidades maiores, o que faz crescer a população destes centros de forma desordenada.

O forte êxodo rural, produto da estagnação da economia da borracha, trouxe consequências para as cidades de Manaus e Belém, tais como o aumento populacional, falta de apoio e serviços à população que emigrava dos seringais para as cidades, falta de investimentos no campo social, desemprego, proliferação de doenças infecciosas, entre outros aspectos (Petey, 1972, p. 125; Maciel, 1992, p. 23).

A crise levou muitos seringueiros a explorar outros produtos da floresta. Assim, enquanto o preço da borracha e sua produção caíam, a saída foi migrar para as culturas de subsistência e a exploração de outros produtos extraídos da floresta em períodos distintos, tais como a castanha-do-pará, cacau e pau-rosa.

Após os Acordos de Washington, a exploração mineral na Amazônia ganhou força com a descoberta de reservas de cassiterita em Rondônia na década de 1950 (Lima, 1997, p. 75; Costa, 2000, p. 88) e, posteriormente, a descoberta e a exploração de ouro (Wanderley, 2019, p.118).

Com o objetivo de diminuir os impactos causados pela queda na extração da borracha e o abandono dos seringais por parte dos seringalistas e seringueiros, o governo brasileiro cria, pela Lei nº 1.806/53, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que dá origem à Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). De acordo com Brasil (1953), no seu art. 1º, esse plano:

[...] constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais devida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.

Observa-se que há uma mudança de rota e a produção extrativa, que embora citada, não se configura a partir deste momento como atividade produtiva principal, sendo acompanhada de atividades agrícolas, pecuária, extração mineral e de atividades industriais. O destaque dado por esse objetivo à produção agrícola e fomento à produção animal apontava para a importância de desenvolver programas que resolvessem problemas comuns na região.

Nessa lei, o destaque ao incremento da atividade industrial estava atrelado ao aproveitamento de matéria-prima para o abastecimento do mercado interno e exportação. Nesse conjunto também é pensado um plano de viação da Amazônia, utilizando-se de todos os meios de transporte. A política energética presente no plano, bem como a política demográfica, buscava dar condições de acesso a serviços de saúde, educação, saneamento e o ensino às populações locais. Além desses objetivos, havia aqueles ligados aos programas de crédito, relações comerciais, programas de pesquisa geográficas, naturais, tecnológicas e sociais, entre outros (Brasil, 1953).

O impacto econômico previsto pelo plano pode ser verificado pela sua disponibilização de recursos. Assim, com o objetivo de atender às demandas existentes, foi criado o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, ao qual a União teria a obrigatoriedade de disponibilizar 3% da sua tributação ao fundo. O mesmo critério foi utilizado para Estados, Territórios e Municípios compreendidos na faixa da Amazônia brasileira: 3% (Brasil, 1953).

Um outro empreendimento do Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), pela Lei nº 3.173/57. De acordo com Brasil (1957, p.1), o objetivo de criar e instalar uma zona franca foi para:

[...] armazenamento ou depósito, guarda, conservação beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, provenientes do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas.

Vale destacar que uma área não inferior a 200 hectares foi reservada para a instalação da ZFM e que buscava aproveitar o potencial espaço para o transporte desta área, que deveria estar às margens do Rio Negro, em local que favorecesse as condições de “calado e acostagens satisfatórias” (Brasil, 1957). Quanto aos impactos econômicos para a região no período, esses foram considerados mínimos. O estudo

de Maciel (1992, p. 33) é esclarecedor quanto aos interesses controversos do momento, ao explicar que:

[...] as medidas mais abrangentes e estruturais configuradas a partir dos planos da SPVEA e, logo em seguida, pela Zona Franca de Manaus, versão 1957, continuavam não correspondendo aos fins para os quais foram criadas. Ora, nesse momento, de virada da década de 50 para 60, já não se tratava mais de desinteresse do grande capital, mas de interesses antiamazônicos de parcela do empresariado centro-sulista, das disputas entre as oligarquias amazônicas, da falta de poder político destas e, sobretudo, da incompetência da tecnocracia público-estatal.

Observa-se que esse problema também tem uma ligação com a cultura local, haja vista que a cultura amazônica entrava em choque com as demais culturas, em especial a cultura do sul do país. Para entender essa formação social, caracteriza-se aqui a cultura cabocla, destacando-a como produto de uma síntese cultural, entre os diferentes contingentes humanos, que se encontravam ou que vieram para a Amazônia, amalgamados pelo ecossistema físico.

O caboclo amazônico é o resultado de uma mistura indígena com o branco português. Há estudos que detalham esse processo de formação sociocultural amazônica (Benchimol, 2009; Ribeiro, 1995). Nesses, é possível entender como essa mistura, aliada ao conhecimento da floresta, molda o estilo de vida desse habitante da região.

Ao comparar o homem amazônico ao imigrante nordestino - em especial o cearense - que chegava a Amazônia no início do século 20, Benchimol (1977, p. 171) é enfático ao afirmar que, “O homem do rio é a antítese do homem da seca”. Essa visão expressa o choque cultural entre esses dois mundos. Para Benchimol (1977, p.172), o traço do caboclo amazônico é distinto e carece de estudos. Aqui embora numa citação longa, mas esclarecedora, o autor ressalta:

[...] E um tipo curiosíssimo de gente, ainda por estudar. Caboclos mansos, esquecidos do mundo, sem ambição. Com um notável instinto de defesa e de aproveitamento dos recursos naturais. Vivendo em função do seu meio. Geográfica e vegetalmente. Dos peixes dos rios, do pirarucu e do tambaqui, do jaraqui e do matrinchão; da farinha d'água e do seu roçado. A mulher, os curumins, os xerimbabos, a rede. A 'montaria' – uma esplendida tradução antropogeográfica do veículo feito pelo caminho. Uma economia doméstica, cerrada, de insatisfação de suas necessidades. Sem estímulos nem reações violentas, uma adaptação passiva prodigiosa. A barraca sobre o espeque a acompanhar a baixada e a subida do rio. Uma capacidade de encosto, para vencer o perigo, surpreendente. Sem vexames, pressa ou afobamento. O compasso da enchente e da vazante bancando

diapásão na sua vida. O seu trabalho e os seus passos, a sua alimentação e suas festas vivem em função exclusiva do rio.

Esse modo de vida do caboclo amazônico sofreu profundas transformações ao longo dos anos, embora Rodrigues (2012, p. 12) apresente a cultura cabocla como: “[...] uma cultura de fisionomia própria, com predomínio de elementos indígenas, mesclado a caracteres negros e europeus e cujo ator principal é o caboclo, resultante da miscigenação do índio com o branco [...]”. O autor não aprofunda a discussão sobre as transformações do caboclo e a sua formação cultural.

Maciel (2012, p. 130), ao tratar das transformações da sociedade cabocla, explica que até meados do Século XIX era possível distinguir regionalmente a sociedade cabocla, dividindo-os em: destribalizados, desculturados e mestiços. Essa divisão passou a não ser mais possível, a partir da migração para a região de um número aproximado de meio milhão de nordestinos, a miscigenação, a nova estruturação social e a formação de um campesinato agroextrativista, alterando essa visão uniforme do caboclo amazônico, que não pode ser visto mais como aquele típico homem da floresta.

A explicação para tais mudanças decorre de fatores ligados à diversidade, que se instaurou em relação à relativa uniformidade cultural anterior, a qual, de acordo com Maciel (2012, p. 131), “[...] decorre, então, das diferenças de classes, divididas entre as oligarquias decadentes, as classes médias intelectualizadas dependentes, os trabalhadores urbanos empregados ou não, e o campesinato agroextrativista”. Essa divisão que ocorre no período, é acompanhada de um movimento dessa população para as cidades, ao qual o autor conceitua como “urbanização da cultura cabocla”. Esse período é dividido em duas fases, a primeira vai dos anos 1920 à década de 1960 e a segunda vai do final da década de 1960 aos dias atuais.

A análise sobre a formação da sociedade cabocla amazônica apresentada por Maciel (2012, 2014) e da qual decorrem os seus estudos sobre a urbanização da cultura amazônica, apresenta importante contribuição ao entendimento do que hoje é a sociedade cabocla e como a expansão capitalista na Amazônia interfere nessa cultura.

A partir da criação da ZFM, a cultura cabocla passa a receber os impactos da expansão capitalista. Essas populações se deslocam do seu ambiente rural para trabalhar na cidade, na qual encontram um ambiente fabril. As novas relações econômicas interferiram diretamente na cultura e dinâmica do trabalho. Maciel (2014,

p. 110) afirma que “No caso amazonense, o rápido processo de industrialização da ZFM disciplinou a cidade para o advento das inevitáveis relações capitalistas de produção”. Isso demonstra como se consolida a cultura cabocla nos centros e núcleos urbanos, provocado pelo êxodo rural decorrente da falência da borracha, no entanto, era preciso promover uma mudança na forma de desenvolvimento regional.

Somente com a aprovação de um novo conjunto de leis em 1966 e 1967, é que se alteram os objetivos de um desenvolvimento regional e se institui a nova ordem econômica na região (Maciel, 1992 p. 37-38). A partir daí se inicia o momento conhecido como Operação Amazônia.

Com a chegada dos militares ao poder em 1964, a discussão sobre planejamento e eficiência toma conta do discurso governamental. Com o intuito de aproximar a iniciativa privada para desempenho de papel mais importante no desenvolvimento regional, o governo federal, no final do ano de 1965 e início de 1966, cria um grupo de trabalho para tal intento. O primeiro resultado deste plano foi um conjunto de leis conhecidos como “Operação Amazônia”. Segundo Mahar (1978, p. 21-22):

A pedra angular da ‘Operação Amazônia’ foi a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, cujo Artigo 4.º relacionava 13 objetivos da ação governamental e estabelecia a orientação básica da nova política. Segundo esse artigo, a futura política regional seria orientada para: estabelecer ‘pólos de desenvolvimento’, e grupos de população estáveis e autossuficientes (especialmente nas áreas de fronteira); estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infraestrutura; e pesquisar o potencial de recursos naturais.

Desse modo, a política econômica baseada no extrativismo vegetal e mineral vai sendo substituída por um novo modelo econômico, baseado na agricultura mecanizada, pecuária extensiva e extração mineral pela grande empresa capitalista. Vale ressaltar que, na Amazônia, as atividades econômicas se caracterizam por momentos, que muito embora distintos – Acordos de Washington, criação da ZFM – se desenvolvem não por um processo de ruptura imediata, mas por uma mediação, na qual um período antecedente incorpora traços do outro, substituindo-o paulatinamente.

A princípio, aqui buscar-se-á apresentar características do projeto de desenvolvimento regional vislumbrado pelas leis aprovadas no período. Destaca-se que a Amazônia passa a partir deste momento a vivenciar novos processos

migratórios, substituição dos produtos da atividade produtiva local, os modais de transporte e a valorização da terra.

Com a inevitável substituição das atividades econômicas ligadas ao extrativismo, pelas atividades agrícola, pecuária e mineração num processo de pressão exercida pelo grande capital, a intervenção do Estado brasileiro – governada pelos militares – implanta uma infraestrutura básica aos contingentes populacionais vindos do Centro-Sul para ocupar a fronteira amazônica. Entretanto, ao analisar o período entre 1960-1978, Ianni (1979, p. 60) destaca como as transformações econômicas se acentuam naquele momento, pois:

[...] Em 1960, inaugurou-se a rodovia Belém-Brasília. Depois, em especial a partir de 1966, remodelaram-se ou criaram-se agências federais, definindo novos objetivos e meios de atuação pública e privada na região. Foram tantas e tais as decisões, agências e atuações do Estado na Amazônia, que é possível afirmar que foi nos anos 1960-1978 que a Amazônia se rearticulou sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional. Ao lado do extrativismo, criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agrícolas, pecuárias e industriais.

O investimento em infraestrutura para a ocupação da Amazônia provoca um impacto na atividade produtiva, já que as obras implantadas nas décadas de 1960-1970 impulsionam o desenvolvimento, pois essas iniciativas governamentais foram base para a expansão do capital na região³ (Ianni, 1979, p. 61-62).

Assim, a Operação Amazônia tem o seu encaminhamento com a aprovação da Lei nº 5.173/66, que tinha por objetivo um novo Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Esse plano envolveu a extinção da antiga superintendência (SPVEA) e a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). As linhas mestras dessa legislação estavam ancoradas numa orientação básica, que envolvia, segundo Brasil (1966a, p. 1-2):

³ Em uma longa citação, Ianni (1979, p. 61-62) explica como as iniciativas governamentais provocam as mudanças desejadas. Para ele: todas as iniciativas governamentais adotadas, principalmente ao longo dos anos 1966-78, provocaram mudanças mais ou menos notáveis, em praticamente todos os níveis da sociedade amazonense. Em primeiro lugar, dinamizaram-se e diversificaram-se as atividades produtivas. Em segundo lugar, desenvolveu-se bastante o sistema creditício, público e privado. Em terceiro, dinamizou-se e ampliou-se a administração pública federal na região. Em quarto, desenvolveu-se e agravou-se a luta pela terra, luta essa que envolve, entre outros elementos o poder público (federal, estadual, territorial e municipal); grandes e médias empresas agropecuárias e de mineração; posseiros ou antigos sítiantes e grupos indígenas. Em quinto, recolocou-se a secular problemática indígena, seja quanto a defesa da sua cultura e terra, seja no que se refere à proletarização da sua mão-de-obra. Em sexto, criaram-se núcleos coloniais, com a finalidade de constituir reservas de mão-de-obra para empreendimentos públicos e privados. Em sétimo lugar, reformulou-se amplamente a significação geopolítica da região amazônica, tanto no que diz respeito aos problemas da “defesa nacional”, como no que se refere aos problemas da “segurança interna”.

a) a realização de programas de pesquisa com o intuito de levantamentos do potencial econômico da região; b) a definição de espaços para a fixação de polos de crescimento e o estímulo ao desenvolvimento das áreas próximas; c) concentração de recursos em áreas selecionadas; d) formação de grupos populacionais estáveis; e) adoção de política imigratória; f) fixação de populações regionais; g) ordenamento da exploração, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista; h) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura; i) ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra e pessoal; j) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração; l) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de: I - assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados; II - atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da Região. m) revisão e adaptação contínua da ação federal na Região; n) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais.

Para atender as demandas impostas pelo plano o planejamento seguia diretrizes bem delimitadas, mas com período de execução de determinação vaga.

Observa-se que no artigo 5º da lei se explicita que “O Plano de Valorização Econômica da Amazônia terá duração plurianual, será aprovado por decreto do Poder Executivo e revisado anualmente”. O fato é que embora não se soubesse quais metas estavam entre as prioritárias, é visível que foram postas em pauta aquelas que favoreciam o grande capital. Isso, em tese, demonstra como o Estado e a capital monopolista acordavam as formas de planejar e executar as políticas. Por fim, definia-se como os agentes de elaboração, execução e avaliação do plano: a SUDAM, o Banco da Amazônia, órgãos da administração federal, além de outros órgãos e entidades (Brasil, 1966a).

No ano de 1966, dando continuidade ao ordenamento legal da Operação Amazônia, é criada a Lei nº 5.174/66, que tratava da concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica (Brasil, 1966b). Nessa legislação foi estipulado um prazo até o exercício de 1982, como data base para a isenção do imposto e renda e adicionais. A lei fixou em porcentagens os incentivos, ficando em 50% para as empresas já instaladas até a data da publicação da lei.

Nesse interstício, o objetivo era beneficiar também as empresas que para a região haviam se mudado em períodos anteriores. Ademais, fixou-se em 100% os empreendimentos novos, categorizados em três níveis: 1) instalação até o fim do exercício financeiro de 1971; 2) já instalados, mas que não tinham iniciado fase de operação e 3) já instalados na data da publicação da lei, que até 1971 ampliassem,

modernizassem ou aumentassem o índice de industrialização, com novas operações e novas instalações (Brasil, 1966b).

Todo esse aparato legal tinha como objetivo favorecer a entrada do capital monopolista na região amazônica, haja vista que no Centro-sul do país esse capital monopolista já estava em franca expansão. Essa legislação impactou a região amazônica com uma série de empreendimentos. Pode-se citar aqui o financiamento para a importação de máquinas e equipamentos, ficando a SUDAM com a responsabilidade o acompanhamento (Brasil, 1966b).

Em 1967, outra lei importante é instituída, trata-se do Decreto-Lei nº 288/67, que alterou a Lei nº 3.173/57, da criação da ZFM. Essa lei atribui nova finalidade à ZFM, definindo-a como “[...] área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário” (Brasil, 1967). Essa nova redação não só modifica a ideia de uma zona franca regional, mas o abre para o avanço do capitalismo monopolista na Amazônia (Maciel, 1992, p. 36). Passa-se à ideia de armazenamento, guarda e conservação voltados para um consumo interno para uma visão calcada na ideia de importação e exportação de produtos. Os impactos econômicos também precisam de destaque, pois além de incentivos fiscais para a entrada de mercadorias estrangeiras, pela legislação, buscou-se promover integração da Amazônia com o Centro-sul do país (Brasil, 1967).

Nesse contexto, fica clara a relação entre o Capital e o Estado e os seus reflexos na Amazônia. Para Octavio Ianni (1979), é preciso entender que a economia, durante o período da ditadura militar, refaz-se num enclave do imperialismo, assim, o capital monopolista captura, de modo eficiente, quase a totalidade do aparelho do Estado. Isso se refletirá numa concentração e centralização do capital estrangeiro e nacional, com uma política econômica que intensificou a acumulação capitalista. Desse modo, três principais setores da atividade produtiva caracterizaram a economia brasileira no período, além da indústria e agricultura, alertando que esse setor pode ser estatal, nacional e estrangeiro ou, ainda, imperialista.

O capital tem se fixado, de modo complexo, nos movimentos de formação social capitalista no Brasil, desde 1964. Isso contaminou órgãos governamentais com um posicionamento cada vez mais a favor da empresa privada (Ianni, 1979, p. 25, 30-31, 35, 36).

Entende-se, aqui, que a economia extrativista fez parte de um momento muito importante da história da Amazônia, sendo tratada aqui pelo período que vai dos Acordos de Washington de 1942 à Operação Amazônia. Caracterizar esse período referente à economia extrativista e a Operação Amazônia foi o propósito aqui. Assim, a apresentação dos dados populacionais para afirmar a migração nordestina, a produção dos seringais e a posição do Brasil, a caracterização do caboclo amazônico e o destaque dado ao conjunto de leis, foram elementos importantes para responder as questões iniciais.

Assim, a Operação Amazônia busca resolver o problema relativo a visão de desenvolvimento regional defendida até então e abrir caminho para a entrada do grande Capital na região. O segundo passo será dado com a implantação de uma infraestrutura que estimulasse o avanço do capitalismo. É neste sentido que a segunda subseção buscará responder a seguinte questão: o que é e o que representou o Plano de Integração Nacional?

2.2 A nova forma de ocupação da Amazônia: o Plano de Integração Nacional

A ocupação da Amazônia, a partir de 1970, determinada pelos Projetos do Programa de Integração Nacional, provoca mudanças na infraestrutura para a ocupação, com a abertura de rodovias, a criação de agrovilas, os núcleos de apoio rural, a distribuição de terras, dentre outros fatores. A transformação do espaço amazônico impactou de forma acentuada na atividade produtiva da região. A primeira fase dessa transformação é operada pela execução do Programa de Integração Nacional.

O Programa de Integração Nacional (PIN) foi um plano do governo do General Médici, criado pelo Decreto nº 1.106/70, que tinha por finalidade financiar o plano de obras de infraestrutura para as regiões de atuação da SUDENE e da SUDAM entre os anos de 1971 e 1974. Assim, incluiu-se a destinação de aportes financeiros para financiamento de obras, como as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Além disso, foi realizada a colonização ao longo dessas rodovias e um projeto de reforma agrária para o Nordeste (Brasil, 1970a, p. 1).

Quanto aos investimentos realizados, eles incluíam também um plano de irrigação para o Nordeste. Os recursos de acordo com o decreto nº 1.106/70, no seu art. 4º, seriam provenientes de fontes dos orçamentos anuais e plurianuais, incentivos fiscais, contribuições e doações de empresas públicas e privadas, empréstimos de

instituições financeiras nacionais e internacionais, bem como outras fontes (Brasil, 1970a). Todos esses recursos buscavam resolver mais uma vez o problema da seca na região Nordeste, em especial nos estados do Ceará e Pernambuco, para tanto, reorientava-se a migração de mão de obra do Nordeste em direção à nova fronteira agrícola e afastava a possibilidade de deslocamento para as áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-Sul (Brasil, 1970b, p.29).

Quanto às prioridades do PIN para o desenvolvimento do país, além do decreto, outros documentos importantes fazem parte desse momento. Um desses documentos é o Plano de Ações e Metas do Ministério do Planejamento. O Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, apresentou à Câmara dos Deputados uma exposição de motivos em 17/07/1970, na qual enfatizava que o PIN fazia parte de uma estratégia nacional de desenvolvimento, que envolvia quatro frentes com as quais era preciso ocupar-se. De acordo com Velloso (1970, p. 16):

I – No Centro-Sul, a integração do desenvolvimento industrial acelerado com um crescimento mais rápido da agricultura, a taxas anuais de 6 a 8%, para permitir uma expansão complementar de demanda, interna e externa, nos dois setores, simultaneamente, capaz de sustentar o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) no ritmo programado de pelo menos 7 a 9% ao ano. II – A construção de uma sólida estrutura educacional, científico-tecnológica e industrial, como base do progresso na sociedade moderna e democrática. Assim se poderá tirar o melhor proveito dos recursos humanos do País. III – A consolidação do esforço realizado no período 1964/1969 quanto a infraestrutura econômica de Energia, Transportes e Comunicações. IV – A expansão da fronteira econômica nacional, para tirar proveito da dimensão continental do País, ampliando o mercado interno pela incorporação de novas áreas e, simultaneamente, pela melhor utilização da mão-de-obra abundante.

Assim, o PIN abrangia várias áreas em que o país deveria investir para promover o desenvolvimento econômico, político e social. Para ele, tal como se apresenta no objetivo da primeira frente, o Programa visa a integração do desenvolvimento industrial acelerado ao crescimento da agricultura como meio para promover um aumento do Produto Interno Bruto – PIB. Para tanto, esse desenvolvimento econômico e social deveria estar vinculado à construção de uma estrutura educacional, científico-tecnológica e industrial, além da expansão da fronteira econômica nacional para ampliar o mercado interno.

Tratando-se da Amazônia, esse planejamento promove uma mudança de visão desenvolvimentista, deixando de ser regional para uma nova abordagem inter-regional. De acordo com Velho (2009, p. 198):

Alguns meses depois, em julho de 1970, um Programa de Integração Nacional foi anunciado, substituindo de fato a abordagem desenvolvimentista predominantemente regional dos anos 60 por uma abordagem inter-regional. Migração do Nordeste para a Amazônia era o elo principal entre as regiões nessa abordagem. A imagem parecia ser que era lógico juntar uma região em que havia pouca terra disponível e um excedente populacional e outra em que havia abundância de terras e uma população rarefeita.

Ao alterar o modelo de desenvolvimento regional para o inter-regional, escondiam-se as verdadeiras intenções do capital, que em nome do progresso tomava para si as riquezas produzidas, desapropriando os primeiros ocupantes dessas terras e promovendo uma verdadeira invasão da Amazônia (Martins, 1980, p. 68). Isso explica a enfática defesa do PIN e da sua estratégia de fazer avançar o capital sobre a fronteira amazônica. Para Velloso (1970, p. 27-28):

1) O Brasil empurra a fronteira econômica para as margens do Rio Amazonas, crescendo para dentro, realizando, em grande escala e numa área com importantes manchas de terras férteis, o que a Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala, assistematicamente e em áreas menos férteis. 2) Integram-se a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões [...] 3) Criam-se condições para incorporação, a economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e no sentido da aquisição de poder de compra monetário, de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação tecnológica e a perpetuação de um drama social intolerável.

Esses pontos destacados entre os sete citados no discurso são os que tratam da estratégia para o avanço capitalista na fronteira amazônica e a defesa dos agentes públicos à época. Isso reforça teses já defendidas por Ianni (1979 e 1981) sobre como ocorre a expansão capitalista na Amazônia, na junção das forças entre o grande Capital e Estado e se justifica pelo conjunto de leis criadas no período, que serviram de sustentação para o avanço do capital na região amazônica.

Outro importante documento é o Plano de Metas e Bases elaborado pelo Ministério do Planejamento, em 1970. Ali é possível verificar como o governo planeja as ações e elenca as prioridades, com o intuito de alcançar um outro estágio de desenvolvimento. De acordo com o Documento (Brasil, 1970b, p. 27), as grandes prioridades nacionais, para o período 1970/1973, seriam:

[...] I- Revolução na educação e aceleração do programa de saúde e saneamento. II- Revolução na agricultura-abastecimento. III-

Aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico. IV- Fortalecimento do poder de competição da indústria nacional.

Embora este documento apresente as grandes prioridades, a Amazônia não aparece entre elas, pelo menos não de forma explícita.

Há críticas sobre o avanço dos fluxos populacionais na fronteira, pois com o PIN, a fronteira amazônica sofreu intensa devastação da paisagem natural provocada pelo desmatamento acelerado nas décadas de 1970 e 1980, pois como aponta Mello (2006, p. 27), o PIN “foi um mecanismo financeiro para viabilizar a ocupação e integração da região ao país, e gerou inúmeras alterações nas paisagens amazônicas, marcadas pelos fluxos de população, pelas novas atividades e pelo desmatamento”.

Assim como o PIN, outros dois projetos foram relevantes para o período, o primeiro foi o PROTERRA e o segundo o Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PDAm. Quanto ao segundo, Mahar (1978, p. 36) explica:

Com relação a estratégia de desenvolvimento econômico, estava implícito que a agricultura racional e a pecuária receberiam as mais altas prioridades. Em contraste com os planos anteriores, o PDAm mostrava certo pessimismo quanto à industrialização regional substitutiva de importações. Depois de chamar a atenção para os graves obstáculos à industrialização (por exemplo, a escassez de capacidade empresarial e os limitados mercados locais), recomendava o plano que o futuro desenvolvimento nesse setor fosse orientado para o processamento de produtos primários regionais demandados nos mercados internacionais.

Somado a isso, os projetos prioritários do Plano de Desenvolvimento I envolviam investimentos em áreas como educação e tecnologia, agricultura e abastecimento, na construção de rodovias e os projetos de colonização da Amazônia. Nesse contexto, o desenvolvimento do país dependia de empreendimentos nas quatro grandes áreas: educação, saúde e saneamento; agricultura e abastecimento; desenvolvimento científico e tecnológico e competição industrial (Brasil, 1970b, p. 63-66).

Coube à região amazônica, juntamente com o Centro-Oeste, o papel de desenvolvimento via expansão da fronteira agrícola. Nesse caso, a expansão da fronteira agrícola foi impulsionada pela abertura das rodovias Transamazônica (BR-230), a Cuiabá-Santarém (BR-163) e Cuiabá-Rio Branco (BR-364). Assim, como expresso no plano de metas e bases, dentre as prioridades estavam o projeto de reforma agrária para os estados do Ceará, Pernambuco e Noroeste de Minas Gerais;

a ocupação dos espaços vazios nos vales úmidos amazônicos (Brasil, 1970b, p. 72-73).

A construção das rodovias foi o carro chefe do PIN, pois a ligação com os grandes centros, via terrestre, viabilizaria o escoamento da produção e facilitaria a ocupação antrópica que, até então, tinha o fluvial, como meio de transporte principal. Pela lógica militar, o mesmo raciocínio serve para justificar a continuidade da rodovia ligando a capital Porto Velho-RO. De acordo com o documento (Brasil, 1970b, p. 81):

[...] Com relação a Amazônia haverá entroncamento em Humaitá, com a BR-312, trecho Porto Velho-Manaus. No sentido de Porto Velho, assegura-se a ligação a Rio Branco, no Acre, e a fronteira com o Peru, pela BR-236, bem assim a Cuiabá, pela BR-364. No sentido de Manaus, fica estabelecida ligação com a Guiana e a Venezuela. A interligação com o Planalto Central far-se-á por intermédio da BR-165 e da BR-080.

Toda essa infraestrutura tinha por objetivo não somente ocupar o espaço vazio – ideia disseminada no discurso dos militares para a ocupação da Amazônia – mas, produzir desenvolvimento nos moldes do capital, com base nas condições de cada região. Assim, o carro chefe foi o conceito de integração nacional, fio condutor das linhas mestras do PIN, pelas quais a região amazônica deveria ser integrada aos grandes centros tecnológicos do país. No entanto, o que se escondiam eram os objetivos escusos do capital, que estava na verdade preocupado em explorar os recursos naturais⁴ da região.

Observa-se que a dinâmica da ocupação pelo PIN está intimamente ligada à ocupação dos espaços. Desse modo, para atrair o grande capital foi necessário propor um capitalismo de desenvolvimento extensivo, já que havia grandes extensões de terra a serem ocupadas na região. Sobre as verdadeiras intenções desse desenvolvimento, Maciel (1992, p. 37) explica que:

[...] Por isso, sob os objetivos explícitos do ‘desenvolvimento regional’, da ‘integração aos centros consumidores’, da ‘ocupação do território em função da defesa nacional’, haviam os objetivos implícitos do saque às matérias-primas, particularmente as estratégicas, da glebarização da terra através da instalação de grandes latifúndios, da diminuição das tensões sociais no sul e no nordeste, através de projetos de assentamento de expropriados e, por que não, da redefinição de mercados na América Latina.

Cabe mencionar que o grande Capital se utiliza do meio estatal para apossar-se progressivamente dos recursos existentes na região. Assim, a justificativa para a

⁴ Entre os Projetos destaca-se o “Radar da Amazônia - RADAM” (Brasil, 1978).

implantação da infraestrutura estava ligada ao desenvolvimento do país. Como na região Sul já haviam empreendimentos capitalistas que outrora trabalhavam com a produção para a exportação e na Amazônia havia uma produção rudimentar baseada em técnicas arcaicas, o Estado impulsionou e incentivou, desde então, empreendimentos capitalistas na região. Com um diferencial, enquanto no Centro-Sul se favoreceu o desenvolvimento intensivo do capitalismo, na Amazônia, onde havia terras disponíveis ditas tribais, devolutas, ou mesmo ocupadas, favorece-se um desenvolvimento extensivo do capitalismo (Ianni, 1979, p. 15-16).

Nessa perspectiva, a ocupação da Amazônia pelo PIN pode ser considerada um sucesso pela forma como conseguiu transpor contingentes populacionais, em especial de famílias camponesas, para terras amazônicas. Ao citar a importância da infraestrutura criada e como essa se liga aos polos como planejado a época, Maciel (2004, p. 88) afirma que:

Presumivelmente o deslocamento populacional será facilitado pelo desenvolvimento da infraestrutura, entendo por isto, basicamente, a abertura de malhas rodoviárias, mas não somente. Está implícita aí a teoria espacial dos polos: as rodovias, chamadas de troncais, constituir-se-iam de eixos ligando vários polos (geralmente capitais) de interesse (influência) regional (por exemplo Campo Grande-Brasília-Belém ou Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco) ou vários polos (área-programa) de interesse estratégico (localização), como por exemplo, só para ficar no eixo da BR-364, BR-158 Barra do Garças-Santana do Araguaia com projeto até Altamira, na Transamazônica; BR-163 Cuiabá-Santarém, passando por Sinop, Alta Floresta e Itaítuba; BR-174 Vilhena-Juína com projeto para Juruena e Aripuanã, como se vê, todas no sentido Norte e BR-429 Médici-Costa Marques e BR-421 Ariquemes-Guajará-Mirim, no sentido do vale do Guaporé, fronteira com a Bolívia.

De acordo com o exposto, conclui-se que embora o PIN tenha alcançado seu objetivo com o financiamento de grandes obras de infraestrutura para as regiões de atuação da SUDENE e da SUDAM, faltava, ainda, avançar em outras frentes. É nesse sentido que se cria o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que altera a geopolítica da região, conforme se verá a seguir.

2.3 A geopolítica da Amazônia: o Polamazônia

A discussão sobre a expansão do capitalismo e a sua expansão na Amazônia tem fundamental importância para se entender o que foi e o que representou o Polamazônia para a geopolítica da região. Assim como o PIN, criado em 1970 para

implantar uma infraestrutura que viabilizasse o desenvolvimento, em 1974, cria-se o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA.

Aprovado o decreto nº 74.607/74, o Polamazônia foi criado com o intuito de acelerar o desenvolvimento e reforçar as ações do Programa de Integração Nacional. Conforme consta no art. 1º do decreto, o programa tinha “[...] a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia” (Brasil, 1974a, p.1).

Nesse sentido, o Polamazônia elegeu áreas de atuação prioritárias e definiu um total de 15 polos (Brasil, 1974a, p. 1). Dentro das linhas de atuação do programa, a integração envolvia as áreas de agricultura, infraestrutura econômica, desenvolvimento urbano e infraestrutura social. Isso é o que se pode conferir em SUDAM (2019, p. 7), em que as linhas de atuação do Polamazônia:

[...] são: Agricultura que envolve pesquisas agropecuárias, armazenamento, abastecimento, regularização fundiária, colonização, etc.; Infra- Estrutura Econômica, atuando em Rodovias, aeroportos, portos e vias navegáveis, mineração; Desenvolvimento Urbano, que abrange abastecimento de água, sistema viário, esgotos sanitários, energia, drenagem pluvial, defesa contra erosão e cais de saneamento, etc.; Infraestrutura Social como: Saúde e saneamento, educação, trabalho; Atuando também em outras áreas como: Demarcação indígena, ecologia, industrialização, apoio à pequena e média empresa, apoio logístico.

Com as prioridades do programa definidas em linhas de atuação, o governo estabeleceu critérios de seleção. Assim, cada polo foi selecionado em função das áreas a serem exploradas, fossem de jazidas minerais, reservas de madeira de lei, solos férteis próprios para a prática da agricultura ou capacidade dos cursos de água para geração de energia elétrica (Mello, 2006, p.38).

Para a implantação do Polamazônia, além do Ministério do Interior, ficaram responsáveis a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e o Banco da Amazônia (BASA), esse último responsável pela liberação das linhas de financiamento do programa. Os recursos, de acordo com a legislação, seriam liberados de forma parcelada durante os quatro anos de execução 1974-1978. Assim, foram liberados recursos para o PIN, PROTERRA e os Programas de Desenvolvimento Integrado – PDI (Brasil, 1974b, p. 9).

Essas mudanças impactaram de forma decisiva a geopolítica da Amazônia com a reorganização do espaço geográfico e as relações de poder na região. De acordo

com Becker (2005, p. 71) a geopolítica é “[...] um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico”. Deste modo, todas as transformações evidentes hoje são frutos de decisões que, na prática, induziram o avanço do capitalismo na Amazônia nas décadas de 1970-1980.

É a partir da análise geopolítica que será possível entender as transformações ainda hoje em curso e como o capitalismo continua avançando na região. Para Ianni (1981, p. 134) “[...] A ocupação, colonização e integração da Amazônia – objetivos que aparecem nas propostas geopolíticas – são, ao mesmo tempo, a reabertura da região ao desenvolvimento extensivo do capitalismo, nacional e estrangeiro”. Assim, planos, programas e ações governamentais buscaram estimular e conduzir a sociedade da época para o capitalismo extensivo. Essa observação sobre o conceito de polo de desenvolvimento é pontuada em Maciel (2004, p. 87, 95), exemplificando o caso de Rondônia e a sua colonização integrada.

Como elemento orientador, utilizou-se com grandíssima habilidade a teoria dos polos, conceito-chave para a promoção do desenvolvimento capitalista de forma integrada. Maciel (2004, p. 110) explica que:

[...] a integração econômica e regional se daria – como de fato se deu – pela distribuição territorial da Amazônia e do Centro-Oeste em polos econômicos. Assim, ao Pará couberam os grandes projetos Agrominerais; ao Amazonas, o enclave industrial da Zona Franca; ao Mato Grosso, os grandes projetos agropecuários; e à Rondônia, os grandes projetos integrados, baseados na pequena propriedade agrícola.

Os polos de desenvolvimento, orientador da ocupação na Amazônia não são novos. Conforme é expresso por Denis Mahar (1978), a legislação da chamada Operação Amazônia (1967) foi o marco central para a disseminação da ideia de polos de desenvolvimento. Para Mahar (1978, p. 24) “[...] Essa legislação representou em parte um esforço para implementar os objetivos de criação de “pólos de desenvolvimento” e de ocupação das zonas fronteiriças esparsamente povoadas”. Na sua revisão das políticas de ocupação, Becker (2010, p. 138) afirma que:

Após o primeiro choque do petróleo em 1974, uma estratégia seletiva se implantou: a Polamazônia. Quinze ‘pólos de desenvolvimento’ canalizam os investimentos, cada pólo especializado em determinadas atividades de produção. O governo considerou a colonização lenta e onerosa, e estimulou imigrantes dotados de maior poder econômico, resultando na expansão das empresas agropecuárias e de mineração. A seletividade aumentou com o segundo choque do petróleo e a súbita elevação dos juros no mercado

internacional levando à escalada da dívida externa, que finalmente esgotou esse modelo.

Todo esse movimento de canalização de investimentos gerou uma nova configuração espacial, na qual as rodovias se transformaram no eixo de ligação com o Centro-Sul e a agropecuária foi modificando a paisagem amazônica. Essa nova configuração espacial imposta pela expansão capitalista na ocupação da Amazônia apresenta características bem específicas, pois embora a política do Estado ditatorial tenha se apoiado na ideia de que a região formava um grande espaço vazio a ser ocupado, na verdade essa área já havia, há muito tempo, sido ocupada, seja pelos povos indígenas, seringueiros, caboclos, colonos, posseiros, entre outros. Nesse sentido, Martins (1980, p. 69) faz uma crítica sobre a ocupação, ao dizer que:

Por isso, não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos, na verdade diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os chamados pioneiros não raros se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios.

Esses direitos arrancados pelo avanço do capital mostram como a relação Estado e empresa privada contribuiu com essa invasão. Bem a propósito, Ianni (1981) faz uma análise sobre desenvolvimento extensivo do capitalismo e geopolítica, em especial dos aspectos e interpretações sobre o tema.

Dentre as três questões levantadas, a primeira expõe a relação entre desenvolvimento extensivo do capitalismo, geopolítica e a acumulação primitiva, luta pela terra e o problema da fronteira. Faz-se uma crítica à política de ocupação da ditadura militar para a Amazônia e a sua relação com o capital, além de expor como os empreendimentos governamentais se pautaram com metas que envolviam uma conquista ou mesmo reconquista geopolítica da Amazônia. Por fim, expõe-se como os envolvidos (governantes, latifundiários, fazendeiros, empresários ou seus funcionários) colocam a problemática da Amazônia em termos de progresso, celeiro, ocupação de espaços vazios, entre outros lemas da ideologia das classes dominantes (Ianni, 1981, p. 131, 132, 135, 139).

Isso explica o processo de ocupação violenta na Amazônia apoiado pelo aparelho estatal e militar, uma mudança geopolítica provocada pelo avanço do grande capital e pelo processo de desenvolvimentos extensivo.

Tratando-se do avanço do capitalismo na Amazônia e das suas particularidades, pode-se afirmar que os programas do período da ditadura militar

foram o carro chefe para alavancar e impulsionar as relações capitalistas na região. Esta seção, buscou mostrar a transformação do modelo econômico extrativista, a partir dos Acordos de Washington, para o modelo agropecuário e mineral, iniciado com a Operação Amazônia, passando pelo PIN, até o Polamazônia.

É nesse contexto que os projetos de ocupação deram o tom da colonização integrada em Rondônia.

3 RONDÔNIA E MACHADINHO D'OESTE: DA COLONIZAÇÃO INTEGRADA AOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO

O estudo sobre a ocupação de Rondônia tem se realizado pelas mais variadas áreas do conhecimento e por uma gama de cientistas. Destacam-se entre esses, geógrafos como Lima (1997), na descrição dos aspectos físicos e políticos da geografia local, e Becker (2005 e 2009), na análise sobre a geopolítica amazônica e a expansão da fronteira agrícola em Rondônia. Nascimento, Santos e Silva (2012) também analisam o espaço urbano rondoniense, em especial, o crescimento de Porto Velho-RO.

As pesquisas de historiadores como Perdigão e Bassegio (1992), Fonseca e Rabello (2015) analisam o processo de ocupação socioeconômica de Rondônia. Os estudos sociológicos de Ianni (1979 e 1981) trabalham sob a ótica da expansão capitalista na Amazônia e em Rondônia e, Martins (1980), sobre a teoria das frentes pioneira e de expansão. Pode-se citar, ainda, ecólogos como Miranda (1987) e cientistas socioambientais como Maciel (2004), que a partir da “colonização integrada” analisa a ocupação de Rondônia e a formação de um novo tipo de campesinato.

Contudo, afinal o que foi a colonização integrada? De acordo com Maciel (2004, p. 21), a colonização integrada “compreende a forma como a ocupação do espaço geográfico é pensada, e não só o modo como é concebida uma estrutura agrária socialmente equitativa, mas também economicamente integrada e viável”. Assim, as três dimensões, ora apresentadas, na análise da colonização integrada, são assim detalhadas: a primeira, diz respeito a ocupação do espaço geográfico, haja vista que o planejamento da ocupação espacial e construção de infraestrutura básica são chaves deste modelo; a segunda, relacionada a divisão social equitativa, tanto das terras quanto dos recursos, o motor que possibilita o desenvolvimento; e, a terceira, à viabilidade de integração econômica, que é determinada pelo preço da produção nos mercados locais, nacionais e internacionais, bem como os custos dessa produção (Maciel, 2004).

É a partir desse modelo de ocupação aplicado ao Território Federal de Rondônia, que a migração advinda do eixo Sul-Norte e Nordeste-Norte, a partir da década de 1970 do século passado, é impulsionada, dada a escassez de terras para cultivo nessas regiões e a disponibilidade de terras na Amazônia.

Essa ocupação antrópica⁵ em Rondônia não ocorreu sem conflitos, haja vista as dificuldades enfrentadas pelo INCRA – órgão responsável pelo corte e distribuição de terras na região – na organização dos assentamentos e distribuição dos lotes, dado o aumento populacional provocado pela migração nas décadas de 1970 e 1980. Entretanto, para confirmar essas afirmações sobre o aumento populacional, os dados estatísticos disponíveis da época são fundamentais (IBGE, 1960; 1970; 1980; 1991; 1995-96; 2000; 2006; 2010; 2017), além dos estudos que analisaram a situação da fronteira agrícola na Amazônia e em Rondônia (Ianni, 1981; Martins, 1980; Foweraker, 1982; Becker, 2005; Maciel, 2004).

Embasado nos dados estatísticos e nas discussões teóricas já realizadas sobre a temática, esta seção tem por objetivo caracterizar a ocupação socioeconômica de Rondônia e Machadinho d'Oeste, a partir das transformações resultantes da colonização integrada nos projetos de assentamento.

Assim, a seção está dividida em quatro subseções: a primeira, aborda o conjunto de teorias da fronteira composto pela doutrina de ocupação dos espaços vazios, teoria das frentes e teoria da dinâmica inovativa; a segunda, o movimento dos Projetos Integrados de Colonização ao Projeto de Assentamento Rápido; a terceira, vai da fase dos Projetos de Assentamento Rápido aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária; e, a quarta, tratará de Machadinho d'Oeste, sua formação política, socioeconômica e educacional.

3.1 Teorias da Fronteira: doutrina de ocupação dos espaços vazios, teoria das frentes e teoria da dinâmica inovativa

O processo de ocupação socioeconômica de Rondônia e Machadinho d'Oeste é caracterizado pelos intensos fluxos migratórios, incentivos a um modelo produtivo ligado as atividades agropecuárias, além da valorização da terra.

Entender toda essa dinâmica, só será possível por um referencial teórico-metodológico que permita ver a luz de uma teoria esse movimento. Deste modo, as teorias da fronteira utilizadas para fundamentar este estudo, são importantes lentes pelas quais se pode vislumbrar uma análise posterior.

Optou-se por trabalhar com três teorias da fronteira por tratarem da ocupação da fronteira amazônica. A primeira, é composta pelo que historicamente se chama de

⁵ “Ocupação antrópica” é um termo utilizado para explicar as transformações ocorridas no espaço geográfico pela ação humana. Esta deriva do conceito “Antropismo” utilizado na geografia para definir a alteração no meio físico causada pela ação humana agregado ao conceito de ocupação.

doutrina de ocupação dos espaços vazios, seus fundamentos estão prescritos nos documentos oficiais que demarcam o lançamento do PIN (Brasil, 1970; Velloso, 1970), este modelo é duramente criticada por Ianni (1981), por sua aproximação entre Capital e Estado no avanço sobre a Amazônia; a segunda, é a teoria das frentes (Martins, 1980) que explica como as frentes de ocupação avançaram sobre os territórios já ocupados na Amazônia e provocaram uma verdadeira invasão; a terceira, a teoria da dinâmica inovativa (Costa, 2000; Maciel, 2004), a partir destas é que se analisará o processo de ocupação de Machadinho d'Oeste.

A política de ocupação da Amazônia, proposta pelo governo militar, tinha como prerrogativa ocupar os espaços vazios. Deste modo, a região amazônica se torna alvo de um outro modelo de ocupação – diferente do modelo extrativista do passado – com a agropecuária como principal atividade na ocupação desse espaço (Brasil, 1970; Velloso, 1970; Ianni, 1981; Martins, 1980; Castro; Campos, 2015). Entretanto, em contraste com o discurso governamental, a região já havia a tempos sido ocupada, por uma população nativa, conforme enfatiza Martins (1980, p. 68-69) ao dizer que:

Na verdade, porém, a Amazônia não é nenhum deserto a ser ocupado. A região amazônica já foi ocupada segundo os critérios e as circunstâncias em que essa ocupação se deu. O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores

Para Martins os critérios de ocupação da região já haviam sido determinados pelas circunstâncias, a saber o extrativismo que perdurou por mais de dois séculos. E, portanto, o novo modelo, só teria êxito com a expulsão dos antigos ocupantes e a abertura de espaço aos recém chegado, estes alinhados às práticas capitalistas de produção. Neste sentido, o modelo agora aplicado revogar e anular os anteriores, já que a relação homem natureza na extração das riquezas naturais abre espaço para a derrubada da floresta e o cultivo de atividades agropecuárias.

Assim, a ocupação dos espaços vazios proposta pelo governo militar é criticada por Martins (1980, p. 81-82), ao dizer que:

Portanto, a doutrina da ocupação dos espaços vazios produz concretamente, pelo caminho que está sendo seguido, o esvaziamento dos espaços ocupados. A Amazônia não é um deserto a ser ocupado. Na pressuposição dos tecnocratas não entrou dado prévio sobre a já existente ocupação da Amazônia por índios e posseiros e muito menos entrou em cogitação o povoamento da região que se daria em consequência das próprias medidas de política econômica concentracionista [...]

Nesse sentido, a política de ocupação do governo militar se materializa com a expulsão dos posseiros dos seus territórios, com o estímulo do Estado brasileiro.

Dentre os fatores que justificam a ocupação da Amazônia, Velho (2009) elenca dois: o primeiro, a mecanização das terras no Centro-Sul, que provocou a redução das plantações de café; o segundo, o fechamento da fronteira do Sul em especial no Paraná. Esses fatores geraram uma pressão, que fez o governo estimular o deslocamento para a fronteira amazônica (Velho, 2009, p. 203).

Nesse contexto, a teoria das frentes elaborada por Jose de Souza Martins no Brasil, faz uma análise da ocupação do espaço amazônico, mostrando que na Amazônia houve distintas formas de ocupação do espaço e de deslocamentos econômicos das populações para a região. De modo que, faz uma crítica aos defensores da ideia de que a ocupação amazônica se deu nos moldes da zona pioneira do modelo norte-americano que entendia como pioneiros os desbravadores que fizeram parte do movimento conhecido como “marcha para o Oeste”. Este explica que esta ideia é ambígua e insatisfatória, pois no caso brasileiro essa ocupação se deu de forma distinta (Martins, 1980, p. 70).

Essa explicação, mostra como as relações no campo vão se modificando. Sobre essas mudanças, Martins (1980) explica que as diferenças são observadas nas relações de exploração da força de trabalho. Na forma tradicional, havia uma agregação entre posseiros, sesmeiros e outros. Já na nova forma de ocupação, essa agregação simplesmente desaparece (Martins, 1980, p. 73-74).

Assim, ao invés de falar em uma zona pioneira, Martins expressa esse movimento por frentes: a de expansão e a pioneira. A frente de expansão caracterizada pelos deslocamentos que ocorrem dentro dos territórios tribais, ainda não explorados e tem o posseiro como seu principal agente de penetração. Já a frente pioneira é manifesta por um movimento de característica empresarial rural nos moldes da grande empresa capitalista na ocupação territorial, em que a fazenda, a estrada, o juiz, entre outros, são a expressão máxima desse movimento. As duas frentes se materializam numa combinação para a ocupação e com conflitos dos mais variados, na luta pela posse da terra (Martins, 1980, p. 74-75; 1996, p. 30).

Assim, a penetração do grande capital conforme propõe Martins (1980 e 1996) ocorre com a expulsão dos pequenos agricultores⁶, num movimento de aquisição por

⁶ Entenda-se que essa expulsão é causada pela inviabilidade da atividade produtiva. Essa explicação é camponesa, que não diversificando a sua produção torna a sua atividade insustentável.

parte daqueles com maior capital, das propriedades menores anexando-as, formando as fazendas e empurrando esses pequenos para outra parte da fronteira.

Cabe mencionar que a frente pioneira amazônica teve como principal impulsionador o Estado brasileiro, responsável pela maior política de ocupação já vista nos anos de 1970. Sobre esse aspecto, uma das críticas a essa frente feita por Mello (2006, p. 36), explica que “[...] as operações pioneiras criaram poucos empregos na agricultura e indústria, ou no máximo empregos temporários [...]”, assim a teoria de ocupação dos vazios é um engodo para uma ocupação da empresa capitalista, que precisa de grandes extensões de terra e emprega pouca mão de obra nas atividades, haja vista a disponibilidade de aparato tecnológico para a produção

Ao abordar a nova frente, Becker (2005, p. 81) explica que a novidade sobre a expansão das frentes está na sua nova configuração:

Assim, o que há de novo na expansão das frentes é que são comandadas por madeireiras, pecuaristas e sojeiros já instalados na região, que a promovem com recursos próprios. Não se trata mais, pois, de uma expansão subsidiada pelo governo federal, como foi a da fronteira nos anos de 1970.

Diferente dos movimentos tutelados pelo Estado brasileiro nas décadas de 1970, em que tanto o posseiro como o fazendeiro eram agentes importantes na ocupação dos espaços vazios, o que se observa agora é uma outra forma de avanço das frentes de expansão e pioneira, que interfere diretamente na oferta da educação rural. Enquanto no período da ocupação recente se criavam escolas para o atendimento de uma demanda, com o passar dos anos e com as transformações socioeconômicas em curso, parte dos pequenos agricultores expropriados tem duas saídas: a primeira é a venda da propriedade rural para um outro agricultor com melhores condições financeiras; a segunda, é o abandono da propriedade ou arrendamento, já que este não tendo condições de se manter na propriedade migra para a cidade.

O que nos leva à análise por outra importante teoria da fronteira: a teoria da dinâmica inovativa. De acordo com Costa (2000, p. 120), a dinâmica inovativa resulta:

[...] fundamentalmente da motivação de seus membros em despendere o trabalho extraordinário que se faz necessário e da disponibilidade efetiva (quer dizer, objetiva) de trabalho para tanto – esta determinada pelas condições sociais de sua reprodução.

Assim, a quantidade de trabalho despendida para a produção não só da subsistência, mas também para o mercado, é fator determinante para a inovação. Essa relação se materializa pelo que Costa (2000, p. 121) define como propensão ao investimento, que se dá pela quantidade de trabalho extra e o seu tempo potencialmente utilizável.

Nesse sentido, a dinâmica inovativa se expressa na eficiência reprodutiva e nos seus estágios. De acordo com Costa (2000, p. 123), esses estágios estariam divididos em três momentos, no:

Primeiro, permitem a hipótese de que, em relação às propensões e à capacidade de mudar, as unidades camponesas apresentam três padrões de comportamento, correspondentes a três conjuntos de situações quanto à eficiência reprodutiva e quanto ao padrão reprodutivo. [...] *Segundo* um padrão reprodutivo entra em crise sempre que i^* se mostrar sistematicamente maior que $imax$. É que, em tais condições, os esforços exequíveis para a mudança tornam-se incapazes de repor o sistema nos níveis de eficiência que configuram a vigência do padrão reprodutivo. Nesse quadro, realiza-se uma dinâmica viciosa – taxas cada vez menores de h – que tendencialmente leva o sistema ao seu limite máximo de esforço, em que Hr tende a se igualar a Ht . Nessa região instala-se o estado de crise do sistema. [...] *Terceiro*, a saída de um estado de crise encontra uma barreira dada por i^* . Ao contrário do estado de vigência do padrão reprodutivo, seu estado de crise exige saltos: grandes esforços de mudança de uma só vez ou grandes mudanças nas variáveis que determinam h . Se $i^* > imax$, a unidade produtiva não tem como sair da crise com seus próprios meios.

A propensão ao investimento $imax$ é expressa pela proporção de trabalho extraordinário e é um fator determinante para a saída de um estado de crise. Entretanto, muitos camponeses migrados para Machadinho D'Oeste não possuíam esse excedente de mão de obra. O estudo de Miranda (1987, p. 22), que traçou um perfil dos colonos da região, verificou que as famílias eram compostas, na sua maioria, por cerca de cinco pessoas e que no máximo três ajudavam na atividade agrícola. Assim, a aplicação dessa teoria deverá ser observada em campo na coleta de dados.

De acordo com o apresentado, uma unidade camponesa para se viabilizar, necessita de eficiência reprodutiva, que fará com que adquira um padrão reprodutivo. Entretanto, se todo esse esforço fracassa, essa unidade entra em estado de crise, em que a saída exigirá uma mudança drástica, que poderá materializar-se no arrendamento da terra ou mesmo a venda.

Uma vez que o estudo de Costa (2000) apresenta os dados de unidades camponesas de Capitão Poço (PA), é preciso apresentar outras pesquisas realizadas

em outras partes da Amazônia, como no caso a pesquisa de Maciel (2004), que aborda a dinâmica produtiva do campesinato rondoniense. De posse de dados sobre a produção da região, tem-se como orientação teórica, a teoria das frentes e a teoria da dinâmica inovativa. Isso contrapõe as duas posições para explicar o modelo de ocupação de Rondônia. Desse modo, Maciel (2004, p. 121) explica que:

Sem embargo, a teoria da dinâmica inovativa, tal como se descreveu na seção '1.1.', deste estudo, se contrapõe às teorias que pensam a economia camponesa como incompatíveis ao desenvolvimento capitalista. Em seus testes de campo, no município de Capitão Poço, observou-se que o desempenho dinâmico do setor primário da economia desse município residia no fato de que os camponeses substituíram a shifting cultivation, agricultura itinerante de corte e queima, pelo cultivo de culturas perenes e semiperenes [...] Como em Rondônia esse sistema de trabalho (a shifting cultivation) não teve nenhuma importância para o colono – porque, quando muito, isso fez parte apenas do trabalho inicial de ocupação da terra, passando imediatamente ao trabalho racionalizado determinado pela produção comercial – a dinâmica inovativa se constituiu através da substituição da lavoura temporária pela pecuária de leite [...]

Isso demonstra, como no caso de Rondônia na região de Ariquemes, que esse movimento teórico foi encontrado, mas com distinção. Entretanto, seria possível numa mesma região encontrar um movimento das duas teorias em espaços distintos, mas simultâneos?

De acordo com as teorias da fronteira apresentadas, essas determinações devem se pontuadas a partir de análise cuidadosa da realidade, pois cada teoria aborda a realidade de forma distinta, podendo o pesquisador contrapô-las ou não. Essa é uma questão que, só a partir da observação da realidade de Machadinho d'Oeste, se poderá explicar. Segundo Maciel (2004), a teoria da dinâmica inovativa em Rondônia já se expressa num outro estágio, o da substituição da lavoura temporária pela pecuária de leite.

3.2 Dos Projetos Integrados de Colonização (PIC/PAD) aos Projetos de assentamento Rápido (PAR)

Os projetos de colonização na Amazônia e a ideia de ocupação dos espaços vazios foi o mote dos governos militares no Brasil, para diminuir as pressões sociais que ocorriam no Centro-Sul. Nesse sentido, o processo migratório ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 trouxe para a região levas de trabalhadores das mais diversas categorias - rurais, desempregados, expropriados, superexplorados – em

busca de terras (Ianni, 1981). Sobre esse momento e a forma como o governo da ditadura militar recriou a Amazônia como fronteira, Ianni (1981, p. 141) explica:

[...] Todas as formulações dos governantes, sejam as “técnicas”, sejam as ‘ideológicas’, todas deram alguma, ou muita, ênfase à ideia de ocupar e integrar. Tratava-se de preencher o vazio demográfico, ou o vazio econômico. Era preciso colonizar, desenvolver, articular, vertebrar. Como se fora uma ilha solta no espaço geopolítico, ou econômico, os governantes se preocuparam em despertar a Amazônia e desenvolver ali laços com o Centro-Sul.

Isso demonstra como os estados mais novos, que nas décadas de 1960 e 1970 eram territórios federais, sofreram influência direta desse processo migratório, em particular Rondônia. Sobre esse momento, Maciel (2012, p. 136) explica que:

É desse modo que Rondônia passa a ser o palco da maior explosão populacional da década de 70. A população que havia aumentado 64,7%, de 1960 para 1970; na década de 70, sobe para impressionantes 331,4% de crescimento absoluto, enquanto que a taxa média geométrica chega a 15,74% de crescimento anual. Na década de 80, embora haja uma contenção do crescimento exponencial, o crescimento absoluto chega a 124,7%, mais que duplicando a população, e a taxa média geométrica anual a 7,64%, o dobro da região norte (3,85%) e o quádruplo da média brasileira (1,77%).

Os dados demonstram como os projetos elaborados pelo governo militar impactaram a região. Se por um lado o aumento populacional foi visto como algo positivo, por outro o lado negativo se apresentou pelas condições de permanência desses contingentes imigrados no território. Assim, fatores diversos, tais como, condições climáticas, doenças tropicais da região, a exemplo da malária, indisponibilidade de terras para todos, além das dificuldades em domar uma terra, estão entre os que dificultaram a permanência de parte desses contingentes na região.

Essas influências da migração, advinda do Centro-Sul, impõem à região, ainda, um novo padrão cultural, para além da explosão demográfica, pois os imigrantes trouxeram a sua cultura, religião, culinária própria e estilo musical, de forma impositiva, aos primeiros habitantes locais. Assim, conforme se avançavam as relações capitalistas, a cultura local com sua música, culinária, danças, vai perdendo espaço para uma cultura massificada, guiada pelos interesses capitalistas. Esse modelo determina as relações tanto econômicas quanto culturais, tornando muito difícil a resistência (Maciel, 2012, p. 141-148).

Paralelo a isso, ocorre o avanço sobre a fronteira agrícola impulsionada pelos projetos em execução. Sobre esse avanço, Becker (2005) explica que existiam dois movimentos pressionando a fronteira, distinguindo-se da seguinte maneira: o primeiro seria um movimento ligado ao grande capital e as suas estruturas, que enxerga o desenvolvimento como produto da expansão da fronteira; já o segundo é ligado aos movimentos sociais, numa defesa da pequena propriedade e no desenvolvimento menos agressivo ao ambiente.

Assim, o primeiro movimento, segundo Becker (2005, p. 72), é explicado pelo conceito de economia de fronteira “[...] significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos”. No caso de Rondônia, parece que o conceito se aplica perfeitamente à região, já que a população migrada tinha uma visão desse espaço como que de recursos infinitos, o que pode explicar o desenvolvimento acelerado ocorrido no estado.

Posto isso, é fundamental caracterizar o estado de Rondônia, seus programas de assentamento, dados da evolução populacional, além da forma em que ocorre a ocupação territorial e uso da terra.

O estado de Rondônia faz parte da região norte do Brasil e foi desmembrado dos estados de Mato Grosso e Amazonas, em 1943, pelo Decreto-lei nº 5. 839/43, passando a ser Território Federal do Guaporé. Já no ano de 1956, é renomeado para Território Federal de Rondônia. Em 1982, com a aprovação da Lei nº 41/82, é criado o estado de Rondônia. O estado tem como limites os estados do Mato Grosso, Amazonas, Acre e Bolívia. Possui atualmente 52 municípios e ocupa uma área de 237.765,293 km² (Lima, 1997, p. 13; SUDECO, [1974], p. 2).

A partir dos anos 1970, o crescimento populacional do estado de Rondônia foi impulsionado pelos Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD), Projetos de Assentamento Rápido (PAR) e os Projetos de Assentamento (PA), conforme as orientações políticas do governo federal (Perdigão; Bassegio, 1992 p. 78). Com imigração majoritária do Sul e Sudeste do país, o estado, por duas décadas, 1970 e 1980, foi o que apresentou a maior taxa de crescimento populacional do país (Maciel, 2012). Apresentar-se-á aqui os principais projetos integrados de colonização para se caracterizar a *posteriori* o que foi a colonização integrada.

A ocupação socioeconômica em Rondônia estimulada pelo Estado brasileiro é frutos dos vários projetos de colonização⁷, dos quais os PICs são os primeiros. Mas afinal, quais eram os objetivos dos PICs? Ao destacar a origem dos PICs e seus objetivos Maciel (2004, p. 22) enfatiza que esses projetos:

[...] foram criados para atender a demandas específicas, direcionadas pelo governo, e seletivos, no sentido de que priorizou a origem camponesa e a origem da emigração, e no sentido de que os lotes foram distribuídos ou financiados de acordo com as posses iniciais ou do número de filhos da família.

Nesse cenário, com o intuito de assentar famílias que buscavam terra, são criados cinco PICs em Rondônia entre os anos de 1970 e 1975 (Fonseca; Rabello, 2015, p. 504; Oliveira, 2010, p. 36). O primeiro e maior deles, criado no ano de 1970, foi o PIC Ouro Preto, os demais foram criados ao longo dos anos de 1971 a 1975. Esses projetos se destacaram pela oferta de infraestrutura e assistência técnica às famílias assentadas. A tabela a seguir destaca os Projetos Integrados de Colonização, sua localização, área em hectares, data de criação, e número de famílias assentadas.

Tabela 3 - Projetos Integrados de Colonização – PIC de 1970 a 1975

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	SUPERFÍCIE(HA)	DATA DE CRIAÇÃO	FAMÍLIAS ASSENTADAS
PIC OURO PRETO	Ouro Preto do Oeste, Teixeiraópolis, Nova União, V. do Paraíso e Ji Paraná	512.585	19/06/1970	5.164
PIC SYDNEY GIRÃO	Nova Mamoré	69.749	13/08/1971	686
PIC JI-PARANÁ	Cacoal, R. de Moura, Primavera de Rondônia e Santa Luzia	486.137	16/06/1972	4.756
PIC PAULO ASSIS RIBEIRO	Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara e Cabixi	293.580	04/10/1973	3.094
PIC PE. ADOLPHO ROHL	Jaru, Gov. Jorge Teixeira, Theobroma e Vale do Paraíso	407.219	20/11/1975	3.786
TOTAL		1.769.270		17.486

Fonte: Maciel (2004, p. 282)

É válido analisar que os fluxos populacionais impulsionados pelos PIC são decorrentes da segunda corrente migratória para a região. Essa, segundo Martins (1980, p. 84), “[...] vai do Sul para a Amazônia ocidental, principalmente para Rondônia e Mato Grosso”. Essa migração decorre de fatores, tais como a concentração de terras e fragmentação dos imóveis rurais no Sul. Convém ressaltar, que as famílias

⁷ É importante salientar que antes da implantação da colonização realizada pelo Estado houve tentativas fracassadas de projetos de colonização privadas. Ver a propósito, Maciel (2004, p.92) e Lima (1997, p. 75).

camponesas têm como características o grande número de membros na família, sendo considerada uma unidade familiar que não emprega trabalho assalariado em sua propriedade (Chayanov, 1975, p. 15).

Outro componente que empurrou os migrantes do estado do Paraná para Rondônia, segundo Martins (1980, p. 84) foi “[...] a concentração da propriedade e da exploração, pela mecanização[...]”. Nesse contexto, o estado de Rondônia via colonização oficial e o estado do Mato Grosso via colonização particular são afetados de forma distintas, em que ao primeiro coube a colonização integrada com a distribuição de terras para a formação da pequena, média e grande propriedade, com destaque para a pequena propriedade. No segundo, havia os grandes empreendimentos voltados para o agronegócio⁸.

Cabe mencionar que os primeiros PICs, além de serem uma proposta que fora pensada no âmbito do PIN para a colonização ao longo das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, distinguem-se dos demais projetos que o sucederam pela forma em que organizou a ocupação de terras, os seus objetivos, extensão dos lotes, seleção das famílias, entre outros fatores.

Além dos PICs e PADs outros projetos pouco explorados na literatura que trata da ocupação em Rondônia são os Projetos Fundiários - PFs. Esses projetos tinham como objetivo regularizar a situação de famílias assentadas irregularmente, conforme os projetos do INCRA, resolvendo disputas de terras, no intuito de legalizá-las (Foweraker, 1982, p. 180-181).

Em Rondônia, além dos PIC, PAD, PAR e PA, foram criados em 1975 quatro Projetos Fundiários (PFs): o PF Jaru-Ouro Preto, com sede em Ji-Paraná; o PF Corumbiara, com sede em Pimenta Bueno; o PF Guajará-Mirim, com sede na mesma cidade, e o PF Alto Madeira, com sede em Porto Velho-RO. Esses projetos tinham como características resolver os problemas causados pelos conflitos e as tensões sociais decorrentes de ocupação de terras (Rondônia, 1998, p. 33-34).

Em relação a esses conflitos, uma das causas foi a ocupação desordenada ocasionada pelo grande fluxo migratório para a região. Além disso, o INCRA não tinha

⁸ De acordo com Araújo (2007, p. 20) é necessário “compreender o agronegócio dentro de uma visão de sistemas que engloba os setores denominados “antes da porteira”, “durante a” porteira” e “após a porteira”. O conjunto desses setores, seja a totalidade da produção agropecuária num sistema integrado formam as bases do agronegócio. É importante salientar que o mesmo ainda se divide em agronegócio empresarial e familiar, indicativo de expansão e fortalecimento de um setor que a cada dia no Brasil se impõe pela lógica do capital.

a real dimensão da faixa de terra pertencente ao governo e quais eram as terras de domínio particular. Isso permitiu a ação de grileiros, posseiros, fazendeiros, que tendo melhores condições, registravam as propriedades como se particulares fossem, quando, na realidade, tratavam-se de terras devolutas (Rondônia, 1998, p. 34-35).

Ao final da década de 1970 e início da década de 1980 do século passado, após o sucesso dos PICs, PADs e PFs, o estado de Rondônia adota um modelo de ocupação distinto dos anteriores. Buscando assentar os contingentes de famílias que haviam migrado em busca de terra, o INCRA cria os Projetos de Assentamento Rápido (PAR).

Os PARs foram criados para resolver o problema de cerca de 16 mil famílias que se encontravam à espera dos seus lotes. Assim, os lotes tinham em média 50 hectares, medindo 250 metros de frente e 2000 de fundo (Oliveira, 2010, p. 38-40). Esse projeto dá origem a algumas cidades que, mais tarde, tornam-se sedes dos seus municípios, como foi o caso de Nova Brasilândia D'Oeste, São Miguel do Guaporé e Vale do Anari (Oliveira, 2010, p.40).

Muito embora fosse objetivo do PAR, assentar as 16 mil famílias, apenas 12 mil foram assentadas, restando 4 mil famílias cadastradas a serem assentadas. Entretanto, dados apresentados em estudos sobre o PAR, trazem interpretações distintas. É o caso dos documentos sobre o levantamento socioeconômico de Rondônia (1989, p. 32), que afirma ter sido implantado apenas 1 PAR no ano de 1980. Já Oliveira (2010, p. 322) explica que o PAR foi implantado em várias glebas e que estas foram responsáveis pelo surgimento dos povoamentos que deram origem a alguns municípios. Todavia, Fonseca e Rabello (2015, p. 508) apresentam os seguintes PAR: o BR 364, o Gleba G e o Jacundá.

Após a implantação do PAR 1980-1981, foram criados os Projetos de Assentamento (PA), no ano de 1982. Dentre esses, destacam-se quatro grandes PA, são eles: Machadinho, Urupá, Bom Princípio e Cujubim. Eles foram implementados no período de 1982 a 1985 para atender às famílias remanescentes das 16 mil que não foram atendidas pelo PAR.

3.3 Dos Projetos de Assentamento Rápido aos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária

Dentre os projetos de assentamento, destaca-se, aqui, o PA Machadinho, aprovado pela resolução nº 25, que tinha dois incisos aos quais detalhavam as etapas e início das atividades relativas à sua execução (Oliveira, 2010, p. 173). Embora criado

em 1982, as obras de abertura de estradas e implantação de infraestrutura básica só começaram a ser realizadas a partir de 1983 e as primeiras famílias assentadas em 1984, conforme é apontado nos estudos sobre o projeto (Oliveira, 2010, p. 175-178; Guedes *et al.*, 2015, 198; Guedes *et al.*, 2017, p. 276).

No estado de Rondônia, os projetos de assentamento da reforma agrária se concentraram segundo o estudo de Oliveira (2010), pós 1985, em três períodos: o primeiro que vai de 1985 a 1994, com um total de 24 projetos e uma área de 439.355 hectares, o segundo, de 1995 a 2002, que teve 75 projetos distribuídos em uma área de 1.114.897 hectares, e o terceiro de 2003 a 2007, com 44 projetos distribuídos numa área total de 473.696 hectares (Oliveira, 2010, p. 332).

Assim, enquanto os projetos da ocupação no período do governo militar são marcados pela distribuição de terras acima de 100 hectares, os projetos da reforma agrária vão distribuir em média 50 hectares. Nesse contexto que o PA Machadinho é criado, com a tarefa de alocar aqueles que estavam à espera de um lote para fixar moradia junto com a família.

A diferença na comparação entre o PIC Sydney Girão e o PA Lajes quanto ao número de famílias assentadas, enquanto o primeiro, na década de 1970, assentou 686 famílias, o segundo implantado na década de 1990, assentou quase o dobro. Isso leva à conclusão que o tamanho da propriedade diminuiu.

É o que ocorre após o ano de 1985, um novo modelo ainda com demarcações menores é implantado em Machadinho D'Oeste, conforme pode se conferir a seguir.

Tabela 4 - Projetos de Assentamento da Reforma Agrária em Machadinho D'Oeste a partir de 1985

PROJETOS	SUPERFÍCIE(HA)	DATA DE CRIAÇÃO	FAMÍLIAS ASSENTADAS
PA SANTA MARIA	10.693,0744	29/12/1995	233
PA TABAJARA	14.036,1005	29/12/1995	230
PA PEDRA REDONDA	12.224,4218	29/12/1995	159
PA UNIÃO	24.757,0362	18/08/1996	552
PA LAJES	62.365,8002	09/10/1996	1293
PA TABAJARA II	38.400,7054	09/10/1996	601
PA SANTA MARIA II	38.400,7054	09/10/1996	555
PA CEDRO JEQUITIBÁ	6.218,5300	23/12/1998	183
PA AMIGOS DO CAMPO	7.512,4304	18/01/1999	126
PA ASA DO AVIÃO	2.532,2606	28/07/1999	49
PA BELO HORIZONTE	18.062,7305	26/10/2012	327
TOTAL	331.441,4254		4.308

Fonte: INCRA/SDM (2021) e MACIEL (2004, p. 282)

Muito embora se tenham assentadas mais famílias em um número maior de assentamento, a população de Rondônia não teve elevado crescimento como os ocorridos entre 1960 e 1991. Isso pode ser visualizado nos dados sobre a população de Rondônia a partir de 1960.

Tabela 5 - População total, urbana e rural em Rondônia (1970-2020)

Ano	Total	Urbana	Rural
1960	70.783	30.842	39.941
1970	111.064	59.564	51.500
1980	491.025	228.539	262.530
1991	1.130.874	658.172	472.702
2000	1.380.952	884.785	496.167
2010	1.562.409	1.149.180	413.229
2022	1.581.196	-----	-----

Fonte: IBGE (2022)

Os dados da população demonstram como o crescimento populacional esteve diretamente ligado aos projetos de integração. Isso ocorre, pois entre a década de 1970 e 1980 e a de 1980 para a de 1991 o crescimento da população se eleva, reflexo da política migratória e da ocupação fora do eixo da BR 364.

Outrossim, um fator importante está relacionado ao quantitativo da população urbana e rural, pois só a partir do censo de 1991 é que a população urbana ultrapassa a rural. Isso é explicado pela forte migração para a capital Porto Velho, que recebe essas pessoas na década de 1980 de vários locais do país.

A instalação do estado de Rondônia também contribui, pois com a abertura de concursos e a implantação da burocracia estatal faz chegar as cidades um contingente migrado em especial do estado do Amazonas. Segundo Nascimento, Santos e Silva (2012, p. 36):

Um dos pontos que merecem ser destacados neste momento é que os dois maiores índices de migração para Porto Velho foram do estado do Amazonas, seguido pelo estado do Acre tanto em números de migrantes que se deslocaram como no total, levando-se em consideração todo o estado. De todos os amazonenses que migraram para Rondônia 85% se deslocaram para Porto Velho e 84,88% dos acreanos que se deslocaram para o estado, se estabeleceram em Porto Velho.

Isso explica uma mudança no campo, já que as culturas permanentes e temporárias vão dando lugar as pastagens. Os dados da Tabela 6 destacam a utilização das terras no estado de Rondônia entre 1975 e 2017.

Tabela 6 - Utilização das terras, segundo os resultados dos Censos de 1975, 1980, 1985, 1995-1996, 2006 e 2017 - Rondônia

Utilização das terras (ha)	1975	1980	1985	1995-96	2006	2017
Estabelecimentos	25.483	48.371	80.615	76.956	87.078	91.437
	3.082.052	5.927.630	6.032.975	8.890.440	980.843.868	19.259.932
Área Total (ha)						
Lavouras permanentes (2) (3)	45.763	170.178	215.465	254.334	254.151	125.793
Lavouras temporárias (3) (4)	147.700	203.253	315.078	177.974	249.876	325.288
Pastagens naturais	60.046	242.653	221.572	343.369	279.350	228.393
Pastagens plantadas (3) (5)	164.524	510.184	879.304	2.578.700	4.565.835	5.860.878
Matas naturais (3) (6)	2.551.749	3.829.753	4.070.888	5.090.420	2.905.701	2.415.427
Matas plantadas	297	165	8.065	41.040	18.944	29.890

1995-1996

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2017⁹

Nesse sentido, a ocupação das terras segundo os dados censitários demonstra uma evolução tanto no número de estabelecimentos, quanto da área total em hectares utilizada. Um outro dado importante está no indicador das lavouras permanentes, havendo um estímulo entre os anos 1995 e 2006, com programas de incentivos do governo do estado para os pequenos e médios agricultores.

Tabela 7 - Efetivo de animais resultados de 1975, 1980, 1985, 1995-1996, 2006 e 2017 – Rondônia

Efetivo de animais (3) (7)	1975	1980	1985	1995-96	2006	2017
Bovinos	55 392	251 419	770 531	3 937 291	8 542 726	9 827 031
Bubalinos	1 429	2 812	2 168	10 530	4 320	3 566
Caprinos	874	3 334	7 730	13 505	10 987	23 907
Ovinos	2 068	3 859	13 374	61 799	88 262	75 000
Suínos	133 513	362 334	502 814	410 315	317 396	284 953
Aves (galinhas, galos, frangas e frangos) (1 000 cabeças)	1 140	2 378	3 813	4 896	4 904	6 262

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1975 (2017)¹⁰

Em 2006, percebe-se um avanço nas áreas de pastagens plantadas o que se confirma também nos dados de 2017. Nesse mesmo período, a área utilizada para

⁹ (1) As críticas qualitativa e quantitativa dos dados ainda não foram concluídas, razão pela qual os resultados ora apresentados são preliminares, estando, portanto, sujeitos a alterações posteriores. (2) Nas lavouras permanentes, somente foi pesquisada a área colhida dos produtos com mais de 50 pés na data de referência. (3) Datas de referência: para 1975, 1980, 1985 e 2006: 31.12; para 1995-1996: 31.07; e para 2017: 30.09. (4) Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte na data de referência. (5) Pastagens plantadas, em más condições por manejo inadequado ou por falta de conservação, e em boas condições, incluindo aquelas em processo de recuperação em na data de referência. (6) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais na data de referência (IBGE, 2017, p. 46).

¹⁰ (3) Datas de referência: para 1975, 1980, 1985 e 2006: 31.12; para 1995-1996: 31.07; e para 2017: 30.09. (7) Efetivo de animais – animais existentes no estabelecimento na data de referência.

culturas permanentes sofre um decréscimo de 50,34%, já a área utilizada para culturas temporárias teve um acréscimo de 23,19%.

A baixa qualidade da produção em algumas áreas, devido à qualidade do solo e o acesso a determinadas localidades, levará os proprietários à formação do pasto e sua extensão. Isso se confere pelo efetivo de animais criados no período de 1975 a 2017.

A decadência das lavouras permanentes leva os agricultores rondonienses a investir na pecuária e é fato que existe uma superioridade da pecuária bovina sobre as demais. Essa superioridade justificada pela transformação de áreas em pasto para alimentar o gado, é a chamada pecuária extensiva¹¹. A Tabela 7 demonstra a evolução dessa pecuária e o seu progressivo aumento nos anos de 1995/95 e 2007, em que o rebanho passa de 3.937.291 milhões de cabeças para 8.542.726 cabeças um aumento de 116,96% no período.

A criação de caprinos também teve um crescimento significativo, em que passou de 10.987 para 23.907 cabeças entre os anos de 2006 a 2017, um aumento de 117,59% no período. Além dessa pecuária, as ações de combate ao desmatamento e o mercado regional fizeram crescer a piscicultura¹². Esses dados demonstram, a princípio, como se consolida e se transforma o setor produtivo em Rondônia, com a passagem mais recente no sentido Sul-Norte acompanhando a BR-364 da substituição do pasto pela soja, indicando uma nova fase de desenvolvimento, comandada não apenas pela agropecuária como também pelo avanço do agronegócio que se dirige velozmente ao Sul do Amazonas.

É a partir da colonização integrada que o estado de Rondônia se apresenta como uma área que vai além da ocupação de espaços vazios. Nela se consolidam modelos diferentes de ocupação que, ao contrário do que se pensa, ocorrem de forma simultâneas. O caso dos PIC e PAD exemplifica bem esse momento, já que enquanto um espaço se consolidava, outro se formava e, às vezes, de forma mais rápida que o

¹¹ A pecuária extensiva é considerada um sistema mais tradicional da pecuária e diferente da pecuária intensiva, predominando nessa a utilização dos nutrientes do pasto como suprimento para os animais. O gado é criado solto em grandes extensões de terra, como forma de suplementação é feito o fornecimento de sal comum e sal mineral aos bovinos. No país, essa atividade está voltada para a pecuária de corte, em que, aproximadamente, 90% da produção nacional se insere nessa modalidade.

¹² A piscicultura é a criação de peixes para o sustento ou para o mercado. No caso de Rondônia essa atividade ganhou espaço a partir do ano de 2008, juntamente com a reestruturação e expansão da universidade pública pelo REUNI. Foram criados vários cursos na área das engenharias para atender ao setor produtivo local e formar material humano qualificado, dentre as engenharias criadas, a Engenharia de Pesca se destaca para atender a produção e criação de peixe.

primeiro. O exemplo do PA Machadinho pode ser aqui evocado, uma vez que outros projetos surgem com esse e se desenvolvem em ritmos mais lentos. Por isso, pode-se aqui enfatizar que os três modelos diferentes de colonização - PIC, PAD, PA -, em determinado momento, acontecem simultaneamente, dadas as demandas externas e a migração para a região.

3.4 Machadinho d'Oeste: do projeto ao município

A formação do município de Machadinho d'Oeste, antigo PA Machadinho, é cercada de fatos históricos ainda por serem descobertos. O que se sabe é que a região foi parte de um grande seringal que tinha como proprietário o senhor Joaquim Pereira da Rocha, que inclusive tem uma escola estadual com seu nome, homenageando-o. Sobre o surgimento do projeto de assentamento implantado pelo INCRA, também há fatos a serem explorados, já que embora a data em que se elabora o primeiro documento seja 1982 - a Resolução 025 -, anteriormente a esse período, a região já havia sido ocupada e explorada.

Dentre os escassos estudos sobre Machadinho d'Oeste, destaca-se o de Oliveira (2010), que fez uma abordagem sobre a geopolítica de Rondônia, com destaque para a ocupação pelos projetos de assentamento do INCRA. Em um capítulo que trata da formação desse município, destaca-se a extração mineral realizada na região pela Mineradora Oriente Novo S.A. Isso ocorreu a partir do apoio dado aos funcionários do INCRA, pela gerência da empresa, sendo, então, possível planejar e executar, sem mais percalços, o PA Machadinho.

Desse modo, caberá aqui descrever o processo de formação do município de Machadinho d'Oeste no período de 1982 a 1991. Foi resgatado historicamente o papel das atividades de mineração a partir de 1977, com as ações da Mineradora Oriente Novo na extração de cassiterita na região, bem como os documentos de desapropriação acessados. Assim, no intuito de visualizar melhor as ações, o texto se dividirá em duas partes. A primeira vai do PA Machadinho ao município período compreendido entre 1982 e 1990. A segunda, a partir de 1991, ano em que se apresentam os dados do primeiro censo demográfico e agropecuário, tendo-se o intuito de se evidenciar a formação camponesa na região.

3.4.1 A gênese do Projeto de Assentamento Machadinho

Os estudos que tratam do PA Machadinho são unânimes em caracterizar a sua formação com base na Resolução 025, de 15 de fevereiro de 1982. Embora haja

pouco material histórico sobre o período que antecede a criação do projeto de assentamento, parte-se, no geral, do projeto implantado pelo INCRA, fazendo menção ao momento anterior, sem a apresentação de dados (Sydenstricker, 1992; Oliveira, 2010; Mangabeira, 2010; Guedes *et al.*, 2015 e 2017). A exemplo disso, Oliveira (2010) destaca o papel dos seringais da região na primeira metade do século XX e como os rios Machado e Machadinho foram importantes vias para o escoamento da borracha produzida. Entretanto, não se faz qualquer menção aos nomes dos seringais, o que deixa uma lacuna do ponto de vista histórico.

Conforme levantamento histórico, antes do PA Machadinho, esse espaço pertenceu ao município de Porto Velho, depois com a criação dos primeiros municípios de Rondônia em 1977, essa região passou a pertencer aos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná. Entretanto, era na capital que os registros de propriedades de terras eram lavrados, como se pode verificar no Decreto 79.581/77, que concedia o direito a Mineração Oriente Novo S.A. de lavrar cassiterita no município (Brasil, 1977). De acordo com esse documento, essa área pertencia ao município de Porto Velho (RO), tinha 500 hectares no total e a empresa deveria durante o período de exploração recolher todos os impostos devidos à União.

Sobre a exploração da atividade mineral, Oliveira (2010, p. 167) esclarece que, após a decadência da borracha:

Na década de 1950 foi descoberto o minério de estanho, a cassiterita, em terras do seringalista Joaquim Pereira da Rocha, localizadas no então Município de Porto Velho do Território Federal de Rondônia, região da grande Ariquemes, hoje Município de Machadinho D'Oeste do Estado de Rondônia.

De acordo com o exposto, explica-se a legalização da mineração em 1977, mas é importante destacar que no período anterior, parte dessa mineração foi realizada de forma manual/artesanal por garimpeiros, que tinham pouco aparato tecnológico para a extração mineral. Isso indica que a ocupação na região, num primeiro momento, foi realizada pela exploração desordenada e, após esse período, com a entrada das empresas capitalistas, esse processo passa a uma nova fase.

Nesse contexto, criam-se as condições para a ocupação ordenada na região. Assim, em 15 de fevereiro de 1982, é aprovada pelo INCRA a Resolução nº 25, que resolve “Criar o Projeto de Assentamento Machadinho, no estado de Rondônia, que será implantado em etapas, sendo que a primeira, denominada Machadinho I, será implantada no corrente exercício” (Oliveira, 2010, p. 173). A aprovação da resolução

foi o primeiro passo para a continuidade da ocupação que já vinha dando resultados desde a implantação dos PIC, PAD e PAR. Iniciava-se aqui a nova fase, a dos Projetos de Assentamento (PA).

Nesse cenário, inicia-se o planejamento das ações que tiveram como objetivo assentar as cerca de 2900 famílias no período de 1982 a 1984. A concepção do projeto, segundo Oliveira (2010, p. 169), estava apoiada no antigo modelo do INCRA apelidado de quadrado burro, pois, nesse modelo, o traçado era realizado de forma linear com as seguintes medidas, 500 metros de frente e 2000 metros de fundo e que dava a cada parceleiro um total de 100 hectares.

Entretanto, no PA Machadinho a demarcação fugiu a essa regra e se buscou planejar os loteamentos, acompanhando os cursos de água, o que diminuía a incidência de lotes sem água e facilitava também a construção das estradas, pois diminuía a quantidade de cortes e aterros, além, claro, da criação das Reservas Legais, que foram criadas em Bloco num modelo sustentável (Sydenstricker, 1992, p. 40; Oliveira, 2010, p. 169-170).

Assim, essas reservas, além de terem a função de preservação das espécies animais, vegetais e dos cursos d'água, serviam de espaço de extração vegetal para seringueiros que as habitavam e cuidavam da floresta denunciando a invasão. Muitas dessas reservas se comunicavam entre si, formando um grande bloco florestal. Entretanto, é importante salientar que não há dados disponíveis de pesquisas recentes sobre a situação dessas reservas para que se possa afirmar algo sobre o seu estado e preservação.

O PA Machadinho foi pensado com uma estrutura rural e urbana, que desse condições aos colonos de se manter e manter as suas famílias. A estrutura das estradas, por exemplo, seguia uma hierarquia. Segundo Oliveira (2010, p. 171-172):

Na hierarquia viária, as estradas de penetração – MP eram as de padrão inferior, pois se tratava de curtos trechos de acesso para cerca de 10 a 50 famílias, portanto, teriam pouco tráfego. Desembocavam nas estradas alimentadoras – MA. As estradas alimentadoras – MA's, recebiam as MP's e desembocavam na malha coletora – MC. As MA's tinham um padrão superior ao das estradas de penetração, pois eram os responsáveis pela recepção de maior tráfego.

Já a estrutura urbana era composta por um núcleo principal e demais núcleos secundários que se desenvolvendo, formariam os chamados distritos, como hoje são conhecidos. Dentre os núcleos secundários do PA Machadinho, pouquíssimos se

desenvolveram e se transformaram em distritos, como é o caso do distrito do 5º BEC, que foi o primeiro núcleo secundário implantado.

O PA Machadinho sempre atraiu pesquisadores de diferentes áreas e partes do Brasil para estudos diversos, dentre os quais se destacam o perfil agrosocioeconômico (Miranda, 1987), família e fecundidade, bem como o perfil dos parceiros e a sua história migratória (Sydenstricker, 1990, 1992), capitalização agrícola (Mangabeira, 2010), geopolítica (Oliveira, 2010) e os ciclos de vida no lote (Guedes *et al.*, 2015, 2017), todos realizados na região.

Ao traçar o perfil dos agricultores e agricultoras do PA Machadinho, Miranda (1987, p. 15-16) destaca que a média de idade era de 39 anos, que “são oriundos em sua maioria de estados da região Sudeste (44,5%), Sul (26%) e Nordeste (21,9%)”. Os 7,6% restantes estão divididos da seguinte forma, do Norte (0,9%) e do Centro-Oeste (6,6%). Destaca-se, ainda, que a maior parte desses agricultores vieram para Rondônia no ano de 1977, sendo composta, na sua maioria, por homens. Sobre serem os primeiros donos da terra, destaca-se que $\frac{1}{4}$ desses agricultores não eram os primeiros donos dos lotes. Sobre a venda de terras, Sydenstricker (1992, p. 60) explica:

Dando uma visão geral da distribuição dos domicílios visitados e indivíduos entrevistados [...], são poucos os lotes na parte da gleba 1. Em 1985 havia poucos moradores permanentes na área e muitos lotes foram posteriormente vendidos. Entre os fatores que contribuíram para uma ocupação mais efêmera destacam-se: a elevada prevalência de malária, o acesso precário, os problemas de transporte e o isolamento.

Embora o PA Machadinho seja considerado um dos maiores projetos pós PICs, PADs e PARs, sendo também um dos que mais rapidamente alçou a maturidade se tornando município – isso num espaço de 5 anos, desde o assentamento das primeiras 1500 famílias no ano de 1984 – muitos problemas foram relatados pelos colonos, que para lá se deslocaram em busca de terra.

De acordo com Sydenstricker (1992, p. 46-48), no seu projeto inicial, a região integraria o PROBOR III¹³, no qual seria organizada a regularização e ampliação do mercado produtor de borracha. Assim, seriam realizadas as formações dos chamados

¹³ Regulamentado pelo Decreto nº 87.120, de 23 de abril de 1982, o terceiro Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural - PROBOR III e instituído pelo Decreto n. 85929, de 23 de abril de 1981. O decreto com base no seu art. 2º instituía um prazo para a execução das atividades e áreas a serem definidas pelo Conselho Nacional da Borracha. O seu período de execução estava delimitado entre os anos de 1982/1994, que teria financiamento do tesouro nacional e buscava incentivar a produção de borracha natural. O PROBOR III foi a última tentativa fracassada do governo em tentar alavancar esse programa, que fora criado no ano de 1972 (RC CONSULTORES, 1992 p. 10-17).

seringais de cultivo, com viveiros e instalação de miniusinas e usinas de beneficiamento. No entanto, a forte migração sudeste-norte frustrou os planos para a região, tornando a cultura do café predominante, acompanhada de outras culturas como a seringa, o cacau e o guaraná.

O cultivo realizado pelos colonos que se fixaram naquelas terras durante o período de 1984 a 1986 era variado. Isso é demonstrado pela produção agrícola na pesquisa realizada por Miranda (1987, p. 37). O autor dividiu a produção em culturas alimentares, industriais, frutícolas e hortícolas. Entretanto, de posse dos dados apresentados, se extrairá, dentre as culturas alimentares, as cinco de maior incidência, por serem lavouras temporárias.

De acordo com os dados, observa-se que a incidência das lavouras temporárias em especial a do arroz, milho e mandioca, era predominante nas propriedades pesquisadas. Já lavouras temporárias de feijão arranca e batata-doce só estavam presentes entre 11,0% e 15,7% das propriedades. Isso demonstra que o sistema de produção no PA Machadinho nos primeiros anos se baseava em um modo de produção ao qual os colonos produziam para o seu sustento e vendiam o excedente (MIRANDA, 1987, p. 45).

Tabela 8 - Ocorrência absoluta e relativa de lavouras temporárias no PA Machadinho

Lavouras Temporárias	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Arroz	381	87,0
Milho	314	71,7
Mandioca	286	65,3
Feijão arranca	69	15,7
Batata-doce	48	11,0

Fonte: Miranda (1987, p. 37)

Esses dados coletados em pesquisas sobre a produção no período indicam apenas a quantidade absoluta dos lotes em que essas lavouras temporárias e permanentes apareceram. Por não ter disponíveis dados da produção agrícola no censo agropecuário do período, o acesso só foi possível pela pesquisa aqui citada.

Além disso, a produção do que se convencionou no estudo como culturas industriais será aqui tratada como lavouras permanentes, conforme apresenta o IBGE (1995/96, 2006 e 2017). De acordo com os dados apresentados, no PA Machadinho, o cultivo do café robusta era predominante, o que tem ligação direta com a migração do sudeste do país, haja vista que os estados produtores de café seriam Espírito Santo

e Minas. A seguir vem a produção de cacau, seringueira, café arábica e do guaraná, conforme apresentado abaixo.

Tabela 9 - Ocorrência absoluta e relativa de propriedade no PA Machadinho com lavouras permanentes

Lavouras Permanentes	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Café robusta	209	47,7
Cacau	88	20,0
Seringueira	79	18,0
Café arábica	38	8,7
Guaraná	19	4,3

Fonte: Miranda (1987, p. 38)

Observa-se que das lavouras permanentes o café é a principal, já que tanto robusta como o arábica aparecem com certa frequência nas propriedades pesquisadas, explicando a frustração do planejado para o PA Machadinho em tornar a região em um ambiente de seringais de cultivo. A população emigrada já tinha conhecimento do manejo com o café, propiciando que o sistema de produção buscasse uma diversificação do plantio, para estabelecer uma relação comercial, conforme os dados sobre o destino da produção de café robusta pelos colonos, no ano de 1986 (Miranda, 1987, p. 69).

Assim, observa-se que no PA Machadinho até 1990, a produção agrícola se concentrou na produção das culturas temporárias e permanentes, tanto que nesse período o governo do estado construiu um armazém para que a produção pudesse ficar armazenada, aguardando melhores preços. O espaço hoje se encontra sem uso, mas ainda é preservado, conforme apresentado nas Figuras 1 e 2.

Figura 2 – Armazém da CIBRAZÉM de Machadinho d'Oeste vista externa



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2022)

Figura 3 – Armazém da CIBRAZÉM de Machadinho d'Oeste vista interna



Fonte: (Arquivo pessoal do autor (2022))

Esses armazéns foram construídos pela Companhia Brasileira de Desenvolvimento da Amazônia (CIBRAZÉM) e eram equipados com secador, para retirar a umidade e conservar a produção, já que os períodos de colheita coincidem com os períodos chuvosos do inverno amazônico. Isso elevava os custos, tornando oneroso para o estado a manutenção desses espaços (Moser, 2006, p. 91).

Assim, buscar-se-á detalhar a partir de agora de posse dos dados do IBGE referente aos censos agropecuários o processo de formação socioeconômica de Machadinho d'Oeste-RO, a partir de 1991.

4 FORMAÇÃO SOCIOECÔNOMICA E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE NO PERÍODO DE 1982 A 2021

O município de Machadinho d'Oeste-RO surge do desmembramento de terras dos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná, conforme consta na Lei Estadual nº 198, de 11 de maio de 1988, publicada no D.O nº 1549, de 12 de maio de 1988 (Rondônia, 1988).

Embora os estudos de Miranda (1987) e Sydenstricker (1990 e 1992) sejam pontuais ao afirmar que no PA Machadinho se viveu um movimento migratório intenso, caracterizado pela busca de terras e oportunidades, numa região dita como promissora à agricultura, faltam estudos que abordem o desenvolvimento e a formação educacional escolar¹⁴ na região.

Assim, esta seção terá por objetivo expor os impactos da atividade econômica e a sua relação direta com o modelo de escola ofertado no município de Machadinho d'Oeste, desde a implantação do PA machadinho em 1982 ao ano de 2017. Buscou-se nos dados disponíveis da produção agrícola explicitar a relação atividade econômica/educação para dessa extrair os elementos necessários a comprovação da tese proposta, da qual decorre que a educação é um produto das relações econômicas de produção e como tal se materializa e sofre influência desta em cada período.

Para se chegar ao atual momento, foi necessário analisar cada um dos períodos de predomínio da atividade agrícola, em que a cultura ou o conjunto de culturas se destacava no período e como esse determinou o tipo de escola ofertada aos filhos dos pequenos agricultores.

Desse modo, dividiu-se a análise dos dados por fases da produção agrícola com base nos censos agropecuários disponíveis desde 1995/96, com exceção à fase inicial do PA Machadinho, que é caracterizada com base nos estudos realizados por Miranda (1987) sobre o perfil agro-socioeconômico dos colonos de Machadinho. Os

¹⁴ A formação educacional escolar aqui apresentada será abordada com base no percurso e no desenvolvimento da educação rural em Machadinho d'Oeste, no primeiro momento, materializado pela escola multisseriada e a sua posterior substituição pelas Escolas Polo. Desse modo, longe de pensar a escola rural como um modelo urbano transplantado para o meio rural, utilizado para afastar os filhos dos pequenos agricultores do meio em que vivem empurrando-os para a área urbana expropriando-os e expulsando-os da terra (Ribeiro, 2014). Entende-se a formação como campo de trocas, no qual tanto o filho do pequeno agricultor é influenciado pela escola rural que traz na sua raiz um ensino voltado para as questões urbanas, quanto influencia esse ensino forçando a escola rural a atender demandas do meio rural. Pensar o contrário é assumir uma visão unilateral da escola e do próprio meio rural. As repostas às transformações do modelo de escola, portanto, serão buscadas não na própria escola como se quer fazer acreditar, mas nos fatores socioeconômicos e educacionais que dão sustentação a essa na região.

dados educacionais estão ancorados nos decretos de criação de escolas rurais multisseriadas entre os anos de 1986 e 2000 e, posteriormente, o fechamento dessas escolas e a criação das escolas polos, a partir do ano 2000.

Dessa forma, o texto está assim estruturado, a primeira fase de 1982 a 1988 compreende o predomínio das lavouras temporárias e a relação com a escola multisseriada. Na segunda fase, de 1989 a 1996, ocorre uma transição das lavouras temporárias para as lavouras permanentes e a necessidade da continuidade da escola multisseriada. Na terceira, de 1997 a 2006, surgem outras necessidades, com o enfraquecimento das lavouras permanentes e o fortalecimento da pecuária, surgindo as Escolas Polo. Na quarta, de 2007 a 2017, apresenta-se o avanço da pecuária e a consolidação das Escolas Polo. Nessa última fase se destacará que está em curso uma transição da pecuária para o agronegócio objeto que aqui não será analisado.

Mesmo com todos os relatos e pesquisas realizadas no PA Machadinho, não há no período do Projeto dados específicos referentes à totalidade da população, produção agrícola, uma vez que esse espaço geográfico pertencia aos municípios de Ariquemes e Jaru. Assim, a sua população se recenseada entrou na contagem desses municípios, bem como a sua produção agrícola, já que se tratava de um projeto de assentamento em franca expansão no período citado. Caberá antes, fazer um breve histórico da formação educacional no período da colonização integrada para se chegar ao lugar de Machadinho d'Oeste nesse percurso.

4.1 Breve histórico: a formação educacional no Território Federal de Rondônia no período da colonização integrada

O percurso das políticas educacionais em Rondônia pode ser dividido em dois períodos: o primeiro, relacionado ao Território Federal de Rondônia; e o segundo, após a instalação do estado de Rondônia. Assim, caberá aqui uma breve exposição sobre essa organização educacional para se chegar a Machadinho d'Oeste, lócus da pesquisa.

Desse modo, a formação socioeconômica e educacional será aqui retratada por fases, com o intuito de caracterizar com base em dados estatísticos da produção no período e os dados educacionais, os movimentos que constituíram o modelo vigente.

A área onde hoje se localiza o município de Machadinho d'Oeste, no período do Território Federal de Rondônia, pertenceu a Porto Velho e, posteriormente, a

Ariquemes. Isso explica a dificuldade em encontrar dados sobre o período anterior a 1982, além dos dados econômicos, uma vez que a política educacional era definida pela União e as ações educacionais estavam voltadas para a resolução de problemas que assolavam as várias escolas no país. Nesse contexto, dois projetos implantados merecem destaque: o projeto Operação-escola e o projeto Logos II.

Foi durante o período de maior impacto da ocupação no Território Federal de Rondônia, que o Governo Militar Criou um projeto para resolver, no Brasil, um dos graves problemas da gestão em curso à época, o analfabetismo. Esse era um problema a ser resolvido de forma imediata, pois ameaçava a política econômica do Governo Militar, que tinha como principais desafios combater o arrocho salarial, a questão monetária, controlar a política cambial, modernizar e ampliar a infraestrutura, tanto agrícola quanto industrial, criar uma política de juros e direcionar a produção agrário-industrial para o mercado externo (Lima, 2014, p. 44-45).

É nesse período que surge um projeto da área educacional, denominado Operação-Escola (OP). O projeto criado pelo Decreto nº 63.258, de 19 de setembro de 1968, tinha como objetivo a oferta de educação escolar obrigatória para as crianças de sete aos 14 anos de idade. O projeto também previa a liberação de recursos e um esforço conjunto de estados e municípios, para organizar o levantamento da população escolarizável, escolarizada, bem como a capacidade da rede pública para atendimento e corpo docente na época (Brasil, 1968). Ao detalhar a gênese do Projeto OP, Lima (2014, p. 52) ressalta que:

Para que o programa obtivesse êxito, o OP instituiu um Grupo de Trabalho Especial (GT), criado a partir da portaria interministerial nº 199, de 24 de setembro de 1968. Com duração de 90 dias (entre 14 de outubro e 24 de dezembro), o GT tinha como meta promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a 'Operação-Escola', a partir de 1969, nas áreas que foram estabelecidas, visando à matrícula e à frequência obrigatória de todas as crianças residentes nas áreas contempladas, que estivessem compreendidas na faixa etária dos sete aos quatorze anos.

Cabe ressaltar que as discussões no interior do grupo geraram diversas polêmicas, como estão descritas no relatório do GT, dentre as quais estão: o questionamento sobre o prazo para conclusão das atividades, que foi de 90 dias, além claro, da dificuldade de acertar uma visão educacional a proposta que tinha INEP e IPEA, pois cada um - dos institutos - olhava para o cumprimento da obrigatoriedade

escolar de forma diferente, mas não excludente, tornando complementar a visão de ambos sobre o planejamento educacional (Pinheiro; Saraiva, 1968; Lima, 2014).

De acordo com a documentação explorada, por ser esse um projeto de alcance nacional, o então Território Federal de Rondônia se beneficiou dessa ação, inclusive com o recebimento de recursos para levantamento da situação educacional do Território e a implantação de unidades educacionais. O relatório da Sudeco (1986, p. 19) descreve como as unidades criadas em Rondônia foram organizadas, explicando que:

Na área de educação, destaca-se a implantação do Centro Rural de Ensino e Treinamento (CRET) e Unidades Móveis de Preparação para o Trabalho (UMPT) em Gy-Paraná. Este projeto está estruturado para oferecer uma educação supridora de lacuna e cursos e treinamentos de interesse da comunidade [...] Além desse projeto, podemos salientar, também, a programação de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para o presente exercício, com objetivo de construir nos municípios de Porto Velho, Colorado e Vilhena, escolas de nível secundário.

Embora trate como municípios Colorado e Vilhena, vale aqui uma correção, pois esses dois municípios só são emancipados a partir das décadas de 1970 e 1980. Quanto aos recursos, esses foram importantes na implantação das primeiras escolas rurais e na implantação do ensino secundário, ainda assim, o ensino continuou precarizado, com escolas sendo construídas pelos pais para atender a escolaridade primária dos seus filhos.

Pelo Projeto (OP) se realizou também um diagnóstico da formação dos professores e das suas deficiências em nível nacional. De acordo com o relatório disponibilizado em Brasil (1979, p. 37), “Quanto ao nível de formação do corpo docente, 53,58% do total apresentava-se como qualificado, ou seja, habilitado para o magistério a nível de 2º grau ou frequentando cursos superiores”. Isso demonstrava que embora houvesse um quantitativo acima de 50% de professores com formação de nível de 2º grau, ou já cursando o nível superior, esse número era considerado pelo governo muito abaixo do projetado, afinal, boa parte desses professores estava nas regiões mais desenvolvidas do território.

O problema maior era que a ocupação na Amazônia havia trazido para a região uma leva de trabalhadores rurais, que embora com pouca ou nenhuma escolaridade, começam a sentir a ausência do poder público na oferta de serviços básicos, como

educação, saúde e infraestrutura, um bem requerido para seus filhos, haja vista que em 1974 a oferta de ensino era majoritariamente pública no território.

Isso se refletia na formação das professoras e professores, já que esses possuíam uma escolaridade que se limitava a ser pouco maior a série em que iam lecionar. Em alguns casos, como encontrado no estudo sobre as memórias desses professores, coletadas a partir da década de 1980, a escolaridade era superior apenas à oitava série (Barros *et al.*, 2020, p. 1011). Na forma como a ocupação socioeconômica em Rondônia se materializa, a escola rural é pensada num modelo já testado em outros espaços, o modelo da multisseriação, já que o intuito inicial era ofertar aos filhos dos pequenos agricultores o ensino de 1ª a 4ª séries.

O relatório da situação educacional no Território Federal de Rondônia do ano de 1974 apresenta dados sobre a absorção das matrículas na região. De acordo com Brasil (1979, p. 37), “A análise dos quadros referentes à situação educacional desta unidade federada, no ano de 1974, revela que a matrícula do ensino de 1º grau era absorvida pela rede territorial em 86,96%, restando à rede municipal 1,96% e à particular 11,08%”. Observa-se que a rede territorial era formada por uma estrutura federal naquele momento, cabendo uma pequena parcela de responsabilidade à rede particular e outra menor ainda à rede municipal¹⁵.

Nesse período, o governo federal, no seu levantamento sobre o modelo de escola predominante no Território Federal, caracteriza a escola pública e, em especial, a escola rural, já que essa era uma demanda para se entender a formação docente. Nesse levantamento, Brasil (1979, p. 37) salienta que:

[...] Quanto à distribuição de unidades escolares por tipo de escola, pode-se verificar que 80,56% eram escolas de uma sala, referentes ao antigo ensino primário, reunindo 27,88% da matrícula total. Em média, 35 alunos por escola. Analisando a estrutura da matrícula, observa-se uma concentração na 1ª série de 45,94% do total, enquanto, que 15,90% correspondia à matrícula de 5ª à 8ª série. Por outro lado,

¹⁵ Um dos educadores que tratou do tema da “municipalização do ensino” foi Anísio Teixeira. Para ele, a municipalização era a saída para um dos problemas na época, em decorrência da falta de recursos no atendimento da escola local. Neste estudo publicado na Revista de Estudos Pedagógicos no ano de 1957 em seu nº 66, vol. XXVII, o autor apresenta uma série de dados sobre a organização e financiamento do ensino, inclusive com destaque para o pagamento do professor. Teixeira (1957, p. 40), ao defender a municipalização, conclui que “Confiada ao município, enraizada na comunidade, a escola primária se irá fazer a sua mais importante instituição, objeto do amor e do orgulho locais, centro de educação das suas crianças e de vida e cultura da sua população adulta”. A sua proposta só se concretiza na Lei 9394/96, quando no Título IV e art. 8º a 20º trata da Organização da Educação Nacional.

69,49% do total das matrículas correspondiam a escolas em que se havia implantado a reforma do ensino de 1º grau.

Observa-se que havia uma predominância de escolas de uma sala, mas essas só atendiam a pouco mais de $\frac{1}{4}$ das matrículas totais. Outro ponto importante a destacar, nesse período, concerne à divisão político administrativa do território, que era organizada a partir de dois municípios: Porto Velho e Guajará-Mirim. Desse modo, as dificuldades de locomoção de um povoado a outro no período, dadas as distâncias, era um entre tantos problemas - tais como, a dificuldade de chegada de materiais as unidades escolares - indicativos de como fora difícil não só levar escola a estes locais, como também formar os professores dessas escolas.

O estudo de Gouveia (2016) sobre a formação de professores pelo Projeto Logos II apresenta uma análise sobre a formação do professor rural e, em especial, esse professor no contexto do Território Federal de Rondônia. Dentre os pontos destacados pela autora estão: a condição social do professor rural naquele momento, a formação, as distâncias, idade e formas de contratação. Na sua pesquisa, Gouveia chama atenção para a fator distância e a sua interferência na forma de contratação.

Um fator citado pela autora que merece destaque diz respeito à idade mínima para a contratação de professoras e professores para frequentar o curso de formação do magistério Logos II. De acordo com ela, embora nas situações encontradas a contratação fosse vista como uma transgressão grave à lei, esses casos ocorreram e não eram raros. Um exemplo disso foi um caso encontrado durante a pesquisa documental. Segundo Gouveia (2016, p. 72-74):

[...] os candidatos à vaga, precisavam atender aos seguintes requisitos: ter como escolaridade mínima a 4ª série do 1º grau e idade mínima de 19 anos, sendo necessário ter 21 anos completos para a conclusão do curso; estar atuando nas quatro primeiras séries do primeiro grau na rede estadual ou municipal [...] Entretanto, em Rondônia, muitas vezes essas exigências eram burladas, como no caso da idade mínima para ingresso no projeto Logos II, que era de 19 anos. Na cidade de Ariquemes, encontramos duas fichas de matrículas, que indicam que os cursistas eram aceitos no projeto antes dessa idade. Um cursista tinha dezoito anos e a outra tinha dezesseis anos.

Os dois casos citados, embora possam ser considerados exceção, demonstram as dificuldades à época de encontrar pessoas disponíveis e com escolaridade mínima

para atender aos filhos dos pequenos agricultores nas escolas multisseriadas¹⁶. Essa realidade do início da ocupação vai sendo modificada à medida em que o desenvolvimento econômico se consolida.

A partir de 1982, embora a política educacional no estado de Rondônia continue a seguir as orientações da União, o olhar se volta para as demandas locais, com a criação de escolas nos Núcleos de Apoio Rural (NUAR) e escolas rurais multisseriadas, contratação de professores, implantação de programas educacionais próprios, para resolver as demandas estabelecidas pela sociedade rondoniense em expansão. É nesse contexto que os Projetos de Assentamento (PA) auxiliam na distribuição populacional e na expansão da fronteira agrícola, como no caso de Machadinho d'Oeste.

4.2 Formação socioeconômica e educacional na fase do Projeto Machadinho entre os anos de 1982 e 1988

O tratamento dado à formação socioeconômica e educacional do município de Machadinho d'Oeste por fases tem como principal objetivo descrever o movimento educacional e a sua relação com a atividade econômica predominante em cada uma das fases.

Dessa forma, a primeira fase econômica tratará do predomínio das lavouras temporárias, que incluíam dentre as principais culturas cultivadas: o arroz, o milho e o feijão. Os dados estatísticos desse período ficaram restritos a pesquisas realizadas em Machadinho d'Oeste, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e os seus pesquisadores Evaristo Miranda e João Alfredo Mangabeira.

Foi Miranda (1987) que à época traçou o primeiro perfil agro-socioeconômico dos colonos de Machadinho d'Oeste, descrevendo aspectos do local de origem e a exploração do lote. De acordo com Miranda (1987, p. 19):

Com uma média de 39 anos de idade, os 438 colonos pesquisados são oriundos em sua maior parte de estados das regiões Sudeste (44,5%), Sul (26%) e Nordeste (21,9%). Como se pode observar na Tabela 6, 70,5% desses agricultores vieram da região Sul-Sudeste e quase nenhum da própria Amazônia. A grande maioria desses homens (84%), vieram para Rondônia após 1977, dentro do grande movimento migratório já evocado. Apesar da criação recente do Projeto, 28% dos entrevistados declaram ser o segundo ocupante do

¹⁶ Neste trabalho se optou pelo termo multisseriada, como define Richardson (1983, p.74) ao invés do termo “Escola de uma sala”, conforme apresentado por Brasil (1979, p.19; 29), “Escola Unidocente”, conforme proposto por Sydenstricker (1992, p. 45-46) e “Escola Multigraduada”, como consta nos decretos de abertura de escolas do governo do estado de Rondônia (Rondônia, 1985, 1987, 1988, 1989).

lote que exploram. Somente cerca de 32% desses agricultores eram proprietários antes de se deslocarem para o Projeto, os outros 68% eram na sua maioria meeiros, arrendatários ou trabalhadores sem-terra. Esse terço dos colonos, antigos pequenos proprietários, que deixaram suas propriedades pelo Projeto Machadinho ilustra a um tempo a força dessa terra do mito que é Rondônia, e as dificuldades vividas pelos pequenos agricultores no Brasil, mesmo se proprietários.

Como se pode observar, o PA Machadinho foi projetado para pequenos agricultores, o que pode ser comprovado com os dados fornecidos em documentação do INCRA, já que a média dos lotes é de 67,97 hectares valor encontrado quando se divide a área total pelo número de lotes, conforme relatório dos Projetos de Reforma Agrária da fase de implementação (INCRA, 2021, p. 215-221).

Vale ressaltar que a definição de pequena propriedade rural é encontrada na legislação brasileira em duas leis específicas, a primeira, a lei nº 6.746/79, que alterou os artigos 49 e 50 da Lei de Terras, na qual predominava o conceito de propriedade familiar (Brasil, 1979). A segunda, a Lei nº 8.629/93 tratava da regularização fundiária realizada em 1993 e regulamentava os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Nessa legislação houve uma redefinição do conceito de propriedade familiar, passando a vigorar o conceito de pequena propriedade rural, a partir da fixação dos módulos fiscais como marco delimitador da área total da propriedade. Assim, a pequena propriedade rural passa a compreender uma área entre 1 e 4 módulos fiscais¹⁷, de acordo com essa legislação (Brasil, 1993).

Após o ano de 1993, essa legislação sofre nova alteração com a lei nº 13.465/17, que teve como intuito regulamentar as linhas de créditos destinadas às propriedades rurais e à regularização fundiária tanto de áreas urbanas quanto rurais. Nessa lei, a alínea “a” do artigo 4º da Lei nº 8.629/93 foi alterada, tornando pequena propriedade rural toda a área de até quatro módulos fiscais respeitada a fração mínima de parcelamento (Brasil, 2017).

Desse modo, ao se referir à pequena propriedade rural estará aqui se tratando de uma área formada por até quatro módulos fiscais. Em Rondônia e em Machadinho d’Oeste, um módulo fiscal equivale a 60 hectares, tratando-se, portanto, de áreas demarcadas que compreendem entre 4 e 240 hectares nessa região.

¹⁷ Um módulo fiscal equivale a uma determinada área total medida em hectares e que deve levar em conta os seguintes fatores: “a) o tipo de exploração predominante no Município; I - hortifrutigranjeira; II - cultura permanente; III - cultura temporária; IV - pecuária; V - florestal; e b) a renda obtida no tipo de exploração predominante (Brasil, 1979). Essa área varia de tamanho de uma região para outra do Brasil e, no caso de Rondônia, o 1 Módulo Fiscal equivale a 60 hectares (INCRA, 2013).

Por ser um modelo de assentamento destinado à pequena propriedade rural, na sua fase inicial, o PA Machadinho não se dissocia em relação à produção agrícola dos demais casos encontrados no estado de Rondônia. Predomina-se na sua fase inicial o cultivo de lavouras temporárias, como o arroz, milho e feijão, depois as lavouras permanentes e, concomitantemente, o aumento das áreas plantadas em pastagens (Maciel, 2004, p. 70-77).

Os dados da produção agrícola no PA Machadinho, período entre 1984 e 1988, foram encontrados em pesquisas realizadas por Miranda (1987), Miranda e Mattos (1992), Sydenstricker (1992) e Mangabeira (2010). Essas pesquisas corroboram a tese já apresentada por Maciel (2004) sobre o predomínio das lavouras temporárias na fase inicial da ocupação, entretanto, não dimensionam a evolução da atividade camponesa e a sua relação com o mercado, por serem estudos estatísticos que visavam, em tese, acompanhar a evolução agro-socioeconômica da região.

Uma vez que o fluxo populacional aumenta devido à ocupação, outras demandas para além da posse da terra vão ser reivindicadas pelos pequenos agricultores. A demanda por educação foi uma dessas e que foi atendida pelo poder público com a abertura de escolas multisseriadas¹⁸ para atender os filhos dos pequenos agricultores do PA Machadinho.

As primeiras escolas criadas na região faziam parte dos municípios de Ariquemes e Jaru, de acordo com os decretos disponíveis no diário oficial do estado e na secretaria municipal de educação de Machadinho d'Oeste.

Embora a figura traga apenas algumas das escolas criadas no período, é possível visualizar a distância de cada uma delas. As primeiras 34 escolas multisseriadas dispostas na área do PA Machadinho foram criadas por três decretos estaduais nos anos de 1986, 1987 e 1988. O quadro a seguir traz as escolas rurais criadas no PA Machadinho entre os anos de 1986 e 1988 e a sua localização.

¹⁸ Uma das referências que melhor define a escola multisseriada é apresentada por Richardson (1983, p. 74): “A escola rural típica é um local com uma sala onde grupos de alunos (oficialmente em diferentes séries), sentam-se e olham-se (sem participar ativamente). A professora mal passa de uma escolarização primária incompleta e a grande maioria recebe menos de um salário mínimo. Em muitos casos ‘as escolas’ não têm cadeiras e as salas estão lotadas. A capacidade de repetir o que a professora diz, é a medida de aprendizagem. Se o aluno tem êxito, muda sua posição dentro da sala, de uma fileira para outra (promoção de série). Se fracassa permanece na mesma fileira ou deixa a escola”. Em Machadinho d'Oeste no período citado, essas escolas não eram diferentes do modelo apresentado por Richardson, como se descreverá adiante.

Figura 4: Mapa de distribuição de localização das escolas multisseriadas criadas entre 1986 e 1991, em Machadinho d'Oeste



Fonte: Google Earth - Editado pelo autor (2022)

A criação das escolas multisseriadas e a sua expansão se dá à medida em que a ocupação socioeconômica demanda do Estado serviços na área da educação. Observa-se que as distâncias dessas escolas em relação ao núcleo urbano são variadas, ficando entre 10 e 60 km. Essas unidades escolares também tinham outra característica importante, a distância entre si, que variava entre 9 e 12 km. Assim, os filhos dos pequenos proprietários rurais se deslocavam a pé em trechos de, aproximadamente, 5 a 6 km.

A criação das escolas multisseriadas não impediu que vários problemas estruturais pudessem afetar o ensino já precarizado nessas unidades. Conforme verificou Sydenstricker (1992, p. 45-46), no ano de 1986:

Na área rural, quase 40 escolas unidocentes (1^a a 4^a série) foram construídas, mas somente 16 estavam em atividade em 1986. Falta de professores, poços secos e falta de móveis, equipamentos para cozinha (merenda), eram as principais causas do não funcionamento. Em 1986 pouco mais de 250 alunos, de 7 a 14 anos, matricularam-se nas escolas rurais, mas a evasão alcançou 35% (na área urbana foi de 33%).

A relação entre os dados apresentados por Sydenstricker (1992) e os documentos acessados diverge apenas quanto ao quantitativo de escolas. No que

tange aos demais problemas, parecem ser característicos das escolas multisseriadas criadas.

Quadro 1 - Escolas rurais criadas pelo governo de Rondônia no PA Machadinho entre os anos de 1986 e 1988

Nº	NOME DA ESCOLA	Nº DEC.	ANO DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
1	E. Multigraduada Pedro Ivo	3.042/86	1986	MA-5, Gleba 3
2	E. Multigraduada Joana Angélica	3.042/86	1986	MC-7, Gleba 3
3	E. Multigraduada Zeferino Vaz	3.043/86	1986	MA-35, Gleba 2
4	E. Multigraduada Francisco Campos	3.043/86	1986	MA-3, Gleba 2
5	E. Multigraduada Dona Tereza Cristina	3.043/86	1986	Linha MA-16, Gleba 1
6	E. Multigraduada Visconde de Cairu	3.043/86	1986	Linha MA-04, Gleba 1
7	E. Multigraduada Couto de Magalhães	3.043/86	1986	Linha MC-3 (EIT), Gleba 2
8	E. Multigraduada Visconde do Rio Branco	3.043/86	1986	Linha MC-01, Gleba 2
9	E. Multigraduada Bartolomeu de Gusmão	3.043/86	1986	Linha MA-11, Gleba 2
10	E. Multigraduada Marquês, de Barbacena	3.043/86	1986	Linha MA-43, Gleba 3
11	E. Multigraduada Barão de Mauá	3.043/86	1986	Linha MA-31, Gleba 2
12	E. Multigraduada Conselheiro Saraiva	3.043/86	1986	Linha MA-23, Gleba 2
13	E. Multigraduada Bezerra de Menezes	3.043/86	1986	Linha MA-39, Gleba 2
14	E. Multigraduada Murilo Mendes	3433/87	1987	Linha MA-04
15	E. Multigraduada Justiniano José da Rocha	3433/87	1987	Linha MP-39
16	E. Multigraduada Joaquim Manoel de Macedo	3433/87	1987	Linha MA-27
17	E. Multigraduada Furtado Mendonça	3433/87	1987	Linha MA-04 / com MA-16
18	E. Multigraduada Padre Antônio Vieira	3433/87	1987	Linha MA-15
19	E. Multigraduada José Saldanha	3433/87	1987	Linha MA – 33
20	E. Multigraduada Domingos de Barros	3433/87	1987	Linha MC-07 km 60
21	E. Multigraduada Aureliano Lessa	3433/87	1987	Linha MC-07 km 30
22	E. Multigraduada Arthur de Azevedo	3896/88	1988	Linha MA-16
23	E. Multigraduada Castro Alves	3896/88	1988	Linha MA-9
24	E. Multigraduada Cristóvão Colombo	3896/88	1988	Linha MA-24
25	E. Multigraduada Carlos Gomes	3896/88	1988	Linha MA-25
26	E. Multigraduada Casimiro de Abreu	3896/88	1988	Linha MA-45
27	E. Multigraduada Jorge Teixeira de Oliveira	3896/88	1988	Linha MA-53
28	E. Multigraduada Joaquim Nabuco	3896/88	1988	Linha MA-10
29	E. Multigraduada Lauro de Oliveira Lima	3896/88	1988	Linha MC-3, Km 10
30	E. Multigraduada Malba Tahan	3896/88	1988	Linha MC-3, Km 25
31	E. Multigraduada Olavo Bilac	3896/88	1988	Linha MC-07, Km 26
32	E. Multigraduada Santos Dumont	3896/88	1988	Linha MA-37
33	E. Multigraduada Tiradentes	3896/88	1988	Linha MC-07, Km 51
34	E. Multigraduada Vital Brasil	3896/88	1988	Linha MA-28
35	E. Multigraduada Visconde de Mauá	3896/88	1988	Linha MA-45

Fonte: DIOF-RO e Secretaria Municipal de Educação de Machadinho D'Oeste (2022)

Esses problemas decorrem do modelo da escola multisseriada, que possuía uma estrutura precarizada com disposição de poucos materiais, sala única e um professor multitarefas que, além das atividades de ensino, exercia o papel de líder comunitário, zelador, cozinheiro, alfabetizador, conselheiro, dentre outros¹⁹.

¹⁹ A referência ora apresentada foi por este pesquisador vivenciada entre os anos de 1997 e 2000, na sua iniciação à docência numa escola multisseriada e faz parte do relato de professores que ainda

Embora a organização escolar em função da criação de escolas multisseriadas sofresse com as críticas, considera-se que esse modelo favoreceu a atividade econômica da época, haja vista que para a produção no campo a mão de obra familiar é fundamental para sustentação das unidades produtivas camponesas. Assim, a força de trabalho dispendida pelos membros da família – e aqui se inclui o trabalho das crianças no período em que não estão na escola – é condição determinante das condições de reprodução social de cada unidade camponesa em particular (Costa, 2000, p. 114-115).

Nesse sentido, a escola multisseriada cumpriu importante papel social e econômico, pois ao mesmo tempo em que permitia o acesso à educação – mesmo que de forma precarizada – favorecia a atividade produtiva dos pequenos agricultores do PA Machadinho num período de predomínio das culturas temporárias e de transição para as culturas permanentes, como se verá adiante.

4.3 Formação socioeconômica e educacional na fase das culturas permanentes no período entre 1989 e 1996

A fase aqui tratada se caracteriza pela transição das culturas temporárias para as culturas permanentes. Esse é um momento em que culturas como arroz, feijão e milho começam a perder protagonismo e serem substituídas por culturas como: o café, o cacau e o guaraná. Para Miranda (1987, p. 41), isso é explicado pelo sistema de produção adotado pelo agricultor, que para ele é:

[...] resultado de uma combinação de fatores de produção que o agricultor raciocina na escola de sua propriedade agrícola, em função de seus objetivos e de seus meios. Caracteriza-se e de certa forma é também imposto, por uma ocupação espacial da propriedade, por uma disponibilidade de mão de obra e de capital que constituem de fato à estrutura da propriedade ou da unidade de produção.

Os sistemas de produção praticados pelos pequenos agricultores de Machadinho d'Oeste²⁰, no período compreendido entre os anos de 1989 e 1996, destacam-se pela predominância das culturas temporárias plantadas de forma

atuam em escolas desse tipo na Amazônia, como mostra o estudo sobre a memória dos professores e professoras rurais de Barros et al (2020, p. 1013). Em muitos municípios, e Machadinho d'Oeste é um desses, tem-se avançando para um outro modelo de escola, a polarizada, com diversas formas de funcionamento: o dia todo funcionando, três vezes por semana, dias alternados e de quinze em quinze dias, como as Escolas Famílias Agrícolas-EFAs, entre outras.

²⁰ A partir deste ponto utilizar-se-á o nome completo do município, pois em 11 de maio de 1989 esse já se encontrava emancipado.

associada²¹ com as culturas permanentes. Mas afinal, qual seria a relação das lavouras temporárias e permanentes na oferta de educação escolar via escola multisseriada?

A resposta a essa indagação pode ser encontrada na transição das lavouras temporárias para as lavouras permanentes. Os dados da produção agrícola apresentados no ano de 1996 são indicativos de como a mão de obra familiar era essencial para a produção, porém como as lavouras permanentes, em especial o café, requerem uma quantidade de trabalho maior para a sua colheita que ocorre num espaço de tempo curto, verifica-se também o emprego de uma mão de obra extrafamiliar (Miranda; Dorado, 1998, p. 25).

Tabela 10 - Área plantada em Lavouras temporárias, permanentes e efetivo de animais resultados de 1995-1996 – Machadinho d'Oeste-RO

Lavouras temporárias	1995-96	
Área total (ha)	Área (ha)	Total em toneladas
Arroz	4.740	4.333
Milho	3.382	3.043
Feijão	847	296
Mandioca	222	2.619
Lavouras permanentes		
Banana	38	48
Café	5.993	4.072
Cacau	427	123
Urucum	28	10
Efetivo de animais em Cabeças	1995-96	
Bovinos	50.417	
Suínos	12.941	
Aves (galinhas, galos, frangas e frangos)	167.891	

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1975 (2017)

Os dados da produção agrícola de 1995/96 demonstram a relação área plantada/produção em toneladas. Observa-se que nas culturas temporárias dois produtos se destacam: o arroz e o milho, entretanto, a relação área plantada e a

²¹ A cultura associada consiste em cultivar simultaneamente sobre um mesmo campo pelo menos duas espécies vegetais ou dois grupos de espécies, podendo associar culturas anuais, perenes, ou anuais e perenes. A cultura associada implica uma posição aproximada entre as plantas, em que haja interação efetiva entre as espécies, direta ou indiretamente (Miranda, 1987, p.41). Entende-se por cultura perene aqui, o que chamamos de lavouras permanentes e por culturas anuais as lavouras temporárias. No Projeto Machadinho, esse tipo de cultivo era comum, já que os agricultores aproveitavam a plantação de milho e feijão, por exemplo, associadas ao café, pois parte dos resíduos vegetais serviam de adubo à terra.

quantidade colhida apresenta uma queda quando se comparam com os dados apresentados no mesmo período para a produção no estado de Rondônia (Maciel, 2004, p. 72-74). No estado, o rendimento médio da produção de arroz era de 1.278 kg/ha e de milho de 1.437 kg/ha (Maciel, 2004, p. 76) e os dados da Tabela 11 demonstram que no município de Machadinho d'Oeste esse rendimento é de 0.914 kg/ha para a produção de arroz e de 0.899 kg/ha na produção de milho, valor bem abaixo.

Esses dados indicam uma passagem das culturas temporárias para as permanentes, muito em função da baixa produtividade dessas culturas. As causas podem estar ligadas ao uso de baixa tecnologia e baixa fertilidade do solo. Destaca-se uma melhor produção no cultivo da mandioca, muito embora abaixo da média do estado de Rondônia, que era de 14.398 kg/ha (Maciel, 2004), enquanto em Machadinho d'Oeste era de 11.797 kg/ha.

As áreas plantadas em cacau e banana eram pequenas, em relação às plantadas em milho e feijão. Sabe-se, desse modo, que esses dois produtos são plantados em épocas diferentes do ano, assim as áreas em que se planta milho também podem ser utilizadas para o plantio do feijão. Nesse período começa a crescer o efetivo de bovinos, embora a principal criação fosse de aves.

Dada a configuração da produção agrícola local em torno do cultivo de lavouras temporárias e permanentes, destaca-se o papel da escola multisseriada e a sua expansão, haja vista que novos assentamentos da reforma agrária tinham sido criados nesse período para resolver os problemas de famílias que ainda buscavam terras. Portanto, era necessário dar a essas famílias recém assentadas a condição de seus filhos continuarem a frequentar a escola.

No período do Projeto Machadinho, as crianças ficavam entre dois e três anos sem frequentar a escola, seja por falta de escolas construídas, de professores com habilitação mínima e pela demora do poder público em atender as demandas locais. Nos projetos de assentamento da reforma agrária não foi diferente, caso dos assentamentos Tabajara, Tabajara II, Lages, Santa Maria, Santa Maria II e Pedra Redonda criados nos anos de 1995 e 1996²² e que só receberam as suas escolas multisseriadas dois anos após sua regularização. O Quadro 2 apresenta as escolas multisseriadas criadas entre 1989 e 1996.

²² Na tabela 4 estão dispostos todos os projetos de assentamento implantados em Rondônia no período de 1970 a 2000. Aqui se cita apenas os criados entre 1992 e 1996.

Quadro 2 - Escolas multisseriadas criadas no período de 1989 a 1993 no município de Machadinho d'Oeste

Nº	NOME DA ESCOLA	Nº DEC.	ANO CRI.	LOCALIZAÇÃO
1	Escola Anita Garibaldi	043/89	1989	
2	Escola Bom Pastor	043/89	1989	
3	Escola Cecília Meireles	043/89	1989	
4	Escola Cândido Mariano da Silva Rondon	043/89	1989	
5	Escola Dom Bosco	043/89	1989	
6	Escola Dom Pedro I	043/89	1989	
7	Escola Getúlio Vargas	043/89	1989	
8	Escola Gonçalves Dias	043/89	1989	
9	Escola João Cruz e Souza	043/89	1989	
10	Escola Jardim de Infância Criança Feliz	043/89	1989	
11	Escola José de Anchieta	043/89	1989	
12	Escola José João de Andrade	043/89	1989	
13	Escola Juscelino Kubitschek de Oliveira	043/89	1989	
14	Escola Jesus Nazareno	043/89	1989	
15	Escola João Godoy Martins	043/89	1989	
16	Escola Mamãe Margarida	043/89	1989	
17	Escola Maria Auxiliadora	043/89	1989	
18	Escola Machado de Assis	043/89	1989	
19	Escola São Gabriel	043/89	1989	
20	Escola Osvaldo Cruz	043/89	1989	
21	Escola Rui Barbosa	043/89	1989	
22	Escola São Mateus	043/89	1989	
23	Escola São Francisco de Assis	043/89	1989	
24	Escola São Paulo	043/89	1989	
25	Escola São Marcos	043/89	1989	
26	Escola União	043/89	1989	
27	Escola Vitória Régia	043/89	1989	
28	Escola Maria de Andrade Silva	018/92	1992	Linha MC-07, Km 8
29	Escola Marileide Sandes Siqueira	018/92	1992	Travessão 62, Km 12, Anary
30	Escola Tabajara	018/92	1992	Travessão 58, Anary
31	Escola Firmiano da Silva	018/92	1992	Seringal Chico Silva
32	Escola Dalva de Oliveira	018/92	1992	Travessão 54, Anary
33	Escola Maria Alba Oliveira Ribeiro	018/92	1992	Travessão 66, Km 05, Anary
34	Escola Clarice Xavier Santos Machado	018/92	1992	Travessão 54, Anary
35	Escola Euclides da Cunha	025/93	1993	Linha C-07, Marcação Gleba Cruzeiro do Sul
36	Escola Gilberto Freyre	025/93	1993	Linha MC-01, Oriente Novo
37	Escola 1º de Maio	025/93	1993	Linha C-05, Marcação Gleba Cruzeiro do Sul

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Machadinho D'Oeste (SEMED, 2022)

Observa-se que entre 1989 e 1993 o município de Machadinho d'Oeste cria um total de 37 escolas multisseriadas. De acordo com os dados, o ano de 1989 se destaca na criação dessas escolas, já que são criadas de uma só vez, um total de 27 escolas.

No entanto, o decreto n. 043/89 não discrimina a localização dessas escolas, o que impossibilitou a construção de um mapa demonstrando o local onde se encontravam.

Das outras dez escolas criadas nos anos de 1992 e 1993, sete dessas em 1992, apenas duas continuaram a pertencer a Machadinho d'Oeste após 1996, as outras cinco passaram a compor as escolas do município de Vale do Anari²³, que em 1994 se torna município. Das três criadas em 1993, duas estavam em área de marcação²⁴, que posteriormente foi regularizada, como assentamento da reforma agrária.

Ao se analisar a relação expansão da escola multisseriada e a forma como a atividade econômica rural se conforma, fica uma pergunta: por que as culturas permanentes promoveram a continuidade da escola multisseriada? A explicação pode ser encontrada no sistema de trabalho aplicado ao campo em Rondônia, que desde o início da ocupação teve o seu sistema produtivo determinado por uma forma de trabalho racionalizada, voltada à produção comercial (Maciel, 2004, p. 121).

Do outro lado, além do emprego de mão de obra familiar, esse período se caracterizou pelo deslocamento de famílias que migraram para a região em busca de oportunidades, trabalhando, assim, nas lavouras de café disponíveis, o que justifica não só a manutenção das escolas criadas, mas também a criação de outras escolas para atender a essa demanda.

À medida em que a produção vai diminuindo, essas lavouras vão perdendo espaço e essas unidades produtivas (lotes) entram em crise, exigindo uma mudança na atividade produtiva, que passa por um processo de inovação (Costa, 2000, p.124). Essas mudanças no caso de Machadinho d'Oeste levaram a fase da pecuarização nos mesmos moldes do que foi encontrado por Maciel (2004) no estado de Rondônia.

4.4 Formação socioeconômica e educacional na fase da pecuarização no período entre 1997 e 2021

A fase da pecuarização em Machadinho d'Oeste se caracteriza pela transição das culturas permanentes – momento em que a produção chega ao seu estágio máximo – para um modelo posterior: o da pecuária. Nesse momento, culturas como o

²³ O município de Vale do Anari, que foi criado pela Lei n° 572, de 22 de junho de 1994, desmembrado da área territorial do Município de Machadinho d'Oeste, faz divisa ao Norte com o município de Machadinho d'Oeste, ao Sul com Theobroma e Ji-Paraná, a Leste com o município de Ji-Paraná e o estado do Mato Grosso, com Theobroma e Machadinho d'Oeste. Ver a propósito: https://sapl.al.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1994/1095/1095_texto_integral.pdf.

²⁴ A Marcação Gleba Cruzeiro do Sul é uma área composta pelas Linhas C-04 a C-10 e que deu origem, em 1999, ao Projeto de Assentamento Amigos do Campo.

café, seja por questões climáticas ou pelo baixo preço no mercado, perdem espaço, obrigando o produtor a migrar para outro sistema produtivo.

No estado de Rondônia, o processo de pecuarização cresce de forma acelerada desde a década de 1990, como se pode verificar pela ampliação da área destinada as pastagens entre 1991 e 1997. Em 1991, a área plantada em pastagens representava um total de 339,80 ha saltando no ano de 1997 para uma área total de 947,40 ha (Maciel, 2004, p. 185). Em Machadinho d'Oeste, há um movimento parecido, só que entre os anos de 1997 e 2006, em que a área plantada em pastagens passa de 47,29 ha, em 1997, para 157,27 ha, em 2006, um aumento de 232,57%. Diante disso, esse período passa a ser denominado como a transição das culturas permanentes para a pecuarização, já que as culturas temporárias e permanentes perdem espaço e são substituídas pela pecuária leiteira. Entretanto, se há um aumento das áreas de pastagem, por que entre 1997 e 2001 foram criadas tantas escolas multisseriadas?

Alguns fatores relevantes podem explicar a criação das escolas multisseriadas nesse período. O primeiro deles tem relação direta com os assentamentos da reforma agrária criados a partir de 1992, afinal muitos desses assentamentos só receberam escola a partir de 1996, já que muitas famílias não se mudavam diretamente para as propriedades, pois ficavam no aguardo de mais famílias com filhos em idade escolar para requerer do poder público a oferta de escola.

É nesse contexto que são criadas entre 1998 e 2001 um total de 33 escolas multisseriadas para atender aos filhos dos pequenos agricultores assentados nos Projetos de Assentamento Tabajara na RO-133, assentamento Lages à margem direita da RO-133, distando cerca 2 km do acesso à rodovia e o assentamento Tabajara II a margem esquerda da RO-133, todos no sentido Norte. Também foram criadas escolas nos assentamentos Amigos do Campo, Asa do Avião e em algumas linhas do antigo Projeto Machadinho.

O primeiro grupo de escolas criadas em 1998 teve como base os decretos nº 627/98 e nº 636/98. No ano de 1999 foram encontrados dois documentos - o primeiro o decreto nº 735/99 e o segundo foi o ofício nº 001/99, que detalhava as escolas criadas no projeto Lages e Tabajara. A partir do decreto nº 787/00 ocorre um fenômeno extremamente intrigante, já que parte das escolas criadas a partir do ano 2000 terão curtíssimo tempo de existência, pois se iniciava ali o processo de polarização de escolas de forma intensa na região.

Quadro 3 – Escolas multisseriadas criadas no período de 1998 a 2001 no município de Machadinho d'Oeste

Nº	Nome da escola	Dec. Criação	Ano	Local
1	Pré-escolar Alegria da Criança	627/98	1998	Núcleo Tabajara
2	Escola de 1º Grau Herbert de Souza	-	1998	RO 133, Km 40
3	Escola de 1º Grau Claudete Van Dal Fortunato	-	1998	Linha C-A 17, travessão Rio Vermelho
4	Escola de 1º Grau Pedro A. Cabral	-	1998	Travessão 15 do Oriente Novo
5	Escola Pré-escolar Sorriso da Criança	636/98	1998	Núcleo de Oriente Novo
6	Escola de 1º Grau Tomé de Souza	-	1998	MA – 61, Km 20, reserva São Salvador
7	Escola Manuel Bandeira	735/99	1999	Linha LU 02, Km 05
8	Escola Tancredo de Almeida Neves	Of. nº 001/99	1999	MA-28, SM 01 e 02
9	Escola Nelson Rodrigues	-	1999	MA-63, PA – T3 02
10	Escola Graciliano Ramos	-	1999	Gleba 02, TB 05
11	Escola João Guimarães Rosa	-	1999	Tabajara 02/TB 05
12	Escola Rachel de Queiroz	-	1999	LJ – 09, Km 15
13	Escola Chico Mendes	-	1999	LJ – 05, Km 15
14	Escola Oswaldo de Andrade	-	1999	LJ – 07
15	Escola Jorge de Andrade	-	1999	LJ – 11, Km 41
16	Escola Fernando Pessoa	-	1999	LJ – 05, Km 05
17	Escola Pablo Picasso	-	1999	LJ – 04, Km 20
18	Escola Lima Barreto	-	1999	LJ – 08, Km 25
19	Escola Dom João VI	-	1999	Linha C – 06, Marcação
20	Escola Márcia Lima Juazeiro	-	1999	Seringal Lago Paloneta
21	Escola Sérgio Buarque de Holanda	-	1999	Linha C – 08, Marcação
22	Escola Paulo Freire	-	1999	Linha C – 01, Marcação
23	Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel	787 de 14 de jan. de 2000	2000	LJ – 09
24	Escola Municipal de Ensino Fundamental Fernando Sabino	-	2000	LJ – 10
25	Escola Municipal de Ensino Fundamental Chiquinha Gonzaga	-	2000	Linha C – 09, Projeto Amigos do Campo
27	Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Gonzaga	-	2000	LJ – 25
27	Escola Municipal de Ensino Fundamental Clarice Lispector	-	2000	RO – 01, Lago Azul
28	Escola Municipal de Ensino Fundamental Olímpio Gomes Siqueira	-	2000	MP – 55, Seringal
29	Escola Municipal Multigraduada de Ensino Fundamental Dom Heitor Câmara	905/01 de 14 fev. de 2001	2001	Linha 08, Vaga-Lume Oriente Novo
30	Escola Municipal Multigraduada de Ensino Fundamental Anita Malfatti	-	2001	TB-13, PA-Tabajara II
31	Escola Municipal Multigraduada de Ensino Fundamental Plínio Salgado	-	2001	Estrada da Barragem, Assentamento Asa do Avião
32	Escola Multigraduada de Ensino Fundamental Gregório de Matos	908/01 de 23 de fev. de 2001	2001	Linha TB-14, Tabajara II
33	Escola Multigraduada de Ensino Fundamental Fernando Collor de Mello	918/01 de 01 mar. de 2001	2001	Linha MP-97, Reserva Extrativista (Seringal)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Machadinho D'Oeste (SEMED, 2022)

No contexto de transição do modo de produção agrícola, observa-se em Machadinho d'Oeste uma mudança estrutural no modelo escolar rural. Assim, a escola multisseriada aos poucos vai ser substituída por um novo modelo de escola: as

chamadas Escolas Polo²⁵. Esse termo, utilizado na região, indicava aquilo que mais tarde na literatura se optou por chamar de nucleação.

Desse modo, no ano 2000 a prefeitura municipal decide criar as primeiras quatro escolas polos para atender as demandas por ensino de 5ª a 8ª série do ensino fundamental na área rural, aproveitando e fechando também um conjunto de escolas multisseriadas.

As primeiras quatro escolas polos²⁶ implantadas no município se encontram assim localizadas: duas no sentido Norte, uma seguindo pela RO-133, a 30 km da sede do município e a outra na RO-205 - também conhecida como MC-07 - distante 35 km da sede do município; uma no sentido Sul, seguindo pela linha MA-04 com a Linha C-01, Núcleo Pedra Redonda, distante 18 km, e a última no sentido Leste pela RO 205 - também conhecida como Linha MA-28 - distante 40 km da sede do município.

Quadro 04 – Escolas Polo criadas entre o ano de 2000 a 2007 no município de Machadinho D'Oeste

Nome da escola	Decreto de criação	Ano	Local
Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Onofre Dias Lopes	795/00 de 21 de fevereiro de 2000	2000	RO – 133, Gleba 04, Associação Boa Esperança
Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Tom Jobim	787 de 14 de janeiro de 2000	2000	Linha MA-28, pé de galinha
Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Fernanda Montenegro	787 de 14 de janeiro de 2000	2000	Linha C – 1, Núcleo Pedra Redonda
Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Hermínia Castoldi de Oliveira	787 de 14 de janeiro de 2000	2000	MC – 07, Núcleo Helenópolis
Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Roberto Marinho	1.558 de 04 de fevereiro de 2005	2005	Linha MA-16 com MA-18
Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Amigos do campo	1.558 de 04 de fevereiro de 2005	2005	Projeto de Assentamento Amigos do Campo
Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental Antônio Francisco Lisboa	1768/07 de 17 de fevereiro de 2007	2007	Linha C-04, Assentamento Cedro Jequitibá
Escola Polo Municipal de Ensino Fundamental João Paulo II	1768/07 de 17 de fevereiro de 2007	2007	Linha MA 28, entre rios

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Machadinho D'Oeste (SEMED, 2022)

²⁵ Para proceder essa mudança em 1997, o prefeito do município de Machadinho D'Oeste, juntamente com o Secretário Municipal de Educação, participou de um Seminário sobre Educação Rural, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais e tomaram conhecimento das chamadas Escolas Pólos, apresentadas como uma revolução, capaz de solucionar os principais problemas de educação no município (Duarte; Dourado; Frutuoso, 2004).

²⁶ É denominada “Escola Polo” a estrutura implantada no meio rural em local estratégico para atender os alunos que são transportados até esse local em ônibus escolares. Nesse espaço há uma estrutura pedagógica composta de um Diretor, Supervisor Escolar e de apoio com Merendeiras e Zeladoras responsáveis pela limpeza e alimentação. Os professores se deslocam para esse espaço e não mais aplicam lições as quatro séries como na escola multisseriada, ficando a cargo de uma única série. No caso de Machadinho d'Oeste a polarização teve como propósito inicial, atender a demanda da segunda etapa do ensino fundamental (ensino de 5ª a 8ª séries), entretanto, a diminuição no quantitativo de alunos nas escolas multisseriadas promove a inserção desses na rota da polarização.

Com a criação e a instalação das primeiras escolas polos, algumas escolas multisseriadas foram desativadas, porém na linha MA-16 a desativação das últimas escolas multisseriadas só ocorreu em 2002, enquanto na escola RO-133 apenas as escolas do Projeto Tabajara no ano de 2000 foram desativadas²⁷.

As primeiras escolas polo atendiam alunos num sistema de aulas durante o dia todo, três vezes por semana para cada etapa. Assim, alunos da 1ª a 4ª séries (hoje 1º ao 5º ano) estudavam de segunda a quarta-feira no horário das 8h às 17h, e os alunos da 5ª a 8ª séries (hoje 6º ao 9º ano) de quinta-feira a sábado nos mesmos horários, no entanto, esse sistema só funcionou para os alunos de 5ª a 8ª séries no primeiro ano de implantação das Escolas Polo.

No ano de 2001 e 2002, devido a problemas orçamentários alegados pela gestão municipal na época, os alunos passaram a ser atendidos por um outro projeto²⁸, que funcionava uma vez por semana com o mesmo horário.

Quadro 05 – Escolas multisseriadas desativadas no raio da pesquisa da Escola Polo Onofre Dias Lopes RO-133

Nº	NOME DA ESCOLA	Nº DECRETO	LOCALIZAÇÃO
1	Escola municipal de Ensino Fundamental Rural Herbert de Souza	1.149 de 21/10/02	RO 133, Km 40
2	Escola municipal de Ensino Fundamental Rural Princesa Isabel	-	LJ – 09
3	Escola municipal de Ensino Fundamental Rural Emília Ferrero	-	RO 133, Km 26
4	Escola Municipal de Ensino Fundamental Rural Darcy Ribeiro	-	Estrada Tabajara
5	Escola Municipal de Ensino Fundamental Rural Abílio Cesar Borges	-	RO 133, Estrada do Tabajara
6	Escola Municipal de Ensino Fundamental Rural Coelho Neto	-	RO 133, Km 16

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Machadinho D'Oeste - SEMED (2022)

Os dados coletados sobre as escolas desativadas no entorno da escola Onofre Dias Lopes apresentaram um total de seis instituições de ensino multisseriadas

²⁷ Quanto às escolas desativadas, devido ao tempo percorrido (22 anos para ser mais exato), hoje sequer há rastros do que foram as escolas multisseriadas em ambas as linhas. Como as estruturas eram de madeira muitas foram desmanchadas ou caíram. Tal dificuldade impossibilitou a construção de um mapa com o local aproximado dessas escolas e a falta de desenhistas com tal habilidade dificultou essa construção.

²⁸ O projeto citado era intitulado “Projeto Nova Realidade – PROMEF – Projeto Municipal de Ensino Fundamental para Zona Rural Município de Machadinho D'Oeste, criado no ano 2000 e foi vivenciado pelo autor enquanto atuou como professor nessas escolas no ano de 2001 e 2002. No entanto, em visita à secretaria municipal de educação em busca dessa documentação, nada foi encontrado até o momento.

desativadas, conforme o decreto municipal nº 1.149/02. Inicialmente, as escolas desativadas na região faziam parte do Projeto Tabajara²⁹.

O Projeto Tabajara foi criado pelo INCRA em 29 de dezembro de 1995 e teve como objetivo assentar 230 famílias numa área de 14.036,1005 ha (Maciel, 2004, p. 282). O projeto dividiu os lotes ao longo da RO-133 no sentido Sul-Norte. A escola Onofre Dias Lopes se encontra a 30 km do núcleo urbano do município de Machadinho d'Oeste. Assim, a margem direita e a margem esquerda, com cerca de 2 km para cada lado, dividem o PA Tabajara com outros dois projetos: Tabajara II à esquerda, no sentido Sul-Norte, e à direita Lages.

As escolas citadas no Quadro 05 representam o total de escolas desativadas no Projeto Tabajara. Com o passar dos anos, mais escolas vão sendo desativadas e os alunos incorporados às Escolas Polo. A figura abaixo apresenta a extensão do PA Tabajara.

Figura 5 – Mapa do INCRA com indicação do Projeto de Assentamento Tabajara



Fonte: Sede do INCRA Machadinho d'Oeste (2023)

Na linha MA-16, na proximidade da escola Roberto Marinho³⁰, também foram desativadas um total de cinco escolas, de acordo com o decreto municipal nº 1.149/02. No entanto, não constam desse decreto outras duas escolas que também se encontravam na linha MA-16: a escola São Francisco de Assis e Dom Pedro I.

²⁹ Até hoje há uma confusão sobre a dimensão do Projeto Tabajara. Em visita à sede do INCRA em Machadinho d'Oeste, foi que descobri a real dimensão do Projeto e do quantitativo de famílias assentadas no primeiro momento. Na realidade, a área já estava ocupada segundo relato de moradores antigos desde 1992. Segundo esses moradores, a exploração de madeira na região foi o primeiro passo para a ocupação, tanto que a estrada em vários pontos seguiu a trilha dos madeireiros que extraíam toras de forma ilegal nessa área.

³⁰ Na época essa escola funcionava como extensão da escola Fernanda Montenegro e desde 2005 se transformou em Escola Polo.

Quadro 06 - Escolas multisseriadas desativadas no raio da pesquisa da Escola Polo Roberto Marinho, na Linha MA-16

Nº	NOME DA ESCOLA	Nº DECRETO	LOCALIZAÇÃO
1	Escola Multigraduada Furtado Mendonça	1.149 de 21 de outubro de 2002	Linha MA-16, C/MA-04, Núcleo Vila Rica
2	Escola Multigraduada Dona Tereza Cristina	-	Linha MA-16, Gleba 1, Km 40
3	Escola Multigraduada Arthur de Azevedo	-	Linha MA-16 C/ MA-18
4	Escola Municipal Multigraduada de Ensino Fundamental Plínio Salgado	-	Estrada da Barragem, Assentamento Asa do Avião
5	Escola Municipal Multigraduada de Ensino Fundamental Lygia Fagundes Teles		Assentamento Asa do Avião II

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Machadinho D'Oeste - SEMED (2022)

O movimento de fechamento de escolas rurais no estado de Rondônia tem recebido intensas críticas nos estudos que abordam a nucleação de escolas no campo. Embora recente, as análises têm concluído quase sempre que o fechamento de escolas multisseriadas é uma ação influenciada por fatores externos ou políticos e não resultado da mudança na atividade produtiva. Apresenta-se aqui algumas conclusões desses estudos sobre o fechamento das escolas multisseriadas.

No seu estudo, sobre o fechamento de escolas multisseriadas no município de Rolim de Moura, Santos (2019) indica como fatores determinantes para o fechamento das escolas: em primeiro lugar, o fator cultural, fruto de uma cultura sulista derivada da colonização dirigida; em segundo lugar, o fator político, destacado pelo intenso processo de municipalização do ensino ocorrido ao final da década de 1990 do século passado e na primeira década do século XXI; em terceiro lugar, o fator econômico, determinado por um movimento de êxodo rural, tendo como causa a falta de condições para a permanência no campo (Santos, 2019, p. 189). Para isso, são apresentados dados sobre o fechamento das escolas multisseriadas e um mapa da nucleação dessas.

Para Santos (2019), o fator político, enfatizado pelo processo de municipalização do ensino³¹, é imposto pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado na Lei nº 9.394/96, art. 11, a qual institui a incumbência dos municípios na organização do seu sistema de ensino. Desse modo, o principal ponto negativo estaria ligado à política de financiamento do ensino, pois embora na legislação essa política

³¹ A municipalização do ensino é uma reivindicação de longa data. O grande educador Anísio Teixeira via na municipalização uma saída para alavancar o sistema de ensino, pois a descentralização e a municipalização seriam uma saída para resolver o problema da precariedade da escola primária (Teixeira, 1957, p. 24).

se apresente como viável, na prática, esses recursos são insuficientes para atender às demandas e precarizam a educação do campo.

O fator econômico é atribuído a ordem capitalista, que na visão da autora, tem como organismo regulador e orientador das políticas educacionais no Brasil, o Banco Mundial. De acordo com a análise, o fechamento das escolas multisseriadas estaria ligado ao projeto do Estado neoliberal. Isso afetaria diretamente as escolas do campo e o atendimento aos filhos dos camponeses.

Destaca-se, entretanto, que Martins (1980) explica esse movimento pelas frentes pioneira e de expansão. Tal período pode ser explicado pela frente pioneira, movimento pelo qual os antigos donos – os pequenos agricultores – expropriados, saem da propriedade dando espaço aos empreendimentos capitalistas.

Convém ressaltar que outros estudos sobre fechamento de escolas multisseriadas em Rondônia têm procurado responder as práticas de nucleação de escolas com outros argumentos. Esse é o caso do estudo de Silva (2021), que apresenta dados do fechamento de escolas multisseriadas em Ji-Paraná. Isso explica como os resultados da política de nucleação³² ocorrida entre 2002 e 2006 não foram os esperados. Nesse município, a polarização como saída para o problema levou a desativação/fechamento das escolas multisseriadas (Silva, 2021). O estudo ressaltou o caráter organizacional que esse modelo relegou ao município.

Diferente de Santos (2019), que embora apresente um fator econômico o atrela a uma ordem externa – o Banco Mundial –, a análise de Silva (2021) deixa passar os fatores socioeconômicos da região, trazendo para o Estado o papel principal na criação e na condução da política educacional.

Por outro lado, um estudo recente destaca a influência do agronegócio e a sua ação no campo, como indicador da carência educacional, fazendo com que o morador do campo busque alternativas para o filho no meio urbano, facilitando-se a concentração fundiária por parte dos capitalistas do agronegócio (Santos Filho, 2022).

³² O processo político-administrativo de nucleação rural ocorreu em dois momentos marcantes e durante contextos políticos distintos no município de Ji-Paraná. As ações políticas do primeiro momento aconteceram entre os anos de 2001 e 2004, com base no programa de nucleação instituído pelo decreto municipal nº 7.072, de 29 de novembro de 2002. Já a segunda onda de fechamento das escolas rurais ocorreu em 2006, com a instituição do programa de polarização das escolas nucleadas, mediante determinação do poder executivo, estatuída no decreto municipal nº 10.302, de 13 de abril de 2006, cujas ações foram executadas entre os anos de 2005 e 2008. Foi a partir desses marcos normativos que se optou pela delimitação temporal 2002-2006 (Silva, 2021, p. 60).

Nesse sentido, o estudo chama atenção para o risco de desaparecimento da própria Escola Polo e cita o caso de uma escola-polo, que corre o risco de ser desativada por falta de alunos, reflexo do avanço da monocultura implantada no local. O autor finaliza expondo que os motivos que levaram os municípios a fecharem escolas são diversos e envolveram, desde interesses políticos a influências econômicas (Santos Filho, 2022, p. 161).

Observa-se que, em cada caso, as explicações para o fechamento da escola multisseriada divergem quanto ao motivo e à responsabilidade. Nenhum desses estudos questiona a qualidade da escola multisseriada, a baixa formação do seu professor, o tempo destinado às atividades escolares e a divisão do tempo de aula entre as séries atendidas. Todos esses parâmetros podem ser utilizados para defender a menor ou maior qualidade da escola ofertada aos filhos dos pequenos agricultores.

Certamente, entender qual é a relação entre as culturas temporárias e permanentes praticadas, o processo de expansão da pecuária leiteira e a criação das escolas polo em Machadinho d'Oeste poderá fornecer respostas para as questões levantadas sobre a qualidade das Escolas Polo em relação à escola multisseriada.

Tabela 11 – Área plantada em Lavouras temporárias, permanentes e efetivo de animais resultados de 2006 e 2017 – Machadinho d'Oeste-RO

Lavouras temporárias	2006		2017	
	Área (ha)	Total em toneladas	Área (ha)	Total em toneladas
Arroz	2.212	2.336	205	417
Milho	1.703	1.686	903	2.227
Feijão	765	125	9	2
Mandioca	542	1.260	292	1.124
Lavouras permanentes				
Banana	43	134	67	209
Café	5.925	2.173	2.602	950
Cacau	178	41	28	4
Urucum	39	10	72	29
Efetivo de animais em Cabeças				
	2006		2017	
Bovinos	184.053		228.485	
Suínos	12.363		11.794	
Aves (galinhas, galos, frangas e frangos)	135.642		127.519	

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1975 (2017)

Nesse cenário, buscar uma explicação a partir dos dados econômicos é uma alternativa para se entender no período, as razões que levaram ao surgimento das Escolas Polo e o fechamento da escola multisseriada. Desse modo, partir-se-á de dois fatores: o primeiro relacionado à expansão das áreas de pastagem na área do município de Machadinho d'Oeste e o segundo concernente à migração de parte dos proprietários para áreas dos assentamentos da reforma agrária.

Os dados da produção a partir de 2006, disponibilizados pelo IBGE (2017), são esclarecedores quando se compara a área plantada no período de 2006 e 2017. Observa-se que a área plantada em arroz, por exemplo, teve uma queda no período de 89,81%, a área plantada em milho sofreu queda de 46,98% e de mandioca a queda representou 46,13% da área plantada. Destacam-se aqui as áreas plantadas em café que sofreram no período entre 2006 e 2017 uma queda de 56,08% da área plantada, e as de cacau, que diminuiu em 84,27%. Quanto ao efetivo bovino no mesmo período se observa um crescimento menor.

Os dados sobre a utilização de terras disponibilizados pelo mesmo censo agropecuário permitem verificar como as áreas plantadas em pastagens evoluíram entre 1996 e 2017, em relação à utilização de terras com lavouras permanentes e temporárias.

Tabela 12 - Utilização das terras, segundo os resultados dos Censos de 1995-1996, 2006 e 2017 – Machadinho d'Oeste-RO

Utilização das terras (ha)	1995-96	2006	2017
Área Total (ha)	392.769	359.883	300.762
Lavouras permanentes	15.425	19.106	5.872
Lavouras temporárias	7.802	5.790	4.729
Pastagens naturais	2.499	4.979	-
Pastagens plantadas	47.299	157.275	199.351
Matas naturais	309.449	157.412	77.488
Matas plantadas	470	6.199	833

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2017

Quando analisados os dados em relação à área plantada, observa-se que entre 2006 e 2017 há uma queda na utilização de terras para a plantação de lavouras permanentes. Como a área plantada em lavouras temporárias já havia sofrido uma queda entre 1996 e 2006, essa queda não é tão sentida em 2017 e uma possível explicação seria a inserção das áreas plantadas em soja e milho.

Ao tratar da evolução da área plantada em pastagens entre os anos de 1996 e 2006, verifica-se um aumento de 232.51%. Quando comparado os censos de 2006 e

2017, observa-se um aumento em menor proporção, totalizando 26.75%. Outro fator que chama atenção está relacionado à queda na utilização de terras nas áreas totais, o que pode ter relação com a atuação de órgãos fiscalizadores, como o IBAMA, que tem embargado áreas que foram desmatadas ilegalmente.

Como se pode verificar nos dados apresentados sobre a produção agrícola a partir de 2006, as lavouras permanentes, em especial o café, sofre uma queda acentuada na produção. Nesse mesmo período a área em pastagens aumenta, assim como o rebanho bovino.

No mesmo período, conforme os dados educacionais apresentados anteriormente, há um avanço no fechamento das escolas multisseriadas. Cabe mencionar que nesse processo, embora ocorra no período em várias partes do município, o seu desenvolvimento não é linear, já que há regiões mais desenvolvidas e outras menos desenvolvidas, como se espera encontrar nos dados de campo nas bases empíricas da pesquisa.

Ademais, como observado na linha MA-16, o processo de pecuarização se encontra em um estágio bem mais avançado que na RO-133. Nessa mesma RO-133, no sentido Sul, as plantações de soja estão em estágio avançado, indicando um novo estágio de desenvolvimento: o do agronegócio. No sentido Norte, encontra-se em processo de pecuarização leiteira.

Cabe ressaltar que Machadinho d'Oeste, inicialmente, caracterizou-se pela produção extrativista da madeira e outros produtos, avançando no estágio seguinte na produção agrícola com as lavouras temporárias e permanentes e, atualmente, encontra-se num estágio avançado de pecuarização. A ligação do município com o estado do Mato Grosso a Leste favorece a produção extrativa de madeira, além de ser uma rota para fazendas de soja que estão se formando.

Mesmo com a diminuição inicial das lavouras permanentes, a pecuária de leite possibilitou a permanência no campo e a continuidade das Escola polo, porém, essa vem sofrendo nos últimos anos um decréscimo no número de alunos nas regiões em que a pecuarização avançou. Esse processo levou a secretaria municipal de educação a reorganizar esse modelo.

Diante do exposto, indaga-se: como estão organizadas as escolas Onofre Dias Lopes e Roberto Marinho na atualidade? Que indicadores de qualidade permitem afirmar que estas escolas superam a escola multisseriada e cumprem a sua função de ofertar um ensino de qualidade aos filhos dos pequenos agricultores dessa região?

A partir desses questionamentos se procurará desenvolver uma síntese sobre as condições das Escolas Polo Roberto Marinho e Onofre Dias Lopes.

4.5 Indicadores socioeconômicos e educacionais das escolas polos Roberto Marinho e Onofre Dias Lopes

O tema qualidade da educação escolar pública é amplo e comumente está atrelado aos discursos políticos ideológicos das várias frações de classe. Longe de entrar em discussões pouco produtivas sobre se a escola pública tem boa ou má qualidade, necessita-se entender os indicadores utilizados para expressar padrões de qualidade educacional.

Desse modo, a qualidade educacional para uns pode ser mensurada partindo-se do financiamento público, como expresso nos estudos que tratam do custo-aluno (Farenzena, 2005; Camargo *et al.*, 2006) ou por indicadores socioeconômicos, de gestão escolar, tempo de permanência na escola entre outros aspectos, como apresentam as notas técnicas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP, 2011; 2014a; 2014b). Esses indicadores de qualidade educacional são importantes instrumentos de análise quando se pretende visualizar a real condição em que se encontra uma escola pública ou um conjunto de escolas.

Com base nos indicadores socioeconômicos e educacionais da escola pública rural de Machadinho d'Oeste, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e que avaliam a qualidade da escola pública, procurar-se-á mostrar, a partir dos indicadores disponibilizados, como a Escola Polo supera em qualidade a Escola Multisseriada.

Os indicadores apresentados pelo INEP estão divididos em três dimensões: a primeira é a socioeconômica, que sintetiza informações sobre a escolaridade dos pais e renda familiar (INEP, 2011, p. 5). A segunda é a da formação docente, que demarca os critérios para atuação nas séries iniciais do ensino fundamental e o trabalho multidisciplinar do professor (INEP, 2014a) e, a terceira, da gestão da escola, apresenta quatro variáveis que devem ser observadas: 1) representativa do porte da escola; 2) quanto às etapas/modalidades de ensino que são ofertadas pela escola; 3) quanto à complexidade da escola e 4) que diz respeito ao número-turno da escola (INEP, 2014b).

Os dados que serão comparados foram os disponibilizados pelas escolas polo Onofre Dias Lopes e Roberto Marinho e da observação em campo de uma escola rural

multisseriada ainda em atividade, que fica às margens da RO-133. A primeira indagação realizada foi: que fatores disponibilizados nos indicadores educacionais permitem afirmar que as Escola Polo superam em qualidade a Escola Multisseriada? A segunda seria: se as Escolas Polo superam em qualidade a escola multisseriada, qual seria a causa de tantas críticas ao fechamento das Escolas multisseriadas?

A questão, embora complexa, deverá na seção destinada à análise da temática ser dada uma atenção especial com uma subseção destinada a isso. Por ora, apresentam-se os dados secundários coletados e disponibilizados. Assim, a questão da qualidade educacional será o pano de fundo para mostrar como as Escolas Polo apresentam indicadores de qualidade que superam em qualidade a escola multisseriada.

Os dados sobre a realidade socioeconômica de Machadinho d'Oeste apontam que desde a implantação do PA Machadinho até o ano de 2022, ocorreram mudanças significativas na atividade produtiva no campo. Essas mudanças impactaram não só o modo de produzir os alimentos, mas também o modelo de escola rural ofertada aos filhos dos pequenos agricultores.

A criação das escolas multisseriadas, como abordado anteriormente, decorreu da necessidade à época de ofertar educação em nível de séries iniciais³³ aos filhos dos pequenos agricultores que ocupavam os lotes na região. Com o passar dos anos, os pequenos agricultores, preocupados com a continuidade dos estudos dos seus filhos passam a cobrar do poder público ensino de 5ª a 8ª séries (período entre 1994 e 1999). Essas cobranças fizeram com que a prefeitura do município providenciasse transporte para levar os filhos daqueles agricultores que tinham melhores condições para estudar na cidade.

Entretanto, no decorrer dos anos, a demanda por ensino nessas séries aumenta e o transporte escolar disponível se torna insuficiente para atender ao número de alunos. É nesse contexto que surge a ideia das Escolas Polo como alternativa a oferta de continuidade de estudos aos filhos dos pequenos agricultores.

³³ Com o passar dos anos, as demandas educacionais se intensificam e a continuação dos estudos é requerida por esses pequenos agricultores aos seus filhos. Em um primeiro momento, o atendimento é feito por transporte particular financiado pela administração municipal. No segundo momento, o poder público adquire o transporte e passa a oferecer essa continuidade de estudos em escolas da área urbana. No entanto, ainda havia problemas - a distância e o fato de nem todos poderem frequentar a escola, forçando os pais à escolha entre oferecer a continuidade aos estudos do filho ou mantê-lo ajudando na lavoura. A última, por exemplo, foi a escolha do meu pai.

A sua justificativa estava embasada na seguinte prerrogativa: por se localizar na área rural, esse modelo de escola diminuiria as distâncias e o seu funcionamento permitiria aos pequenos agricultores ter a mão de obra dos filhos durante um período, já que aqueles que haviam liberado os filhos para estudar na cidade haviam abdicado dessa mão de obra. Assim, enquanto num período esses estariam na Escola Polo dedicando tempo aos estudos, noutro dedicariam tempo a ajudar os pais na propriedade.

Para além da política municipal de acesso ao ensino de 5ª a 8ª séries da década de 1990 do século passado, justifica-se a criação das Escolas Polo também pela qualidade desta. Mesmo com toda organização da SEMECE³⁴ à época, que envolvia reuniões com os pequenos agricultores para explicação do novo modelo de escola, a resistência persistiu.

Para muitos, retirar crianças que estudavam próximas as propriedades era algo preocupante, mesmo que essas crianças tivessem que andar 2 a 4 km a pé para chegar à escola. Com a Escola Polo, o ônibus passaria na porteira da propriedade, mas a preocupação com a viagem nas linhas, principalmente nos períodos de chuva, era maior.

Ao realizar o levantamento dos dados relativos ao tempo médio de horas aula nas duas escolas pesquisadas, verifica-se que o tempo médio de quatro horas aula é mantido, com a variável que esse tempo é dedicado por um professor a sua turma³⁵. Já no caso da escola multisseriada, o professor tem que dividir o seu tempo entre o atendimento dos cinco anos do ensino fundamental.

O Quadro 7 ilustra a comparação entre o trabalho do professor da escola multisseriada e o professor das Escolas Polo. Nesse sentido, enumeram-se alguns fatores, tais como: planejamento do ensino, contato com a comunidade, tempo de aula, recursos didáticos, recursos financeiros, merenda escolar, limpeza e conservação da escola e formação docente.

³⁴ A atual Secretaria Municipal de Educação (SEMED) antes recebia o nome de SEMECE por ter sob a sua responsabilidade a cultura e o esporte. Por essa razão, antes era nomeada como: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SEMECE).

³⁵ Essa não é atualmente a realidade da Escola Polo Roberto Marinho que devido ao baixo quantitativo de alunos da pré-escola e 1º ao 5º ano teve que juntar turmas. Isso interferiu na dinâmica da escola que deixou de ter seu corpo gestor no local (Diretor, Supervisor e Orientador Educacional). Assim, a escola tornou-se um polo de recepção dos alunos, mas é atendida por um coordenador que sai da área urbana para a rural para tal fim. Os dados de campo na caracterização das duas escolas detalham melhor a realidade dessa unidade de ensino.

Quadro 7 – Organização das atividades do professor da Escola Multisseriada em comparação com o professor das Escolas Polo

ESCOLA MULTISSERIADA	ESCOLA POLO
Planejamento do ensino	Planejamento do ensino
Professor multitarefas (zelador, cozinheiro, professor, diretor, conselheiro)	Professor (atividades de planejamento e ensino)
Tempo de aula (dividido entre as quatro séries e as demais atividades)	Tempo de aula (exclusiva as atividades de sala de aula para uma turma)
Contato com a comunidade	Contato com a comunidade
Mais próximo, o professor é visto como um conselheiro por estar junto à comunidade.	Mais distante, o contato inicial é realizado pelo gestor que muitas vezes é alguém muito próximo a comunidade.
Tempo de aula	Tempo de aula
4 horas dividido para cinco turmas	4 horas em uma única turma
Recursos financeiros	Recursos financeiros
Disponibilidade menor de recursos, dado o tamanho da escola e número de alunos menor.	Disponibilidade maior de recursos, dado o tamanho da escola e número de alunos maior.
Recursos didáticos	Recursos didáticos
Composto de livro didático, quadro negro e giz, mimeógrafo, papel stencil para cópias e número limitado de folhas de sulfite.	Composto de livro didático, quadro e pincel, disponibilidade de impressora, televisor com entrada para pen-drive.
Merenda escolar	Merenda escolar
Feita pelo professor e alunas mais velhas.	Feita pela equipe de cozinha da escola e composta pelas merendeiras, com base em um cardápio acompanhado por uma nutricionista.
Limpeza e conservação da escola	Limpeza e conservação da escola
Feita pelo professor e pais que se reúnem em mutirão para limpar o pátio da escola; a limpeza da sala é feita pelo professor com ajuda dos alunos.	Feita por pessoas disponibilizadas pela SEMED, os pais não participam desse processo; a limpeza das salas é realizada pela equipe de limpeza da escola responsável pela zeladoria.
Formação docente	Formação docente
Formação em nível de Magistério Médio	Formação de Nível Superior

Fonte: Observação do pesquisador e fontes (2023)

O fato de haver na Escola Polo um gestor para atender a comunidade, além das demandas administrativas e pedagógicas, tornava-a em relação à escola multisseriada muito mais atrativa na visão da administração municipal, que na época defendia a polarização. Nessa escola o professor teria mais tempo para atender os alunos, enquanto na escola multisseriada, o docente teria que dividir o tempo entre atividades de: planejamento das aulas, ensino, cuidado do pátio da escola, merenda dos estudantes, armazenamento dos alimentos, limpeza da sala e cozinha, inclusive repassando aos estudantes das séries mais adiantadas tais tarefas, o que os prejudicava em relação ao aprendizado dos conteúdos.

De acordo com os dados sobre o tempo médio de aula disponibilizados no censo escolar de 2010, o tempo médio de horas-aula aplicadas na escola Onofre Dias Lopes foi de 0,0 horas na Educação Infantil e 4,3 horas no Ensino Fundamental, nas séries iniciais. O mesmo padrão foi encontrado na escola Roberto Marinho, com 0,0 horas na educação infantil e 4,3 horas no ensino fundamental, nas séries iniciais

(INEP, 2010). Ademais, é importante salientar que em 2010 essas escolas ainda não atendiam a Educação Infantil, já que atendiam o Ensino Fundamental de 1º o 9º ano³⁶.

Quando analisados os dados do censo escolar de 2022 em relação ao tempo médio de horas-aula, a Escola Polo Onofre Dias Lopes apresentou tempo médio para a Educação Infantil de 4,1 horas, mesmo número encontrado para o Ensino Fundamental nas séries iniciais 4,1 horas. A Escola Polo Roberto Marinho registrou para a Educação Infantil total de 4,3 horas e o mesmo valor para o Ensino Fundamental séries iniciais, de 4,3 horas (INEP, 2022).

Convém ressaltar, a princípio, que há uma gama de estudiosos da Amazônia que denunciam nos seus estudos o fechamento das escolas multisseriadas e seu processo de nucleação/polarização, por razões diversas. Poucos estudos abordam as limitações da multisseriação. Um desses é realizado por Barros *et al.* (2020, p. 1015), o qual aborda o fazer docente das escolas rurais multisseriadas e demonstra num quadro muito elucidativo como os professores e professoras usavam o seu recurso didático “o quadro de giz” para organizar a sua atividade.

Outros estudos se atêm a pontos específicos da política educacional ofertada na zona rural. Esse é o caso do estudo que denuncia aquilo que chamam de política do transporte escolar (Hage, 2011, p. 103). Há que salientar que a realidade da escola multisseriada da Amazônia paraense na qual Salomão Hage elabora sua crítica, difere-se da realidade das escolas multisseriadas de Machadinho d'Oeste.

Desse modo, ao defender o não fechamento das escolas multisseriadas, o autor não faz menção as distâncias percorridas em quilômetros pelos alunos para se chegar à escola, trajetos que, no caso de Machadinho d'Oeste, chegavam a 5 km só de ida. A partir da primeira década do século XXI, o movimento por uma educação do campo, que também luta contra o fechamento das escolas multisseriadas, em especial o Movimentos dos Trabalhadores sem Terra (MST) e das comunidades quilombolas (Hage, 2014, p. 1173), tem apresentado argumentos para o não fechamento de escolas, embasados muito mais num engajamento do próprio movimento para

³⁶ Destaca-se que a partir do ano de 2016, passa a vigorar no estado de Rondônia o decreto nº 20.070, de 24 de agosto de 2015, no qual o governo propôs um processo de reordenamento das escolas municipais e estaduais, fazendo-se cumprir o dispositivo da Lei n. 9394/96, art. 10 e 11, que trata da competência de cada ente federado e a sua responsabilidade na organização dos seus sistemas de ensino. Assim, desde então o município ficou responsável pelo atendimento do ensino na educação infantil e ensino fundamental nas séries iniciais.

manutenção dessas escolas, do que em dados estatísticos e indicadores de qualidade.

A tese doutoral Eraldo S. do Carmo que trata da nucleação de escolas no município de Curralinho no Arquipélago do Marajó, embora teça de forma amena críticas ao fechamento das escolas multisseriadas e o seu processo de nucleação, destaca-se que o fechamento dessas faz parte de um processo ideológico de modernização da escola rural (Carmo, 2016, p. 238). Isso ocorre, já que houve uma ampliação da educação infantil fazendo-a chegar as populações do campo, expansão do ensino fundamental com oferta dos anos finais, aumento do número de matrículas e consolidação da política de transporte.

Destaca-se que os defensores do não fechamento de escolas do campo – especificamente as multisseriadas – apresentam nos seus estudos dados gerais, como do número total de escolas fechadas. Não são apresentados dados de matrícula, anos atendidos, média de horas-aulas, bem como recursos financeiros recebidos por essas unidades.

Esses destacam que a opção pelo fechamento faz parte de uma ação política na qual os gestores locais tomam a decisão de fechar essas escolas e promover a nucleação/polarização (Hage, 2011, p. 103; Parente, 2014). Somado a isso, não são mencionados quaisquer dados socioeconômicos, geográficos, para demonstrar a necessidade da continuidade da escola multisseriada, em detrimento da nucleação/polarização.

Convém ressaltar, a princípio, que embora discordemos da política educacional ofertada pelo estado liberal, especialmente para os filhos dos pequenos agricultores, qualquer mudança por menor que seja, na qualidade do ensino a esses contingentes populacionais deve ser vista como avanço.

Embora a crítica à escola rural e à sua proposta pedagógica no Brasil não seja recente, remontando às décadas de 1970 e 1980 do século XX, alguns pontos dessa crítica devem ser destacados, tais como, o afastamento da realidade local, influências do urbano sobre o rural, inclusive apontada como causa do êxodo rural, atividades de ensino privilegiando o espaço urbano em relação ao rural, apresentando na época o rural como atrasado e o urbano como progresso (Calazans; Castro; Silva, 1981, p. 170).

Todavia, as relações de produção e consumo no meio rural mudaram desde as décadas de 1970 e 1980, como o avanço tecnológico que inclui mesmo em menor

proporção o pequeno agricultor, em especial o rondoniense, já que esse se encontra inserido nas relações com o mercado local e regional. Assim, o tratamento destinado ao fechamento de escolas deve considerar as especificidades locais e regionais dos estados da Amazônia, dada a configuração da população local e a forma de que se processou a ocupação socioeconômica (Maciel, 2004), bem como, a relação dos pequenos agricultores locais uns com os outros, e com o mercado.

Outro fator utilizado para justificar a qualidade das Escolas Polo em relação a multisseriada tem relação com recursos recebidos por esta. Desse modo, o aproveitamento dos recursos da merenda escolar, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), entre outros, antes gerenciados pela SEMED e depois distribuídos, agora são competência da gestão escolar local.

Dessa forma, buscou-se levantar o montante de recursos recebidos pelas escolas Onofre Dias Lopes e Roberto Marinho relativos ao PDDE. O programa criado em 1995 pelo governo federal atendia as escolas multisseriadas com recursos que custeavam a compra de material escolar para uso dos alunos e professores. Assim, os pequenos agricultores passaram a economizar com a compra desse material, sendo essa uma forma de auxílio indireto. Com a organização das escolas polos, esses recursos são debitados na conta das escolas que adquirem materiais didáticos (despesas de custeio) para uso dos professores e a aquisição de bens (despesas de capital).

Tabela 13 – Recursos recebidos do programa PDDE pelas escolas Onofre Dias Lopes e Roberto Marinho – anos 2002 a 2022

Ano/Base	2002	2005	2010	2015	2022
Escola Onofre Dias Lopes					
PDDE FUND.	3.900,00	6.379,30	7.287,00	18.720,00	10.220,00
PDDE – 50% Rural Fund./ Do Campo	-	-	3.643,50	7.500,00	-
Escola Ed. Conectada	-	-	-	-	3.328,00
PDDE – Tempo de aprender	-	-	-	-	14.490,00
TOTAL	3.900,00	6.379,30	10.930,50	26.220,00	28.038,00
Escola Roberto Marinho					
PDDE FUND.	-	-	3.107,40	4.080,00	3.480,00
PDDE – 50% Rural Fund./ Do Campo	-	-	1.553,70	6.500,00	-
Escola Ed. Conectada	-	-	-	-	-
PDDE – Tempo de aprender	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	4.661,10	10.580,00	3.480,00

Fonte: FNDE (2023)

A amostragem traz dados dos anos de 2005, 2010, 2015 e 2022. Os dados coletados estão discriminados na Tabela 13 e apresentam o montante de recursos recebidos ao final de cada período em cada uma das escolas. De acordo com esses indicadores, enquanto uma escola continua em ascensão outra perdeu recursos. Assim, questiona-se: qual seria a causa dessa diminuição dos recursos?

Observa-se, nos dados apresentados, que a escola Onofre Dias Lopes ao longo dos anos teve um aumento constante de recursos do PDDE, enquanto a escola Roberto Marinho perdeu recursos. A causa da perda de recursos deste programa pode estar atrelada a matrícula informada no censo escolar, já que os recursos recebidos em um ano são relativos as matrículas informadas no ano anterior. As Tabelas 14 e 15 apresentam dados de matrícula para os anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas Onofre Dias Lopes, entre 2014 e 2021, e Roberto Marinho, entre 2010 e 2021.

Tabela 14 – Matrícula Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental EMEIEFR Onofre Dias Lopes RO-133, km 30, Núcleo Estrela Azul – 2014 a 2021

Ens. Fund./Ano	Pré	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2014	24	98	68	95	90	71	446
2015	36	67	87	102	97	65	454
2016	68	72	74	141	105	96	556
2017	60	71	69	113	127	94	534
2018	65	66	66	93	111	121	522
2019	54	56	59	83	100	108	460
2020	77	30	59	82	54	115	417
2021	77						385

Fonte: SEMED Machadinho d'Oeste (2021)³⁷

De acordo com os dados de matrícula, há uma grande diferença de atendimento em relação ao número de alunos entre as duas escolas. Enquanto na escola Onofre houve maior clientela atendida entre 2015 e 2019, na escola Roberto Marinho a maior clientela atendida foi no ano de 2010. A partir desse momento, houve uma diminuição ano após ano no número de alunos atendidos pela Escola Polo³⁸.

³⁷ Os dados de matrícula dos anos de 2002 a 2013 da Escola Polo Onofre Dias Lopes não puderam ser coletados, pois teríamos que acessar o arquivo morto e fazer o levantamento turma por turma e isso demandaria um tempo enorme para a coleta desses dados secundários. A partir de 2010 esses dados de matrícula foram digitalizados pela SEMED de Machadinho d'Oeste e a escola Polo Onofre só tem esses dados disponíveis a partir de 2014.

³⁸ De acordo com o Decreto Municipal nº 3.321 de 10 de julho de 2019, a Escola Polo Roberto Marinho e mais três escolas foram renomeadas perdendo o status de escola Polo Municipal e passando a ser intitulada escola rural. O que, geralmente, parece ser só um jogo de palavras, na prática, significou para essas unidades a perda de autonomia, já que o seu corpo gestor foi exonerado e a responsabilidade pelo acompanhamento dessas unidades se concentrou na Secretaria Municipal de Educação (SEMED/MA). Assim, a escola que antes atendia os alunos dia todo passa a funcionar apenas meio

É importante destacar que a escola Onofre Dias Lopes está localizada em região de assentamento da reforma agrária pós 1992, já a escola Roberto Marinho se localiza na região onde foi implantado o primeiro projeto de assentamento em 1982, o PA Machadinho.

Tabela 15 – Matrícula Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental na EMEIEFR Roberto Marinho Linha MA 16 C/ MA 18 – anos 2010 a 2021

Ens. Fund./Ano	Pré	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	-	16	7	12	17	19	71
2011	-	7	15	7	11	10	50
2012	-	7	11	13	7	10	48
2013	-	9	7	11	14	6	47
2014	-	14	7	8	9	16	54
2015	-	9	20	8	10	9	56
2016	6	8	13	21	5	6	59
2017	10	10	8	16	11	8	63
2018	14	7	7	10	15	10	63
2019	14	4	7	7	11	17	60
2020	10	12	5	7	7	9	50
2021	8	x	X	x	x	X=41	49

Fonte: SEMED Machadinho d'Oeste (2021)³⁹

O último ponto de comparação entre a Escola Multisseriada e as Escola Polo aqui apresentado tratará do planejamento do ensino, a formação docente e a proficiência dos estudantes. Os dados encontrados não permitem afirmar que a proficiência dos estudantes são melhores nas Escolas Polo em relação a Escola Multisseriada, haja vista não haver dados que avaliem a proficiência dos estudantes da Escola Multisseriada para se fazer tal comparativo.

Tratando-se do planejamento do ensino das escolas Roberto Marinho e Onofre Dias Lopes, há uma diferença pequena entre uma e outra. Na Escola Polo Onofre Dias Lopes, o supervisor acompanha o planejamento de ensino na própria escola. Nessa unidade há uma estrutura com diretor, supervisor e orientador educacional dando suporte ao corpo docente.

período, a gestão que era realizada por um Diretor Escolar passa ao coordenador de campo da SEMED, que é responsável pelo acompanhamento do planejamento das professoras/professores e vai um dia da semana em cada uma das escolas.

³⁹ Os dados de matrícula dos anos de 2005 a 2009 na escola polo Roberto Marinho não puderam ser coletados, pois teríamos que acessar o arquivo morto e fazer o levantamento turma por turma. A partir de 2010 esses dados foram digitalizados pela SEMED de Machadinho d'Oeste e em 2014 inseridos num sistema.

Na Escola Polo Roberto Marinho, o planejamento de ensino é acompanhado pela coordenadora de campo e realizado na sede do município, pois a escola não conta com corpo gestor na sua localidade. Desse modo, o planejamento é feito como que numa escola multisseriada estivessem os docentes, assim como o faz o docente da única Escola Multisseriada ativa⁴⁰.

Já quanto à formação docente há poucas diferenças entre as escolas polos, mas enorme em relação à multisseriada. Enquanto nas Escolas Polo Onofre Dias Lopes e Roberto Marinho existe um corpo docente com formação superior e especialização em várias áreas, na Escola Multisseriada o professor possui apenas formação em magistério de nível médio.

Já quando são observadas as relações contratuais de trabalho as diferenças começam a se acentuar, inclusive nas escolas polos, a começar pela Escola Polo Onofre Dias Lopes, em que no quadro docente metade dos seus profissionais têm contratos de trabalho temporário – regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, conforme exposto no Quadro 8. Na escola Roberto Marinho esse total equivale à totalidade das professoras que atendem ao ensino pré-escolar e de 1º ao 5º ano do ensino fundamental, enquanto que na única escola multisseriada o professor tem contrato em regime estatutário e está para se aposentar.

Além da comparação entre a organização do trabalho docente e outras atividades nas Escolas Polo e Escola Multisseriada apresentada no Quadro 7, verificou-se pelos documentos a que se teve acesso que a formação do professor das Escolas Polo é majoritária em Pedagogia, porém, há professores com formação em áreas como Matemática, Letras, Geografia e em Magistério de nível médio. Os Quadros 8 e 9 apresentam os dados coletados nas Escolas Polo Roberto Marinho e Onofre Dias Lopes.

Quadro 8 – Formação de professores das séries iniciais – Escola Polo Roberto Marinho

PROFESSOR/ FORMAÇÃO	Magistério de Nível Médio	Graduação em Pedagogia	Sistema distância/ Outros	Tipo de contrato
Professor 1	N.P.	SIM	UNOPAR	CLT
Professor 2	N. P.	SIM	UNOPAR	CLT

Fonte: SEMED Machadinho d'Oeste (2021)

⁴⁰ A Escola Municipal de Ensino Fundamental Rural Conselheiro Saraiva, situada na RO-133, km 14, sentido Sul, no ano de 2022, atendia a 21 alunos. O fato é que embora o ônibus escolar transporte os alunos dessa região para estudar na cidade, a comunidade local preferiu que as crianças estudassem nessa escola multisseriada. Segundo relatos, a SEMED tentou fechar a escola, mas não conseguiu, como o professor dessa escola está em vias de aposentar, acredita-se que essa será desativada em breve, já que não há professores que queiram atuar na escola.

Quadro 9 - Formação de professores das séries iniciais - Escola Polo Onofre Dias Lopes

PROF./FORM.	Mag. de Nível Médio	Graduação Pedagogia	PROHA CAP	Outro Sistema a distância	Outra graduação/ Especificar	Tipo de Contrato
Professor 1	SIM	SIM	-	UNOPAR	-	EFETIVO
Professor 2	-	SIM	-	FAEL	-	EFETIVO
Professor 3	-	-	-	-	MATEMÁTICA/UFT	EFETIVO
Professor 4	-	SIM	-	UNOPAR	-	CLT
Professor 5	SIM	SIM	-	UNOPAR	-	EFETIVO
Professor 6	SIM	SIM	SIM	-	-	EFETIVO
Professor 7	-	SIM	-	UNOPAR	-	CLT
Professor 8	SIM	-	-	-	MATEMÁTICA/UFT	EFETIVO
Professor 9	-	SIM	-	UNOPAR	LETRAS/PORT	CLT
Professor 10	-	SIM	-	-	PEDAG./ULBRA	CLT
Professor 11	-	SIM	-	UNOPAR	-	EFETIVO
Professor 12	-	-	-	-	GEOGRAFIA/UNIR	EFETIVO
Professor 13	-	SIM	-	UNOPAR	-	CLT
Professor 14	-	SIM	-	UNOPAR	-	CLT
Professor 15	-	SIM	-	UNOPAR	-	CLT
Professor 16	SIM	SIM	SIM	-	-	EFETIVO
Professor 17	-	-	-	-	MATEMÁTICA/UFT	EFETIVO
Professor 18	-	SIM	-	N.C*	-	CLT
Professor 19	-	SIM	-	UNOPAR	-	CLT
Professor 20	SIM	-	-	-	-	EFETIVO
Professor 21	-	SIM	-	UNOPAR	-	CLT
Professor 22	-	SIM	-	UNOPAR	-	CLT

* N.C = Nada Consta. Na pasta do professor não havia cópia do diploma, os dados da formação coletados são os que constam o contrato de trabalho.

Fonte: SEMED Machadinho d'Oeste (2021)

Quando se destacam as diferenças entre Escolas Polo e Escola Multisseriada em relação a proficiência dos estudantes, essa comparação também é impossibilitada pela ausência de dados sobre proficiência na Escola Multisseriada. Não existem dados de avaliações externas, no período de funcionamento da Escola Multisseriada. O não alcance das avaliações externas na Escola multisseriada está na sua limitação no número de alunos⁴¹ por turma.

Já nas Escolas Polo é possível acompanhar os dados da proficiência dos seus estudantes, inclusive podendo-se fazer a comparação destes resultados com outras escolas estaduais e municipais.

⁴¹ De acordo com uma nota explicativa do INEP (2013, p. 2) "A Prova Brasil é uma avaliação censitária bianual envolvendo os alunos da 4ª série (5º ano) e 8ª série (9º ano) do Ensino Fundamental das escolas públicas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados". (Informação disponível em: https://download.inep.gov.br/mailling/2014/nota_explicativa_prova_brasil_2013.pdf . Acesso em: 15 de set. 2023.

Ao analisar os dados da escola Onofre, observa-se uma evolução nos resultados até o ano de 2019. Mesmo com resultados inferiores ao observado no município e bem abaixo das demais escolas municipais, houve uma manutenção do crescimento buscando atingir a sua meta. No entanto, no ano de 2021 a escola não obteve resultados no IDEB, mesmo com número de matrículas superior a 50 alunos para o 5º ano do Ensino Fundamental.

Tabela 16 – IDEB: rede estadual, municipal e escola Onofre Dias Lopes, de 2009 a 2021 anos iniciais do Ensino Fundamental – Resultados e Metas

	IDEB observado por ano de 2009 a 2021							Metas do IDEB por ano de 2009 a 2021						
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Machadinho d'Oeste	4,3	4,5	5,0	5,2	5,2	5,0	4,7	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
Escolas estaduais	4,7	4,6	5,4	5,9	5,7	-	-	4,6	5,0	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3
Escolas municipais	3,9	4,4	4,6	4,7	4,9	5,0	4,7	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
Escola Roberto Marinho	3,6	-*	-*	-*	-*	4,2	-**	-	3,9	4,2	4,5	4,8	4,9	5,2

Fonte: Saeb e Censo Escolar (2022).

De acordo com as informações da SEMED e da própria gestão escolar, uma das causas foi o reflexo da pandemia de COVID-19 que interferiu na rotina dos estudantes que não se sentiram confiáveis para ir realizar a prova. Como necessitam de pelo menos 20 estudantes nas turmas e séries avaliadas, a escola não teve resultados da proficiência.

Já a Escola Polo Roberto Marinho sofre com outro problema: o baixo número de estudantes por turma. Isso fez com que a SEMED agrupasse as séries, formando uma espécie de grupos multisseriado na estrutura da Escola Polo. Os resultados do IDEB – ou a falta de resultados – mostra um pouco dessa realidade.

Verifica-se que para os anos de 2011, 2013, 2015 e 2017, a escola não conseguiu alcançar resultados. Só em 2019 ela consegue avaliar os seus estudantes, mesmo assim, os resultados são bem abaixo em comparação com a escola Onofre e as demais escolas municipais. Esses resultados podem ser atribuídos a um conjunto de fatores, como: baixa adesão escolar, infraestrutura precária, reordenamento escolar (o que faz com que a escola deixe de ter um gestor local) e a mudança na atividade produtiva. Todos esses fatores estão na base das mudanças que estão ocorrendo na região da linha MA-16 e adjacentes.

Tabela 17 - IDEB: estadual, municipal e escola Roberto Marinho de 2009 a 2021 nos anos iniciais do Ensino Fundamental - Resultados e Metas

	IDEB observado por ano de 2009 a 2021							Metas do IDEB por ano de 2009 a 2021						
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Machadinho d'Oeste	4,3	4,5	5,0	5,2	5,2	5,0	4,7	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
Escolas estaduais	4,7	4,6	5,4	5,9	5,7	-	-	4,6	5,0	5,3	5,5	5,8	6,1	6,3
Escolas municipais	3,9	4,4	4,6	4,7	4,9	5,0	4,7	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
Escola Onofre Dias Lopes	3,5	3,9	3,6	4,3	4,3	4,7	-*	-	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2

* Os dados da taxa de aprovação dos anos de 2011, 2013, 2015 e proficiência não estão disponíveis na planilha de resultados, portanto, a escola nestes anos não obteve resultado no IDEB. Os dados aqui serão comparados com os de matrículas fornecido pela secretaria de educação.

**Os dados da taxa de aprovação e proficiência não estão disponíveis na planilha de resultados, portanto, a escola para o ano de 2021 não obteve resultado no IDEB.

Fonte: Saeb e Censo Escolar (2022).

Os indicadores educacionais aqui disponibilizados são essenciais para se verificar como a Escola Polo supera a escola multisseriada em padrões de qualidade educacional. Os dados disponíveis apresentam algumas vantagens de um modelo sobre o outro, a começar pelo tempo dedicado às atividades de ensino que numa escola é superior a outra.

A formação docente, os recursos e a gestão são outros indicadores importantes para se comparar um modelo ao outro. Embora sem resultados de proficiência da escola multisseriada, os resultados produzidos pelas Escolas Polo deixam claro que essa tem perseguido o indicador de qualidade proposto pelo sistema educacional brasileiro. Ainda que os resultados possam ser questionados, esses exprimem uma fotografia da realidade e muitas críticas podem ser feitas ao modelo de Escolas Polo, inclusive sua qualidade, mas essa é a realidade da escola pública rural em Machadinho d'Oeste.

O propósito de comparar os modelos de escola rural e apresentar com base nos indicadores educacionais a superioridade de um modelo sobre o outro, não tem a pretensão de defesa da educação liberal, mas demonstrar que o questionamento ao fechamento de escolas deve ser realizado com uma base sólida e dados que justifiquem lutar por um modelo em detrimento de outro.

Desse modo, é importante demonstrar que a política de fechamento de escolas não deve ser considerada apenas do ponto de vista político como defendem alguns,

ou como a política de interesse de grupos específicos – como os donos de transporte escolar –, mas que o fechamento em última instância, sofreu determinações de um conjunto de fatores socioeconômicos e educacionais.

O quadro abaixo sintetiza o argumento já que mostra como a Escola Multisseriada se expandiu na 2ª fase que compreende o domínio das culturas permanentes, a medida que essas culturas perdem área, como se vê no período entre 1997 e 2001 se diminui o número de escolas criadas e coincide com a criação das primeiras Escolas Polo. Na segunda parte da 3ª fase as Escolas Multisseriadas desaparecem e dão lugar a criação de mais 4 Escolas Polo.

Quadro 10 – Síntese do número de Escolas Multisseriadas e Escolas Polo criadas de acordo com as fases socioeconômicas

Fases socioeconômicas	Escolas Multisseriadas criadas no período	Escolas Polo criadas no período
1ª fase de 1982 a 1988	35	-
2ª fase de 1989 a 1996	37	-
3ª fase: período de 1997 a 2001	33	4
3ª fase: período de 2002 a 2021	-	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Assim, algumas questões devem ser respondidas na análise, dentre as quais: qual seria a causa da diminuição do número de alunos em uma das escolas polo em relação a outra? Estaria esta diminuição ligada ao desenvolvimento socioeconômico e o tamanho da propriedade rural? Essas duas questões serão analisadas a partir dos dados coletados nas duas bases empíricas, na linha MA-16 e adjacentes e na RO-133 e adjacentes.

5 O MÉTODO E A COLETA DE DADOS NA BASE EMPÍRICA

O método de investigação pelo qual se opera este estudo entende que a apreensão do objeto é determinada por um processo de síntese-análise-síntese. Dessa forma, o domínio dos referenciais teórico-metodológicos e teórico-analíticos são fundamentais para a captação do movimento real do objeto em análise.

Essa seção tem por objetivo caracterizar os fatores que explicam a extinção da escola multisseriada e a sua substituição pela Escola Polo no município de Machadinho D'Oeste. Assim, a pesquisa se iniciou pelo levantamento das fontes disponíveis sobre o objeto pesquisado.

Para tanto, utilizou-se o método de formação acadêmico histórico-crítico (Saviani, 2003; Maciel e Braga, 2008; Maciel, 2023) como guia e método de leitura analítica dos materiais bibliográficos e documentais encontrados, pois essa técnica possibilita não somente a interpretação dos estudos sobre o objeto, mas também uma formação do pesquisador, no sentido de ampliar sua visão a partir das dimensões sociais, culturais, econômico e políticas. Além disso, proporciona-se o encontro da unidade e diferenças proposicionais, bem como o antagonismo entre os autores.

Dessa forma, o quadro teórico-conceitual construído possibilitou enxergar as mudanças da realidade pesquisada. O conceito de fronteira foi um dos primeiros a ser estudado, já que a sua abordagem, dependendo da teoria, produz significados distintos. A fronteira como um produto de demanda interna na qual reflexos da urbanização produzem excedente de mão de obra, desloca-se para a fronteira (Foweraker, 1982). A abordagem regional da fronteira combina frentes produtivas que avançam sobre a fronteira para o desenvolvimento regional (Sydenstricker, 1992).

Há a abordagem da fronteira pelas frentes de expansão e pioneira (Martins, 1980 e 1996; Becker, 2005). Todo esse referencial foi fundamental para se entender o processo de ocupação da Amazônia (Martins, 1980; Mello, 2006); ocupação socioeconômica de Rondônia (Sydenstricker, 1992; Maciel, 2004); colonização integrada (Maciel, 2004) e a forma como o espaço geográfico de Machadinho d'Oeste foi ocupado.

Todo esse referencial sobre frentes de expansão e pioneira (Martins, 1980 e 1996; Maciel, 2004, Becker, 2005) e dinâmica inovativa (Costa, 2000; Maciel, 2004) foi fundamental para em campo proceder, inicialmente, a observação participante e, posteriormente, a aplicação do *survey* multifatorial que compõe essa seção.

A técnica de leitura analítica, metodologicamente fundamentada no materialismo histórico-dialético (Marx, 1996 e 2008; Netto, 2011), foi basilar para a aplicação da técnica de observação participante⁴² realizada nas duas bases empíricas da pesquisa e possibilitou a montagem do *survey* multifatorial.

Esta seção, que tratará da coleta de dados nas duas bases empíricas da pesquisa, está organizada da seguinte forma: no primeiro momento, tratar-se-á do método materialista-dialético e a sua importância na investigação; no segundo, são apresentados os critérios norteadores utilizados que permitiram definir a base empírica para a coleta de dados; no terceiro se trata da trajetória do pesquisador no levantamento de dados, desde a observação participante até a montagem do *survey* multifatorial como instrumento de coleta de dados e, no quarto, apresenta-se a tabulação dos dados coletados, resultado da pesquisa de campo.

5.1 O método materialista histórico-dialético como instrumento de investigação

A investigação científica requer do pesquisador domínio de um conjunto de princípios teórico-metodológicos e técnico-científicos que lhe permitam ler a realidade investigada. Desse modo, a opção por uma teoria pela qual se possam aplicar os princípios epistemológicos, o domínio das técnicas de pesquisa e a delimitação adequada da temática pesquisada é primordial para se proceder uma investigação consistente.

A partir desse contexto se indaga: em que consiste o método materialista histórico-dialético como instrumento de investigação? A resposta a essa pergunta só poderá ser encontrada a partir do momento em que o pesquisador se propor a realizar uma imersão no campo teórico marxista. Assim, a apropriação do método encontrada nos textos do próprio Marx (1996 e 2008) e de autores como Jose Paulo Netto (2011) são fundamentais para se entender como Marx buscou analisar a sociedade burguesa.

Convém ressaltar, a princípio, que o estudo desses textos para aqueles que não dispõem de tempo necessário para o seu aprofundamento é um desafio de primeira hora. Assim, a escolha da técnica de leitura pode auxiliar neste trajeto. A literatura no campo da metodologia científica propõe algumas técnicas de leitura que

⁴² A observação participante como técnica, neste trabalho de campo, está vinculada à categoria de luta de classes, da qual decorre a mobilização dos processos sociais no interior da sociedade capitalista, conforme Maciel (1992).

devem ser seguidas de forma rigorosa para se chegar à compreensão do plano do autor. Esse é o caso da leitura analítica de Severino (2007, p. 64), que pressupõe um esquema de leitura a partir de cinco etapas: análise textual, análise temática, análise interpretativa, problematização e síntese.

Outros manuais de metodologia (Marconi e Lakatos, 2003; Gil, 2002) apresentam sempre os procedimentos de leitura próximos à leitura analítica de Severino (2007). Foi com base nas dificuldades encontradas na aplicação da técnica de leitura analítica e na sua complexidade que Maciel e Braga (2008) elaboraram um novo método que ultrapassa os limites das técnicas propostas. Assim, os autores criam o “método de formação acadêmica histórico-crítica”. De acordo com Maciel e Braga (2008, p. 216) e Maciel (2023, p. 93), o método foi “[...] composto a partir das contribuições da técnica de leitura analítica, de Severino (2002), da técnica de elaboração de texto, de Garcia (2000) e da concepção pedagógica da teoria histórico-crítica da educação, de Saviani (2003)”. Esse método possibilita uma formação acadêmica integrada, que inclui atividades de estudar o texto, ensino, pesquisa e a elaboração de texto.

Quanto à leitura no método de formação acadêmica histórico-crítico, ao invés das cinco etapas propostas por Severino (2007), essa se dá em duas, intermediada por uma leitura multidisciplinar (Maciel e Braga, 2008; Maciel, 2023). Ademais, o fundamento de formação humana proposto por esse método tem os seus princípios bem delimitados pela formação omnilateral proposta por Marx.

Assim, o processo de investigação (pesquisa), ao contrário do que a tradição dos manuais costuma explicar – entendendo a pesquisa como a fase da coleta de dados – começa na apropriação dos conceitos a partir das leituras sobre o referencial teórico objeto e o referencial teórico analítico. O primeiro compõe o conjunto daquilo que já foi produzido sobre o objeto. O segundo é composto pelo conjunto teórico ao qual o autor se vincula e pelo qual será possível ver o objeto na sua essência e não apenas na aparência (Marx, 1996 e 2008; Netto, 2011).

Ao tratar do método materialista histórico-dialético é preciso, em primeiro lugar, destacar a sua natureza dialética. É a partir desse princípio que o método de Marx (2008) se fundamenta e que o seu objeto – a sociedade burguesa – é analisada.

É importante destacar que, para Marx (1996), a análise social deve levar em consideração a visão de mundo, homem e conhecimento. Assim, a concepção de mundo, dimensionada pela relação do homem no seu mundo particular, implica

afirmar que falar sobre o homem corresponde discorrer sobre o seu mundo. Já a concepção de homem é encontrada nas relações de produção da sua existência, enquanto a concepção de conhecimento está fundamentada na ação do homem, mediatizada pelo trabalho (Marx, 1996).

O trabalho, elemento fundamental da ação humana, define-se nas ações do homem na transformação da natureza, portanto, na transformação do próprio homem. Ao acionar todas as suas faculdades mentais nessa ação, o homem media o trabalho e controla a natureza (Marx, 1996, p. 297; Friedmann, 1973, p. 20-21). Desse modo, o trabalho se encontra no centro dessa relação – homem/natureza – e não deve ser abordado a parte.

Marx procura encontrar as respostas para os problemas investigados, nas relações jurídicas e na forma de organização do Estado e da sociedade burguesa. Assim, a explicação dos fenômenos deve ser encontrada nas condições materiais de existência e da produção social, na qual estão inseridas as relações de produção e as forças produtivas materiais na sociedade burguesa (Marx, 2008, p. 47). Entende-se, portanto, que o pesquisador, ao se utilizar do método do materialismo histórico-dialético, precisa encontrar as respostas nas relações de produção existentes, isso implica conhecer social, cultural e economicamente a base material na qual se investiga.

Mas afinal, qual seria a diferença do método materialista histórico-dialético de outros métodos? Um dos grandes estudiosos brasileiros da teoria marxista e do seu método, José Paulo Netto (2011, p. 21), explica que a “teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa”. Assim, o método materialista histórico-dialético não se encontra afastado da teoria que o concebe e pela qual o sujeito que pesquisa deve encontrar nas estruturas da sociedade capitalista burguesa as respostas aos problemas pesquisados.

O método de pesquisa, por sua vez, proporcionará o alcance da estrutura do objeto, por um conjunto de princípios e procedimentos analíticos, permitindo ao pesquisador reproduzir num plano ideal o movimento real do objeto investigado. Assim, a pesquisa é formada por esse todo ordenado, de forma a permitir ao pesquisador ter uma visão real do objeto pesquisado (Netto, 2011, p. 21-22).

Essa diferença é destacada pelo próprio Karl Marx, ao contrapor seu método ao método hegeliano no posfácio do *Capital*. Assim, Marx (1996, p. 140) afirma que:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.

Observa-se que, ao distinguir e contrapor seu método do de Hegel, não se está apenas diferenciando-os na forma como operam e chegam aos resultados, mas ordenando-os no plano representativo e na visão de homem, de mundo implicadas em cada uma. Embora o método hegeliano seja idealista e o marxista materialista, o que há de comum aos dois métodos é o fato de serem dialéticos, entretanto, em última instância, as suas conclusões sempre serão diferentes, dada a natureza idealista e materialista.

Assim, enquanto Hegel evidencia a ideia em última instância como caminho para se chegar à verdade científica, Marx e o seu método materialista procuram encontrar as respostas às determinações humanas, não pela ideia sobre a matéria, mas da matéria sobre a ideia. Para se chegar a essa operacionalização, busca-se no método da economia política respostas aos problemas presentes no âmbito da sociedade burguesa, para tanto, parte-se das relações econômicas presentes e de suas contradições.

Observa-se que Marx, ao elaborar a sua crítica ao idealismo hegeliano, apresenta princípio fundamental para aqueles que pretendem conduzir suas pesquisas pelo método materialista histórico-dialético. Há a necessidade de ver para além da aparência do objeto pesquisado, sendo assim, é necessário analisar o objeto nas suas particularidades para se chegar à essência.

Para Marx (2008, p. 258), o objeto é representado pelo concreto que é síntese de várias determinações, “por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, o ponto de partida também da intuição e da representação”. Desta forma, as determinações são encontradas no objeto aparente, a partir da análise do concreto e, portanto, das características predominantes na constituição desse.

Nesse contexto, cabe-nos a tarefa de apropriar-se dos conceitos teóricos que fundamentam a teoria marxista, as chamadas categorias. A apropriação desses conceitos passa pelo método de investigação e exposição tão bem descritos por Netto (2011, p. 27) segundo o qual “como se vê, para Marx, os pontos de partida são opostos: na investigação, o pesquisador parte de perguntas, questões; na exposição, ele já parte dos resultados que obteve na investigação”. Assim, é preciso, por parte do pesquisador, se tiver esgotados os trabalhos da investigação, passar à fase da exposição dos resultados.

Aqui, a investigação que se propõe esta tese tem como ponto de partida que a expansão capitalista influenciou o fechamento das escolas multisseriadas na região do município de Machadinho d’Oeste-RO. Para tanto, será fundamental encontrar os fatores (econômicos, sociais e pedagógicos) que influenciaram no fechamento dessas escolas, além de buscar nas relações de produção dos pequenos agricultores os indícios dessas mudanças. Desse modo, a opção pelo materialismo histórico-dialético como método de investigação e análise tem relação direta com a forma dialética materialista, que essa teoria social possibilita ver o objeto.

O materialismo histórico-dialético como método de investigação e análise se enquadra como teoria social pelo seu fundamento. Para Jose Paulo Netto (2011, p. 40), uma teoria social:

[...] *tem* que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social. Este ponto de partida não expressa um juízo ou uma preferência pessoais do pesquisador: ele é uma exigência que decorre do próprio objeto de pesquisa – sua estrutura e dinâmica só serão reproduzidas com veracidade no plano ideal a partir desse fundamento; o pesquisador só será fiel ao objeto se atender a tal imperativo (é evidente que o pesquisador é livre para encontrar explorar outras vias de acesso ao objeto que é a sociedade e pode, inclusive, chegar a resultados interessantes; entretanto, tais resultados nunca permitirão articular uma teoria social que dê conta dos níveis decisivos e da dinâmica fundamental da sociedade burguesa).

A partir dessa teoria social buscar-se-á, na base empírica, as respostas que emergem do concreto. Dessa forma, esse trabalho estruturalmente procurará, a partir do método de investigação e do método de exposição, expressar uma síntese das determinações que levaram ao fechamento das escolas multisseriadas, sua substituição pelas Escolas Polo e o estágio das atuais escolas.

Assim, a demonstração dos resultados da pesquisa está fundamentada nos princípios marxistas segundo o qual o método de investigação/pesquisa busca captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori (Marx, 1996, p.140).

O método para Marx implica uma determinada posição, que para José Paulo Netto (2011, p. 53) é “[...] uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Na sua pesquisa doutoral, Maciel (2004, p. 24-25) demonstra com riqueza a forma como se operacionaliza o método, ao dizer:

[...] a demonstração dos resultados da pesquisa, que respondem a essas questões, persegue a coerência proposta por uma tradição filosófica, segundo a qual o método de exposição é um processo de reconstrução do método de investigação, mediado por categorias analíticas. Por este prisma, a estrutura de um trabalho acadêmico deve expressar o corte epistemológico efetuado, tanto para a apreensão da realidade quanto para exprimi-la, ainda que os dois processos não coincidam, posto que têm naturezas diferentes. Isso não impede, todavia, que a abordagem dê unicidade à tradução da realidade, em seu trabalho de partir da síntese para chegar à síntese, através da análise.

Nessa perspectiva, o grande desafio do pesquisador está no caminho inverso que deve ser feito para analiticamente se reconstruir o objeto a partir das determinações encontradas. Esse é o desafio desta tese que pretende analisar a expansão capitalista em Rondônia e os seus impactos (econômicos-sociais, políticos e pedagógicos) no processo de transformação das escolas multisseriadas em escolas polos no município de Machadinho d’Oeste (RO).

Para tanto, a seguir, se apresentará os critérios norteadores para a definição da área de estudos e como se chegou à escolha das bases empíricas da pesquisa.

5.2 Critérios norteadores para a definição da base empírica da pesquisa

A definição de critérios que norteiem a coleta de dados é fundamental para que se realize um bom trabalho. Assim, considera-se o levantamento do referencial-teórico objeto, que engloba os referenciais bibliográficos e documentais, bem como a delimitação da base empírica e da sua localização geográfica, além das distâncias que representam o deslocamento do pesquisador.

O tipo de transporte utilizado no deslocamento, organização de cronograma de visitas, aquisição de mapas da região e o período de observação devem ser analisados cuidadosamente para daí se definir a área de abrangência da pesquisa. A partir desse conjunto é que se define uma base empírica de pesquisa⁴³.

Esta subseção terá por objetivo expor os critérios adotados que permitiram chegar às duas bases empíricas escolhidas para a coleta de dados. Nesta exposição se explica como cada etapa foi desenvolvida ao longo dos nove meses de vivência nas duas bases empíricas, período correspondente ao início de outubro de 2021 e final de junho de 2022.

De modo breve, se detalhará aqui cada etapa da investigação, pois se entende a pesquisa não como a fase de coleta de dados apenas, mas como o conjunto de toda etapa da investigação, que vai desde o levantamento das fontes bibliográficas e documentais à coleta, tabulação e análise dos dados para se chegar à exposição.

A primeira etapa do trabalho se inicia em julho de 2021 com o levantamento do referencial teórico objeto e foi finalizado em abril de 2022. Este trabalho resultou nos textos das seções 1 e 2, demarcada pelo período de substituição da economia extrativista na Amazônia à colonização integrada. O corte histórico nesta fase foi necessário para explicar a passagem da economia extrativista na região para um outro modelo econômico: o da agropecuária. Assim, a ocupação realizada via colonização integrada operada nos vários projetos de assentamento conforma um novo modelo de sociedade.

O método de formação histórico-crítica utilizado na leitura dos textos permitiu, a partir da apropriação dos conceitos utilizados pelos autores e presentes nos documentos de referência, ver a realidade com outros olhos. Nesse sentido, duas

⁴³ Cabe ressaltar que a primeira incursão a campo foi realizada ainda no período de pandemia, no mês de março de 2021 e consistiu em visitar locais onde se pudesse encontrar vestígios da fase inicial de ocupação. As visitas incluíram locais como o cemitério da cidade, no qual se verificou que os primeiros sepultamentos ali só começaram a ser realizados ano de 1987, antes (período entre 1982 e 1986), segundo o Sr. Willian que é o coveiro, os corpos eram transportados para o cemitério de Ariquemes e Jarú. O cartório de registro civil local só começou a funcionar em maio de 1988, mês de emancipação do município. Antes, as certidões de nascimento e óbito eram expedidas pelo município de Ariquemes, conforme informou a tabeliã local Dra. Odila Fernandes. Em março de 2022, já na fase de abertura da pandemia, fez-se outra visita ao município de Machadinho D'Oeste, para o levantamento da fonte documental sobre sua origem. Os locais visitados foram a sede do INCRA, localizada na Av. Rio de Janeiro, no centro da cidade, e a Secretaria Municipal de Educação, localizada na Av. Tancredo Neves, centro. Foram acessados nessa visita os seguintes documentos: o Projeto de Assentamento Machadinho, foto da cidade do ano de 1986, mapa atualizado das linhas, Decretos de Criação das escolas municipais multisseriadas no período de 1984 a 2001 e dados de matrícula das escolas polos de 2007/2020. Todo esse conjunto de dados observados e coletados foi fundamental para se delimitar a área de estudo e as bases empíricas desta pesquisa.

teorias da fronteira foram escolhidas para procedimentos de observação da realidade, pela sua relação com a economia e sociologia rural: a teoria das frentes (Martins, 1980 e 1996) e a teoria da dinâmica inovativa (Costa, 2000; Maciel, 2004).

Após a apropriação deste referencial, o primeiro desafio foi o ajuste na problemática, haja vista o problema anterior ter imensas lacunas. Só depois destes ajustes foi possível fazer a primeira incursão a campo. Embora essa tenha ocorrido de forma paralela ao processo de construção do texto inicial, foi possível no primeiro contato observar as modificações que aconteceram na realidade.

No mês de abril de 2022 foi a vez de visitar as escolas e se iniciou pela Escola Polo Roberto Marinho, situada na linha MA-16 com MA-18 no sentido Sul em relação à área urbana do município de Machadinho d'Oeste-RO. A primeira observação realizada nesta unidade estava relacionada à gestão pedagógica local, já que a escola não possuía a figura do diretor escolar, apenas um coordenador (supervisor) da SEDUC e um designado pela SEMED.

Foi possível verificar em lócus que a estrutura em alvenaria apresentava sinais de desgaste e o pátio devido ao período de chuvas estava com o mato alto. Depois se realizou o deslocamento até o final da linha para verificar as condições das estradas e fazer a contagem parcial do número de lotes ocupados e se tinham naquele horário alguma pessoa da família no local. Nessa visita, ainda foi possível passar pela Escola Polo Fernanda Montenegro, que estava em condições parecidas em relação ao baixo número de estudantes de 1º ao 5º ano.

Na visita, analisou-se a escola polo Onofre Dias Lopes, situada na RO-133, núcleo Estrela Azul, sentido Norte em relação a área urbana do município de Machadinho d'Oeste-RO. Observou-se um ambiente totalmente diferente do encontrado nas escolas polo Roberto Marinho e Fernanda Montenegro. Nessa região, o número de salas de aula ocupadas nos dois turnos chamou atenção, além do número de professores designados para atendimento dos alunos, a estrutura pedagógica com diretor, supervisor e orientador. Ademais, a escola possui uma secretária que atende a comunidade emitindo toda a documentação ali sem a necessidade de deslocamento até a SEMED.

O núcleo possui, ainda, uma escola de Ensino Fundamental - anos finais e Ensino Médio, a escola Estadual Vivaldino Fernandes D'Cevilha⁴⁴, que atende cerca

⁴⁴ A escola recebe esse nome em homenagem ao senhor Vivaldino, morador antigo da região e que tinha o sonho de ter uma escola construída em um terreno seu. Com o falecimento do senhor Vivaldino,

de 540 alunos, a maioria de 6º ao 9º do Ensino Fundamental e Novo Ensino Médio. O núcleo Estrela Azul está distante 30 km da área urbana de Machadinho d'Oeste e possui rede elétrica, padaria, restaurante, posto de combustível, oficinas de moto e carro, casas agropecuárias e material de construção.

Após observar a diferença entre os dois espaços geográficos dentro do município, surge o seguinte questionamento: estaria na região da linha MA-16 ocorrendo um processo de venda de lotes no qual aqueles com melhores condições compravam as terras daqueles que não tinham como continuar na propriedade? A falta de inovação fez com que os pequenos agricultores abandonassem as suas propriedades? A resposta a essas perguntas levou à escolha dessas duas áreas como bases empíricas da coleta de dados. Resta-nos, assim, a verificação *in loco*. Como coletar tais informações?

O primeiro grande desafio estava posto: a distância, haja vista que o município de Machadinho D'Oeste possui uma área geográfica de 8.509,27 km² e faz parte da microrregião Ariquemes⁴⁵. A localização geográfica, a situação das estradas, o tempo de deslocamento da cidade de Ariquemes até Machadinho d'Oeste, o período pandêmico que não permitiu realizar o trabalho antes e o fato de se realizar essa tarefa sem um grupo de trabalho, foram os principais desafios de se fazer uma pesquisa dessa envergadura.

Surge, então, o primeiro obstáculo, que concerne ao modo como fazer a coleta de dados em todas as escolas polos, pois além do deslocamento para essas escolas que estão a distâncias da sede do município que variam entre 30 km as mais próximas e 60 km as mais distantes, o segundo obstáculo estava relacionado ao fator tempo para essa coleta, pois a ideia era aproveitar o final do inverno amazônico, por ser um período de chuvas mais esparsas e o início do verão para não sofrer os efeitos da

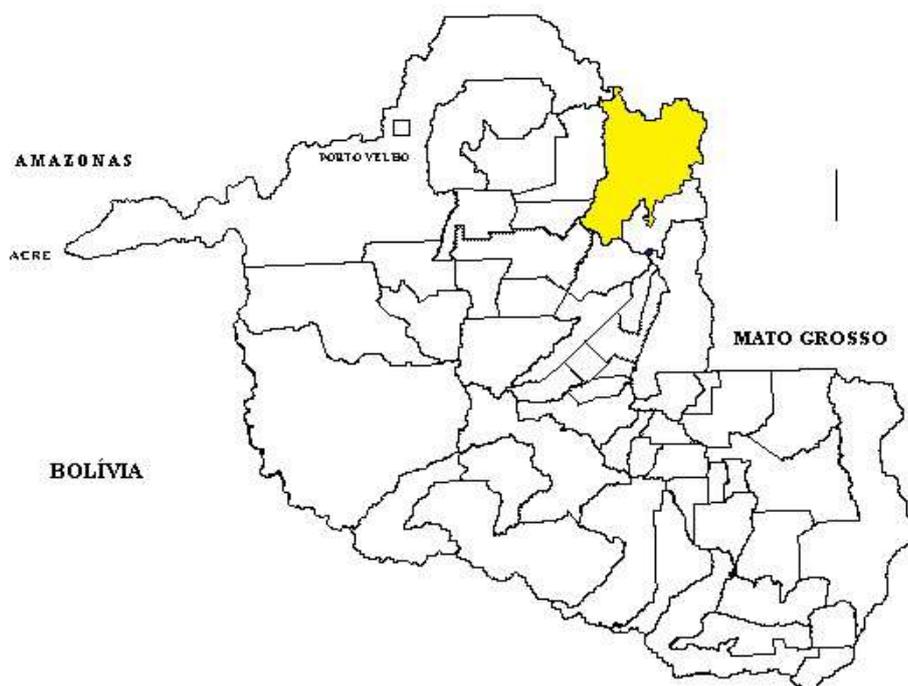
os filhos decidiram cumprir o seu desejo, doando o terreno para que o governo do estado fizesse a escola que recebeu seu nome (Relato do Diretor da escola). Conforme informado pelo diretor dessa escola, houve uma pressão dos pais para cessar o Ensino Médio de Mediação Tecnológica, o que fez com que o governo do estado investisse naquela estrutura.

⁴⁵ Essa microrregião é composta pelos municípios de: Machadinho d'Oeste, Alto Paraíso, Ariquemes, Cacaúlândia, Monte Negro, Rio Crespo e Vale do Anari. Faz parte do Leste rondoniense segundo dados do IBGE (2015), que divide o estado de Rondônia e duas mesorregiões. O município de Machadinho D'Oeste tem os seus limites definidos da seguinte forma: ao Norte, com o estado do Amazonas; ao Sul, com os municípios de Vale do Anari e Theobroma; a Leste, com o estado do Mato Grosso, e, a Oeste, com os municípios de Cujubim, Rio Crespo e Ariquemes. O município está a 293 km de distância da capital Porto Velho e tem como principal distrito o 5º BEC.

poeira nas viagens as linhas. O terceiro obstáculo estava relacionado ao financiamento da pesquisa⁴⁶.

O mapa a seguir permite dimensionar esses deslocamentos e apresenta o estado de Rondônia e é destacado na cor amarela o município de Machadinho d'Oeste.

Figura 6 – Mapa de Rondônia, em destaque o município de Machadinho d'Oeste e os seus limites



Fonte: IBGE (2015) - Indicadores Municipais (2015)

Após o acesso aos dados documentais compostos pelo PA Machadinho, decretos de criação das escolas multisseriadas no período de 1986 a 2001, decretos de criação das escolas polos e dados de matrícula das escolas polos atuais, constatou-se que na fase inicial do município a educação escolar ofertada na área rural teve como predominância a escola multisseriada, tanto que o município de

⁴⁶ Embora tenha concorrido a dois editais de bolsas não consegui esse benefício, pois, o fato de estar afastado do meu trabalho com remuneração integral e o salário do estado ser superior à renda solicitada para se ter acesso a bolsa, foram impeditivos para conseguir tal benefício. Assim, todos os custos foram bancados com recursos próprios com um gasto aproximado de R\$ 20.000,00, que inclui: aquisição de veículo (Motocicleta Honda XRE 190), combustível, alimentação, cópias de livros e documentos. Não incluí aqui, o gasto com hospedagem, porque ficava na casa dos meus pais em Machadinho (se fosse pagar hospedagem, os custos aumentariam em, aproximadamente, R\$ 2.400,00).

Machadinho D'Oeste chegou a ter um total de 101 escolas multisseriadas, mesmo com a criação das primeiras quatro escolas polos.

Mas afinal, que critérios norteadores foram utilizados para a definição das duas bases empíricas da pesquisa? Além do acesso a documentos, observação da realidade local, chamou atenção o fato de que nas escolas polos localizadas na parte Sul do município, estava voltando a ocorrer nas séries iniciais um processo de multisseriação, assim, as escolas polos passam a atender num modelo multisseriado. Desse modo, encontrar a explicação para esse fenômeno se tornou necessária.

A primeira hipótese levantada foi a que houve na região um processo de concentração fundiária, em que os pequenos proprietários venderam os seus lotes a grandes proprietários. Assim, estaríamos diante de um cenário explicado pela teoria das frentes de Martins (1980). A segunda hipótese levava em consideração uma mudança da atividade produtiva, pois não havendo necessidade de grande parte da mão de obra, inclusive familiar, houve uma mudança no comportamento e na organização desses pequenos agricultores, o que indicaria a adesão a processos de inovação (Costa, 2000).

Assim, de posse desse referencial, entres os dias 19 e 22 de abril, após o contato com a SEMED, foram organizadas as primeiras visitas. Essas tiveram como objetivo verificar as condições de organização das escolas, haja vista anteriormente já se ter passado pelas linhas para observar a estrutura das propriedades e as formas de plantio predominante. Inicialmente, o plano era visitar quatro escolas⁴⁷, mas ao encontrar nas duas primeiras realidades tão distintas, optou-se por delimitar o campo a essas duas.

5.2.1 Características da paisagem e estrutura da Escola Polo Roberto Marinho

No dia 19 de abril, em visita à região onde se localiza a Escola Polo Roberto Marinho, observou-se mudanças significativas. A primeira é relacionada à paisagem natural, muito modificada por plantações de pastagens, pois essa era uma região onde havia muitas plantações de café. A segunda mudança observada foi a disposição de

⁴⁷ Os dias 19 a 22 de abril de 2022 foram escolhidos para visita as escolas polo em Machadinho d'Oeste. Após contato com uma das coordenadoras da Secretaria Municipal de Educação para definir a data e a preocupado com o feriado de 21 de abril, a informação obtida era de que as escolas rurais funcionariam normalmente. Porém, em decisão numa reunião de emergência no dia 20, os diretores e a coordenação da SEMED resolveram emendar o feriado, dispensando as aulas no dia 21 e 22 de abril, o que interferiu na programação planejada. Porém, ao observar as diferenças entre essas duas bases empíricas e após relatar a meu orientador, optou-se por escolher essas duas escolas como bases para a coleta de dados.

tanques de refrigeração para o leite e o número de caminhões transportando esse produto. A terceira observação foi na disposição das residências nas propriedades que se encontravam mais espaçadas. Após seguir no sentido Sul até o Núcleo Ouro Verde, não foi possível avançar mais, dada a condição da estrada e a chuva que caia nesse dia.

Na escola, as observações se concentraram no número de alunos atendidos e na organização pedagógica. A escola continua com a sua estrutura construída no ano de 2005, porém, hoje a escola não possui diretor escolar. Há uma divisão no atendimento dos alunos: os alunos do 1º ao 5º ano são atendidos pela Secretaria Municipal de Educação, enquanto os alunos do 6º ao 9º ano e Ensino Médio são matriculados na Escola Estadual Alberto Nepomuceno que está sob jurisdição da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/RO).

O número de alunos atendidos pelo município reduziu muito nos últimos anos, segundo a coordenadora que acompanhava as professoras na escola. No ano de 2022 a escola Roberto Marinho atendia até a data da visita 25 alunos de 1º ao 3º ano e 14 alunos de 4º e 5º ano, totalizando 39 alunos. Esse baixo número de alunos fez com que a secretaria municipal solicitasse ao Conselho Estadual de Educação a renomeação da escola, que de polo passará a ser multisseriada.

Já os alunos atendidos pela rede estadual somam um total de 117, distribuídos entre Ensino Fundamental regular e Ensino Médio com Mediação Tecnológica. A escola, atualmente, funciona de segunda a sexta-feira, no horário das 13h às 17h. Não possui diretor, a merenda é feita e servida em espaços diferentes, a organização dos horários é feita pelos coordenares pedagógicos que se deslocam todos os dias da cidade de Machadinho, até o local de trabalho nos ônibus de transporte escolar.

Assim, estabeleceu-se como base empírica 1, a Escola Roberto Marinho, haja vista que o baixo número de alunos, a plantação de pastagens e o indicativo de forte avanço da pecuária leiteira são elementos que evidenciam uma mudança da atividade produtiva. Tal modificação será ora analisada após a coleta de dados, por uma das teorias da fronteira.

Como critério geográfico se delimitou uma extensão mínima para procedimentos de coleta de dados num raio de 10km, tendo como ponto central a Escola Polo Roberto Marinho, conforme a Figura 6.

Figura 7 – Mapa com raio da pesquisa base empírica 1, Escola Polo Roberto Marinho



Fonte: MENSURAR (2022)

De acordo com a Figura 6, a linha MA-16 seguindo no sentido Sul, tem ao longo do seu percurso linhas secundárias, as chamadas MPs. Fazem parte da área delimitada a MP- 42, MP- 48, MP- 50, MP-54 e MP-56, além da AV-06 e da MA-18.

5.2.2 Características da paisagem e estrutura da Escola Polo Onofre Dias Lopes

No dia 20 de abril seguindo no sentido Norte pela RO 133, realizou-se as observações na Escola Polo Onofre Dias Lopes e as mudanças percebidas foram significativas. A primeira é relativa ao eixo da RO 133, na qual houve o surgimento de várias fazendas, tais como: a fazenda da Mula Preta, Fazenda da Remap, dentre outras. A segunda mudança também é relacionada à plantação de pastagens, que aumentou bastante. A terceira e mais impactante é relativa ao crescimento do núcleo Estrela Azul, pois nos últimos 20 anos aquele local que possuía apenas um barracão da associação com máquina de arroz e um boteco ao lado, hoje tem uma rede comercial, asfalto, iluminação pública, restaurante, posto de combustível, entre outros.

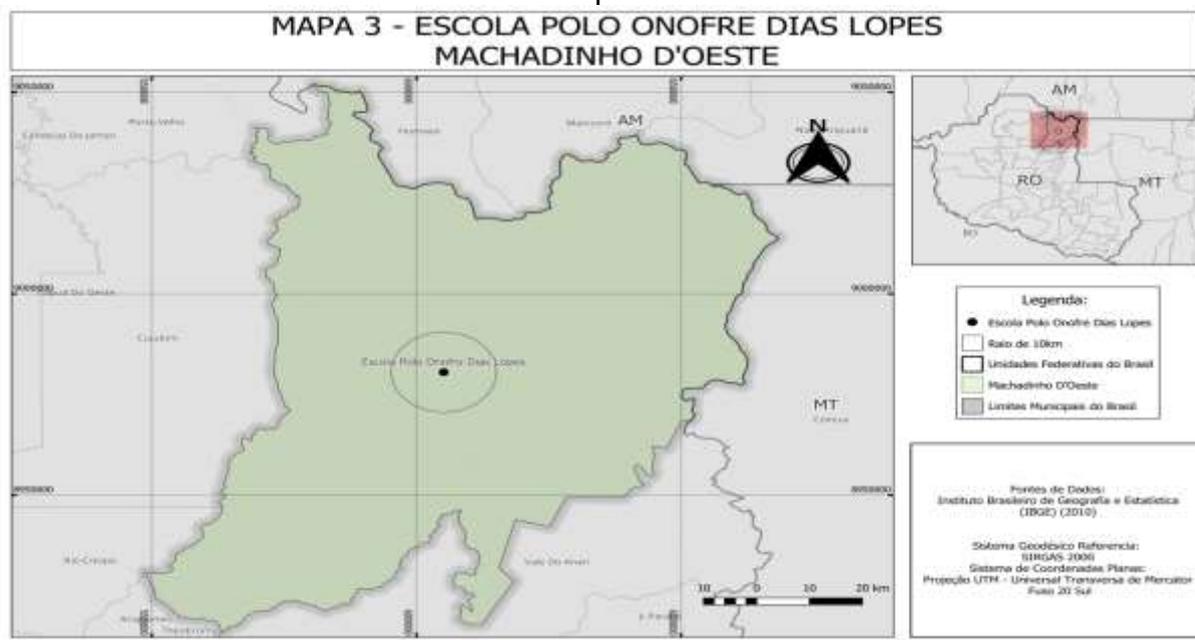
A Escola Polo Onofre Dias Lopes fica à beira da RO 133, no núcleo Estrela Azul e funciona em dois turnos, atendendo no ano de 2022, até a data da observação, um total de 372 alunos. A escola atendeu ao Ensino Fundamental de 6º a 9º ano até

julho de 2016, quando essa etapa passou a ser atendida pela SEDUC. A escola possui 13 salas, para o funcionamento dos dois turnos, e atende um total de 19 turmas, que estão divididas entre 17 professores que se deslocam diariamente da cidade e alguns dos seus sítios para a escola. A escola conta com diretor escolar, supervisor e orientador, cozinha e pátio coberto que funciona como espaço para as crianças lancharem.

A escola Onofre Dias Lopes atende alunos do pré-escolar e do 1º ao 5º ano de segunda a sexta-feira, nos horários das 7h às 11h e das 13h às 17h. Para atender essa demanda da região, conforme informou o responsável pelo transporte escolar, hoje estão disponíveis 24 ônibus para realização desse transporte diário.

Assim, estabeleceu-se como base empírica 2, a Escola Polo Onofre Dias Lopes no núcleo Estrela Azul. Na observação dessa região, verificou-se que o número de alunos na escola tem se mantido ao longo dos últimos anos. Mesmo com a plantação de pastagens e o surgimento de fazendas ao longo da RO 133, a pecuária leiteira também apresenta forte presença na região.

Figura 8 – Mapa com raio da pesquisa base empírica 2, Escola Polo Onofre Dias Lopes



Fonte: MENSURAR (2022)

Como critério geográfico da base empírica 2, delimitou-se uma extensão mínima para os procedimentos de coleta de dados num raio de 10km, tendo como ponto central a Escola Polo, conforme a Figura 7.

Nessa área, as linhas são divididas em TBs e LJs. As TB são linhas que pertencem aos projetos de assentamento Tabajara II, já as LJ são linhas pertencentes

ao projeto de assentamento Lajes. Os alunos são transportados por um responsável a distâncias que variam de 5 km a mais de 50 km das escolas do núcleo.

5.2.2 Critérios de levantamento e seleção

O levantamento e a seleção de uma pesquisa devem ser realizados com base em critérios nos quais o pesquisador possa guiar o seu trabalho durante todo o percurso. Assim, deve ser realizada, no momento da visita a campo, a observação de aspectos de organização da vida no local, os principais produtos que dão sustentação a economia do grupo social observado, as relações comerciais estabelecidas entre esses grupos e com outros, as organizações religiosas existentes, a presença ou a ausência do poder público e o papel dos seus representantes. Todos esses aspectos são importantes no levantamento de dados econômicos, sociais e políticos.

Dentre as principais técnicas utilizadas para a coleta de dados na pesquisa de campo, estabeleceu-se como prioritárias: a observação participante⁴⁸ realizada com anotações no diário de campo e a aplicação de um *survey* multifatorial.

Nesse sentido, no diário de campo as anotações descreveram o número de visitas e o tempo estimado de cada uma delas, bem como o primeiro contato com moradores das linhas. Isso possibilitou delimitar as bases empíricas de coleta. A seguir, será realizada uma breve descrição desse momento.

Após uma breve conversa com o orientador e detalhamento daquilo que havia encontrado nas observações nas escolas Roberto Marinho na linha MA-16 e Onofre Dias Lopes na RO-133, núcleo Estrela Azul, definiu-se como bases de coletas o raio de 10km a partir das escolas citadas. Assim, a conversa com os pequenos agricultores que ali residiam foi necessária para explicar a minha presença no local. Uma das dificuldades apresentadas, além das distâncias estava relacionada a encontrar todos em suas casas e conseguir avisá-los que estaria durante um período de passagem nas residências, para que eles pudessem responder ao *survey* multifatorial.

Embora antes desse momento tivesse realizado um pré-teste para verificação do tempo, havia o receio do tempo não ser suficiente. Na base 1 (escola Roberto Marinho) foram levantadas, inicialmente, um total de 50 famílias aptas a responder o

⁴⁸ A técnica da observação participante aplicada a pesquisa de campo na coleta de dados está fundamentada pela teoria de análise, que tem como método o materialismo histórico-dialético (Marx, 1996 e 2008) e que, segundo Maciel (1992, p. 5), está “[...] vinculada à concepção segundo a qual os processos sociais são mobilizados pela luta de classes (Snyders, 1981; Marx, 1978)”. Dessa observação se extraíram elementos para a construção do *survey* multifatorial aplicado com os pequenos agricultores nas duas bases empíricas da pesquisa.

instrumento de coleta. Desse modo, foram agendadas algumas entrevistas com os moradores que estavam na extremidade do raio, por estarem mais distantes da escola.

Na base 2 (Escola Onofre Dias Lopes) foram levantadas, inicialmente, do centro do raio no sentido Norte, um total de 50 famílias aptas a responder, o que incluiu as linhas LJ-11 numa extensão de 7 km, RO-133 do km 30 ao km 40 e linha TB-10 numa extensão de 10 km. Nessa região, foi quase possível transitar no dia que se realizou o agendamento das entrevistas, pois a chuva que caiu no dia anterior impossibilitou o acesso de moto nestas vias, devido ao patrolamento recente das linhas LJ-11 e TB-10. Já na RO-133 o tráfego não sofreu interferência, devido ao cascalhamento bem-feito nessa rodovia, mas havia trechos escorregadios e que dificultavam o tráfego de moto.

Mesmo diante de todas essas dificuldades, foi possível realizar o agendamento com os primeiros entrevistados. As visitas aos lotes incluíam uma apresentação do entrevistador, a sua identificação e a pergunta se o respondente gostaria de contribuir com o estudo⁴⁹. A coleta desses dados ocorreu durante os meses de junho e julho de 2022 e eram realizadas no período de terça a sexta-feira entre às 8h da manhã e 18h da tarde. Em alguns casos se extrapolou esse horário para terminar a entrevista, indo até as 19h com a permissão do pequeno agricultor respondente.

A opção pelo instrumento de coleta denominado de *survey* multifatorial é fundamentada no estudo de Maciel (2004, p. 25), que ao explicar o método de coleta de dados ressalta:

Por tal formulação se buscou apreender, através de *survey* multifatorial acompanhado de entrevista, a dinâmica produtiva de um microuniverso da realidade descrita no capítulo primeiro, cujos resultados foram expostos e parcialmente analisados no segundo capítulo, como que a testar as formulações do primeiro. O *survey*, contudo, como todo *survey*, apresenta limitações interpretativas, quando não acompanhado de pesquisa qualitativa

⁴⁹ Muitos agricultores se negaram a responder o *survey* e alguns explicavam que isto não contribuiria em nada para melhorar a vida deles, outros diziam que a EMBRAPA e o IBGE passavam por lá perguntavam e nada melhorava. Expliquei a esse pequeno agricultor da linha LJ-11 que o papel do pesquisador era encontrar os problemas apontar os possíveis caminhos de solução pela ciência, mas que para isso tornar-se política pública, dependeria da apropriação desse material pelo político. Foi aí a ele citado os estudos de melhoramento genético, de melhoria da educação rural entre outros (Conversa do pesquisador com um pequeno agricultor da Linha LJ-11, que se negou a responder o Survey Multifatorial).

Aqui o *survey* multifatorial foi acompanhado da observação participante, como trabalhado por Silva (2017), e que ao contrário de Maciel, que dispôs de um software para a tabulação de dados, teve-se que fazer uso da ferramenta Excel. Silva (2017, p. 68), ao descrever as dificuldades desse processo explica que:

Tecnicamente, de acordo com o orientador, esse *survey* multifatorial foi baseado num *survey*, que trabalhava com dois softwares integrados, um pelo qual se introduziam as respostas e, outro, com o qual se cruzavam os dados. Pois bem: sem software, esse trabalho foi realizado, item por item, pelo excel. Isto significa que as 9.727 questões foram tabuladas manualmente, o que rendeu 49 exaustivos dias de trabalho, cujos resultados são apresentados a seguir.

Assim, espera-se com a aplicação deste instrumento de pesquisa, aplicado com os pequenos agricultores do município de Machadinho d'Oeste-RO, encontrar elementos que confirmem o que foi possível capturar pela observação participante, em relação à expansão capitalista, à sua interferência no fechamento das escolas multisseriadas e a criação das Escolas Polo. Definidos os critérios, passa-se, assim, ao levantamento dos dados.

5.3 O levantamento de dados: a observação e o *survey* multifatorial

O período de observação participante foi importante no entendimento da dinâmica espacial da região. Embora conhecesse-se a área, em função do longo período afastado desse município, o estranhamento na volta aos locais foi inevitável, sinal de que a realidade havia mudado.

Nesse sentido, as conversas com professores e moradores permitiu verificar como as relações produtivas haviam se modificado nos últimos 20 anos. Esse foi o caso da conversa com um senhor que cuida de três propriedades na linha MA-16 e que embora receba um salário pelo seu trabalho, não possui vínculo empregatício legal, pois segundo ele isso atrapalharia a sua aposentadoria que está para sair.

Já em outra propriedade se encontrou uma família na qual o chefe da família trabalha como empregado, o filho cuida do gado de um proprietário no final da MP-56 e, por ser menor de idade, também não possui qualquer vínculo empregatício, embora receba um certo valor por este trabalho. Esses dois casos citados observados em propriedades que estão localizadas ao final da linha MA-16 mostram uma mudança mesmo que pequena nessa realidade.

A linha MA-16 tem algumas peculiaridades, após a divisão territorial para o desmembramento de terras do município de Machadinho d'Oeste que passaram a pertencer ao município de Vale do Anari.

Desse modo, ao fazer o levantamento de dados se iniciou pelo mapeamento da base empírica 1, percorrendo linhas que pertenciam aos dois municípios e estavam no raio de alcance da pesquisa.

Neste sentido, começou-se o percurso pela linha AV-4, que pertence ao município de Machadinho d'Oeste. Nessa linha há três moradores. Seguiu-se pela linha até ela se transformar em PA-03. Desse ponto se passou pela PA-05 até sair na antiga estrada da Barragem PA-13, todo esse percurso nas PA⁵⁰ pertencendo ao município de Vale do Anari. De lá, seguindo pelo sentido Leste se chegou a uma Escola Polo construída na PA 10, que também só atende a um número pequeno de crianças.

Seguindo no sentido Oeste pela PA 13 a partir de 4 km da escola, essa linha se transforma em AV-6, que pertence a Machadinho d'Oeste e, a partir desse ponto, há um total de 13 moradores. No trecho da Linha MA 16 no sentido Sul, que vai para o final da linha, há um total de 16 moradores e, no sentido Norte, há um total de 12 moradores.

Na observação foi possível identificar as condições da escola Roberto Marinho. Essa possui refeitório pequeno, no qual são servidos os lanches para os alunos que são atendidos pela rede municipal, sala dos professores, despensa, banheiros e 10 salas de aula distribuídas da seguinte forma: duas para atendimento dos alunos da rede municipal, sete para o atendimento dos alunos da rede estadual e uma vazia. A escola no ano de 2022 atendia no período observado, um total de 156, sendo 117 e 39 da rede municipal.

Figura 9 – Vista externa da Escola Polo Roberto Marinho



Fonte: Arquivo pessoal do autor (abril de 2023)

⁵⁰ Nas citações, as linhas: “AV” é a abreviação para o Projeto de Assentamento Asa do Avião. E “PA” é abreviação para o Projeto de Assentamento Palma Arruda.

Os alunos do 6º ao 9º ano e Ensino Médio são oriundos dos Municípios de Machadinho e Vale do Anari, haja vista que há um acordo entre os municípios na divisão dos recursos do transporte escolar. O município dispõe de um coordenador que acompanha as atividades e, assim como no estado, não há diretor na unidade. A escola funciona apenas no turno vespertino. Na região, hoje, em quase todas as residências há internet, inclusive na escola.

Na base empírica 2, que se localiza num raio de 10 km da escola Onofre Dias Lopes, antes de percorrer as linhas, o primeiro contato foi feito com a empresa responsável pelo transporte escolar, que tem escritório (garagem) no núcleo Estrela Azul. Lá o responsável pelo transporte escolar na região repassou informações importantes sobre os trajetos, número de alunos e que a maioria dos alunos viria de percursos mais distantes.

Segundo esse, para atender à demanda das duas escolas do núcleo são utilizados 24 ônibus escolares que percorrem diariamente as linhas para trazer os alunos. Ademais, os estudantes da RO-133 percorrem as TBs e LJs⁵¹. As distâncias percorridas variam de 5 km a mais de 50 km das escolas do núcleo, mas há um ônibus que percorre cerca de 60 km, pois esse desce até a beira do rio Machado.

Hoje, a região conta com internet, assim como boa parte das residências nas propriedades visitadas. O acesso à internet facilita a vida dos pequenos agricultores que hoje faz compras, solicita alguns produtos pelo WhatsApp, comunica vacinas e venda de gado diretamente da propriedade, sem a necessidade de ir até a cidade.

Na escola Onofre Dias Lopes, foi possível acessar a internet local para delimitar localização e percorrer as linhas. A escola Onofre Dias Lopes está localizada a beira da RO 133 no núcleo Estrela Azul e atende aos alunos do Ensino Fundamental I de 1º a 5º ano, num total de 372 alunos matriculados para o ano de 2022.

A escola possui 13 salas de aula com carteiras próprias – conjunto mesa e cadeira – para os estudantes dessa faixa etária. Não foram realizadas fotos do interior da sala, pois no horário das visitas os alunos estavam em aula, o que exigiria uma autorização de imagem. O atendimento aos estudantes é semanal, com aulas das 7h às 11h no período matutino e das 13h às 17h no período vespertino. Somados, os dois turnos da escola atendem a 19 turmas e contam com 17 professores para esse

⁵¹ Nessa área, as linhas são divididas em TBs e LJs. As TB são abreviação para o Projeto de Assentamento Tabajara II, já as LJ são a abreviação para o Projeto de Assentamento Lajes. O Projeto de Assentamento Tabajara é composto pelo percurso da RO-133.

atendimento, os quais se deslocam da área urbana diariamente para lecionar na unidade de ensino.

Figura 10 – Vista interna da Escola Polo Onofre Dias Lopes



Fonte: Arquivo pessoal do autor (abril de 2023)

Figura 11 – Vista Externa da Escola Polo Onofre Dias Lopes



Fonte: Arquivo pessoal do autor (abril de 2023)

Até o ano de 2016 a escola atendia ao ensino fundamental de 6º a 9º ano, porém no mês de julho daquele ano, os alunos que eram atendidos pela rede municipal passaram a ser atendidos pela rede estadual⁵². A escola se encontra no núcleo desde a sua criação em 2000 e o seu desenvolvimento é notável, já que se conta com rede de energia, asfalto e várias ruas, dois postos de combustível, mercados, restaurante, sorveteria, material de construção, loja agropecuária e posto de saúde com médico atendendo no local três vezes por semana.

⁵² Como a demanda por ensino de 6º ao 9º ano aumentou e a demanda por Ensino Médio, o governo decidiu construir uma escola estadual no núcleo Estrela Azul. Com a construção da nova escola, o Ensino Médio que era ofertado com mediação tecnológica retornou para o atendimento presencial, o que foi relatado pelo atual diretor. Segundo ele, em decorrência da devida pressão exercida pelos pais, que não aceitaram o modelo ofertado pelo governo do estado, o ensino médio volta à forma presencial normal.

Todos esses trajetos foram realizados pelo pesquisador de moto. Dadas as distâncias, o tempo médio nos deslocamentos variava bastante, no caso da base empírica 1 da sede do município ao final da linha MA-16, o trajeto era percorrido em 1h10 e no início da linha cerca de 30 minutos. Já na base empírica 2, o deslocamento até a extremidade do raio no sentido Norte, o tempo médio para o deslocamento era de 50 minutos. Assim, para chegar a essas propriedades, era necessário que se levantasse às 6h30 da manhã e se saísse por volta das 7h. Todos esses trajetos tinham ainda que levar em consideração outros fatores, como um pneu que furava (caso que ocorreu duas vezes) ou algum carro quebrado, em que se parava para socorrer (uma ocorrência).

Além desses desafios citados quanto à organização de horários, outro encontrado foi relacionado aos pequenos agricultores, que se dispuseram a responder o *survey* multifatorial. Vale salientar que a violência tem se estendido ao meio rural e abordagens como essa requerem de quem a faz habilidade para ganhar a confiança daqueles que responderão ao questionário.

Desse modo, ao abordar os pequenos agricultores da porteira da propriedade, fazia-se uma apresentação pessoal como nome completo, identificação do curso de doutoramento e objetivo da pesquisa⁵³. Em algumas propriedades, tanto na base empírica 1 quanto na base empírica 2, os proprietários se negaram a responder ao questionário. Mesmo assim, foi possível ter uma amostra superior a 50% dentro do universo delimitado para a pesquisa. Esse foi um esforço hercúleo, haja vista não dispor para este trabalho outros pesquisadores para auxiliar na coleta. O quadro abaixo evidencia uma dimensão de como foi feita a amostragem.

Quadro 11 – Amostragem coletada durante aplicação do *survey* multifatorial

BASE EMPÍRICA 1 – LINHA MA-16 – ESCOLA ROBERTO MARINHO			
Público-alvo	Aceitaram responder	Se negaram responder	Residências fechadas
50 famílias	28	7	15
BASE EMPÍRICA 2 – LINHA RO-133 – ESCOLA ONOFRE DIAS LOPES			
Público-alvo	Aceitaram responder	Se negaram responder	Residências fechadas
50 famílias	24	8	18

Fonte: Dados tabulados do diário de campo (2023)

Durante as idas e vindas pelas linhas ora citadas e nas conversas com os pequenos agricultores, foi possível extrair dados e confrontá-los teoricamente. As

⁵³ Nesse caso, além dos documentos pessoais trazia também o documento de comprovação de matrícula e todos os dados da pesquisa no questionário. Talvez pela habilidade na apresentação e por já ter morado no município e ter conhecimento com muitas pessoas, não foi necessário apresentar esses documentos, pois nenhum dos respondentes os solicitou para verificar.

primeiras abordagens foram extremamente técnicas, talvez fruto da insegurança de um pesquisador iniciante, mas com o passar dos dias era cada vez mais natural essa abordagem. Tudo começava por uma conversa que por ora parecia informal, mas que já permitia encontrar elementos do modo de vida e da produção material dos pequenos agricultores. Mesmo àqueles que se negavam a responder era dedicado um tempo para conversar e, aos poucos, capturar parte da realidade.

O *survey* multifatorial adaptado do *survey* usado por Maciel (2004) e utilizado com a técnica da observação participante (Silva, 2017) está organizado de forma a capturar as dimensões social e educacional, na qual se explora a partir dos dados do chefe da família a sua trajetória até a chegada ao lote; política e econômica composta pela organização política e a forma como se produz a vida material no campo e, por fim, uma seção destinada à opinião do pequeno agricultor, na qual se expõe a sua visão de futuro com um conjunto de questões abertas.

5.4 A tabulação e os resultados da pesquisa de campo

O resultado da pesquisa de campo ora apresentada, é fruto da coleta e tabulação de um *survey* multifatorial, adaptado do *survey* utilizado por Maciel (2004). Assim, as questões apresentadas buscaram capturar as dimensões social/educacional e política/econômica a partir das respostas dadas pelos pequenos agricultores, que aceitaram, voluntariamente, cooperar com este estudo.

Desse modo, os dados coletados foram tabulados utilizando-se a ferramenta Excel como tabulador, sendo este trabalho realizado na seguinte ordem: transposição dos dados coletados no *survey* em papel para uma planilha, tabulação dos dados, escolha do modelo de gráfico a ser apresentado e transcrição dos dados para a ferramenta Word.

Optou-se por apresentar, de forma separada, os resultados da coleta em cada uma das bases, pois essas duas regiões foram ocupadas em períodos distintos. A primeira faz parte do PA Machadinho, implantado a partir de 1982 e tem como lócus a linha MA-16 e nas linhas secundárias MP-56, MP-54 e AV-06⁵⁴, ponto de partida da

⁵⁴ Como explicado por Oliveira (2010), as linhas no Projeto Machadinho são nomeadas da seguinte forma: MA = Malha Alimentadora e MP = Malha de Penetração. A linha AV-06 também é conhecida pelos pesquisadores locais e moradores antigos, como “Estrada da Barragem” – já que havia na década de 1980 um projeto de construção de uma barragem hidrelétrica no Rio Machado – que fica distante a 8 km da linha MA-16 e foi dividida em duas: até o km 05 é denominado de AV-06 (a sigla AV = Asa do Avião, nome do projeto de assentamento na parte que pertence ao município de Machadinho d’Oeste), na sequência, até a beira do rio Machado, ela recebe o nome de PA-13 (a sigla PA = Palma Arruda, nome do projeto de assentamento na parte que pertence ao município de Vale do Anari).

Escola Polo Roberto Marinho, distante a 40 km da sede do município. Essa linha segue no sentido Sul do município de Machadinho d'Oeste na divisa com o município de Vale do Anari.

A segunda faz parte do Projeto Tabajara executado a partir de 1992 e tem como lócus a RO-133 e nas linhas secundárias TB-10, LJ-11, tendo como ponto de partida a Escola Polo Onofre Dias Lopes, distante 30 km da sede do município. Essa linha segue no sentido Norte do município de Machadinho d'Oeste.

Os dados coletados durante o período de dez meses envolvem observação participante e posterior aplicação de um *survey* multifatorial. Durante esse período surgiram três questões fundamentais, a primeira diz respeito aos fatores que foram determinantes para o fechamento das escolas multisseriadas; a segunda, se esse fechamento é fruto de uma migração pela venda de terras, em decorrência da expansão capitalista; a terceira, se o fechamento da escola multisseriada estaria ligado a uma mudança na atividade produtiva. Essas questões foram base da observação e essenciais na adaptação do "*survey* multifatorial". Tal instrumento de coleta de dados possibilitou complementar aquilo que não foi possível ver na observação.

Nesse sentido, a verificação dos impactos da expansão capitalistas na escola rural multisseriada passa pelo conceito de desenvolvimento regional. A propósito, o capitalismo e a sua expansão não se processam de forma igual, fazendo surgir as desigualdades regionais, que podem ser encontradas em microrregiões ou macrorregiões.

Cabe ressaltar que além das questões fechadas que capturaram as dimensões social/educacional e política/econômica, o *survey* trazia uma seção destinada a opinião do pequeno agricultor, em que esse expõe a sua visão de futuro sobre a agricultura e o destino dos filhos na propriedade.

5.4.1 Resultados da pesquisa de campo na Linha MA-16 e adjacentes, entre os km 30 e 50

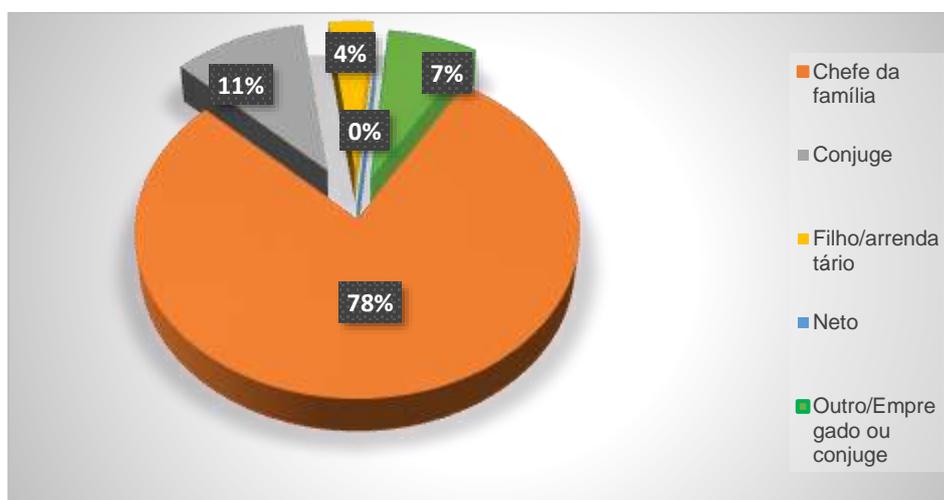
Os resultados aqui apresentados são compostos de dados socioeconômicos e educacionais, fruto da aplicação do *survey* multifatorial na base empírica 1 localizada na linha MA-16 e adjacentes. Essa linha, como já citado anteriormente, pertence à Gleba 01 e faz parte do PA Machadinho. Os primeiros lotes foram distribuídos ainda

no ano de 1984 e a estrada aberta entre março e agosto de 1985⁵⁵. As primeiras famílias se mudaram para essa região entre maio e agosto de 1986.

No período que se estende da observação até a aplicação do *survey*, foi possível identificar algumas mudanças na organização dos pequenos agricultores. Isso decorre de forma como atualmente se organizam, noutros tempos, chegar nas propriedades entre às 7h30 da manhã e às 11h30 implicaria encontrar a esposa ou as crianças pequenas em casa, já que os demais estariam envolvidos na atividade laboral em plantações de café, colheita e outros afazeres.

Agora com a mudança na atividade produtiva diferentemente de antes, entre às 7h30 e 8h30, o chefe da família está chegando em casa, já que começou a lida por volta das 5h da manhã para tirar o leite e liberar o gado. Antes, seria quase que impossível entrevistar um chefe de família na residência, sendo necessário deslocar-se até o roçado para conversar com este. Essa mudança possibilitou realizar mais entrevistas com chefes da família, como se pode observar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto à posição ocupada na estrutura familiar



Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

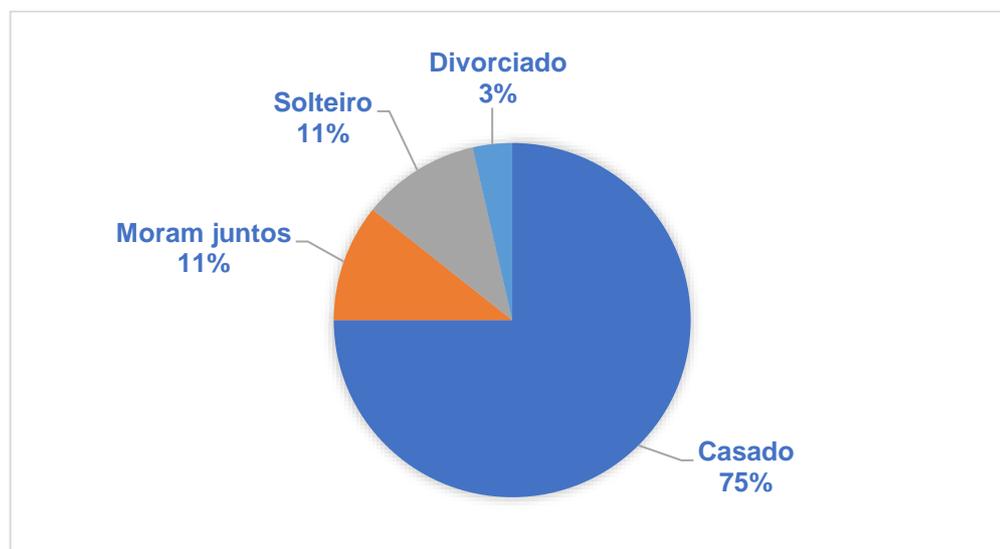
O número de chefes de família entrevistados foi de 78%, enquanto o de cônjuges (esposa) foi de 11%. Cabe salientar que entre os chefes de família se encontrou, nessa base empírica, um caso de chefe de família do sexo feminino.

⁵⁵ De acordo com relato de três agricultores que chegaram à região em 1986 e que receberam seus os lotes diretamente do INCRA e continuam desde esse período na mesma linha. No entanto, um deles vendeu o lote que recebeu nessa época e comprou o lote da frente que era maior que o seu, os outros o primeiro relatou que o seu lote, que foi recebido do INCRA, acabou sendo repassado (vendido) aos dois filhos que estão nos Estados Unidos, apenas um permanece no mesmo lote.

Como a pergunta era feita sobre a ocupação na propriedade atrelada à relação exercida pelo responsável, muitos chefes de família estavam na condição de arrendatários 4%, outros na condição de empregado ou cuidador na propriedade. Nesse caso, o cônjuge foi quem respondeu o *survey*.

Quanto à composição familiar, essa continua seguindo os seus traços tradicionais. Dentre os entrevistados, $\frac{3}{4}$ desses se declaravam casados, conforme se poderá visualizar no Gráfico 3. 75% dos respondentes são casados, os que se declararam solteiros representam 11%, o mesmo percentual se declarou amigos 11%, já o número daqueles que declararam divorciados foi de apenas 3% e não foram encontrados viúvos entre os entrevistados.

Gráfico 2 – Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto ao estado civil



*No IBGE não há classificação para as pessoas que moram juntas, optou-se pelo termo "Moram juntos"

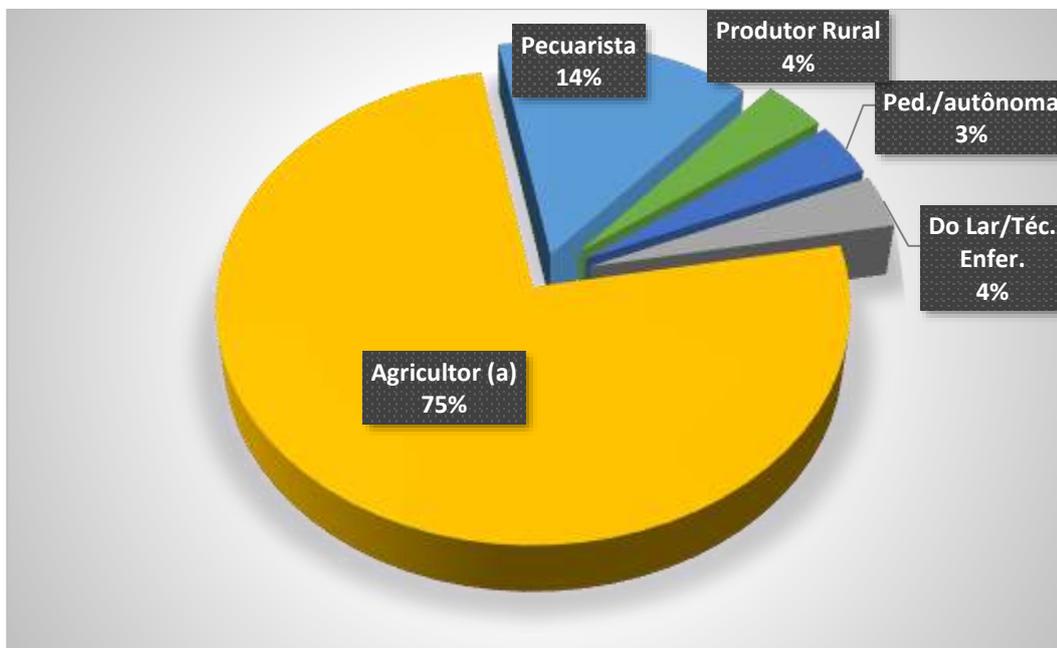
Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

Além da composição familiar, outro dado que chamou atenção foi o relacionado à profissão atual. Os agricultores quase sempre se autodeclararam como agricultor, raríssimos foram os casos em que se disseram ser produtor rural ou mesmo trabalhador rural.

É preciso distinguir, não só em termos econômicos, mas também na forma de organização das relações de trabalho as categorias camponês/agricultor, trabalhador rural, produtor rural, pois embora constituídas no mesmo espaço geográfico, carregam diferenças significativas entre si.

O Gráfico 3 apresenta um retrato desta autodeclaração, embora se predomine a profissão agricultor (75%), apareceram aqueles que se declararam como pecuarista (14%) e produtor rural (4%).

Gráfico 3 – Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto profissão/atividade principal



Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

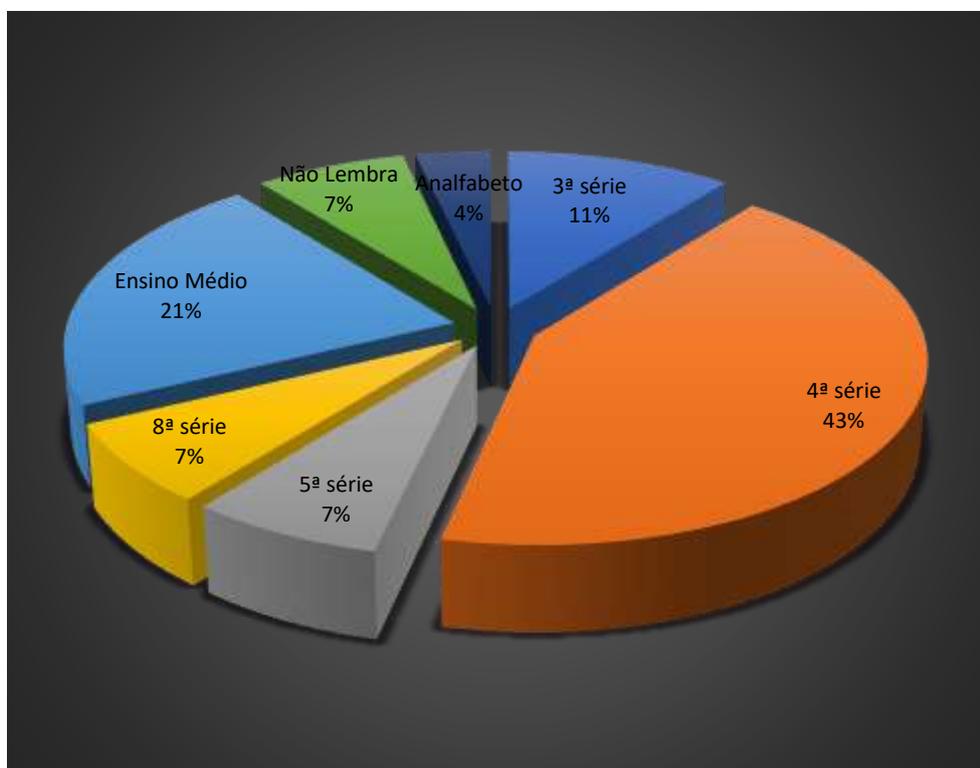
A primeira dessas diferenças está relacionada ao modelo de unidade camponesa encontrada em Rondônia, já que os agricultores que aqui chegaram se incorporaram ao mercado utilizando-se de um conjunto de forças contrárias para inovar no seu processo produtivo (Maciel, 2004, p. 237).

A segunda diz respeito não só ao tamanho da propriedade, mas às relações de trabalho aplicadas no dia a dia nessa. Há pequenos agricultores que podem demandar um maior quantitativo de mão de obra de fora da propriedade. Nesse caso, o correto é enquadrá-los como pequeno produtor rural, já que maior parte da força de trabalho utilizada para a manutenção da propriedade vem da mão de obra de terceiros. Esse trabalho é pago em diárias de serviços ou empreitas.

A terceira, na qual se enquadram os trabalhadores rurais, tem como característica o trabalho pago, pelo qual o trabalhador vende a sua força de trabalho, seja a diária, empreita ou mesmo de forma assalariada como nos casos encontrados. A regulamentação no Brasil para esse tipo de atividade está exposta na Lei nº 5.889/73 (Brasil, 1973).

Dentre os entrevistados, buscou-se saber também sobre sua trajetória educacional, a partir do local que haviam acessado a escola e o nível de escolaridade ofertada nesse local. Os dados revelam que quanto à série ofertada na localidade onde morava quando criança, 11% disseram ter escola até a 3ª série, 43% até a 4ª série, 7% responderam que havia escola até a 5ª série, o mesmo percentual para a 8ª série, 21% estudaram em local que havia Ensino Médio, enquanto 4% se declararam ser analfabetos e 7% disseram não se lembrar. Esses dados podem ser verificados no Gráfico 4.

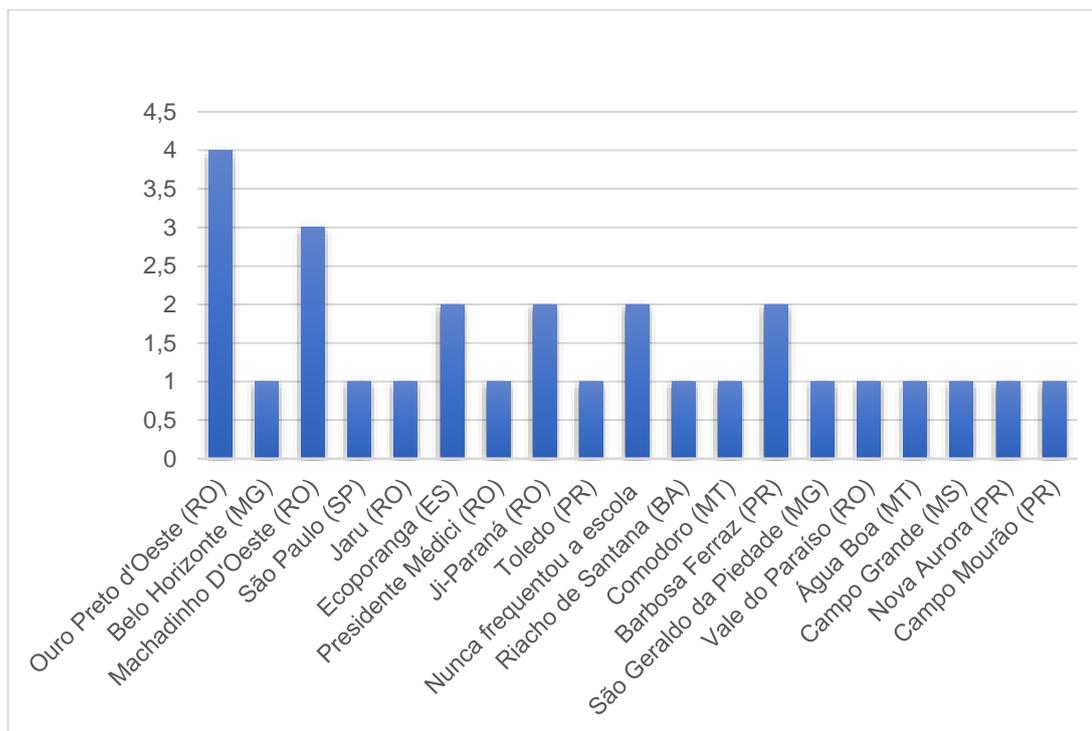
Gráfico 4 – Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto ao nível escolar na localidade onde cursou a 1ª série



Fonte: Dados da pesquisa de campo – *survey* multifatorial (2022)

Os dados sobre a oferta de escola demonstram uma mudança importante. Embora a maioria tenha estudado em locais onde só havia escolaridade até a 4ª série, um número embora pequeno teve acesso a escola em grau mais elevado. A escolaridade é um elemento fundamental para entender o que os agricultores esperam da educação para os seus filhos, com base na sua própria experiência educacional. Além desses dados, chama a atenção o fato de um grande número desses pequenos agricultores terem feito a primeira série em escolas nos municípios de Rondônia, como demonstram os dados do Gráfico 6.

Gráfico 5 - Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes – Localidade onde cursou a 1ª série



Fonte: Dados da pesquisa de campo – *survey* multifatorial (2022)

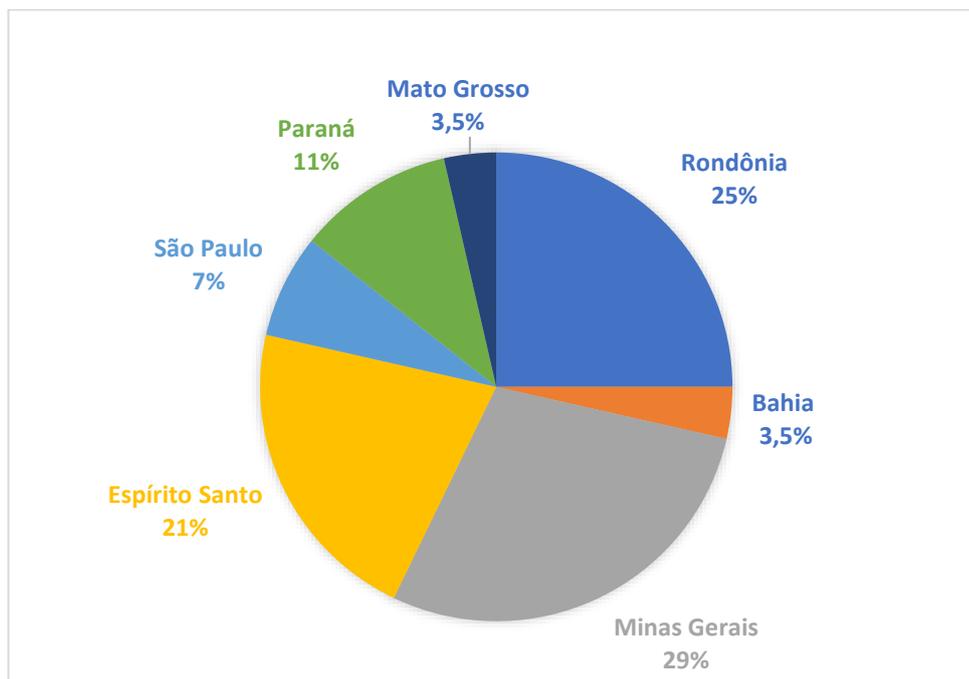
De acordo com os dados do Gráfico 6 referentes à localidade onde os respondentes cursaram a 1ª série, destaca-se que parte desses cursaram a 1ª série em escolas dos municípios rondonienses, já que antes de chegarem a Machadinho d'Oeste muitas dessas famílias residiram em outros municípios.

Destacam-se entre esses, os municípios de Ouro Preto d'Oeste, Presidente Médici, Vale do Paraíso, Ji-Paraná e Jarú. Alguns desses pequenos agricultores estudaram a 1ª série em Machadinho d'Oeste, o que nos leva à conclusão de que são filhos de pequenos agricultores que continuaram nas atividades que aprenderam com os pais.

Os dados sobre a escolaridade dos entrevistados e o local em que esses cursaram a sua primeira série, portanto, o primeiro momento de contato com a educação escolar, demonstra um predomínio da escola multisseriada, já que um grupo maior não só cursou a 1ª série neste tipo de escola, como também em municípios rondonienses.

No intuito de conhecer a trajetória dos pequenos agricultores até o momento de chegada a atual propriedade, fora indagado desses que respondessem sobre o local onde haviam nascido.

Gráfico 6 – Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto à localidade de nascimento



Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

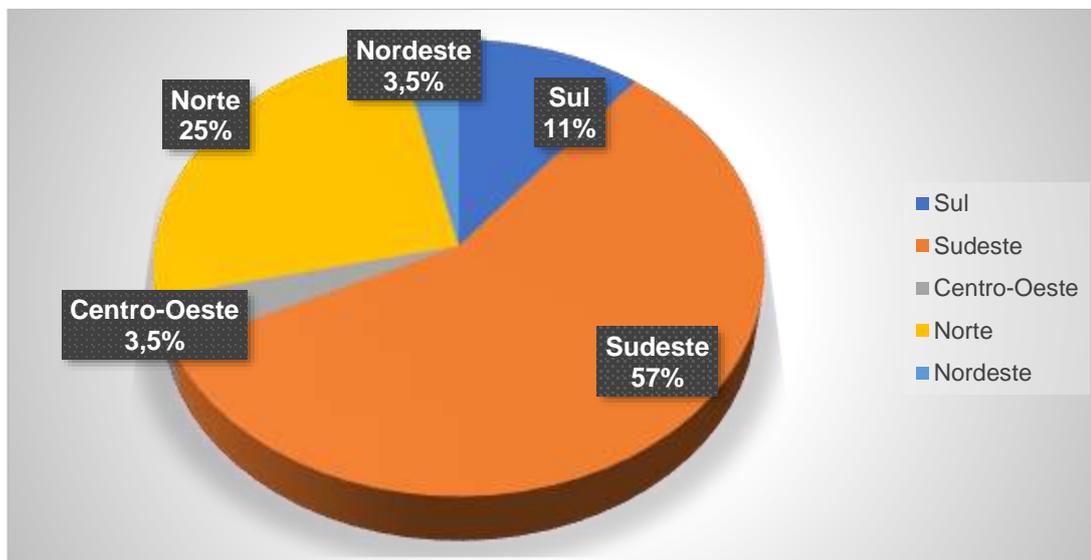
Dentre os entrevistados chama atenção o quantitativo de nascidos em Rondônia, com um total de 25% dos entrevistados. O estado com maior percentual ainda é Minas Gerais, com 29%, seguido de 21% dos respondentes sendo do Espírito Santo, 11% se declararam nascidos do estado do Paraná, 7% de São Paulo e 4% do estado de Mato Grosso. Esses dados são muito próximos ao dos levantamentos realizado por Miranda (1987) e Miranda *et al.* (2005, p. 17) sobre o perfil agro-socioeconômico dos produtores rurais de Machadinho d'Oeste, em que apresenta uma predominância de agricultores nascidos na região sudeste, em especial dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Embora o estudo de Miranda *et al.* (2005) aborde apenas a origem geográfica dos pequenos agricultores para se checar de onde esses vieram para Machadinho d'Oeste, a intenção aqui era a de relacionar o local de nascimento ao lugar que se cursou a 1ª série, buscando, assim, um indicativo para o tipo migração. Como já exposto, para essa região houve uma migração interna, em que as famílias chegavam até municípios do eixo da BR 364, faziam ali uma parada e depois se deslocavam para o município de Machadinho d'Oeste.

Assim, somadas as porcentagens dos entrevistados quanto ao seu local de nascimento por região, teríamos os seguintes resultados: Sudeste, com 57%, Norte,

com 25%, Sul, com 11%, e o Centro-Oeste, com 4%, seguido do Nordeste, com 3%. Esses dados, embora para uma amostragem menor, são próximos aos apresentados por Miranda *et al.* (1997; 1999; 2002 e 2005).

Gráfico 7 - Perfil dos entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes quanto à Região do Brasil de nascimento



Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

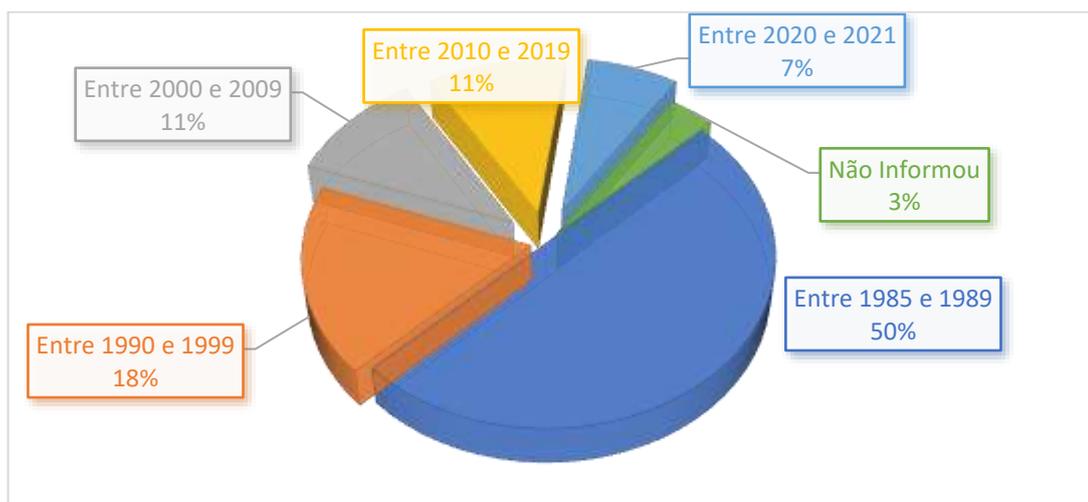
Outro fator relevante é o relacionado ao período de chegada desses pequenos agricultores ao município de Machadinho d'Oeste. Como exposto, essa região permanece como Projeto de Assentamento do Incra de 1982 a 1988. Segundo Sydenstricker (1992, p. 60), nesse período, o PA Machadinho “[...] convive com uma mobilidade intensa, marcada pela desistência/abandono do lote”. Devido às doenças tropicais, como a malária, e as dificuldades de acesso às propriedades, muitos pequenos agricultores não permaneceram no lote.

Os dados coletados sobre o período de chegada ao lote demonstram como os deslocamentos se processam. Assim, buscou-se mensurar aqui qual o percentual de pequenos agricultores ainda permanecia na propriedade, já que tal permanência é um indicativo que o agricultor resistiu na propriedade, por colocar em prática, uma série de incrementos de mudança na atividade produtiva.

O primeiro desafio desse dado estava na sua exposição gráfica, haja vista que os dados por ano de chegada ficaram muito espaçados, não permitindo uma exposição por percentual e a alternativa foi agrupar por período de chegada. Desse modo, optou-se pelos seguintes períodos: o primeiro compreende os anos de 1982 e 1989; o segundo vai dos anos de 1990 a 1999; o terceiro do ano 2000 a 2009; o quarto

compreende os anos de 2010 a 2019 e o quinto concerne aos anos de 2020 e 2021, como pode ser verificado no Gráfico 9. Embora os períodos de chegada à propriedade não estejam organizados como na seção 4 por períodos da produção agrícola, será possível cruzar os dois dados visando analisar o movimento migratório e a sua relação com a escola multisseriada.

Gráfico 8 – Período de chegada ao município de Machadinho d'Oeste entre os anos de 1982 e 2021 – entrevistados da base empírica 1 na Linha MA-16



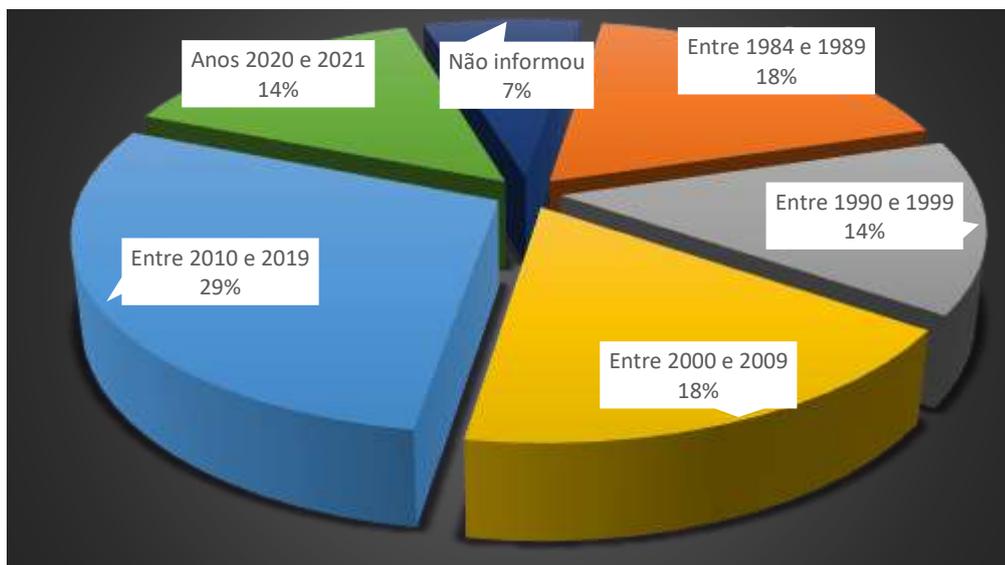
Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

Ao observar os dados do Gráfico 9, verifica-se que 50% dos atuais proprietários declararam que chegaram à região entre 1985 e 1989, período em que ainda estava em vigor o PA Machadinho, 18% chegaram entre 1990 e 1999, período em que o município já havia se constituído, seguidos de 11% de chegada entre 2000 e 2009, 11% entre 2010 e 2019, 7% chegaram à região recentemente entre os anos de 2021 e 2022 e 3% não informaram.

Quando esse dado é confrontado com o período em que o pequeno agricultor assumiu o seu lote, salta aos olhos as diferenças percentuais. A tabulação deste dado seguiu o mesmo critério de organização por períodos, com uma variação na primeira data, pois ao ser perguntado quando chegou ao município, o agricultor entendia que se referia a mudança com a família para cá. No caso do período em que assumiu o lote, alguns receberam o lote do INCRA no ano de 1984, vindo a fazer a primeira derrubada em 1985 e se mudando para o lote em 1985 e 1986.

Assim, quando perguntados em que ano assumiram o lote, 18% disseram ser entre 1984 e 1989, já 14% declararam ter assumido o lote entre 1990 e 1999, 18% entre 2000 e 2010, 29% entre 2010 e 2019 e 14% nos anos de 2020 e 2021, outros 7% não informaram, conforme apresentado no Gráfico 10.

Gráfico 9 – Período em que o entrevistado da base empírica 1 na Linha MA-16 e adjacentes informou ter assumido o lote atual – percentual por período



Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

Durante a observação participante e nas conversas com os pequenos agricultores sobre o local (município) de onde esses haviam se deslocado antes de chegar a Machadinho d'Oeste, muitos responderam que na chegada a Rondônia, os pais sem acesso à terra ou apenas com recursos para comprar um pequeno pedaço dela, paravam nos municípios no eixo da BR 364.

Dentre os municípios de parada se destacam Ouro Preto d'Oeste, seguido de Jaru e Ji-Paraná. O município de Ouro Preto d'Oeste, por ser o primeiro PIC, tornou-se um ponto de parada das famílias daqueles que foram assentadas posteriormente ou mesmo os que compraram as suas terras na linha MA-16.

Quando indagados sobre o porquê escolheram Ouro Preto d'Oeste, esses respondiam que esse era um município bem localizado e com uma infraestrutura boa, sem contar que havia trabalho abundante e as famílias que ali esperavam a oportunidade de pegar a sua própria terra trabalhavam nas lavouras de café e cacau como meeiros⁵⁶.

Quando se compara a amostra por ano em que o pequeno agricultor diz ter chegado a Machadinho d'Oeste e o ano em que este diz ter assumido o lote atual, fica evidente que há um fluxo migratório interno. Essas mudanças podem ter causas

⁵⁶ Relato dos agricultores mais antigos que receberam os seus lotes do INCRA em 1985, dois deles que são irmãos e relataram que trabalharam como meeiros na propriedade de um dos irmãos que tinha conseguido um lote no PIC Ouro Preto na linha 200, que hoje pertence ao município de Vale do Paraíso. Com os recursos adquiridos com esse trabalho, conseguiram comprar as primeiras cabeças de gado e com a colheita passar o primeiro ano na propriedade de forma mais tranquila.

diversas, como a necessidade de aumentar o tamanho da propriedade, a aquisição de uma propriedade mais bem estruturada e a diminuição das distâncias para o centro urbano, se levada em consideração a propriedade anterior. Os dados a seguir mostram como se distribuem as terras entre os agricultores pesquisados.

Quadro 12 – Distribuição de terras na linha MA-16 e adjacentes: modalidades de acesso, área total por agricultor, ano de acesso, valor e situação jurídica no ano da pesquisa – 2022

Modalidade de acesso	Área (ha)	Ano acesso	Estimativa de valor da Terra (R\$)	Situação jurídica (tipo de documento)
Arrendamento	7,2 (ha)	2021	R\$ 120.000,00	Contrato de arrendamento
Compra/Posse antiga	45,5/42,5(ha)	1987/1983	R\$750.000,00/ R\$710.000,00	Recibo de compra/Título definitivo
Compra	48 (ha)	2013	R\$ 1.000.000,00	Recibo de compra
Outras	98,4 (ha)	2014	Não soube informar	Não soube informar
Outras	100,8 (ha)	2015	Não soube informar	Não soube informar
Compra	144 (ha)	2021	R\$ 3.000.000,00	Título definitivo, recibo de compra
Compra	45,6 (ha)	2006	R\$ 1.000.000,00	Recibo de compra
Compra	70 (ha)	2012/2014	R\$ 1.500.000,00	Recibo de compra
Arrendamento	21,6 (ha)	2018	R\$ 450.000,00	Contrato de arrendamento
Compra	168 (ha)	2012	R\$ 3.500.000,00	Recibo de compra e escritura pública
Compra	58 (ha)	2013	R\$ 1.200.000,00	Escritura pública
Compra	50,4 (ha)	1991	R\$ 1.500.000,00	Título definitivo (INCRA)
Compra	38 (ha)	2019	R\$ 800.000,00	Recibo de compra
Compra	60 (ha)	2020	R\$ 1.200.000,00	Recibo de compra
Compra	76 (ha)	1999	R\$ 2.100.000,00	SIPRA - carta de anuência
Compra	43,2 (ha)	2021	R\$ 900.000,00	Recibo de compra
Outras	38,4 (ha)	1986	R\$ 0,00	Título definitivo (INCRA)
Compra	21,6 (ha)	2012	R\$ 450.000,00	Recibo de compra
Posse antiga	64,8 (ha)	1984	R\$ 1.300.000,00	Título definitivo (INCRA)
Compra	93,6 (ha)	2008	R\$ 1.500.000,00	Título definitivo (INCRA)
Compra	31 (ha)	2008	R\$ 500.000,00	SIPRA
Compra	33,6 (ha)	2002	R\$ 600.000,00	SIPRA
Compra	28,8 (ha)	2021	R\$ 360.000,00	Recibo de compra
Compra	72 (ha)	1997	R\$ 1.500.000,00	Recibo de compra/SIPRA
Compra	114 (ha)	2004	R\$ 2.375.000,00	Recibo de compra/Escritura pública
Compra	88,8 (ha)	1987	R\$ 1.410.000,00	Título definitivo/Recibo de compra
Compra	61,2 (ha)	2019	R\$ 1.020.000,00	Recibo de compra/ Doado pelo pai
Compra	93,6 (ha)	2011	R\$ 2.340.000,00	Recibo de compra

Fonte: Dados da pesquisa de campo – survey multifatorial (2022)

A realidade do primeiro momento da ocupação é outra, haja vista que muitos desses pequenos agricultores venderam as suas propriedades e adquiriram outras na

mesma região, apenas mudando de lugar na mesma linha, ou saindo das MPs para a linha principal. Isso explica a diferença percentual do período em que chegou a Machadinho e quando assumiu o lote atual.

As melhorias na condição de vida dos pequenos agricultores estiveram entre os dados observados, uma vez que as condições de permanência no lote têm relação com os bens adquiridos. Quanto aos bens de consumo, observou-se que a condição atual de bem-estar pode ser considerada boa. Nas propriedades pesquisadas, 100% possuem energia elétrica. A conexão com a área urbana também não é mais um problema que cause isolamento, como relatado pelos moradores mais antigos, já que em 82,14% das propriedades há Internet e em 96,43% pelo menos um aparelho celular.

A geladeira e o fogão a gás fazem parte do cotidiano, estando presentes em 100% das propriedades, isso também vale para a máquina de lavar roupas e o liquidificador. A Tabela 18 apresenta um detalhe sobre os bens de consumo duráveis na disposição do lar que mais apareceram no levantamento.

Tabela 18 - Número de estabelecimentos e tipos de bens de consumo duráveis (Item 2.5: Bens de consumo durável a disposição do lar)

Tipos de bens	Nº de estabelecimento com os tipos de bens	Representação em % do total
Energia elétrica	28	100,00
Rádio	16	57,14
Internet	23	82,14
Celular	27	96,43
Geladeira	28	100,00
Freezer	25	89,29
Aparelho de som	3	10,71
Liquidificador	27	96,43
Fogão a gás	28	100,00
Fogão a lenha	15	53,57
Televisor	19	67,86
Parabólica	19	67,86
Máquina de costura	8	28,57
Máquina de lavar	27	96,43
Filtro de água	20	71,43

Fonte: Dados da pesquisa de campo – *survey* multifatorial (2022)

Ao tratar dos equipamentos e utensílios de uso dos pequenos agricultores no seu dia a dia, observa-se na base empírica 1 que 75% dos proprietários possuem carro de passeio e 82% possuem moto. As propriedades em que os proprietários possuem os dois tipos de transporte somam 67% do total. Isso ajuda a explicar o porquê a região deixou de ter transporte coletivo há pelo menos seis anos, conforme

relatado, haja vista que nos dias de hoje o comércio tanto de Machadinho d'Oeste quanto de Vale do Anari realiza entregas na região.

Tabela 19 - Meio de transporte utilizado pelos pequenos agricultores da base empírica 1 (Item 2.7: Equipamentos, ferramentas e utensílios)

Tipo de veículo	Nº total de propriedades	Nº de propriedades com veículos	Média de anos dos veículos	Representação em % do total
Carro de passeio	28	21	3,9	75,00
Motocicleta	28	23	6,7	82,14

Fonte: Dados da pesquisa de campo – *survey* multifatorial (2022)

Destaca-se que com a expansão da Internet rural, que até 2018, segundo relato dos pequenos agricultores, era privilégio de alguns, houve uma diminuição nos custos com viagens a área urbana. Assim, atividades como o cadastro do gado, informações e pagamentos de taxas passaram a ser feitas diretamente da propriedade, sem que o pequeno agricultor precise deslocar-se para a cidade, como se fazia antes. Isso, inclusive, facilitou a vida dos pequenos agricultores que hoje têm a comodidade de realizar algumas das compras por WhatsApp, pedindo diretamente do comércio e recebendo na propriedade.

Esses dados da pesquisa de campo na linha MA-16 serão, na análise, comparados com os dados gerais de outras pesquisas e daí se verificará como a política educacional respondeu às mudanças produtivas no período.

5.4.2 Resultados da pesquisa de campo na RO 133 e adjacentes, entre os km 20 e 40

Apresenta-se, nesse momento, a coleta de dados da base empírica 2 da pesquisa. Essa tem como lócus a RO-133 sentido distrito de Tabajara do km 20 ao km 40, ao Norte do município de Machadinho d'Oeste. O raio da base de coleta tem como ponto de partida a escola Onofre Dias Lopes, a 30 km da sede do município, situada no Núcleo Estrela Azul.

Essa região faz parte dos projetos de assentamentos da reforma agrária, implantados a partir da década de 1990. São três os projetos abrangidos: o projeto Tabajara implantado em 1995, o projeto Tabajara II em 1996 e o projeto Lages em 1996 (Maciel, 2004, p. 284).

Durante a observação participante e a aplicação do *survey*, foi possível identificar algumas mudanças pontuais nessa base em relação à base 1. A primeira foi relacionada ao tamanho da propriedade, pois enquanto na primeira as pequenas

propriedades variam entre 40 e 60 hectares, nessa base possuem entre 30 e 45 hectares.

Encontrar o chefe da família na casa na base 2 também não foi tão fácil quanto na base 1, pois boa parte dos chefes de família entrevistados estavam na residência apenas entre as 10h e 15h30. Antes deste horário foi possível encontrar o cônjuge ou algum dos filhos. Nessa região, embora a pecuária leiteira esteja em franca ascensão, é possível encontrar pequenas plantações de café, hortaliças e pomares com frutas nas pequenas propriedades.

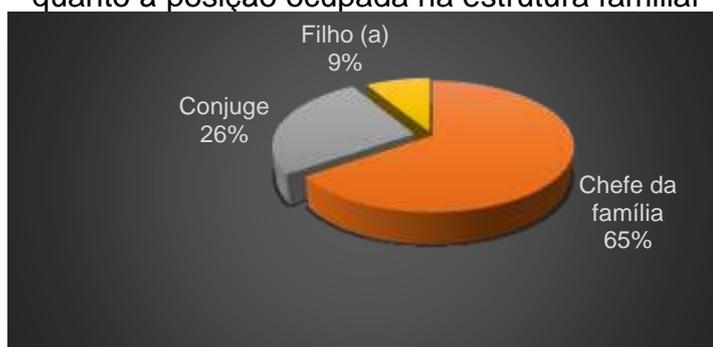
É comum encontrar tanques de refrigeração para o leite, que são mantidos num regime de partilha entre os pequenos agricultores. Nesse sistema, os que produzem menos leite utilizam os tanques dos seus vizinhos e dividem os custos de manutenção, assim um tanque, geralmente, atende até quatro pequenos agricultores que produzem leite.

Outro fator observado diz respeito à venda de parte da propriedade. Há casos em que um pequeno agricultor se desfaz de parte da sua propriedade vendendo-a ao seu vizinho ou mesmo pessoas que estejam interessadas em adquirir uma pequena porção de terra. Assim, formam-se o que se costuma chamar, na linguagem dos pequenos agricultores, de chácaras, com extensão que variam entre 2,5 e 6 hectares.

A legislação brasileira a partir de 2017 enquadrado como pequena propriedade rural a área de até quatro módulos fiscais, ou seja, até 240 hectares (Brasil, 2017). Nesse caso, enquadram-se aqui esses entrevistados como pequenos agricultores, já que a sua residência está fixada nessa pequena propriedade rural.

Nas pequenas propriedades da base empírica 2, embora se verifique maior incidência de chefes da família presentes na residência, o número desses é inferior a primeira base, conforme o Gráfico 10.

Gráfico 10 – Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto à posição ocupada na estrutura familiar



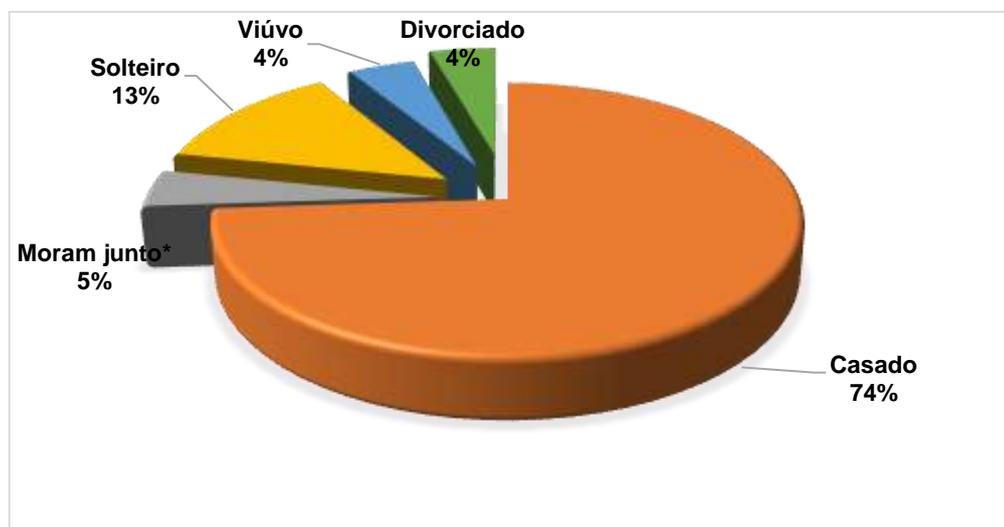
Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

Observa-se que o número de chefes de família entrevistados foi de 65%, enquanto cônjuges (esposa) foi de 26% e filhos 9%. Destaca-se que houve um número significativo de propriedades nas quais não foi possível encontrar moradores presentes, seja por estarem trabalhando ou por estarem na cidade.

Assim como na base empírica 1, houve casos de pequenos agricultores (as) que se negaram a responder a pesquisa, seja porque o chefe da família estava trabalhando em outro local ou, simplesmente, porque a esposa não quis responder e, ainda segundo relatado, por medo⁵⁷. Desse modo, embora as propriedades fossem próximas ao contato, foi mais difícil de ser realizado.

Ao levantar o perfil dos entrevistados quanto ao gênero, observa-se que há um número de respondentes do sexo masculino 57% muito próximo ao do sexo feminino 43%. Além disso, quanto ao momento da entrevista que ocorria, geralmente acontecia entre as 8 horas da manhã e 15 horas com o sexo masculino, já que os homens costumam estar em casa descansando nesse horário. Alguns pequenos proprietários solicitaram que a esposa fosse a responsável por responder ao *survey*.

Gráfico 11 – Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto ao estado civil



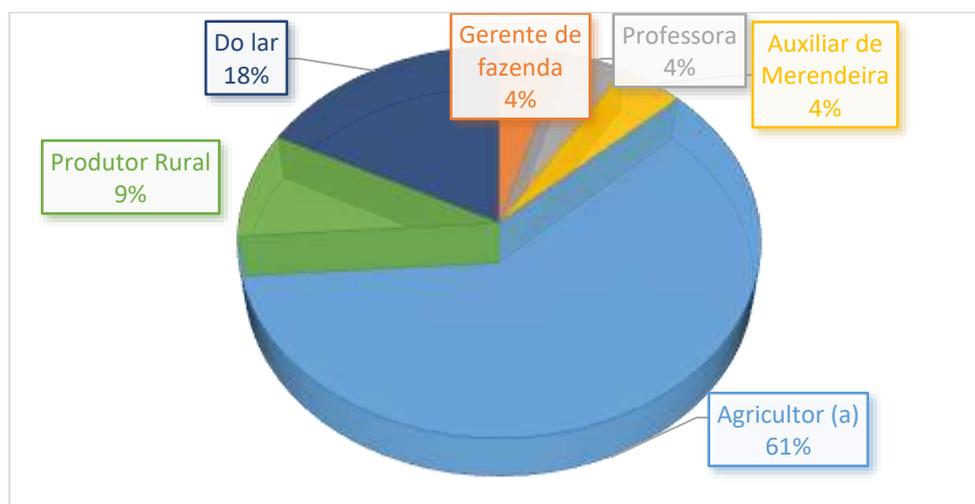
*No IBGE não há classificação para as pessoas que moram juntas, optou-se pelo termo “Moram junto”
Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

⁵⁷ Numa das residências, ao conversar com os moradores, fui informado que muitos se negavam a receber a pessoa na propriedade por inúmeras questões, desde assaltos, investigações policiais, entre outros. Um caso intrigante foi de um chefe de família que mesmo estando na propriedade pediu para que a esposa fosse a responsável por responder à entrevista. Em particular, esse me confidenciou que oficiais de justiça, muitas vezes, passavam-se por pesquisadores e, ao final, entregavam intimação ou mesmo o pessoal da polícia, até os assaltantes estavam se passando por recenseadores para executar os seus delitos. Esse não foi o único a conversar sobre essa questão.

A composição familiar é um importante indicador a ser observado, uma vez que aponta como as relações de trabalho são distribuídas. Nesse caso, os dados mostram que a composição familiar continua a seguir seus traços tradicionais, haja vista que cerca de 74% dos respondentes se declararam casados, outros 13% solteiros, 5% disseram morar juntos, 4% são de viúvos e mais 4% divorciados.

Além da composição familiar, chama atenção a variedade de profissões. Por ser uma região que se modificou muito ao longo dos últimos 20 anos. Há muitos pequenos agricultores que se autodeclaram as vezes como agricultor, pois estão aposentados ou em vias de aposentar ou mesmo como produtor rural.

Gráfico 12 – Perfil dos entrevistados da base empírica 2 RO-133 e adjacentes quanto à profissão/atividade principal



Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

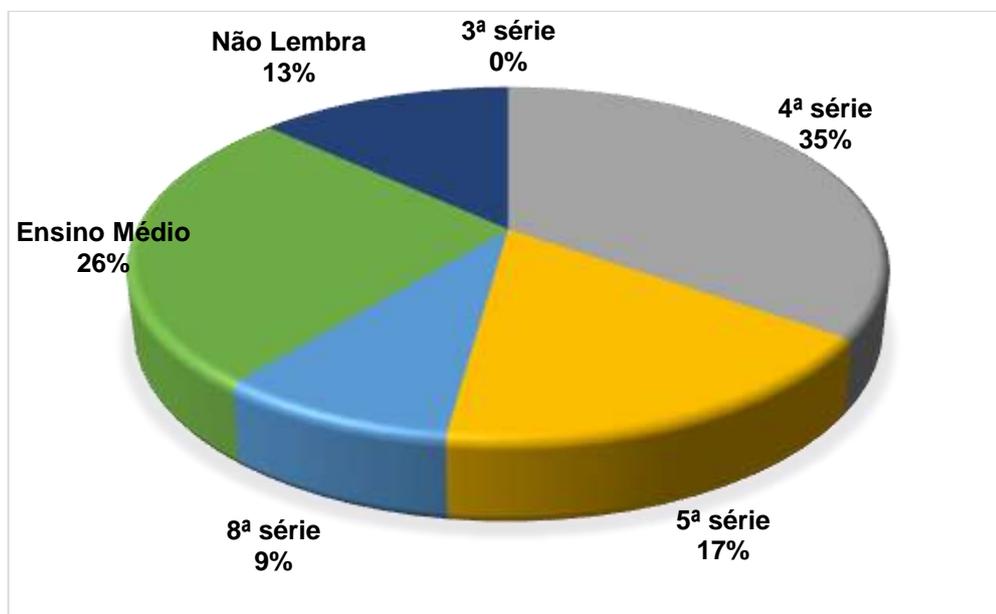
Encontrou-se também na região outros tipos como do lar, gerente, professora e auxiliar de merendeira. O Gráfico 12 apresenta um retrato desta declaração, com predomínio da profissão agricultor 61%, seguidos de do lar 18%, produtor rural 9%, gerente de fazenda 4%, professora 4% e auxiliar de merendeira 4%.

Assim, como na base 1 em que se apareceu a categoria de trabalhador rural, nesta região observada essa categoria aparece em menor porcentagem. Um outro fator relevante na coleta de dados diz respeito à trajetória educacional dos entrevistados, já que acessando esse dado é possível saber qual tipo de escola foi frequentada pelo pequeno agricultor e se a escola atendia as demandas dele.

De acordo com os dados coletados quanto à série ofertada na localidade onde morava quando criança, nenhum entrevistado declarou ter escola até a 3ª série, enquanto isso, 35% disseram ter escola até a 4ª série, 17% responderam que havia

escola até a 5ª série, 9% para até a 8ª série, 26% estudaram em local que havia Ensino Médio, enquanto 13% declararam não lembrar até que série havia escola, conforme se pode acompanhar no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto ao nível escolar na localidade onde cursou a 1ª série



Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

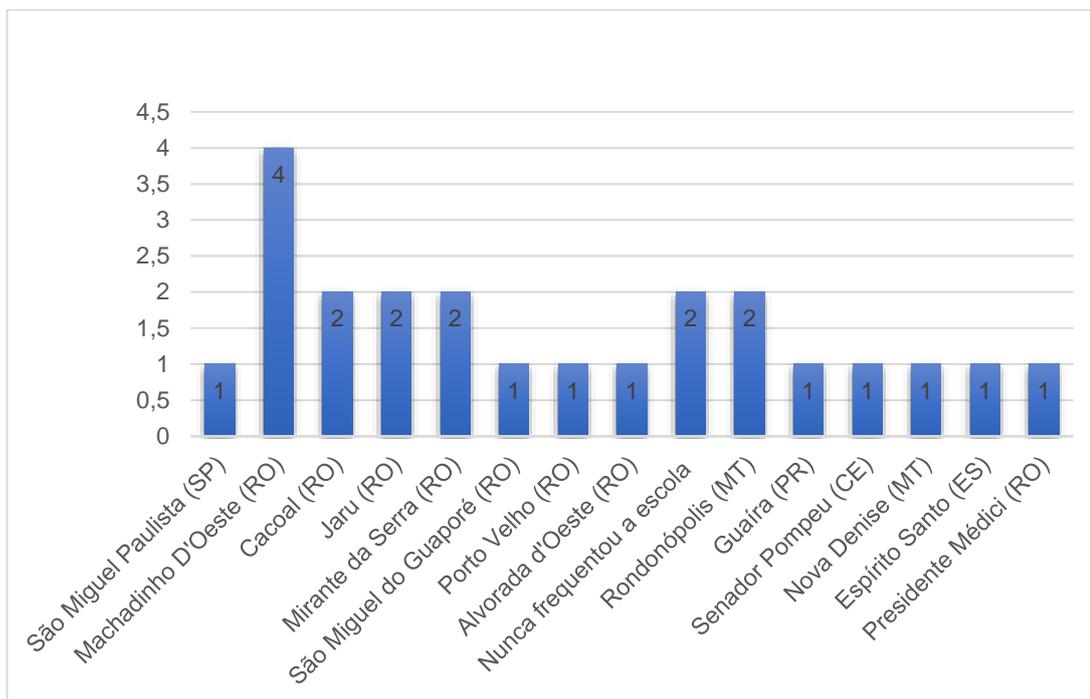
Aqui se encontra uma amostra do tipo de escola a qual os pequenos agricultores dessa região tiveram acesso. Embora a maioria tenha estudado em locais que a escolaridade ia até no máximo a 5ª série, parte considerável desses pequenos agricultores teve acesso ao local onde havia o Ensino Médio.

A escolaridade dos pequenos agricultores, além do local onde cursaram a 1ª série são elementos de fundamental importância para entender o movimento da escola rural.

Embora os pequenos agricultores possam não ter tido acesso a um elevado nível escolar, não é esse o destino que pretendem dar a seus filhos. Embora alguns pequenos agricultores tenham estudado a 1ª série em estados como São Paulo, Espírito Santo, Ceará e Mato Grosso, observa-se que a maioria estudou em escolas dos municípios rondonienses, com destaque para o próprio município de Machadinho d'Oeste.

Chama a atenção nesta região, o número de pequenos agricultores que cursaram a primeira série em escolas dos municípios rondoniense, como demonstram os dados do Gráfico 14.

Gráfico 14 – Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes - Localidade onde cursou a 1ª série



Fonte: Dados da pesquisa de campo – *survey* multifatorial (2022)

Embora alguns pequenos agricultores tenham estudado a 1ª série em estados como São Paulo, Espírito Santo, Ceará e Mato Grosso, observa-se que a maioria estudou em escolas dos municípios rondonienses, com destaque para o próprio município de Machadinho d'Oeste. Fica evidente a relação local de nascimento e escola em que cursou a 1ª série, na qual os pequenos agricultores relatam os seus estudos terem sido realizados em escolas rurais rondonienses.

A primeira explicação é que antes de chegarem a Machadinho d'Oeste, muitas dessas famílias residiram em outros municípios e os seus filhos tiveram acesso a escola nessas localidades.

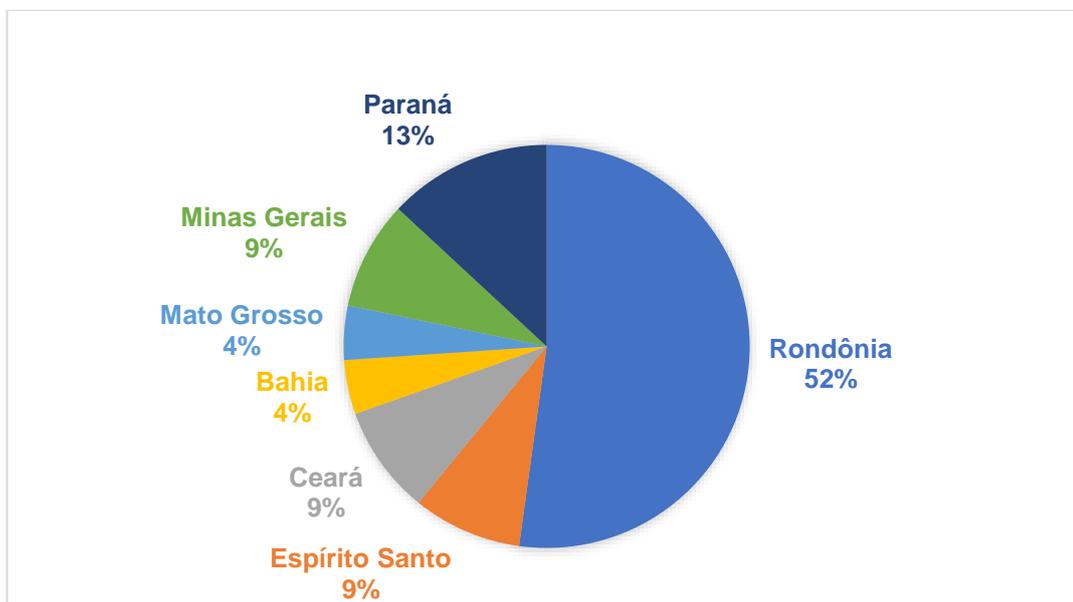
No caso daqueles que estudaram a 1ª série em Machadinho d'Oeste, pode-se atribuir a mudança interna de uma linha para outra, pois foram encontradas famílias que antes de assumir o lote nessa região tinham morado.

Nela, os pais trabalharam na condição de meeiros nas lavouras de café, cuidando de propriedades de outros e há aqueles que tinham lote em outros locais e fizeram essa mudança dentro do próprio município várias vezes, até chegar ali.

O dado sobre a escolaridade converge com o dado sobre o local de nascimento. Assim, ao questionar o entrevistado quanto ao seu local de nascimento pedindo para que dissesse o estado da federação, 52% responderam ter nascido em Rondônia,

seguido de 13% nascidos no Paraná, 9% Minas Gerais, 9% Espírito Santo, 4% no estado de Mato Grosso e 4% no Ceará, conforme representado no Gráfico 15.

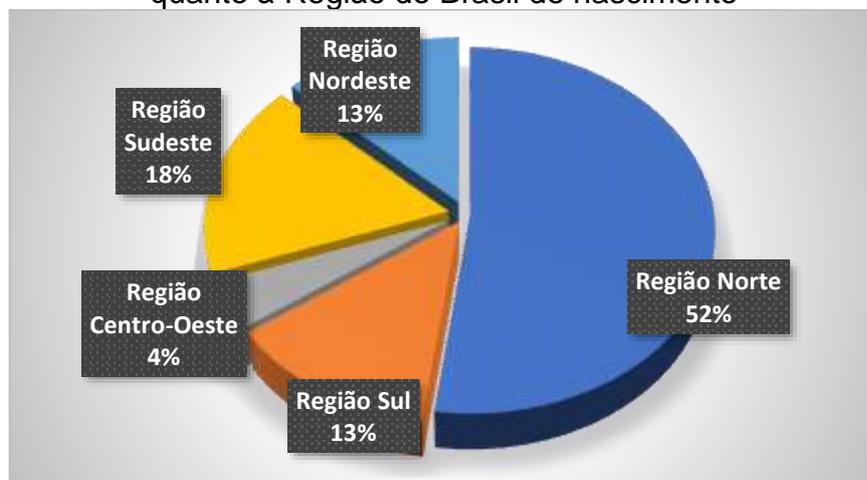
Gráfico 15 – Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto à localidade de nascimento



Fonte: Dados da pesquisa de campo – *survey* multifatorial (2022)

Esses resultados se diferem dos levantamentos de Miranda (1987) e Miranda *et al.* (2005, p. 17), que apresentam uma população para a área do PA Machadinho migrada da Região Sudeste do país. Os dados mostram que nesta região um outro processo de ocupação se materializou, via busca por melhores condições em outras terras.

Gráfico 16 – Perfil dos entrevistados da base empírica 2 na RO-133 e adjacentes quanto à Região do Brasil de nascimento



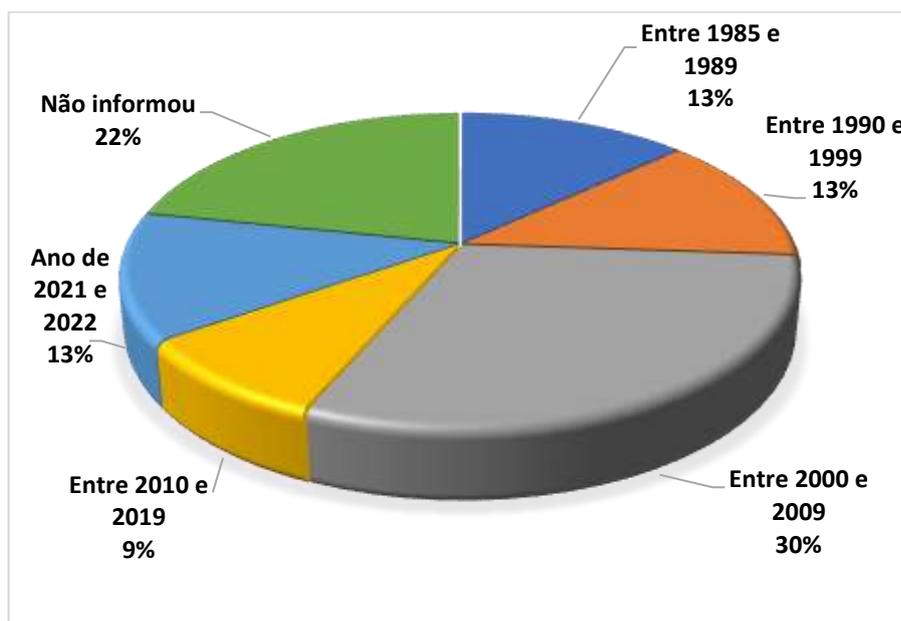
Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

Fazendo-se a porcentagem por região, o destaque é dado a região Norte, seguido das demais. Desse modo, os resultados por região de nascimento estão assim expostos: a região Norte 52%, seguido da região Sudeste com 18%, a região Nordeste tem 13%, o mesmo percentual de 13% para a região Sul e, por fim, o Centro-Oeste, com 4%.

O período de chegada ao lote demonstra como os deslocamentos, seja interno ou externo, processam-se. Assim, é possível mensurar qual o percentual de pequenos agricultores ainda permanecia na propriedade, com base na pergunta sobre o período de chegada ao município e o período de chegada ao lote, que era o objetivo. Como o número de nascidos em Rondônia nessa região era superior ao número de pessoas que chegaram de outros estados, restou saber em que período eles chegaram a Machadinho d'Oeste.

Assim, delimitou-se cinco períodos de chegada, o primeiro entre 1985 e 1989, no qual 13% disseram ter chegado ao município, o segundo compreendido entre 1990 e 1999, no qual 13% afirmaram ter chegado ao município, outros 30% disseram ter chegado entre 2000 e 2009, os que afirmaram ter chegado a Machadinho d'Oeste entre 2010 e 2019 somam 9% e, por fim, entre 2021 e 2022 chegaram os outros 13%. Dentre os entrevistados, 22% não informaram de onde vieram para cá, conforme o Gráfico 17.

Gráfico 17 – Período de chegada ao município de Machadinho d'Oeste entre os anos de 1982 e 2021 - entrevistados da base empírica 2 RO-133 e adjacentes

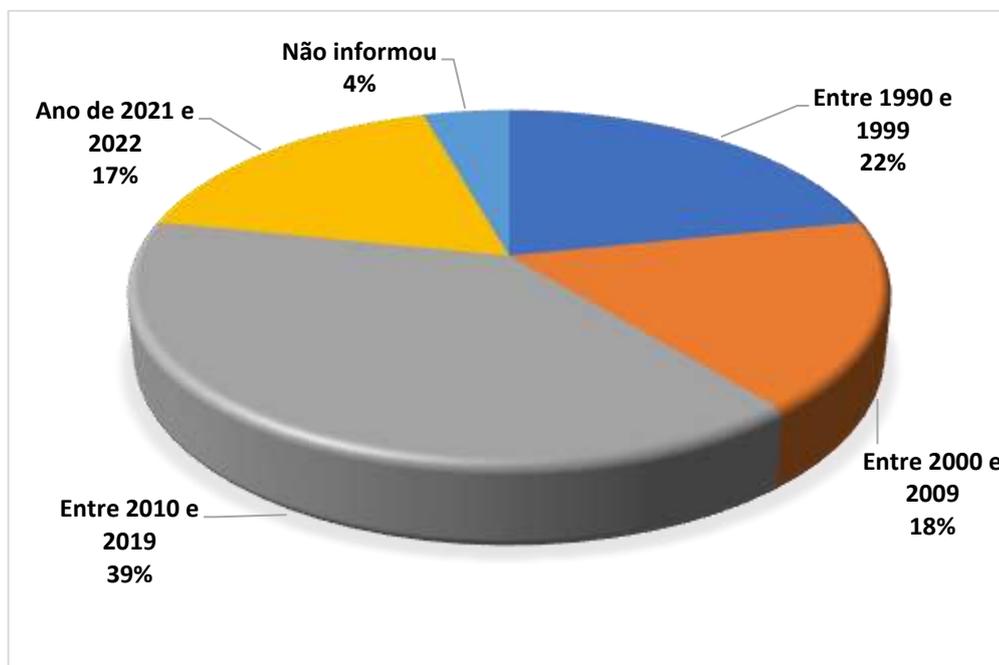


Fonte: Dados da pesquisa de campo - survey multifatorial (2022)

Os dados sobre o período de chegada ao município demonstram que o maior fluxo ocorreu entre os anos de 2000 e 2009 - curiosamente esse é o período em que surge a Escola Polo Onofre Dias Lopes. Chamou atenção o alto índice de entrevistados que não souberam precisar o período de chegada ao município, muitos desses explicaram que devido terem chegado ao município de Machadinho d'Oeste ainda criança, não sabiam o ano exato da chegada. Outros já tinham se mudado tanto entre as várias linhas até chegar ao lote atual, que também não conseguiram precisar tal informação.

Destaca-se que, além do período de chegada ao município de Machadinho d'Oeste, outro fator relevante é o período em que estes pequenos agricultores assumiram os atuais lotes. Desse modo, quando questionados sobre o período em que assumiram o lote, 22% disseram ter assumido entre 1990 e 1999. Esse grupo faz parte dos primeiros assentados na região. 18% disseram ter assumido o atual lote entre 2000 e 2009, 39% entre 2010 e 2019 e 17% entre 2021 e 2022, outros 4% não informaram o período, conforme apresentado no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Período em que o entrevistado da base empírica 2 RO-133 e adjacentes informou ter assumido o lote atual - percentual por período



Fonte: Dados da pesquisa de campo - survey multifatorial (2022)

Ao observar os dados referentes à chegada do pequeno agricultor ao município e o período em que esse assume o lote, verifica-se que embora somente 13% tenham declarado ter chegado ao município entre 1990 e 1999, 22% assumiram os seus lotes na região pesquisada. Esse é um indicador de movimentos internos em busca de

melhores condições. Tem-se a mesma distinção nos demais períodos como o entre 2000 e 2009, em que 30% dos entrevistados chegam ao município e apenas 18% assumem o lote na região, já entre 2010 e 2019 apenas 9% declararam ter chegado ao município de Machadinho d'Oeste, em compensação 39% declararam ter assumido os seus lotes nesse período.

Quadro 13 – Distribuição de terras na RO-133 e adjacentes: modalidades de acesso, área total por agricultor, ano de acesso, valor e situação jurídica no ano da pesquisa - 2022

Modalidade de acesso	Área	Ano acesso	Estimativa de valor da Terra (R\$)	Situação jurídica (tipo de documento)
Compra	31,2 (ha)	1997	R\$ 400.000,00	Recebeu do INCRA
Concessão de uso	29,7 (ha)	1996	R\$ 440.000,00	Título definitivo
Arrendamento	23 (ha)	2022	R\$ 230.000,00	Recibo de compra
Compra	62,4 (ha)	2004	R\$ 1.000.000,00	Recibo de compra
Compra	40,8 (ha)	2013	R\$ 850.000,00	Escritura e recibo de compra
Concessão de uso	43,2 (ha)	1997	R\$ 850.000,00	Título definitivo
Compra	36 (ha)	2014	R\$ 500.000,00	Recibo de compra
Compra	79,2 (ha)	2000	R\$ 1.000.000,00	Título definitivo/Recibo de compra
Outros: terras na qual trabalha	100,8 (ha)	2018	R\$ 0,00	Escritura
Compra	44,4 (ha)	2021	R\$ 900.000,00	Recibo de compra
Compra	45,4 (ha)	2021	R\$ 900.000,00	Recibo de compra
Compra	1 (ha)	2012	R\$ 80.000,00	Recibo de compra
Concessão de uso	50,4 (ha)	1996	R\$ 1.000.000,00	SIPRA
Compra	25,5 (ha)	2018	R\$ 500.000,00	Recibo de compra
Compra	31,2 (ha)	2004	R\$ 780.000,00	Recibo de compra
Compra	19,2 (ha)	1996	R\$ 600.000,00	Escritura pública
Compra	62,4 (ha)	2014	R\$ 2.000.000,00	Recibo de compra
Compra	136,8 (ha)	2008/2019	R\$ 1.700.000,00	Recibo de compra
Compra	14,4 (ha)	2015	R\$ 600.000,00	Recibo de compra
Compra	36 (ha)	2015	R\$ 600.000,00	Recibo de compra
Compra	3,6 (ha)	2014	R\$ 100.000,00	Recibo de compra
Compra	40,8 (ha)	2019	R\$ 550.000,00	Recibo de compra
Compra	7,2 (ha)	2021	R\$ 120.000,00	Recibo de compra

Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

Os dados indicam movimentos internos dentro do próprio município, que podem ser evidenciados por vantagens comparativas na aquisição de terras, em que se vende uma terra numa área para adquirir maior quantidade de terra em outra.

Ademais, há a busca por áreas consideradas mais desenvolvidas. Isso explicaria o alto número de propriedades assumidas entre 2010 e 2019, haja vista que

as distâncias dessas propriedades para o núcleo Estrela Azul são relativamente curtas, assim como do núcleo para a sede do município.

O levantamento relacionado aos bens de consumo disponíveis nas residências dos pequenos agricultores, mostrou uma melhora significativa, já que há pouco mais de 20 anos a rede elétrica passava apenas na RO-133 e com uma corrente instável, hoje essa se estende às mais remotas linhas e, segundo os agricultores entrevistados, com boa qualidade e pequenas interrupções. O que promove bem-estar e permite a aquisição de certos bens de consumo, como geladeiras, freezers, máquinas de lavar roupa, liquidificador, entre outros utensílios domésticos.

Melhorias complementadas com o acesso à internet rural que hoje é uma realidade em grande parte das residências. O fogão a lenha perde o espaço para o fogão a gás, o barulho da batida de roupa na tábua a beira dos igarapés e o quicar roupa é substituído pelo barulho da máquina de lavar no conforto da residência.

Todas essas mudanças são fundamentais para se entender o papel da escola rural para atendimento das demandas dos pequenos agricultores. Por exemplo nas propriedades pesquisadas, em apenas uma delas a energia não era própria, recebendo do vizinho. A Tabela 20 detalha os bens de consumo duráveis à disposição do lar que mais apareceram no levantamento na base empírica 2.

Tabela 20 – Número de estabelecimentos e tipos de bens de consumo duráveis (Item 2.5: Bens de consumo durável à disposição do lar)

Tipos de bens	Nº de estabelecimento com os tipos de bens	Representação em % do total
Energia elétrica	23	95,83
Rádio	09	37,50
Internet	17	70,83
Celular	23	95,83
Geladeira	24	100,00
Freezer	22	91,66
Aparelho de som	3	12,50
Liquidificador	21	87,50
Fogão a gás	24	100,00
Fogão a lenha	14	58,33
Televisor	17	70,83
Parabólica	17	70,83
Máquina de costura	11	50,00
Máquina de lavar	23	95,83
Filtro de água	12	71,43

Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

Quando foram perguntados sobre o meio de transporte utilizado para ir até a sede do município, os pequenos agricultores responderam que embora haja ônibus

três vezes por semana para a cidade, a maioria utilizava o seu próprio transporte. Verificou-se no levantamento que 70,83% dos proprietários possuem carro de passeio e 87,05% possuem moto. Isso explica a diminuição dos dias de atendimento da empresa de transporte coletivo. A Tabela 21 apresenta o número de propriedades em que os declarantes disseram possuir veículo, o que também fora comprovado pela observação *in loco*.

Tabela 21 – Meio de transporte utilizado pelos pequenos agricultores da base empírica 1 (Item 2.7: Equipamentos, ferramentas e utensílios)

Tipo de veículo	Nº total de propriedades	Nº de propriedades com veículos	Média de anos dos veículos	Representação em % do total
Carro de passeio	24	17	2	70,83
Motocicleta	24	21	6,7	87,05

Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

Os resultados da base empírica 2 demonstram que a região se encontra em franco desenvolvimento. Embora em algumas propriedades ainda seja possível encontrar traços de atividades com pouco aparato tecnológico, na grande maioria há muitos utensílios e ferramentas que evidenciam que a inovação faz parte do espaço pesquisado. Tanques de resfriamento para o leite, internet rural e o modo como se cuida das criações são alguns dos traços indicativos dessas mudanças.

A pergunta que fica é: como fica a escola rural? Tem atendido às demandas dos pequenos agricultores? Os dados sobre o ano de chegada ao município e a permanência na propriedade é um indicador de longevidade e que deve ser analisado juntamente com os dados educacionais.

Assim, os resultados apresentados devem ser acompanhados das seguintes indagações: a substituição da Escola Multisseriada pelas Escolas Polo tem relação com a necessidade de ofertar uma educação modernizadora, no intuito de acompanhar as mudanças no meio rural? As mudanças na atividade produtiva seria a causa principal do fechamento das escolas multisseriadas? Essa mudança na atividade produtiva passa pela necessidade de menor mão de obra para tocar a propriedade? Como esse processo impactou no fechamento das escolas multisseriadas e na polarização das escolas? Qual é o impacto dessa ação no funcionamento das escolas?

As questões acima não devem ser analisadas sem um referencial teórico-analítico que dê conta das inúmeras contradições presentes. Há que se analisar, à luz da teoria das frentes de Martins (1980) e da teoria da dinâmica inovativa de Costa (2000), como o desenvolvimento da região implicou tal mudança. Isso é o que se pretende verificar na seção posterior.

6 A ANÁLISE DOS RESULTADOS: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS FRENTE À EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO EM MACHADINHO D'OESTE

A análise dos resultados desta pesquisa operada pelo corte metodológico segue o princípio segundo o qual o método de exposição é uma reconstrução do método de investigação. Entende-se que neste momento da trajetória, a percepção da realidade investigada já pode ser percebida em um conjunto da totalidade do objeto.

Dessa forma, a ocupação socioeconômica de Rondônia descrita nas seções 1, 2 e 3 e a ocupação socioeconômica e educacional de Machadinho d'Oeste na seção 4, juntamente com a coleta de dados nas duas bases empíricas descritas na seção 5, formam o arcabouço necessário para a análise das transformações ocorridas na realidade pesquisada. Todos os elementos expostos na síntese dos referenciais teóricos e documentais permitiram a compreensão da ocupação deste espaço da fronteira e as transformações no modelo de escola rural nos últimos 30 anos.

Os referenciais evidenciam que além da forte migração na ocupação da fronteira, a busca por educação escolar se manteve como uma das preocupações, embora a produção agrícola, principal motor do crescimento econômico e da melhoria das condições de vida fosse a principal prioridade.

Desse modo, a escola rural é vista como espaço no qual os pequenos agricultores reivindicam para os seus filhos o acesso a um grau mais elevado de instrução, ao qual parte destes teve acesso. Os impactos são percebidos pelas transformações ocorridas ao longo dos últimos anos no modelo de escola rural em Machadinho d'Oeste-RO. Essas mudanças são realizadas no âmbito das ações da SEMED como resultado das necessidades advindas de ajustes orçamentários e pelos movimentos migratórios internos.

Nesse sentido, o objetivo desta análise está em questionar as teses que atribuem aos fatores políticos educacionais, em última instância, a determinação do modelo de escola rural a ser ofertada aos filhos dos pequenos agricultores. Dessa forma, mostra-se a relação entre os fatores de produção agrícola e o modelo de escola ofertado, para explicar como os fatores econômicos de produção determinam as condições da vida material e, portanto, o modelo de escola rural.

Para capturar este movimento, buscou-se encontrar elementos que dessem sustentação a tese proposta, da qual decorre que o fechamento das escolas

multisseriadas é resultado de mudanças ocorridas na atividade produtiva no campo e não apenas da vontade do gestor municipal.

Nesse contexto, ao discorrer sobre o ensino no meio rural, duas questões são prioritárias: a primeira, decorre das definições de educação rural e educação do campo. Cabe então a seguinte pergunta: qual modalidade de educação é ofertada atualmente aos filhos dos pequenos agricultores do município de Machadinho d'Oeste? A segunda trata da identificação dos fatores socioeconômicos locais que determinaram as mudanças e o modelo de escola ofertada aos filhos dos pequenos agricultores ao longo dos últimos 30 anos.

Embora pareça superficial e de simples definição, a primeira questão não é tão simplória quanto pareça, já que há uma distância significativa entre a ofertada de educação rural e educação do campo. Os estudos sobre educação rural no Brasil atribuem a sua trajetória histórica a uma série de experiências realizadas seguidas de êxitos e fracassos (Arroyo, 1982; Calazans; Castro; Silva, 1981; Calazans, 2001), indo além da oferta de escola às populações rurais (Neto, 2016). Desse modo, analisar a educação rural é uma tarefa que ultrapassa os limites da oferta de ensino, sendo preciso entender essa a partir da articulação com o trabalho rural (Ribeiro, 2012).

A escola rural como espaço de luta de classes, ao longo do tempo, tem passado por transformações, seja na estrutura, modelo ou propostas pedagógicas. Alguns exemplos de propostas pedagógicas citados são: o ruralismo pedagógico da década de 1940 (Neto, 2016, p. 15) e a Campanha Nacional de Educação Rural no Brasil (CNER), que realizava experiências pontuais para depois replicá-las no país (Calazans; Castro; Silva, 1981, p. 167). Esses dois modelos aplicados à educação rural até os anos 1980 do século passado podem ser citados como experiências em parte com êxitos e fracassos na sua aplicação. Essas propostas tinham como objetivo modernizar a educação rural, aproximando os que a ela tinham acesso, das relações com o mercado e, portanto, com o capital.

É durante a década de 1990, que os movimentos sociais e sindicais do campo passam a reivindicar escolarização para todos os que até então não haviam tido acesso à escola ou a interrompido. Essa reivindicação ultrapassava a barreira imposta a oferta do ensino de 1º grau presente na Lei nº 5.692/71, que não atendia as populações rurais na sua totalidade (Brasil, 1971). Nesse cenário, em 1998 surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que teve como

objetivo ofertar acesso a escolarização em todas as etapas do ensino desde a alfabetização à universidade (Brasil, 2010; Brasil, 2015, p.9).

Sob tal ótica, os movimentos sociais e sindicais gestam o que passaram a denominar de educação do campo. Considerada um fenômeno atual da realidade brasileira, esse modelo tem como principal objetivo organizar uma educação voltada aos interesses sociais dos camponeses. A sua preocupação está em articular trabalho produtivo à educação escolar, não admitindo interferências e modelos externos, como os modelos da educação rural (Caldart, 2012, p. 259; Ribeiro, 2012, p. 300). Esse modelo, de acordo com os seus defensores, distingue-se do ofertado nas várias escolas rurais distribuídas em boa parte do país, nas quais o ensino é afastado da realidade rural, inclusive com valorização do urbano.

A partir dessas diferenças, na primeira fase da observação, verificou-se qual era o tipo de escola ofertado à população rural de Machadinho d'Oeste, se uma escola de educação rural ou educação do campo. Encontrou-se, nesse sentido, um modelo de educação rural, na qual todas as decisões são do poder público que define a política educacional e a executa. Respondida essa pergunta, passou-se à segunda questão, da qual se deterá a análise da tese: que fatores levaram as transformações do modelo de escola rural, da qual resultou na extinção da escola multisseriada e a sua substituição pelas Escolas Polo?

As transformações encontradas em Machadinho d'Oeste se diferem de resultados de estudos que tratam a temática na Amazônia. Autores referência nos estudos sobre educação do campo (Arroyo; Caldart; Molina, 1998; Arroyo; Fernandes, 1999; Arroyo, 2004, 2012; Caldart, 2004, 2012; Hage, 2011, 2014) tratam a temática atribuindo muitas das mudanças que ocorrem nas escolas à vontade política local e às políticas orientadas por organismos externos, tais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional-FMI ou mesmo a grupos regionais que se beneficiam da política do transporte escolar.

Diante disso, a presente análise busca, a partir da documentação disponível, desde a implantação do PA Machadinho e os dados coletados junto aos pequenos agricultores nas linhas MA-16 e adjacentes e linha RO-133 e adjacentes, reconstruir o percurso desde o fechamento das Escolas Multisseriadas, à sua substituição pelas Escolas Polo e o funcionamento destas até o presente momento. De posse de um referencial teórico-analítico composto pelas teorias das frentes (Martins, 1980, 1981 e 1996) e dinâmica inovativa (Costa, 2000), analisa-se como as mudanças na atividade

produtiva impactaram o desenvolvimento da região e implicaram o funcionamento da escola rural.

Esta seção tem por objetivo analisar os impactos educacionais/pedagógicos e sociais/econômicos representados pela substituição da Escola Multisseriada pelas Escolas Polo no município de Machadinho d'Oeste-RO. Assim, o texto está dividido em duas subseções: a primeira, analisa a expansão do capitalismo no campo em Machadinho d'Oeste e as principais alterações provocadas na bases empíricas, destacando os fatores determinantes da produção local e as principais causas das mudanças pela ótica das teorias da frentes e dinâmica inovativa; a segunda verifica os impactos dessas mudanças nas políticas educacionais no meio rural, confrontando a qualidade de ambas escolas, multisseriada e polo, para se determinar qual modelo é menos prejudicial aos filhos dos pequenos agricultores.

6.1 As teorias da fronteira frente à expansão do capitalismo no campo

Ao caracterizar a ocupação socioeconômica de Machadinho d'Oeste do ponto de vista empírico, pode-se afirmar que essa se deu em meio intenso ao processo de migração interna e externa (Sydenstricker,1992). Esse movimento migratório resultado da busca por terras pelos pequenos agricultores que se instalaram na região consolidou Machadinho d'Oeste como município do estado de Rondônia (Oliveira, 2010).

A partir desses movimentos migratórios, dos resultados da observação participante e coleta de dados na base empírica, essa subseção terá como ponto central de discussão a ocupação na fronteira. Diante do exposto, pergunta-se: qual teoria da fronteira influenciou a ocupação local e qual seu resultado na política educacional rural em Machadinho d'Oeste? Haja vista a ocupação nessa região ser parte de um dos vários projetos de colonização advindos do PIN (Oliveira, 2010), a forma como essa foi realizada fugiu à lógica de projetos como o Marechal Dutra e Burareiro (Maciel, 2004).

Desse modo, para analisar a ocupação em Machadinho d'Oeste e os seus desdobramentos, partir-se-á de duas teorias da fronteira fundamentadas no marxismo. Embora essas duas teorias sejam antagônicas, são elas que darão sustentação a análise por estarem na base das relações de produção do campesinato. O desafio aqui está em mostrar se a ocupação na região sofreu maior influência de uma ou de outra.

A primeira, conhecida como teoria das frentes, é sustentada por diversos autores, dentre esses Jose de Souza Martins descreve esse movimento por duas frentes: a de expansão e a pioneira. Ao demonstrar a diferença entre essas frentes, Martins (1981, p. 114) aponta que:

[...] Há, portanto, uma significativa diferença entre a realidade que pode ser definida como frente pioneira e a que pode ser definida como frente de expansão. Com as exceções que tem surgido cada vez mais nos últimos anos, a frente de expansão é o movimento social que se desenrola naquele espaço móvel que se situa entre o território já ocupado empresarialmente, por grandes fazendas, por uma agricultura organizada em bases modernas, por cidades, por uma infraestrutura de circulação já determinada pela produção e comercialização da mercadoria, que é a frente pioneira, e os territórios tribais.

Observa-se que Martins deixa claro que há exceções e o caso de Rondônia como demonstrado por Maciel (2004) é uma delas. O modelo de campesinato que se produziu por aqui se difere de outros encontrados na Amazônia pela sua forte relação com o mercado, modo de produção racionalizado e mudança na atividade produtiva, de acordo com as demandas externas (Maciel, 2004). Aqui, a frente de expansão como descreve Martins (1980, 1981 e 1996) que teria a função de avançar sobre os territórios tribais, teve o aval do Estado avançando em áreas que em tese seriam destinadas para fins agrícolas.

Nesse sentido, a teoria das frentes como forma explicativa da realidade campesina em Machadinho d'Oeste perde o seu alcance, haja vista que o colono que se instalou na região já trazia consigo uma lógica distinta do camponês tradicional. A partir desta constatação, pergunta-se: se a teoria das frentes não consegue explicar a ocupação em Machadinho d'Oeste, que outra teoria explicaria essa realidade?

A resposta a essa pergunta só pode ser encontrada na segunda teoria que – embora parta da mesma vertente epistemológica, o marxismo – procura contrapor a teoria das frentes, para mostrar o movimento de resistência camponesa e permanência no campo pela superação da frente de expansão.

Para tanto, Costa (2000), analisando a ocupação camponesa em Capitão Poço no Pará, e Maciel (2004), averiguando a ocupação camponesa no estado de Rondônia, mostram como a dinâmica inovativa como diversificação da atividade produtiva, permitiu ao camponês resistir a partir da integração com o mercado consumidor local e regional. Essa contraposição ao avanço das frentes de expansão

explica por que a frente pioneira não se consolida como apresentada por Martins (1980; 1981 e 1996), com o seu processo de expulsão dos camponeses.

Entretanto, se a dinâmica inovativa influenciou ou não a permanência dos pequenos agricultores de Machadinho d'Oeste, os dados coletados nas duas bases empíricas da pesquisa poderão confirmar essa hipótese. Em vista disso, não se poderá avançar sem antes, esclarecer os conceitos de unidade camponesa, pois é a partir desse que se observou a realidade investigada.

Vale ressaltar, a princípio, que a análise da unidade camponesa tem a sua definição conceitual determinada pelos estudos sobre campesinato (Chayanov, 1974, 1981; Costa, 2000; Maciel, 2004). Nesses, a unidade camponesa é formada por famílias camponesas. Costa (2000, p. 107) define a família camponesa como aquela:

[...] que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação

Essa definição de família camponesa está fundamentada na teoria do campesinato chayanoviana, da qual decorre que as necessidades reprodutivas da família na relação produção e consumo são centrais para a tomada de decisão, quanto à produção e reprodução familiar camponesa. Entretanto, quando se trata dos sistemas produtivos e reprodutivos do campesinato do século XXI, percebe-se que essas mudanças são resultado direto da influência do modo capitalista de produção e do seu avanço no campo.

Em primeira análise, o modelo de campesinato encontrado em Machadinho d'Oeste guarda semelhanças ao encontrado por Maciel (2004, p. 225), em Rondônia, em que “[...] no espaço novo de Rondônia, surgiu um tipo de campesinato que, praticamente, não tomou conhecimento da fase de subsistência da agricultura”. Guardadas as devidas proporções, a fase da agricultura de subsistência com as culturas temporárias em Machadinho d'Oeste, conforme apresentado na seção 4, se concentrou em áreas do projeto inicial e foi sendo substituída no curto espaço de tempo pelas culturas permanentes e, posteriormente, pela pecuária.

A exemplo disso, a fase das lavouras temporárias teve o seu auge na fase inicial da ocupação no período compreendido entre 1986 e 1991. Paralelamente a esse período, conforme dados do censo agropecuário, as lavouras temporárias dão lugar as lavouras permanentes (vide a Tabela 10). Os dados desse período mostram

como a área plantada em café – lavoura permanente a qual teve 5.993 ha plantados de acordo com o censo – supera a área plantada em arroz – lavoura temporária a qual teve 4.740 ha plantados, de acordo com o censo de 1995/96.

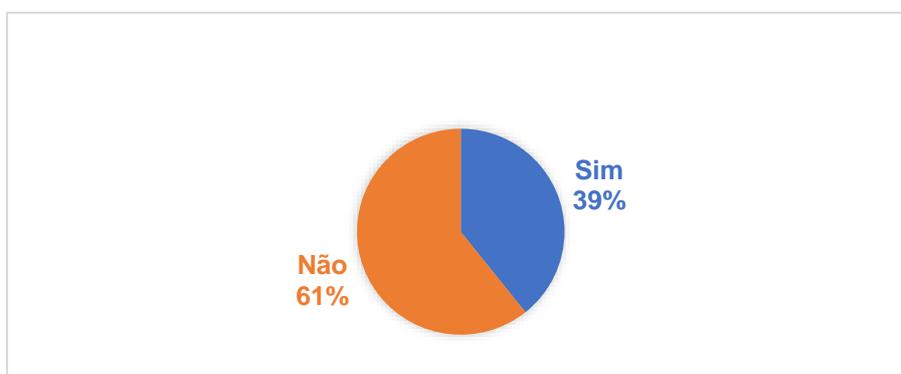
Além do arroz, um dos principais produtos plantados no período inicial da ocupação, o milho, o feijão e a mandioca também ocuparam lugar de destaque na produção agrícola nesta fase. Já dentre as lavouras permanentes, o café, o cacau, a banana e o urucum foram as culturas que deram o tom na diversificação da atividade produtiva. No entanto, qual seria o fator determinante desta diversificação da atividade produtiva? A migração para Machadinho d'Oeste influencia na forma como se avança das culturas temporárias para as permanentes, promovendo a sua substituição?

Na fase inicial da ocupação, como não havia além das culturas temporárias outras formas de renda, muitos pequenos agricultores aproveitavam as áreas de mata, inclusive das reservas para praticar o extrativismo.

Nessas se fazia a coleta de castanhas, a extração da madeira do lote e a extração da borracha. Como lembrado por um pequeno agricultor “naquela época, acho que era em 89 ou 90 para fazer um dinheiro íamos cortar seringa, eu odiava, já que ainda pequeno ia com meu pai e tinha que carregar nas costas os sacos com a borracha” (Diário de campo, 2022).

A necessidade de fonte de renda extra faz com que o camponês/pequeno agricultor de Machadinho d'Oeste esteja integrado diretamente às relações de mercado capitalistas. Essa necessidade é advinda da origem migratória antes de chegar a Machadinho d'Oeste e assumir o lote. Em parte, essa relação decorre do contato de parte desses pequenos agricultores com o meio urbano antes da chegada ao lote e a influência desse.

Gráfico 19 – Profissões antes da atual



Fonte: Dados da pesquisa de campo - *survey* multifatorial (2022)

Como comprovado nos dados empíricos em que 39% dos entrevistados tiveram outras profissões fora da agricultura, observou-se que essas profissões decorriam do constante fluxo migratório dessas famílias, em que até chegar ao lote, um longo caminho havia sido percorrido pelo chefe da família, levando-o a exercerem profissões outras que não a agricultura.

Como se vê nas afirmações sobre as profissões antes da atividade no lote, muitos desses pequenos agricultores exerceram atividades como de ajudante de padaria, operador de máquina, cobrador de ônibus, técnico em enfermagem, encarregado de limpeza, auxiliar administrativo, vaqueiro, operador de torno mecânico, montador, vidraceiro, caixa de supermercado e marceneiro. Todas essas atividades do terceiro setor da economia exigiam baixo nível de escolaridade. Esse contexto ajuda a entender a necessidade dos camponeses em ter uma renda extra, para além da renda com o produto excedente das lavouras temporárias.

Desse modo, pode-se enumerar como fator determinante na diversificação da atividade produtiva, a necessidade de uma renda extra para manutenção da unidade familiar camponesa em Machadinho d'Oeste. Isso ocorre, pois ao contrário do camponês tradicional, o colono/pequeno agricultor não tem a mesma paciência e desde o início procurava aumentar os ganhos, a fim de garantir uma poupança com a produção da lavoura.

Num primeiro momento, essa renda extra foi garantida pela exploração do extrativismo vegetal, com a coleta da castanha, corte da seringa e venda da madeira de lei para a abertura da propriedade. Num segundo momento, entra em cena além do extrativismo vegetal e a produção do setor hortifrutigranjeiro, com o incentivo a feira dos produtores rurais, inicialmente realizada na rua em frente à prefeitura, hoje feita em local próprio. Todo esse modelo com a negociação direta entre produtor e consumidor no mercado local.

Em segundo lugar, isso é necessário para se entender como a migração para Machadinho d'Oeste influencia na forma como se avança as culturas temporárias para as permanentes, promovendo a sua substituição. É necessário entender que migrante foi esse que se fixou na região.

Na região de Ariquemes e Monte Negro se encontraram um maior quantitativo de mineiros e paranaenses quanto à imigração por naturalidade, conforme ressalta Maciel (2004, p. 141). Em Machadinho d'Oeste se encontraram, de acordo com os dados coletados em campo na base empírica 1, um maior quantitativo de mineiros e

capixabas, somando um total de 50% dos ocupantes que declararam o seu local de nascimento.

Esses dados embora guardem proximidade quanto a origem dos ocupantes de terra em Machadinho d'Oeste (Miranda, 1987), apontam para um deslocamento diferente do encontrado em outras partes do estado de Rondônia, em que os deslocamentos eram realizados no sentido Oeste do Paraná para Rondônia (Maciel, 2004). Esse movimento em Machadinho d'Oeste ocorreu de duas formas. Primeiro, uma parada em municípios com melhor infraestrutura como Ouro Preto d'Oeste, Ji-Paraná e Jaru, depois a mudança para Machadinho d'Oeste (Diário de campo, 2022). Assim, os pequenos agricultores que chegaram na região já possuíam uma estrutura mínima para se manterem durante o período de abertura do lote.

De outro lado, um dado sobre migração chamou atenção, já que na base empírica 2, região ocupada com assentamentos da reforma agrária a partir de 1992, encontrou-se um fenômeno de migração interna, os dados mostram um maior quantitativo de chefes de família nascidos em Rondônia, inclusive de nascidos em Machadinho d'Oeste. A isso, Barros (2017, p. 82) atribui, em parte, por ser essa:

[...] uma região de fronteira agrícola que recebeu um volume significativo de migrantes vindas de distintas áreas do país e, depois de mais de 30 anos de existência, pode ser considerada uma fronteira praticamente consolidada, passando por diversas fases de evolução. Desse modo, é possível ter um panorama temporal relativamente longo de histórias a serem investigadas.

Ao tratar a região como fronteira praticamente consolidada, Barros (2017), no seu estudo sobre as estratégias reprodutivas na fronteira, trabalha com o conceito de evolução da fronteira, tomando como parâmetro quatro estágio evolutivos da fronteira: o do pioneiro, a comercialização, o abandono e a consolidação (Barros, 2017, p. 31-32).

Diferentemente de Sydenstricker (1990 e 1992), que utiliza da abordagem regional da fronteira de Sawyer (1984), e de Barros (2017), que aborda as relações na fronteira a partir evolução da fronteira de Henkel (1982), o conjunto teórico com o qual se analisa a fronteira aqui leva em consideração as contradições presentes no interior da sociedade capitalista, na qual a propriedade da terra e a sua capitalização pelo trabalho investido são as bases para a elevação dos conflitos existentes (Ianni, 1979, 1981; Martins, 1980).

No caso de Machadinho d'Oeste, embora a ação governamental intermediada pelo INCRA tenha amenizado esses conflitos, esses continuam a ocorrer, seja com a exploração de áreas de preservação ambiental como as reservas destinadas a serem corredores para a fauna na região. Isso se reflete nas negociações de terras, na qual antigos moradores vendem os seus lotes em regiões mais afastadas e compram na linha principal. Ademais, isso acontece com aqueles que venderam as suas terras menores em municípios como Mirante da Serra, Jaru, Theobroma e Vale do Anari para ampliar a sua área na região de Machadinho d'Oeste, devido aos preços por hectare serem mais baratos.

Evidentemente, o fluxo migratório modifica o espaço local, pois famílias já dispendo de recursos financeiros e tecnológicos trazidos de outras regiões, conseguem fazer investimentos que outras famílias antigas não conseguem. Isso faz também crescer a demanda por infraestrutura viária, educação e saúde. A demanda por infraestrutura viária apareceu constantemente nas conversas com os moradores, que quando confrontados sobre melhora no local citavam, em primeiro lugar, a condição das estradas, em segundo lugar, os serviços de saúde e em terceiro a demanda por educação.

As determinações impostas pela atividade produtiva agrícola estão no cerne dessa mudança. Dessa forma, é necessário elencar que fatores socioeconômicos foram determinantes para a passagem das lavouras temporárias às permanentes, para a pecuária, em especial, a pecuária leiteira. Dentre os fatores determinantes, elencou-se três, são eles: infraestrutura, comércio e serviços.

O conceito de infraestrutura como fator determinante para a passagem de um estágio econômico a outro em como fundamento a noção segundo a qual, em certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então (Marx, 2008, p. 47).

É esse conjunto das forças produtivas que forma a infraestrutura, portanto, a sua análise não pode se abster à verificação das características promotoras do desenvolvimento econômico de uma dada região.

Dessa maneira, a infraestrutura em Machadinho d'Oeste desde a criação do município pouco se desenvolveu para melhorar as condições de vida dos seus habitantes. Prova disso é que a décadas os pequenos agricultores reclamam das

condições precárias da malha viária local e sua baixa manutenção e essas estradas, a depender da gestão, passam até dois anos ou mais sem manutenção (patrolamento). Ademais, a cidade sofre da mesma forma com a falta de manutenção das vias, precariedade nos serviços de água e luz.

Cabe ressaltar que esse fenômeno está diretamente relacionado à forma como a colonização integrada é concebida, mesmo sendo planejada como num modelo de integração a partir de um *continuum urbano-rural*, em que os núcleos urbanos seriam espaços nos quais se disporia de melhores equipamentos para dar condições dignas aos seus ocupantes (Maciel, 2004, p. 21). Verifica-se que o município tem o seu desenvolvimento total inibido pela forma como o desenvolvimento regional se configura na prática.

Alguns fatores internos nos dão a dimensão desse problema infraestrutural. Destaca-se entre esses, o difícil escoamento da produção e a baixa produtividade dos solos. Esses estão entre as causas que fizeram os pequenos agricultores migrarem das lavouras permanentes para a pecuária leiteira.

Um dos entraves ao desenvolvimento de Machadinho d'Oeste está relacionado à sua complexa malha viária, que possui, aproximadamente, 2.000,00 km de estradas entre vias municipais e estaduais⁵⁸. Esse quantitativo de quilômetros de estradas é parte da justificativa dos governos municipais para a baixa manutenção nas estradas vicinais, que são as vias pelas quais a produção agropecuária chega ao mercado. Assim, as distâncias e as condições das estradas são um fator de interferência não só para o desenvolvimento econômico, mas também na oferta de educação aos filhos dos pequenos agricultores.

O segundo fator está relacionado ao comércio local, haja vista que esse sempre exerceu objetivamente o poder sobre a produção, inclusive à sua estocagem e distribuição. Após as frustradas operações dos CIBRAZENS, as beneficiadoras de arroz e café exerceram influência direta no comércio local.

Houve também durante um período o funcionamento do sistema de cooperativa. Essa proporcionou aos pequenos agricultores produtores de café e cacau a possibilidade de esperar melhores preços para efetuarem a sua venda. Nesse

⁵⁸ Os dados sobre a Malha Viária de Machadinho d'Oeste estão disponíveis nos anexos desta tese e também podem ser localizados na plataforma do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM, em: <https://panorama.sipam.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/search?any=machadinho%20d'oste>. Acesso em: 30 nov. 2023.

período, a diversificação na produção permitia aos pequenos agricultores esperar melhores preços, para isso outros produtos com safras periódicas como o cacau e o guaraná davam fôlego aos pequenos agricultores, possibilitando uma diminuição dos valores na venda do café, por exemplo.

O café, durante um bom período, ocupou lugar de destaque na produção agrícola em Machadinho d'Oeste. Estudos realizados por Marcolan e Espindola (2015) mostram que a produção cafeeira sempre teve lugar de destaque, tanto que de acordo com os dados de 2014, o município figura como o 4º maior produtor de café do estado de Rondônia, atrás apenas de Cacoal, Alta Floresta d'Oeste e São Miguel do Guaporé (Marcolan e Espindola, 2015, p. 30-31).

Além do café e outros produtos agrícolas, como o cacau e o urucum, o setor madeireiro foi e continua sendo importante para a região. No início da ocupação, a extração da madeira foi utilizada pelos pequenos agricultores para ajudar na abertura da propriedade e na sobrevivência das famílias.

Embora o volume da produção de café, cacau, urucum e da própria extração madeireira tenha diminuído, Machadinho d'Oeste continua ocupando lugar de destaque na produção agropecuária, em Rondônia. Porém, além do avançado processo de pecuarização mais ao Sul do município, a oeste no eixo da RO-257 e trecho da RO-133, as lavouras de soja tomam cada vez mais conta da paisagem, o que é um indicativo de avanço do agronegócio na região.

Figura 11 – Plantação de soja ao longo da RO-133



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2022)

O terceiro fator, no qual se encontra o setor de serviços e a sua rede formada por pequenos comerciantes, o funcionalismo público municipal, estadual e federal, há empreendedores, autônomos e aposentados. Esse representa um importante espaço para o comércio local. De acordo com os dados do IBGE (2022) sobre trabalho e rendimento, a renda média mensal em Machadinho d'Oeste é de 1,9 salários mínimos e a população ocupada representa 8,8% da população total e 44,5% da população apresenta rendimento médio de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Esses dados confrontados com o PIB per capita de R\$ 17.136,50, mostram como as desigualdades na distribuição da riqueza produzida em Machadinho d'Oeste, Rondônia e de outros estados da região Norte se caracterizam.

Os três fatores descritos acima mostram como a atividade socioeconômica de Machadinho d'Oeste sofre com os problemas referentes à malha viária precarizada, que prejudica o escoamento da produção de grãos e a produção leiteira. A baixa inserção tecnológica do comércio local impõe desafios a serem superados, como a adesão a tecnologias mais avançadas, o que interfere nos serviços de educação e saúde.

As dificuldades locais para se inserir no paradigma tecnológico são visíveis, haja vista que a atividade econômica tem se configurado em dois eixos básicos: a produção de primária e a produção num setor de serviços de baixo impacto tecnológico.

Essa dificuldade de inserção não é específica de Machadinho d'Oeste, mas da Amazônia e das suas particularidades. Nesse aspecto, Maciel (2009, p. 73) explica que:

Por essas características não se pode falar da Amazônia, em se tratando de desenvolvimento, como se fosse uma região homogênea; antes, pelo contrário, sob a unidade das características físico-ecológicas da região, há uma diversidade social e econômica, cujas especificidades são as janelas de oportunidades do desenvolvimento regional.

A propósito, Maciel (2009) aponta como caminhos para a superação do paradigma fordista, o investimento em Ciência e Tecnologia (C&T). Ao que nos parece, conforme observado, essa é uma das dificuldades dos pequenos agricultores de Machadinho d'Oeste e do próprio comércio local. A superação desse problema, expresso na observação participante com os pequenos agricultores nas linhas, parece ser o campo mais desafiador.

Embora esses tenham alterado a atividade produtiva como forma de resistir e permanecer no campo, saindo das culturas temporárias para as culturas permanentes e, posteriormente, das permanentes para a pecuária leiteira, essa produção se concentra num campo primário, pois a ausência de agroindústrias para a produção de queijos e outros derivados do leite é um indicativo do baixo investimento tecnológico. Nas propriedades pesquisadas, embora se produza o leite, esse segue todo para a venda para os laticínios instalados fora do município.

O mesmo acontece com a venda do gado, já que os grandes frigoríficos compram o gado na região daqueles produtores em melhores condições econômicas⁵⁹ e transportam de lá para os municípios onde esses estão instalados. Assim, Machadinho d'Oeste se caracteriza como um produtor primário, que serve à indústria localizada em outros municípios do estado. Pelo que se pode acompanhar, o mesmo destino tem sido dado a produção de café.

O setor de serviços de saúde e educação possui uma estrutura básica e precarizada, necessitando os seus moradores a recorrerem a melhores serviços nos municípios vizinhos ou mesmo na capital Porto Velho. Ainda que tenha passado por melhorias nos últimos anos, esse setor sofre com os efeitos da produção primária e a baixa inserção tecnológica.

Na produção de leite em Machadinho d'Oeste, alguns pontos da observação em campo chamaram atenção. O primeiro é relacionado à organização dos pequenos agricultores na coleta e armazenamento em tanques de refrigeração, em que existe um sistema de aluguel no qual um permite que o outro não participante da aquisição do tanque possa armazenar o leite, dando ao proprietário uma porcentagem em leite. O segundo se relaciona a comercialização da matéria prima que é transportada para fora do município, uma vez que o laticínio local não realiza mais o processamento da matéria-prima.

Essa logística, benéfica ao capital, em especial ao setor secundário da economia, impacta diretamente municípios que não investiram em C&T para superar essa condição de produtor primário. Antes com laticínios locais toda a produção era

⁵⁹ Isso é explicado pela dinâmica interna local, em que pequenos agricultores vendem as suas rezes àqueles agricultores (produtores rurais) que possuem reservas específicas (poupança) para esse comércio. Assim, esse produtor compra o gado por um preço da arroba abaixo, pois paga à vista, e fatura com a venda desse mesmo gado no curto espaço de tempo. É a partir desta lógica que as relações socioeconômicas local se configuram, uma vez que, a arroba do boi tem o seu preço atrelado ao mercado.

direcionada a sede do município e havia uma geração de empregos local, com a criação de polos agroindustriais e o avanço do novo modelo de negócios, essa dinâmica muda e o município de Machadinho d'Oeste deixa de ter esses benefícios.

Nas conversas com pequenos agricultores, ao tratar da temática da produção de leite, muitos relataram que no antigo sistema havia atrasos no pagamento do leite e nesse não. Observou-se que as empresas levaram suas sedes para outros municípios, pois nesses, a logística é benéfica para produção, armazenamento e distribuição. Desse modo, pode-se afirmar que as vantagens comparativas neste campo do setor produtivo levaram a um sistema de polos industriais, visando o lucro dessas empresas.

O conceito de vantagem comparativa tem a sua origem na teoria econômica ricardiana. Criado para contrapor o conceito de vantagem absoluta de Adam Smith, parte-se da demanda na produção de alimentos para explicar como ocorre a concorrência entre países na produção e na distribuição de alimentos. Ao elencar as características essenciais que podem afetar as vantagens comparativas entre países na sua relação comercial, explica-se o nível de eficiência de um país em relação ao outro e como essa eficiência mesmo sendo menor não impede que este concorra com certa vantagem com o outro (Siqueira; Pinha, 2011, p. 8 - 9).

Ao explicar os elementos característicos da vantagem comparativa e os efeitos destrutivos das interferências externas, Ricardo (1996, p. 191) analisa que:

[...] um novo imposto pode destruir também as vantagens comparativas que um país possuía anteriormente na fabricação de uma determinada mercadoria, ou os efeitos da guerra podem elevar tanto os fretes e os seguros dos transportes que tornam impossível sustentar a concorrência com os produtos manufaturados produzidos no país onde antes se exportava. Em todos esses casos, aqueles que se dedicarem a produzir tais mercadorias sofrerão dificuldades consideráveis e terão sem dúvida alguns prejuízos, e tais efeitos serão sentidos não somente no momento das alterações, mas também em todo o intervalo durante o qual os capitais e a mão-de-obra de que eles dispõem estiverem sendo transferidos de uma atividade para outra.

Embora a teoria clássica trate as vantagens comparativas na relação entre países que possuem relações comerciais entre si, no nível micro essa relação entre municípios também ocorre, haja vista a concorrência entre esses na luta por fixar empresas no seu território para a geração de empregos e busca pela ampliação da sua base comercial.

Os fatores analisados explicam como a mudança na atividade camponesa vai sendo moldada pelas condições externas. Desse modo, a resistência no campo só é possibilitada por uma diversificação na produção no período das lavouras permanentes e, posteriormente, volta-se a uma produção especializada, na qual a pecuária leiteira passa a ocupar maior espaço da atividade dos pequenos agricultores.

Ademais, questiona-se: quais foram as mudanças ocorridas na atividade camponesa na região de Machadinho d'Oeste? Quais são as causas que levaram a tais mudanças? A questão proposta suscita quatro eixos de pelos quais se pode chegar a uma guisa conclusiva. O primeiro tem a sua causa na diminuição da mão de obra familiar provocada pelos deslocamentos dos filhos em busca de outras oportunidades; o segundo tem a sua causa na variação nos preços dos produtos agrícolas ao longo dos anos; o terceiro se relaciona ao baixo investimento em tecnologia na produção agrícola e o quarto concerne à necessidade de investir em atividade mais rentável e demanda de mão de obra menor.

Uma das características da família camponesa está relacionada ao seu tamanho, já que toda mão de obra familiar é empregada nas atividades referentes à produção agrícola. Isso inclui a mão de obra das crianças, que dispõem da sua força de trabalho em diversas atividades, tais como: tratamento da criação, apartação do gado, ordenha de vacas, colheita de café, entre outras.

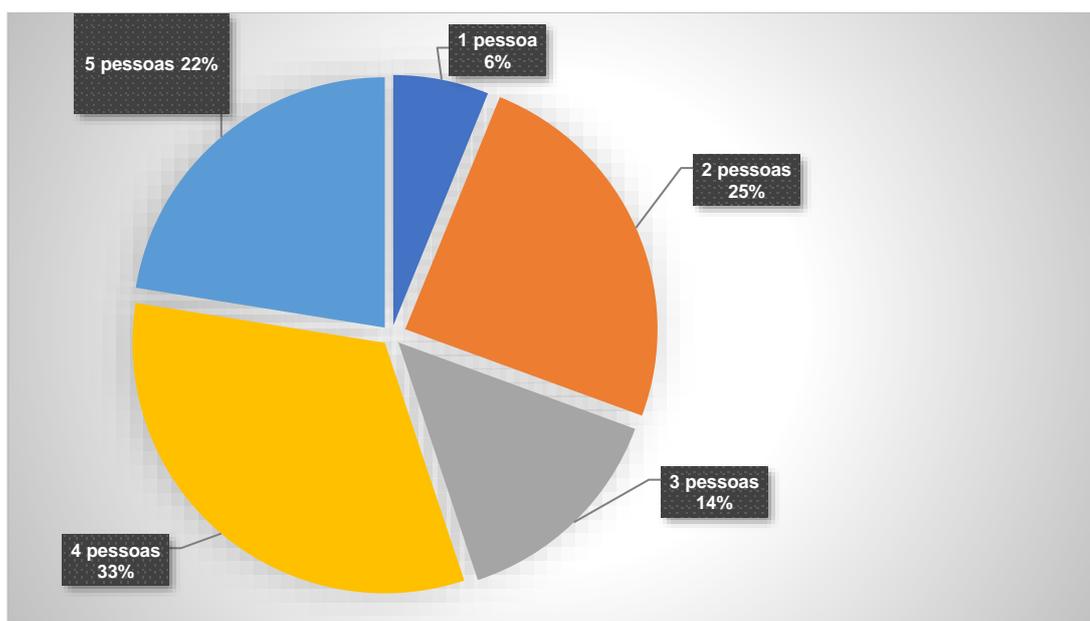
Com a modernização, alguns itens utilizados no meio urbano passaram a fazer parte do cotidiano dos pequenos agricultores, como o fogão a gás. Dessa forma, a coleta de lenha passou a ser atividade esporádica entre essas famílias. O acesso à internet também possibilitou a aproximação desses com as notícias sobre o mercado consumidor, preços da arroba do boi, do leite que eram encontrados apenas no comércio local ou pelo rádio.

Como observado, a composição familiar na região vem se alterando ano a ano, seja pelo envelhecimento da população local, ou pelo baixo número de membros da família. No seu estudo no início da ocupação, Miranda (1987, p. 22) apresenta o seguinte panorama na região do PA Machadinho:

[...] os colonos em sua maioria (70%) dedicam-se integralmente as suas propriedades. Eles não possuem outra mão de obra na propriedade além de familiar (94%), composta no total por cerca de 5 pessoas das quais, em 79% dos casos somente 3 no máximo poderiam ser considerados ativos agrícolas.

Conforme se pode comprovar com os dados coletados, a composição familiar atual nas bases da pesquisa da área rural de Machadinho d'Oeste se encontra em estágio de decréscimo. Se no período da ocupação havia poucas famílias numerosas, pode-se afirmar agora que essas desapareceram. Os dados mostram uma composição familiar não maior que cinco pessoas por família, o que indica a diminuição na mão de obra familiar.

Gráfico 20 – Composição familiar nas bases 1 e 2 da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa de campo – *survey multifatorial* (2022)

Essas mudanças são resultado direto da pecuarização que tem avançado na linha MA-16 e adjacentes e na RO-133 e adjacentes. Nas propriedades, os pequenos agricultores trocaram suas lavouras de café pelo pasto e passaram a criar o gado leiteiro. Como se pode ver, embora a soma das famílias que possuem 5 e 4 pessoas ultrapasse os 50%, verifica-se que há quantidades significativas de famílias com 3, 2 e 1 pessoas. Isso reflete não só na produção, mas também na escola, já que famílias menores indicam menos crianças e, portanto, menos alunos matriculados.

É visível como essa dinâmica afeta também as relações de trabalho, fazendo com que haja um conjunto de trabalhadores disponíveis para o trabalho em outras propriedades. Desse modo, aqueles trabalhadores rurais que moram em pequenas propriedades destinam a sua força de trabalho para os produtores rurais que pagam pelos seus serviços, como roçagem de pasto, cercamento e divisões de pastagens, aceiros, serragem de madeira de cerca, ordenha, entre outras atividades.

A explicação para as mudanças encontra respaldo na teoria da dinâmica inovativa, já que os pequenos agricultores que conseguiram resistir e inovar nas suas propriedades, superando o estado de crise, alteraram o seu padrão reprodutivo, promovendo um salto qualitativo (Costa, 2000, p. 114-115). Esse não só lhes permitiu avançar e fugir a lógica das frentes, como lhes possibilitou alcançar uma nova posição, fugindo da condição de expropriados (Martins, 1980, p. 56).

O caso do camponês que ocupou as terras rondonienses é explicado por Maciel (2004, p. 237-238) a partir de duas particularidades:

[...] a primeira diz respeito ao fato de que as crises enfrentadas pelo sistema não é uma crise interna, mas externa (de mercado); a segunda ao fato de que a propensão ao investimento não é um estado conjuntural mediante uma crise, é um estado-fim, uma finalidade reprodutiva, que se constitui como filosofia de vida, um modo através do qual uma lógica da reprodução camponesa se constitui. Desse modo, a propensão ao investimento se manifesta de duas maneiras: face ao endividamento como tensão reprodutiva; face à poupança (termo ao qual substituiria por investimento) como motivação reprodutiva.

Isso explica como os pequenos agricultores do município de Machadinho d'Oeste conseguiram ultrapassar pela dinâmica inovativa, a condição camponesa tradicional, assim como os camponeses rondonienses. A superação dessa condição faz com que se altere não só a paisagem natural, mas também o modelo educacional, haja vista que em dado momento a escola multisseriada perde o sentido de ser para esses camponeses. Assim, eles passam a reivindicar um modelo de escola que atenda as demandas familiares, sem deixar de lado as exigências de um mercado consumidor em transformação.

Durante aplicação do *survey* multifatorial, quando solicitadas opiniões sobre o que esperar para o futuro dos filhos na agricultura e no município, as respostas dos pequenos agricultores abordavam duas questões principais: a primeira de caráter econômico e a segunda de cunho educacional a ser abordada adiante.

Nos deteremos na questão econômica para a abordagem do segundo fator, que teria como causa a variação nos preços da produção agrícola como força motriz para as mudanças na atividade produtiva.

A variação nos preços dos produtos agrícolas é um dos fatores que aflige os pequenos agricultores, a fase de incerteza quanto a variação nos preços de produtos como o café, a arroba do boi, o milho, feijão, cacau e outros produtos gera expectativas que fogem ao seu domínio, embora esse já esteja acostumado a tal

expectativa, uma vez que depende das condições naturais de chuvas no tempo certo e estiagem para realização da sua atividade agrícola.

As incertezas criadas no interior da pequena propriedade rural e a necessidade de injeção de recursos para continuar produzindo, leva à insegurança e, conseqüente, à diminuição de áreas plantadas. Uma vez que não há financiamentos para a produção, o pequeno agricultor se vê obrigado a diminuir os riscos, diminuindo a área plantada, ou plantando outro produto melhor cotado no mercado.

Costa (2000, p. 119), ao apontar as estratégias de diversificação nas unidades camponesas, explica como encontrou

[...] situações tendentes à especialização (trajetória T1@T3) quando os riscos da instabilidade a ela associada são reduzidos por condições externas às unidades produtivas, como as políticas de preços mínimos, seguros de safra, políticas de sustentação de rendas, etc. Isso ocorre em ambientes 'modernos'.

Nesse sentido, a variação nos preços é compensada por fatores externos como linhas de financiamento. No caso dos pequenos agricultores de Machadinho d'Oeste, essas linhas de financiamento são disponibilizadas pelos governos e seus planos agrícolas, via Banco da Amazônia e Banco do Brasil. Essa política de financiamento tem se mantido ao longo dos anos, porém, essa não é acessível a todas as propriedades da região devido a uma série de questões documentais, tais como a falta de títulos das propriedades. O fator relacionado à instabilidade de preços influencia numa tomada de decisão quanto aos investimentos, inclusive em tecnologia.

Desse modo, chegamos ao terceiro fator, que está relacionado ao baixo investimento em tecnologia na produção agrícola. Como encontrado na pesquisa de campo, os pequenos agricultores possuem utensílios e ferramentas que lhes permitem uma condição mínima de uso tecnológico na propriedade. Isso impacta diretamente no investimento, além de influenciar diretamente na produção.

Por exemplo, embora nas propriedades investigadas cerca de 72,91% possuam carro de passeio e 84,59% possuam moto, apenas duas dessas propriedades possuem trator com grade. Em outras três se encontrou apenas o trator conforme declarado pelos proprietários e confirmado *in loco*. Destaca-se que nessas cinco propriedades o acesso aos lotes ocorreu entre 1999 e 2022, significando que o proprietário já possuía o trator para o trabalho na propriedade anterior.

Além desse recurso tecnológico, observou-se que os pequenos agricultores adquiriram ao longo dos últimos anos outros equipamentos e implementos de baixa

tecnologia, tais como os pulverizadores motorizados utilizados para aspergir inseticidas, tanto para o controle de pragas quanto para o de ervas daninhas, motosserras e roçadeiras encontradas em todas as propriedades.

O quarto e último fator diz respeito a necessidade de investimentos em atividade mais rentável e de menor demanda de mão de obra. Embora neste estudo não se tenha coletado dados sobre a atividade pecuária na região, os dados descritos na seção 4 e a observação em campo permitem afirmar que a pecuária tem sido a atividade mais representativa e rentável da região.

Os pequenos agricultores têm optado pela pecuária leiteira pelo baixo investimento de mão de obra, já que os cuidados com o gado são realizados em determinadas horas do dia. Dessa maneira, isso pode ser feito até pelos adolescentes e as mulheres, já que o gado leiteiro é de um tipo relativamente dócil e de fácil lida. Assim, o tempo do chefe da família pode ser dedicado a outras atividades, dentro e fora da propriedade, como observado.

Entende-se, portanto, que os fatores apresentados foram determinantes para as mudanças na atividade camponesa como se verá a seguir e, conseqüentemente, para a mudança do modelo de escola rural ofertada aos filhos dos pequenos agricultores.

6.1.1 Determinantes das mudanças na atividade camponesa na região de Machadinho d'Oeste e os seus reflexos na política educacional

As mudanças ocorridas em qualquer atividade econômica é a base no contexto histórico para se entender o momento vivido por uma determinada sociedade ou mesmo uma determinada comunidade. As condições econômicas de um período, bem como as formas de produção da vida social e material, são indicadores que auxiliam a explicar a realidade e as suas mudanças mais significativas.

Convém ressaltar, a princípio, que de acordo com a fundamentação epistemológica a qual este autor se filia, parte-se da proposição de que são as relações socioeconômicas, em última instância, que determinam as políticas educacionais propostas pelo Estado burguês e não o seu oposto, como se tem difundido. Entende-se por relações socioeconômicas, todas as relações econômicas estabelecidas entre os homens, independentemente da sua consciência e vontade, e que tem como principal objetivo a produção e a reprodução da sua vida social (Marx, 1996).

Nesse contexto, advogando-se a tese de que as relações socioeconômicas são determinantes para a orientação da política educacional, pergunta-se: em que grau as mudanças ocorridas na atividade agrícola em Machadinho d'Oeste foram determinantes para o fechamento das escolas rurais multisseriadas e a criação de escolas polos? A resposta a essa questão tem como eixo balizador quatro determinantes: o primeiro concerne ao avanço do processo de pecuarização que ainda se encontra em expansão, por conseguinte, inicia-se nos anos 2000 e estende-se pela duas décadas do século XXI; o segundo diz respeito aos dados das matrículas disponibilizadas pela SEMED e a comparação das realidades encontradas na base 1 ao Sul da fronteira e na base 2 ao Norte da fronteira; o terceiro tange ao comparativo do tamanho das propriedades e o quarto evidencia o indicador tempo de chegada ao município.

Durante as observações realizadas, verificou-se que a realidade das áreas pesquisadas havia passado por uma grande mudança. Isso ocorreu nas linhas onde nas décadas de 1980 e 1990 até os anos 2000 havia um grande fluxo de ônibus transportando os pequenos agricultores, caminhões e caminhonetes, buscando produtos como café, cacau e guaraná.

Hoje se vivencia uma realidade totalmente diferente. Encontram-se, diariamente, trânsito de caminhonetes de luxo, carros de passeio e utilitários⁶⁰, além de motocicletas de baixa cilindrada⁶¹, bem com caminhões que transportam gado e leite.

Num primeiro momento, a percepção foi de que a realidade havia mudado. Se a realidade havia mudado, por que a escola não mudaria? Reconstruir essa trajetória foi o primeiro desafio proposto, pois esse seria o primeiro passo para se entender o quadro atual. Dessa forma, como seria possível explicar as determinações que levaram à extinção da escola multisseriada?

Fosse este um trabalho orientado por outra perspectiva epistemológica, a reconstrução passaria pela história oral, mas como encontrar esses sujeitos? Seguindo o caminho proposto pelo materialismo histórico-dialético, a resposta a essas

⁶⁰ Carros utilitários são modelos que têm capacidade de transportar pessoas e cargas ao mesmo tempo. Eles possuem várias versões com carroceria aberta, carroceria fechada, furgão e até SUV. No caso observado nas linhas MA-16 e adjacentes e na RO-133 e adjacentes, o modelo mais observado é o da Fiat Strada, além desse, há as caminhonetes Hilux.

⁶¹ São consideradas motos de baixa cilindrada as que possuem geralmente entre 50 e 150cc e são preferidas pelos pequenos agricultores devido à baixa manutenção e o baixo consumo de combustível, além de trafegarem bem por estradas de terra.

determinações foram verificadas na produção da vida social e material, portanto, nos dados socioeconômicos disponibilizados. Dessa forma, a fase das culturas permanentes é o ponto de partida para a explicação extinção da multisseriação e sua substituição pelas Escolas Polo.

A fase das culturas permanentes em Machadinho d'Oeste pode ser delimitada por um período que vai de meados dos anos 1990 a meados dos anos 2000. Os dados sobre a área plantada em café, principal produto dentre as culturas permanentes é um indicador que permite delimitar o período.

De acordo com a Tabela 10, a área plantada em café em 1995/96 era de 5.993 hectares. Em 2006, a área plantada em café começa a sofrer uma leve queda passando para 5.925 hectares plantados. Embora a queda seja considerada pequena, pode-se inferir que a pecuarização já dava sinais de avanço neste período, pois a área plantada em pastagens no município de Machadinho passava de 47.229 hectares, em 1995/96, para 157.275 hectares, em 2006.

A partir dos dados sobre a área plantada em pastagens, verifica-se que houve um forte investimento na pecuarização. Nesse mesmo período, aconteceu o fechamento da quase totalidade das 100 escolas multisseriadas do município, culminando com a criação de oito escolas polos num período de oito anos, conforme apresentado no quadro 4 sobre as Escolas Polo criadas entre o ano 2000 e 2007.

Seria impossível alcançar todas as Escolas Polo e verificar as condições de funcionamento de cada uma delas. Assim, dadas as distâncias, localização estratégica e as características da ocupação em cada período é que foram delimitadas as duas escolas e demarcado ao redor dessas um raio de 10 km para coleta de dados, como já exposto na seção 5. Cabe ressaltar, a princípio, que após a criação das quatro primeiras escolas polos, à medida que o modelo era aceito foram criando-se as demais unidades, já que os pequenos agricultores viam uma oportunidade de estudar os filhos e tê-los ajudado por um período na propriedade.

Observa-se que o fechamento das escolas multisseriadas e o avanço da polarização coincide com o período de crise⁶² das culturas permanentes. Isso pode

⁶² Pela teoria com a qual se analisa o objeto (Marx, 1996; Costa, 2000; Maciel, 2004), o período de crise é caracterizado pelo estágio máximo da produção e, no caso das lavouras permanentes, é determinado pela área plantada e pela produção por hectare. Em Machadinho d'Oeste, de acordo com os censos agropecuários de 1995/96, 2006 e 2017, a área plantada em café tem o seu ápice no ano de 1995/96, em 2006, há uma queda na área plantada e uma queda ainda maior na produção de toneladas por hectare.

ser verificado nos dados da produção das lavouras permanentes dos anos de 1995/96, 2006 e 2017.

Tabela 22 – Produção das lavouras permanentes no município de Machadinho d'Oeste em toneladas, Censo do IBGE - anos 1995/96, 2006, 2017

PRODUTO	CENSO		
	1995/96	2006	2017
Banana (<i>Mil Cachos</i>)	48	134	---
Banana (<i>Toneladas</i>)	---	--	209
Cacau (<i>Amêndoa</i>) (<i>Toneladas</i>)	123	41	4
Café Em Coco (<i>Toneladas</i>)	4.072	2.960	950
Guaraná (<i>Toneladas</i>)	14	12	12
Laranja (<i>Mil Frutos</i>)	289	12	0
Manga (<i>Mil Frutos</i>)	99	12	---
Tangerina, Bergamota E Mexerica (<i>Mil Frutos</i>)	78	-	--
Urucum (Sementes) (<i>Toneladas</i>)	10	10	29
Pimenta-Do-Reino (<i>Toneladas</i>)	-	5	4

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário ano 1995/96, 2006 e 2017

De acordo com os dados apresentados na seção 4 desta tese, houve na fase das lavouras temporárias a criação de 35 escolas rurais multisseriadas. No entanto, na fase das culturas permanentes houve a criação de 37 escolas rurais multisseriadas até o ano de 1993 e mais 33 escolas até o ano 2001. Observa-se que o total de escolas atendia a uma demanda das culturas permanentes, em especial o café, que teve a sua maior produção em 1995/96. O declínio na produção de café a partir de 2006 é um indicador de como as culturas permanentes perdem espaço e, com elas, a escola multisseriada.

Não é objetivo nosso defender o modelo educacional proposto, ao contrário, pretende-se apenas mostrar como as condições de oferta do modelo de escola rural tem relação direta com a produção agrícola do período. Haja vista que mesmo havendo uma diversificação da produção durante os anos, conforme se vê na tabela acima, essa não foi capaz de conter o avanço da pecuarização. A instabilidade nos preços do café no mercado consumidor externo, a baixa qualidade do café e outros produtos justificam tais mudanças, uma vez que o pequeno agricultor viu na pecuarização uma saída para não sucumbir e ultrapassar o estágio de crise.

Essa mudança socioeconômica impacta na escola multisseriada, que já não atendendo as demandas dos pequenos agricultores para a continuidade de estudos aos filhos, vê uma saída plausível na polarização. Isso era algo até então impensável

e impraticável no início da ocupação socioeconômica de Machadinho d'Oeste, mas que passa a ser uma necessidade a partir dos anos 2000.

Pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que a mudança na fase das culturas permanentes para a pecuarização teve forte impacto no fechamento de escolas rurais multisseriadas e a criação das chamadas escolas polos.

Primeiro, isso ocorre porque com a pecuarização, o dispêndio de mão de obra familiar diminui, conseqüentemente, diminui-se a necessidade de maior mão de obra para tocar a propriedade. Segundo, além da renda mensal com a venda do leite, os pequenos agricultores passam a depender menos de outras rendas, como acontecia na fase das lavouras permanentes. Terceiro, com a extinção das lavouras de café, diminui-se o trabalho de meeiros, trabalhadores rurais que se deslocavam para essas linhas com as suas famílias e ali trabalhavam durante o período de limpeza, colheita e secagem nos cafezais, portanto, os filhos desses meeiros e trabalhadores rurais usufruíam da escola multisseriada durante quase o ano todo.

Essas determinações necessitavam de um novo discurso para se promover o fechamento das escolas multisseriadas. Assim, sob a justificativa de ampliar a oferta do ensino para as séries finais do ensino fundamental e trazer inovação ao ensino no campo, os responsáveis pela gestão abdicam do modelo da multisseriação por considerá-lo a partir daquele momento ultrapassado. Parente (2014, p. 60) ao discutir as adjetivações ao termo multisseriação em nível internacional, destaca que:

A nomenclatura multisseriação está carregada de sentido negativo; é uma adjetivação que tem aprisionado o fazer-educativo, que tem limitado a prática pedagógica. Mais do que isso, é uma adjetivação que rotula, classifica e associa a multisseriação a um tipo de escola de baixa qualidade, fraca, difícil, trabalhosa, errada, isolada.

Desse modo, a escola multisseriada em Machadinho d'Oeste passa a ser um modelo que não atendia as demandas para o desenvolvimento econômico local. Era preciso apresentar um modelo com estrutura mínima que desse a sensação de inovação e que representasse mudança. Assim, opta-se por um modelo de escola polarizada, na qual seriam reunidas as crianças que até então estudavam no sistema multisseriado. Esse modelo foi implantado com base em experiências com a nucleação/polarização de escolas rurais já implementadas (Brandão; Frutuoso; Ângelo, 2004, p. 16), inclusive as Escolas Rurais Consolidadas (ERC) (Ramos, 1991, p. 21).

Assim, substituiu-se a multisseriação pela seriação e se abandona o turno parcial para um turno de sete horas três vezes por semana, até retornar ao turno parcial novamente como verificado *in loco*, tudo isso sem condições de infraestrutura e apoio pedagógico a professores e gestores.

Toda essa realidade não ficou passiva da crítica de parte considerável de pequenos agricultores e de professores que viam as condições de transporte a época e a infraestrutura predial como um entrave a continuidade das Escolas Polo. O modelo não só foi levado adiante, assim como se expandiu para outras partes do município de Machadinho d'Oeste, como apresentado no Quadro 13.

Diante dessa comprovação, uma segunda questão surge: seria o avanço da pecuarização na base de pesquisa 1 a determinante para o baixo quantitativo de alunos na escola Roberto Marinho? O que explicaria a escola Onofre Dias Lopes mesmo com uma visível pecuarização na região ainda possuir significativo quantitativo de alunos na base de pesquisa 2?

A primeira questão pode ser atribuída não somente ao fator pecuarização, mas também à falta de planejamento educacional, pois embora a Escola Polo Roberto Marinho esteja localizada a uma distância estratégica da zona urbana e numa linha de Malha Alimentadora (MA), houve falta de planejamento quanto à sua organização e estrutura. Enquanto as atividades agrícolas na região tinham como base uma diversificação produtiva, com culturas permanentes e pecuária leiteira, havia um fluxo maior de famílias e produtos sendo escoados. Desse modo, houve a necessidade não só de uma escola, mas de outras duas escolas.

Uma dessas escolas está situada a cerca de 15 km e pertence ao município de Vale do Anari. No seu período de maior movimento, chegou a atender um total de quase 150 crianças do 1º ao 9º ano. A outra escola uma das primeiras polos fica a aproximadamente 27 km da escola Roberto Marinho e atendia cerca de 150 alunos que se deslocavam do Assentamento Pedra Redonda e parte da linha MC-06.

Toda essa região nos últimos anos sofreu com o avanço da pecuarização e, conseqüentemente, as escolas polos que já usufruíram de estrutura básica com gestão, coordenação e orientação educacional, hoje dispõem apenas de um coordenador pedagógico que atende um conjunto de escolas. Isso ocorre tanto em nível de oferta da pré-escola e 1º ao 5º ano oferecido pela SEMED quanto de 6º a 9º ano e Ensino Médio ofertado pela SEDUC.

Na RO-133, onde se encontra localizada a Escola Polo Onofre Dias Lopes, a realidade é bem diferente, já que o quantitativo de alunos na pré-escola e 1º ao 5º ano tem se mantido, como para atender os alunos de 6º ao 9º ano e Ensino Médio foi construída uma nova escola no Núcleo Estrela Azul. As razões para a manutenção do quantitativo de alunos tanto na Escola Polo quanto na escola estadual recém-construída pode ser atribuída à ocupação da reforma agrária realizada a partir dos anos 1990.

O tamanho das propriedades que possuem em média 25 hectares a 40 hectares estão entre as causas para o elevado número de famílias presentes na região. Outro fator a destacar está relacionado a infraestrutura e logística dos assentamentos, já que há uma conexão entre as linhas, além do desenvolvimento no Núcleo Estrela Azul que nos últimos 20 anos cresceu de tal forma que lá se instalaram desde postos de combustíveis a casas agropecuárias, dentre outros comércios.

Ao contrário da área demarcada do início da ocupação no PA Machadinho em que os lotes faziam fundo com as reservas (Sydenstricker, 1992; Oliveira, 2010), nos assentamentos Tabajara II e Lajes, os lotes fazem fundo entre si. Nesses assentamentos, o INCRA não deixou áreas de reservas florestais como as que foram planejadas no PA Machadinho.

Embora com propriedades menores, a atividade agropecuária está presente na RO-133 e adjacentes. Porém, é necessário fazer aqui uma observação, já que a área do Projeto Tabajara que corresponde as margens direita e esquerda da rodovia em extensão de 2.000 metros para cada lado, tem sido ocupada por médios proprietários que anexando vários lotes vão formando as pequenas fazendas. Nessa área, o número de famílias tem diminuído ao longo da rodovia. Esse é um indicativo do avanço da pecuarização e da soja, que já começa a ser cultivada em várias propriedades.

Quanto ao tempo de chegada aos lotes, alguns dados são explicativos sobre o período de permanência dos pequenos agricultores ao município de Machadinho d'Oeste nas suas propriedades.

Os dados apresentados no gráfico 9 da seção 5, mostram que 50% dos entrevistados na linha MA-16 chegaram ao município entre os anos de 1985 e 1989 e outros 18% entre 1990 e 1999, um indicador importante da chegada ao município, porém quando confrontado com a chegada ao lote, os dados não seguem o mesmo padrão. Esses pequenos agricultores não assumiram os seus lotes no mesmo período. De acordo com o Gráfico 10, no qual o agricultor informava o período em que

assumiu o lote, apenas 18% declararam ter assumido os seus lotes entre 1985 e 1989 e outros 14% entre 1990 e 1999. Essa distorção pode ser explicada pelas seguintes causas: muitos pequenos agricultores do período inicial já não se encontram na região ou tinham outros lotes em MPs, por exemplo, e vendendo esses, adquiriram os seus atuais lotes apenas recentemente⁶³.

Ao cruzar os dados do tempo de chegada ao município e de aquisição do lote na linha RO-133 e adjacentes, os dados apresentados no Gráfico 19 mostram que dos entrevistados apenas 13% chegaram ao município entre os anos de 1985 e 1989 e outros 13% entre 1990 e 1999. Já quando perguntados sobre o período em que assumiram os seus lotes, de acordo com o Gráfico 20, 22% dos entrevistados declararam ter assumido seus lotes entre 1990 e 1999 e outros 18% assumiram entre 2000 e 2009.

Diante dos argumentos mencionados e do cruzamento desses dados, decorre a seguinte questão, se mais da metade dos pequenos agricultores chegaram ao município na fase inicial da ocupação e se somados os mais antigos 32% continuam nas suas propriedades, o que explicaria o baixíssimo número de alunos de pré-escola e 1º ao 5º ano na Escola Polo Roberto Marinho? Por outro lado, porque na Escola Polo Onofre Dias Lopes o número de alunos de pré-escola e 1º ao 5º ano aumentou em determinado período só dando sinais de queda nos últimos três anos?

Isso ocorre de acordo com a hipótese levantada inicialmente, na qual há as mudanças socioeconômicas e, portanto, relacionadas à atividade produtiva agrícola, que estão na base para a explicação das mudanças na política educacional. Desse modo, o avanço da pecuária está na base explicativa da redução do número de alunos na Escola Polo Roberto Marinho e, ao que tudo indica, já dá sinais na Escola Polo Onofre Dias Lopes.

Essas mudanças mostram como a ação do capital no campo avança, forçando populações rurais a alterarem o seu modo de produção de modo a se adequarem a lógica do capital, no intuito de acompanhar as mudanças econômicas em curso, para um pequeno agricultor cada vez mais integrado ao mercado.

6.2 Os resultados frente às políticas educacionais: escola multisseriada versus Escolas Polo

⁶³ A permanência desses agricultores nas propriedades anteriores, embora captada em diálogos com esses contando a sua trajetória até adquirir o atual lote não fez parte das descrições e foram postas pelo autor em notas espaciais do diário de campo.

Ao abordar as políticas educacionais implantadas nas escolas públicas rurais do município de Machadinho d'Oeste chegamos aqui a um dilema: quais foram as políticas educacionais implantadas e como a escola rural foi afetada por essa política? Os resultados da coleta de dados documental e os dados das duas bases empíricas dão uma dimensão de como essas políticas educacionais foram impactadas por fatores externos advindos das mudanças na atividade econômica.

Desse modo, um dos desafios consistiu em encontrar a definição de política educacional. As abordagens sobre essas políticas, porém, remetem sempre a um conjunto explicativo, que passa pelos programas aplicados pelas secretarias de educação. Dada tal complexidade, apresenta-se aqui algumas orientações epistemológicas pelas quais se pretende, ao final, chegar a uma definição de política educacional, mesmo que de forma sincrética.

Assim, num primeiro momento, antes de adentrar à especificidade da escola multisseriada versus Escolas Polo, far-se-á uma breve exposição sobre a política educacional. É fato que as determinações da educação brasileira, com raras exceções, passam pela orientação do Estado brasileiro e pelos seus chamados sistemas de ensino que estão hierarquizados numa estrutura nacional, estadual e municipal.

Dessa forma, o sistema educacional brasileiro, como descrito por Saviani (2012, p. 76), com as suas particularidades, possui um caráter de estrutura e não de sistema. Isso ocorre, pois, “[...] os indivíduos podem agir de modo intencional visando, contudo, objetivos diferentes e até opostos. Essas ações diferentes ou divergentes levarão, é verdade, a um resultado comum; este não terá, contudo, um caráter de *sistema*, mas de *estrutura*”. Eis a primeira contribuição para se entender as políticas educacionais brasileiras e o porquê da infinidade de programas contraditórios ou mesmo de programas que são alterados no curto espaço de tempo, pois não atendiam ao proposto pela dicotomia presente nesse contexto (Warde, 1977, p.12).

Em primeiro plano, parece lógico pensar que as políticas educacionais vinculadas à estrutura estatal estejam esvaziadas de intencionalidade. Pelo contrário, há nessas formas de intervenção na realidade social, uma intencionalidade, mas não no nível que a coloque no status de sistema, como descrito por Saviani (2012).

Ao passo que os sistemas de ensino estruturados nos níveis estadual e municipal possuem a liberdade de implantar a sua própria política educacional, o que

se encontra em muitos casos é o seguimento das políticas orientadas pelo Ministério da Educação, como ocorre no estado de Rondônia (Silva, 2011, p. 62).

Convém ressaltar, a princípio, que as políticas educacionais no Brasil são orientadas pelo Estado, tanto para as instituições públicas quanto para as privadas. Entretanto, as instituições privadas se utilizam melhor da autonomia que lhes é dada para estabelecer os seus programas e determinar as suas diretrizes, já que essa atende parcela significativa das classes médias dominantes. Resta às instituições públicas estatais o atendimento às classes mais baixas.

Desse modo, a política educacional estatal, para Freitag (1980, p. 42):

[...] procurará alcançar a hegemonia, sempre na defesa dos interesses da classe dominante. Por isso seu domínio não se pode dar pela violência (seria o caso da ditadura), mas precisa criar as condições para que os indivíduos das classes subalternas façam suas opções de forma aparentemente livre. Por isso o Estado não pode, por exemplo, impor rigidamente a escolha das profissões, limitar as leituras dos estudantes, privá-los ostensivamente do direito à reflexão.

Nesse contexto, a política educacional estatal não é apenas um mecanismo utilizado pelas classes dominantes para exercer o seu domínio, mas uma forma de moldar uma concepção de mundo das classes trabalhadoras subalternas. A moldagem é feita a partir das correções da política educacional, como aponta Warde (1977).

Dessa forma, Freitag (1980, p. 42) explica que esses corretivos da política educacional “visam ou a um ajustamento perfeito do funcionamento da realidade efetiva aos postulados inerentes à concepção do mundo, ou reformulam essa própria concepção do mundo sob forma de leis, programas, planos, etc.”. Essas formas de ajustamento são realizadas constantemente sob o pretexto de adequação à inovação ou mesmo orientações inovadoras, que nada mais são que formas ideológicas de manutenção do *status quo*.

Outro ponto a ser destacado se trata da pouca percepção de que essas intervenções são necessidades do modo de produção capitalista e que essa modificação da política educacional estatal atente aos interesses das classes detentoras dos meios de produção, logo, são essas que moldam a concepção de mundo das classes subalternas, fazendo-as acreditar que aquilo que lhes é ofertado basta para conseguirem alçar maiores voos.

Na realidade, a política educacional estatal brasileira sempre se caracterizou pelo tratamento desigual dado aos filhos das camadas mais pobres e aos filhos das

classes médias (Ribeiro, 1984, p. 52). Isso torna a nossa escola pública uma calamidade, como expõe Darcy Ribeiro. Tem-se, nessa perspectiva, uma política orientada para manter a massa dos filhos das classes trabalhadoras subalternas como exército de reserva de mão de obra barata para o mercado de trabalho capitalista.

Com raras exceções, é pela luta de classes que uma pequena parcela destes trabalhadores ou seus filhos conseguem superar essa condição. O mesmo acontece com os filhos dos pequenos agricultores, que recebem uma forma de ensino ainda mais precarizada e, aderindo ao discurso ideológico, abandonam a propriedade e tentam a vida na cidade.

A partir das considerações sobre política educacional aqui apresentadas, entendemos as políticas educacionais como o conjunto de programas aos quais temo objetivo de disseminar uma determinada concepção de mundo como real e correta e no qual a escola pública é um dos principais meios de divulgação. Essa definição, embora sincrética, pois deverá ser aperfeiçoada pela crítica do leitor, tem a função de direcionar o autor na análise das políticas educacionais implantadas em Machadinho d'Oeste, em especial para o meio rural.

O ponto central do embate entre os defensores da Escola Multisseriada e críticos das Escolas Polo. Está na forma como o Estado conduz as políticas educacionais sem consultar as populações rurais a respeito de como deve-se organizar o ensino. Entretanto, pouco importa ao Estado burguês essa demanda, se as populações a quem se oferta educação são conscientes e reivindicam são atendidas mesmo que parcialmente.

Cabe-se aqui então questionar: que fatores disponibilizados nos indicadores educacionais permitem afirmar que a Escola Multisseriada supera em qualidade as Escolas Polo, para que se faça sua defesa? Se as Escolas Polo superam em qualidade à Escola Multisseriada, qual seria a causa de tantas críticas ao fechamento dessas escolas?

Quanto aos indicadores educacionais é importante salientar que na amostragem coletada sobre o período de funcionamento das escolas multisseriadas em Machadinho d'Oeste, não há qualquer resquício de documentação ou dados sobre qualidade do ensino dessas escolas, como por exemplo, estatísticas com número de aprovação por série, promoção de professores, gastos com merenda escolar, gastos com transportes e atendimento das equipes de supervisão da Secretaria Municipal de Educação.

Esses dados não estão disponíveis, pois no âmbito da SEMED não havia à época essa percepção, uma vez que a maior parte das escolas rurais multisseriadas foram criadas ainda sob no período de validade da LDB Lei nº 5.672/71. Nessa lei, os sistemas municipais não tinham autonomia, dependendo, portanto, dos sistemas federal e estadual para orientar as suas políticas educacionais. Isso explica o porquê Silva (2011), ao realizar um estudo sobre as políticas educacionais no estado de Rondônia, chega a uma primeira conclusão que o estado embora dispusesse de autonomia seguia as políticas educacionais elaboradas em nível nacional.

No caso de Machadinho d'Oeste não foi diferente, já que só a partir da aprovação da LDB nº 9.394/96 é que o município passa a gozar de certa autonomia e começa a elaborar algumas das suas políticas educacionais - uma delas foi o PROMEF⁶⁴, implantado em 2000.

Outro ponto a destacar no caso das escolas rurais multisseriadas tem relação com os objetivos dessas. Há que se entender que essas cumpriram uma função no período inicial da ocupação do estado de Rondônia, o de ofertar educação escolar de 1ª a 4ª séries às crianças das zonas rurais. Uma vez que se terminava essa etapa, as crianças voltavam a ficar sem estudar, portanto, cumpria-se apenas ao objetivo da Lei 5.692/71.

Nessa lei, o ensino no meio rural é tratado em dois momentos distintos, o primeiro no art. 11 e parágrafo 2º, que trata da organização dos períodos letivos e a orientação, para que as férias acompanhem o período do plantio e colheita de safras. O outro é o art. 49, que obriga as empresas e proprietários rurais a manter os filhos dos seus empregados na escola mais próxima e, não havendo, deve-se proporcionar a instalação na sua propriedade (Brasil, 1971).

Observa-se que o ensino rural até 1997 estava relegado a oferta do ensino de 1ª a 4ª séries. Dessa forma, salienta-se que a escola multisseriada até esse momento cumpria essa função, porém, com as mudanças ocorridas no meio produtivo e social, este modelo de escola passa a não ser suficiente.

⁶⁴ O Projeto Nova Realidade (PROMEF) é um Projeto Municipal de Ensino Fundamental para a Zona Rural. O Município de Machadinho D'Oeste foi criado no ano 2000. Em 1997, o prefeito do município de Machadinho D'Oeste, juntamente com o Secretário Municipal de Educação, participou de um Seminário sobre Educação Rural, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais e tomaram conhecimento das chamadas Escolas Polos, apresentadas como uma revolução, capaz de solucionar os principais problemas de educação no município ou, pelo menos, os problemas que conseguiam enxergar (Duarte, Frutuoso; Dourado, 2004).

A crítica de Ribeiro (1984) à escola pública brasileira pode ser aplicada à realidade das escolas rurais multisseriadas em Machadinho d'Oeste. Porém, essa realidade tão alterada atualmente só nos permite pela expressão histórica dimensionar como eram as atividades de ensino à época. Havia salas com cerca de 20 alunos de séries diferentes, níveis de dificuldades distintas, acesso apenas a livros didáticos e divisão do tempo dedicado a atendimento feita a critério do professor. Essa era uma formação docente precarizada, já que muitos desses professores tinham pouca escolaridade além do nível de ensino ao qual lecionavam (Gouveia, 2016; Barros *et al.*, 2022). Esses são alguns dos fatores pelos quais se questiona a eficiência da escola multisseriada em relação às Escolas Polo.

A segunda questão expressa na crítica ao fechamento das escolas multisseriadas traz consigo alguns fatores que devem ser aqui apresentados com base na realidade pesquisada. O primeiro questiona os escassos, mas importantes estudos realizados em Rondônia que versam sobre o fechamento das escolas multisseriadas. Não se questiona aqui a contribuição teórica desses estudos, já que possuem uma fundamentação riquíssima, a partir de categorias presentes na teoria marxista ou outras teorias, porém, pode-se questionar as conclusões a que chegam.

O caso de Santos (2019), que apontou como fatores responsáveis pelo fechamento das escolas multisseriadas em Rolim de Moura, é um exemplo disso. Apropriando-se do conceito de frentes de expansão e pioneira de Martins (1980; 1981 e 1996), a autora conclui que um dos fatores responsáveis pelo fechamento das escolas na região foi a colonização dirigida, já que a força de trabalho migrante foi utilizada para preparar e amansar a terra para atender aos objetivos capitalistas (Santos, 2019).

Observa-se que uma das conclusões da autora vai ao encontro do que Martins (1980, p. 75) explica ser o movimento da frente de expansão, no qual “através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre os territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de *frente de expansão*”. Essa teoria foi confrontada por Maciel (2004) no estudo do campesinato rondoniense e restaria a apresentação dos dados da produção local para confrontação, já que os dados sobre a produção apresentados são os do estado de Rondônia.

Uma segunda conclusão desse estudo diz respeito ao que os críticos passaram a chamar de “municipalização da educação”. É importante destacar que a luta pela

municipalização foi uma bandeira daqueles que lutavam contra a LDB criada no período da ditadura militar. Nessa luta, incluíam-se intelectuais das várias correntes progressistas que viam na lei nº 5.692/71 um retrocesso ao retirar dos municípios a possibilidade de definir a sua política educacional.

Esse tema não era novo à época, haja vista que era um texto de 1957. Mesmo antes da aprovação da primeira LDB nº 4.024/61, Anísio Teixeira já elencava diretrizes para a municipalização do ensino que iam desde a organização, funcionamento e financiamento dele. Dessa forma, Teixeira (1957, p. 24) explica:

Tal regime seria o de escolas locais, administradas por autoridades locais, de órbita municipal, sujeitas à organização da lei estadual e conformadas aos objetivos das leis de bases e diretrizes federais. Tais escolas seriam mantidas com recursos municipais, completados por meio de recursos estaduais, ampliados, supletivamente, por meio de recursos federais. Isto quanto ao ensino primário, básico, obrigatório e gratuito a ser oferecido a todos os brasileiros. Quanto ao ensino posterior ao primário, médio ou de segundo grau e superior, seria o mesmo mantido, em regime de autonomia compatível com a natureza de cada escola, pelos recursos dos três governos que restassem das taxas mínimas de 10 e 20 por cento das suas receitas tributárias, depois da organização adequada do ensino primário; ou, então, por meio de recursos acima daquelas taxas mínimas constitucionais que os respectivos governos venham a votar para a ampliação dos seus serviços educacionais.

De acordo com o exposto, se a municipalização só foi consolidada com a lei 9.394/96, ou seja, 40 anos depois desde a proposta de Anísio Teixeira, e sua implantação total não foi realizada de forma imediata, já que toda lei carece de tempo para poder ser absorvida pela sociedade, mesmo que tenha o aval dessa, como a municipalização seria a causa do fechamento das escolas multisseriadas? O fato de os municípios terem liberdade para definirem as suas políticas educacionais, a nosso ver, não seria uma razão suficiente.

Seria então necessário outro fator e é aí que entra em cena duas causas relevantes. A primeira concerne à pressão dos movimentos sociais do campo que passam a reivindicar educação pública não nos moldes estabelecidos, mas com oferta de educação em todas as etapas do ensino a essas populações (Caldart, 2002, 2012). A segunda tange ao proveito que os movimentos sociais tiram da nova lei, pois é a partir dessa que estes avançam nas formas de luta e do que passam a denominar de educação do campo.

A terceira conclusão a que Santos (2019) chega tem como causa do fechamento das escolas, o êxodo rural. Nesse sentido, o autor explica que a falta de

condições para a permanência no campo, com a queda dos preços das lavouras branca (temporárias) e do café e o avanço da pecuária, fizeram com que pequenos agricultores vendessem os seus lotes e passassem a procurar uma condição de vida melhor na cidade (Santos, 2019, p. 189).

Observa-se que embora se atribua a essa última conclusão a falta de condições ocasionadas pela queda nos preços, não se apresenta no trabalho dados da produção agrícola do município de Rolim de Moura, tampouco da atividade pecuária no município, ao contrário do encontrado em Machadinho d'Oeste.

Assim, afirmar que esse é um fator de influência sem apresentação da queda na produção de uma atividade (como as culturas permanentes) e o aumento da outra (caso da pecuária) é no mínimo perigoso, pois os argumentos conclusivos não sustentam a tese defendida.

O segundo estudo sobre o fechamento de escolas multisseriadas em Rondônia foi desenvolvido por Silva (2021). Esse apresenta um conjunto de dados, sobre o fechamento de escola multisseriadas e o processo de nucleação e polarização, ocorrido no município de Ji-Paraná-RO.

A contribuição deste estudo para a história da educação rural ji-paranaense é imensurável, já que traça um primeiro percurso histórico de como a polarização das escolas multisseriadas foi realizada na região. De acordo com os dados, houve uma tentativa de manter as escolas multisseriadas pela nucleação de escolas. Dessa forma, Silva (2021, p. 60) explica que:

O processo político-administrativo de nucleação rural ocorreu em dois momentos marcantes e durante contextos políticos distintos no município de Ji-Paraná. As ações políticas do primeiro momento ocorreram entre os anos de 2001 e 2004, com base no programa de nucleação instituído pelo decreto municipal nº 7.072, de 29 de novembro de 2002. Já a segunda onda de fechamento das escolas rurais ocorreu em 2006, com a instituição do programa de polarização das escolas nucleadas, mediante determinação do poder executivo, estatuída no decreto municipal nº 10.302, de 13 de abril de 2006, cujas ações foram executadas entre os anos de 2005 e 2008. Foi através destes marcos normativos que se optou pela delimitação temporal 2002-2006.

Diferentemente de Machadinho d'Oeste, o município de Ji-Paraná enfrentou um processo distinto para o fechamento das Escolas Multisseriadas. Enquanto Machadinho experencia o fechamento das escolas em três etapas, anos de 2000, 2005 e 2007 com a criação das Escolas Polo, em Ji-Paraná houve uma tentativa de

manter o modelo pela nucleação de escolas sem o fechamento das Escolas Multisseriadas, mas depois pelo fracasso da proposta se opta por fechar. Assim, o município recorre em 2006 à polarização como saída para o problema, o que levou a desativação/fechamento das escolas multisseriadas (Silva, 2021, p. 108-109).

O terceiro estudo recente sobre o fechamento de escolas multisseriadas foi realizado por Souza (2021). Nesse, a abordagem sobre o processo do que o autor chamou de nucleação das escolas rurais em Ariquemes, quanto à contribuição apresentada, serviu como levantamento documental para uma historiografia da escola rural em Ariquemes.

Também cabe aqui mencionar a tese de Santos Filho (2022), a qual destaca a influência do agronegócio na região de Ariquemes e a sua ação no campo e na educação. Alguns indicativos são apresentados como a carência educacional dos pequenos agricultores que buscam na cidade melhor condição de estudo para os filhos e a falta de alunos nas Escolas Polo e o risco de extinção dessa, todos segundo o autor reflexos do avanço da monocultura da soja.

O estudo ao fazer um balanço do fechamento de escolas no Vale do Jamari apresentou dados sobre a educação rural em Machadinho d'Oeste. A lacuna ou falta de precisão dos dados apresentados já são identificados na apresentação dos quadros sobre fechamento de escolas e total de escolas polos em funcionamento. É verossímil que o fenômeno de fechamento de escolas rurais não atinge apenas as escolas multisseriadas, mas toda uma rede de escolas denominadas de “Educação do Campo” (Santos Filho, 2022, p. 161). Entretanto, a utilização do conceito na forma como é empregado em muitos estudos sobre o tema é confusa, uma vez que existem diferenças significativas entre a educação rural ou educação no meio rural (Calazans, 2001; Ribeiro, 2012) e educação do campo (Caldart, 2002, 2012; Arroyo, 2004).

De acordo com aquilo que foi apresentado até aqui, fica a seguinte indagação: que fatores disponibilizados nos indicadores educacionais permitem afirmar que a Escola Polo supera em qualidade a escola multisseriada? Em segundo plano, se a Escola Polo supera em qualidade a escola multisseriada, qual seria a causa de tantas críticas ao fechamento das escolas multisseriadas? A resposta a essas duas questões orientarão o caminho pelo qual se busca mostrar que as críticas ao fechamento das escolas multisseriadas estão ligadas mais ao debate político-ideológico que tem contaminado a literatura acadêmica, do que a uma verdadeira investigação científica demonstrando as contradições presentes na realidade.

Desse modo, a primeira crítica é feita a política do transporte escolar, haja vista os defensores da manutenção da escola multisseriada e críticos a nucleação/polarização, que o fazem citando diversas razões para tal. Dentre essas estão as dificuldades no acesso ao transporte, já que as crianças se deslocam por longas distâncias, as condições precárias dos ônibus que transportam esses estudantes, a política de financiamento do transporte escolar que consome parte dos recursos municipais e o que seria evitado com as escolas multisseriadas. Por outro lado, dentre os argumentos que justificam a nucleação/polarização está o transporte escolar, já que sem esse não é possível manter o modelo (Hage, 2011, 2014; Carmo, 2016; Santos, 2019; Silva, 2021). De acordo com Hage (2011, p. 103):

A existência de um número muito extenso de escolas, associada à dispersão de localização e ao atendimento reduzido do número de estudantes por instituição, tem levado os gestores públicos a adotar, como estratégia mais frequente, a política de nucleação dessas escolas vinculada ao transporte escolar, resultando no fechamento daquelas situadas nas pequenas comunidades rurais e na transferência dos estudantes para as localizadas em comunidades rurais mais populosas (sentido campo-campo) ou para a sede dos municípios (sentido campo-cidade).

Observa-se, assim, uma vinculação necessária entre polarização de escolas e transporte escolar, portanto, embora a crítica realizada esteja atrelada ao fato do transporte se dar no sentido campo-cidade, para Hage (2011, p. 104), existem outros agravantes, como a não consulta aos envolvidos sobre o tipo de escola que querem, a não valorização de um ensino voltado ao campo, a simples troca da multisseriação pela seriação, além da ideia imposta da relação custo/benefício no investimento destinado às políticas educacionais.

Essa defesa da multisseriação como forma de garantir a educação do campo não se aplica as escolas rurais de Machadinho d'Oeste, haja vista a educação ofertada aos filhos dos pequenos agricultores não receberem adequação alguma ao contexto rural.

O modelo escolar está baseado na oferta de educação formal seriada, em que os professores se deslocam da área urbana para lecionar os conteúdos. Portanto, não há qualquer relação deste modelo com o de educação do campo, no qual os movimentos sociais organizados interferem diretamente no padrão de escola que desejam.

Assim, a crítica ao fechamento de escolas e à política de transporte não tem se aplicado a política educacional para o ensino rural em Machadinho d'Oeste, em que o transporte é realizado por empresas contratadas para esse fim. Desse modo, o município recebe recursos conforme estipulado pela Política Nacional de Transporte Escolar (PNATE). Esses recursos chegam ao município via convênios com o governo do estado de Rondônia.

O contrato para o ano de 2021 com uma das empresas contratadas teve valor global de R\$ 16.837.190,42, conforme os dados disponíveis no portal da transparência do município⁶⁵. Dividindo os custos para o atendimento às escolas durante os 11 meses do ano, temos um valor total mensal de R\$ 1.530.653,67 para atender as oito escolas em funcionamento. Nesses valores estão incluídos contratação de motoristas e monitores que acompanham as crianças nos ônibus.

A defesa à multisseriação não leva em conta ainda os equipamentos básicos necessários e recursos pedagógicos. Desse modo, que equipamentos permitiriam a manutenção de um padrão de qualidade às escolas multisseriadas próximo ao ofertado pelas Escolas Polo? A observação nos permitiu chegar a uma conclusão: adequar as condições nas escolas multisseriadas tornariam essa inviável economicamente inclusive para os pequenos agricultores.

A contratação de uma zeladora/merendeira em cada unidade para o preparo da merenda, um auxiliar para o professor e a compra de equipamentos mínimos como televisores, acesso à internet em cada unidade elevariam os custos a uma soma maior que a disponibilizada ao transporte escolar. Nas Escolas Polo, o aluno tem acesso a esses equipamentos básicos e uma infraestrutura que lhe dão condições básicas. Há salas climatizadas, merenda escolar preparada e servida pelas merendeiras, acesso à internet para pesquisas, materiais e aulas preparadas exclusivamente para a sua série.

Desse modo, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que a qualidade dos recursos humanos entre os dois modelos também é um fator a ser ponderado. Conforme apresentado na seção 4, a formação dos professores das Escolas Polo supera a formação dos professores das Escolas Multisseriada, como mostrado. Comparando a formação do atual período, verifica-se pelo quadro na única escola multisseriada ainda ativa no município mostra essa disparidade. Enquanto nas

⁶⁵ Dados disponíveis em: <https://transparencia.machadinho.ro.gov.br/transparencia/#gsc.tab=0>. Acesso em: 20 abr. 2023.

escolas pelo os professores na sua ampla maioria possuem formação superior, não é o caso de um professor da escola Onofre Dias Lopes, que era multisseriada e foi desativada em 2023, nas escolas multisseriadas, os professores possuem apenas o antigo magistério de nível médio.

Para além das críticas, a continuidade dos estudos foi um dos motivos para o fechamento da escola multisseriada, já que era preciso ofertar continuidade de estudos aos filhos dos pequenos agricultores e havia no período um grande problema, pois as lavouras permanentes ainda estavam em alta e a mão de obra dessas crianças e adolescentes na colheita era muito importante. Criam-se, assim, as condições para atender as necessidades básicas desses agricultores.

Nessa perspectiva, a escola ofertada funcionava naquele período de segunda a sábado, destinando três dias da semana para o ensino de 1ª a 4ª série e outros três dias para o ensino de 5ª a 8ª série⁶⁶, isso durante os anos de 2000 a 2005. Esse modelo buscava atender o setor produtivo a época e estava adequado às condições de produção no período. Isso ocorre, porque o trabalho da família camponesa vem sempre em primeiro lugar, diferente das condições encontradas hoje, em que os pequenos agricultores mandam seus filhos todos os dias para a escola, que passou a funcionar em turno parcial de segunda a sexta-feira, num turno de quatro horas.

Ademais, poderíamos afirmar, sem qualquer sobressalto, que em Machadinho d'Oeste o modelo de escola rural não segue as diretrizes de uma educação do campo. Ao expor as diferenças entre educação do campo para o outro tipo de educação, Caldart (2002, p. 33) explica que “a educação do campo é intencionalidade de educar e reeducar o povo que vive no campo na sabedoria de se ver como ‘guardião da terra’, e não apenas como seu proprietário ou quem trabalha nela”. Como já esclarecida essa diferença conceitual, os pequenos agricultores de Machadinho d'Oeste possuem uma visão da terra como mercadoria, inclusive, com o emprego de benfeitorias para a elevação do preço por hectare.

Nesse sentido, a escola rural é um ambiente no qual os filhos dos pequenos agricultores buscam aprender coisas úteis à sua atividade. A educação rural ofertada aos filhos dos pequenos agricultores do município de Machadinho d'Oeste,

⁶⁶ A utilização do termo série aqui ao invés de ano está fundamentada nos microdados do censo escolar de 2005. Nele, indica-se que para o Ensino Fundamental de nove anos, no ano acessado, não havia oferta. b

atualmente, nada mais é que um amontoado de conteúdos que refletem os valores urbanos (Arroyo; Fernandes, 1999, p. 23; Ribeiro, 2014, p. 333).

Os resultados encontrados confrontados com as teorias que estudam o campesinato e sua relação de produção e reprodução nos dão uma dimensão da aplicação da política educacional rural em Machadinho d'Oeste. As contradições entre oferta de ensino e a sua adequação as condições produtivas que passaram ao longo dos últimos 20 anos por intensas transformações são explicativas de como uma política educacional é determinada em última instância pelas condições da vida social do período.

Destarte, as análises sobre as políticas educacionais em Rondônia encontram resultados distintos ao de Machadinho d'Oeste. Cabe salientar, a princípio, que como expressa Marx (2008, p. 48):

Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Esse esforço foi requerido ao longo deste trabalho, já que encontrar as explicações pelo que os indivíduos diziam sobre o período poderia ter levado a sínteses conclusivas distante da realidade pesquisada. A apropriação de dados disponibilizados e o confronto desses com a realidade pesquisada que continua a mover-se, foram essenciais para o alcance das conclusões.

Desse modo, há que se entender que o fechamento de escolas multisseriadas, embora na aparência se remeta a uma vontade política, como se faz parecer, na verdade, é resultado das frentes produtivas que se movimentam e forçam a mudanças na política educacional. Assim, há coincidência entre as fases delimitadas nesse estudo para demarcar os períodos pelos quais se tem uma frente agrícola com destaque para um determinado conjunto de culturas cultivadas e o modelo de escola ofertado. Esses indicadores são suficientes para se afirmar que as políticas educacionais, em última instância, são determinadas pelo movimento da atividade produtiva, portanto, por fatores socioeconômicos.

7 CONCLUSÃO

Ao longo do percurso desta tese doutoral se propôs analisar como a expansão capitalista no campo no estado de Rondônia e seus fatores socioeconômicos determinaram o fechamento das Escolas Multisseriadas e a sua substituição pelas Escolas Polo. Para se chegar a tais determinações, buscou-se nas mudanças socioeconômicas ocorridas no primeiro momento, relacionadas à ocupação territorial, as respostas para o atual estágio de desenvolvimento.

Fazendo uma breve retomada desse percurso, num primeiro momento, a demarcação histórica se fez utilizando como marco inicial os Acordos de Washington. Passou-se, então, ao Plano de Integração Nacional (PIN), por se entender que a dinâmica socioeconômica a partir deste está relacionada com a expansão das atividades agropecuárias na Amazônia e a forte migração para Rondônia advinda do Centro-Sul.

Num segundo momento, foi fundamental entender o processo de ocupação socioeconômica de Rondônia e a sua colonização integrada (Maciel, 2004). Esse é um modelo de colonização, no qual vários projetos de assentamentos são implantados no estado, dentre esses o PA Machadinho, que deu origem ao município base na qual todo trabalho de campo foi desenvolvido.

Todo esse trabalho foi fundamental para se chegar às mudanças educacionais ocorridas nas escolas rurais no município de Machadinho d'Oeste. A hipótese principal, parte da premissa de que as mudanças nas relações socioeconômicas foram determinantes para o fechamento das escolas multisseriadas iniciadas nos anos 2000 e a sua substituição pelas Escolas Polo.

Assim, os estudos sobre a economia e a produção agrícola foram essenciais para a contraposição de dados econômicos com os dados educacionais. Lacunas em estudos desta magnitude sempre haverá, ainda mais por ter o pesquisador que fazer todo trabalho solitariamente, indo e voltando das linhas no final do inverno amazônico e início do verão de 2022.

A partir dessa volta ao percurso, acredita-se ser possível expor as principais conclusões desta investigação. A primeira, relacionada à produção agrícola e à criação das escolas multisseriadas. Constata-se que durante a primeira fase da ocupação de 1982 a 1988 houve um predomínio das lavouras temporárias, acompanhado da criação das primeiras escolas multisseriadas.

A criação dessas escolas não foi realizada de forma imediata à ocupação. Houve um período de cerca de três anos entre a chegada dos primeiros agricultores ao lote e a criação da escola mais próxima. Esse indicativo mostra como a escola só chegava ao local depois de certa consolidação, ou seja, a certeza de que esses ocupantes não deixariam as suas propriedades.

A segunda, tem base na relação produção agrícola e escola multisseriada e pode ser verificada pela fase das lavouras permanentes. Nesse período, com propriedades já consolidadas e produzindo, houve a necessidade de expansão da escola multisseriada, de tal sorte que é um período marcado pela criação de mais de 50 escolas no município de Machadinho d'Oeste.

A fase das lavouras permanentes teve como principal produto o café. Assim, pequenos agricultores produtores de café traziam até as suas propriedades famílias para trabalharem nas suas plantações. Esse movimento de migração interna fez a escola multisseriada ter importância significativa na oferta de educação de 1ª a 4ª séries. Os filhos desses meeiros e de trabalhadores rurais se beneficiavam das escolas multisseriadas nas regiões das lavouras de café.

O auge da cultura cafeeira na linha MA-16 e adjacentes, por exemplo, foi até os anos 2002. Desde então, muitos pequenos agricultores foram substituindo as suas lavouras de café pelo pasto. Na RO-133 e adjacentes, as lavouras de café, segundo relatado por alguns agricultores, foram sendo substituídas por pasto a partir de 2007, porém, nessa região ainda se encontram várias lavouras de café clonal. Esse é um tipo de café mais resistente a pragas, por ser geneticamente modificado, diferente do café conilon normal. Isso demonstra como os pequenos agricultores se apropriaram da dinâmica inovativa como forma de superar as mudanças.

Com essa queda na produção das lavouras permanentes, a escola multisseriada começa a sofrer um processo de definhamento. Com poucos alunos e um professor desmotivado, a saída encontrada foi a de reunir esses professores e alunos em um só local. Assim, toma-se a iniciativa de criar as Escolas Polo. Na época, essa ideia parecia apenas fruto de vontade política, hoje de posse dos dados coletados e confrontados, percebe-se haver algo mais. A necessidade de adequação do ensino as condições impostas pela mudança produtiva, são basilares para moldar a política educacional em Machadinho d'Oeste.

Desse modo, o discurso da eficiência, da economia dos recursos públicos, a melhoria na qualidade do ensino, a continuidade dos estudos pela oferta de ensino

para as séries finais do ensino fundamental são os balizadores do discurso que propõe tal mudança. O pano de fundo, porém, está invisível aos olhos daqueles que não conseguem ver essa relação. A expansão da pecuária e seus reflexos na oferta de escola.

Assim, a atividade econômica determinada pelas lavouras permanentes muda com o avanço da pecuarização. Essa mudança afeta a escola multisseriada, provocando a polarização, já que a pecuária como atividade produtiva necessita de menor dispêndio de mão de obra. O tempo, antes dedicado às lavouras permanentes, agora é dispendido a outras atividades, inclusive fora da propriedade. Nesse caso, os jovens têm procurado outras formas de ocupação fora da propriedade.

Não foi o propósito desta investigação descredibilizar a escola multisseriada e a sua importância no período inicial da ocupação socioeconômica de Machadinho d'Oeste, nem a colocar como modelo de escola para resolver o problema da precariedade do ensino para os filhos dos pequenos agricultores. Há que se compreender, portanto, a sua importância da escola multisseriada no momento histórico e sua superação pelas condições econômicas daqueles que dela fizeram uso e que hoje a enxergam como algo ultrapassado.

Por outro lado, os estudos que criticam a polarização, apenas apontam falhas do modelo em funcionamento. Tais críticas são válidas, mas não credenciam a reclamar a volta das escolas multisseriadas. Fazer tal alusão, seria, no mínimo, desonesto com as classes trabalhadoras subalternas, já que seria o mesmo que lhes ofertar uma subeducação.

O modelo de educação hoje presente na maioria das escolas rurais de Rondônia está distante da proclamada educação do campo (Caldart, 2002 e 2012; Arroyo, 2004). Enquanto persistirem as políticas educacionais vigentes, nada se alterará. Seria, nesse caso, necessário que os envolvidos se dispusessem a lutar por uma educação mais democrática e que proporcionasse a emancipação dos que a ela têm acesso.

Por fim, o avanço da pecuarização na linha MA-16 e adjacente já provoca um esvaziamento na própria Escola Polo Roberto Marinho. Isso ocorre desde 2017, devido ao baixo número de alunos da pré-escola e 1º ao 5º ano e com o processo de reordenamento do ensino que afetou também outras Escolas Polo.

A escola perdeu seu status de Polo e houve uma divisão das atividades no mesmo prédio. Hoje, essa unidade não conta com Diretor escolar – a última atuou até

2018 – nem a equipe de supervisor e orientador fixos na unidade. Há uma coordenadora que vai até a unidade uma ou duas vezes na semana, já que também atende outras unidades que estão passando pelo mesmo processo. Esse esvaziamento conforme aponta Martins (1980) é provocado pela frente pioneira que tem avançado com certa velocidade sobre esse território.

Com um número de alunos cada vez menor nos anos iniciais, a escola solicitou ao conselho estadual de educação que lhe permitisse juntar turmas. Desse modo, as turmas que demandariam seis professores, no mínimo, hoje são atendidas por duas professoras em um único turno. Juntando as turmas de pré-escolar e 1º e 2º anos e a outra turma com alunos do 3º ao 5º ano, tem-se um modelo bem parecido com a multisseriação, guardadas algumas diferenças.

Na escola Roberto Marinho, os alunos de 6º até o 9º ano e Ensino Médio, mediado por tecnologia, que não foram objeto deste estudo, mas frequentam a mesma unidade, são atendidos por uma escola da área urbana⁶⁷, que desloca os seus professores, uma coordenadora e uma orientadora diariamente para o local.

A realidade do outro lado da fronteira agrícola é bem diferente. Enquanto na Escola Polo Roberto Marinho se encontrou toda essa dificuldade, na Escola Polo Onofre Dias Lopes, localizada na RO-133, núcleo Estrela Azul, a realidade é distinta. Nessa unidade, em pleno funcionamento desde 2000, e atualmente atendendo apenas alunos do pré-escolar e 1º ao 5º ano, o quantitativo de alunos em atividade se mantém alto, embora nos dois últimos anos tenha se percebido uma queda no número de matrículas.

A unidade dispõe de toda infraestrutura básica e suporte pedagógico com Diretor, Supervisor, Orientador, Merendeiras e Zeladoras, bem como Secretária Escolar. Assim, foi possível acessar a documentação, desde 2014, para análise desta pesquisa, na própria escola, que conta com computadores para a área administrativa e professores, sala de planejamento com impressora e outros equipamentos.

Enquanto na Escola Polo Roberto Marinho as professoras são moradoras da linha, na Escola Polo Onofre Dias Lopes, parte considerável dos professores se deslocam da área urbana para lecionar na área rural. Na região que envolveu o raio de 10 km a partir da escola Onofre Dias Lopes, observou-se um avanço na atividade pecuária em boa parte das propriedades. Porém, esse avanço é menor que o

⁶⁷ Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Alberto Nepomuceno.

observado na linha MA-16. Nessa área, é comum encontrar, ainda, pequenas lavouras de café. Nesta região se encontra um outro modelo produtivo, como aponta Costa (2000) no qual a diversificação da atividade produtiva pela inovação, com áreas menores se produz de forma diversificada, mas já se percebe a anexação de áreas forçada pelo avanço da pecuária.

Em síntese, o avanço da expansão capitalista no campo tem forçado o setor produtivo a novas formas de produção e consumo. Isso se deve ao fato do camponês de Rondônia já estar integrado ao mercado e atento as mudanças constantes. Em Machadinho d'Oeste, essas mudanças levaram à substituição das lavouras permanentes pela pecuária leiteira. O que se tem observado já em curso é uma substituição da pecuária pelo agronegócio, que já começa a ganhar cada vez mais espaço na região.

Essas mudanças foram acompanhadas pelas políticas educacionais destinadas à população rural e se refletiram no modelo de escola ofertado a essa população. A passagem da escola multisseriada para as Escolas Polo é um exemplo disso. Tal fato pode significar, mais à frente, que o avanço do agronegócio modifique mais uma vez o modelo de escola.

Mostrou-se aqui que qualquer análise sobre a política educacional não deve se desvincular do momento histórico ao qual essa foi concebida, portanto, deve-se evidenciar que forças econômicas estão por traz dela.

Em Machadinho d'Oeste, essa política educacional foi acomodada por forças produtivas do setor agrícola. Isso resultou na extinção da escola multisseriada e na sua substituição pelas Escolas Polo, o que em alguns locais dá sinais claros de falência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ARROYO, Miguel G. Escola, cidadania e participação no campo. **Em Aberto**, Brasília, ano 1, n. 9, p. 1-6, setembro, 1982.

BARROS, Josemir A.; SILVA, Andressa L. da; MATIAS, Juliana C.; NUNES, Marcia J. de O.; LIMA, Roger dos S. Memórias de professores e professoras rurais sobre o fazer docente em Rondônia, fins do século XX e início do XXI. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 7, n. 17, p. 998–1024, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5548>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em 21 dez. 2020.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172. Acesso em: 02 dez. 2021.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3. ed. Manaus: Ed. Valer, 2009.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.839 de 21 de setembro de 1943**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Relatório de 1942**. Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1942.pdf. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 1806/53 de 6 de janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Brasília, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3173/57 de 6 de junho de 1957**. Cria uma zona franca na cidade de Manaus. Brasília, 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3173-6-junho-1957-354667-norma-pl.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5173/66 de 27 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e cria a SUDAM. Brasília, 1966a. Disponível

em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5173-27-outubro-1966-358978-norma-pl.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5174/66 de 27 de outubro de 1966**. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. Brasília, 1966b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5174.htm. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967**. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Brasília, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-288-28-fevereiro-1967-376805-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 63.258, de 19 de setembro de 1968**. Dispõe sobre o projeto especial prioritário do Programa Estratégico para o Desenvolvimento, denominado “Operação - Escola”, setembro de 1968.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970**. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. 1970a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Metas e Bases para Ação de Governo**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970b. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/123456789/1068>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 01 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Governo Federal cria 15 polos de desenvolvimento na Amazônia. **Dossiê Documentos**. Brasília: ISA, 1974a. p.1-21. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/governo-federal-cria-15-polos-de-desenvolvimento-na-amazonia>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 74.607 de 25 de setembro de 1974**. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Brasília, 1974b. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/58079-dispue-sobre-a-cria-u-o-do-programa-de-polos-agropecuarios-e-agrominerais-da-amaz%E2%80%A6>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 79.581 de 26 de abril de 1977**. Concede a Mineração Oriente Novo S.A o direito de lavrar cassiterita no município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia. Brasília, 1977. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/53422-concede-a-minera-u-o-oriente-novo-s-a-o-direito-de-lavrar-cassiterita-no-municipio-de-porto-velho-territorio-federal-de-rondonia.html>. Acesso em: 08 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Projeto**: desenvolvimento do Ensino de 1º Grau na faixa de fronteira. Brasília: MEC/DDD, 1979.

BRASIL. **Lei nº 6.746 de 10 de dezembro de 1979**. Altera o dispositivo nos arts. 40 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6746.htm. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal [...]. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13465.htm. Acesso em: 01 mar. 2023.

CALAZANS, Maria J. C.; CASTRO, Luís Felipe M. de; SILVA, Helio R. S. Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: ERETHEIN, Jorge; BORDENAVE, Juan D. (org.). **Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural-traços de uma trajetória. **Boletim Escolas rurais e classes multisseriadas**, Salto para o Futuro, novembro, 2001.

CALDART, Roseli S. Por uma Educação do campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; osfs; CALDART, Roseli S. (org.). **Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. p. 25-36. (Coleção por uma Educação do Campo, nº 4).

CALDART, Roseli S. Educação do campo. In: CALDART, Roseli S. et all (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-266.

CAMARGO, Rubens B.; OLIVEIRA, João F. de; CRUZ, Rosana E. da; GOUVEIA, Andréa B. **Problematização da qualidade em pesquisa de custo-aluno-ano em escolas de educação básica: Relatório de Pesquisa**. Brasília, DF: INEP, 2006.

CARMO, Eraldo Souza do. **A nucleação das escolas do campo no município de Currealinho – Arquipélago do Marajó: limites, contradições e possibilidades na garantia do direito à educação**. 2016. f. 275. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016.

CASTRO, Edna R. de; CAMPOS, Índio (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre la teoría de los sistemas económicos nos capitalistas. **Cuadernos Políticos**, número 5, México D.F., Julio-septiembre de 1975, pp. 15-31. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.5/CP5.5AlexanderVChayanov.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 01, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Brasília-DF, 2002. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN12002.pdf?query=PLENA. Acesso em: 28 mar. 2023.

COSTA, Francisco de A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém-PA: NAEA, 2000.

FARENZENA, Nalú. Estudo do custo aluno/ano em escolas da Educação Básica que oferecem condições para oferta de um ensino de qualidade – itinerários de pesquisa. In: FARENZENA, Nalú (org.). **Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aportes de estudos regionais**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2005. p. 11-28.

FONSECA, Dante R. da; RABELLO, Antônio Cláudio B. Formação socioeconômica do estado de Rondônia. In: CASTRO, Edna R. de; CAMPOS, Índio (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 483-532. (Coleção Formação Regional da Amazônia, Vol. 2.).

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FREIRE, José R. B. (Coord.). **A Amazônia colonial (1616-1798)**. 4. ed. Manaus: Metro Cúbico, 1991.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

GOUVEIA, Cristiane T. G. de. **O Projeto Logos II em Rondônia: a implantação do projeto-piloto e as mudanças em sua organização político-pedagógica**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro-SP, 2016.

GUEDES, Gilvan R. et al. Estratégias de subsistência e do ciclo de vida na Amazônia brasileira: o caso de Machadinho d'Oeste, Rondônia. **Territórios e Fronteiras**, v. 8, n. 2, p. 196-217, 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/466>. Acesso em: 21 set. 2020.

GUEDES, Gilvan R. et al. Composição demográfica domiciliar e dinâmica do uso do solo em Machadinho D'Oeste, Rondônia: evidências baseadas nos estágios iniciais da fronteira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 2, p. 271-299, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/kbwWpVpQWvNhY5RCJ9c3tYh/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2020.

HAGE, Salomão A. M. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi) seriado de ensino. **Em aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr., 2011. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3077>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HAGE, Salomão A. M. Transgressão do paradigma da (multi) seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, nº 129, p. 1165-1182, out.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/periodicos/educacao-sociedade/129-v35-educacao-sociedade>. Acesso em: 28 mar. 2023.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1968.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IBGE. **Censo Demográfico e Econômico de 1940.** Série Regional, Parte II – Amazonas. Rio de Janeiro: TYP da Estatística, 1952. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 29 jul. 2019.

IBGE. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente.** 2. ed. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4730.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares.** v. 7, Rio de Janeiro: IBGE, 2017. p.1-108. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf. Acesso em: 05 jun. 2019.

INCRA. **Resolução nº 025 de 15 de fevereiro de 1982.** Documento interno. Projeto Machadinho, [2021].

INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural.** Tabela de índices básicos do sistema nacional de cadastro rural de 2013. Documento interno. Pag. 1 a 149. 2013. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf/view. Acesso em: 05 mar. 2021.

INEP. IDEB. **Resultados e Metas.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=11907470>. Acesso em: 06 jun. 2021

INEP. IDEB. **Nota Informativa do IDEB 2019.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/porta_ideb/o_que_e_o_ideb/nota_informativa_ideb.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021

INEP. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Nota técnica. **Indicador de nível socioeconômico das escolas de educação básica (Inse).** Brasília, DF. 2011.

INEP. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Nota técnica nº 020/2014. **Indicador de adequação da formação do docente da educação básica.** Brasília, DF. 24 de novembro de 2014a.

INEP. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Nota técnica nº 040/2014. **Indicador para mensurar a complexidade da gestão nas escolas a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica.** Brasília, DF. 17 de dezembro de 2014b.

LIMA, Abinael M. de. **Terras de Rondônia: aspectos físicos e humanos do Estado de Rondônia.** 3. ed. rev. atual. Porto Velho-RO: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1997.

LIMA, Cecília N. Planejamento ou planificação educacional: o Projeto Operação-Escola (1968-1970). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 9, n. 17, p. 42-63, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1714>. Acesso em: 05 mar. 2021.

MACIEL, Antônio C. **A educação do povo migrante: processos educativos das populações supérfluas na periferia de Manaus**. 1992. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação-FACED, Universidade Federal do Amazonas. Manaus. 1992.

MACIEL, Antônio C. **Dinâmica do processo de ocupação sócio-econômica de Rondônia: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia**. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 2004.

MACIEL, Antônio C.; BRAGA, Rute M. Politecnicidade e emancipação humana: uma metodologia para a formação histórico-crítica na universidade. In: AMARAL, Nair G. M.; BRASILEIRO, Tania S. A. (org.). **Formação docente e estratégias de integração universidade/escola nos cursos de licenciatura**. São Carlos – SP: Pedro & João; Porto Velho: EDUFRO, 2008.

MACIEL, Antônio C. A formação cultural da Amazônia e a ocupação econômica de Rondônia a partir de 1970: o último round da resistência cabocla. In: GOBBI, Marcia A.; NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. (org.). **Educação e diversidade cultural: desafios para os estudos da infância e da formação docente**. Araraquara-SP: Junqueira & Marin, 2012.

MACIEL, Antônio C. **O método histórico-crítico de produção acadêmica: elementos didáticos para o trabalho pedagógico em sala de aula**. Teresina-PI: Alumia Editorial, 2023. Disponível em: <https://ciepes.unir.br/noticia/exibir/28410>. Acesso em: 30 set. 2023.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MANGABEIRA, João A. de C.; MIRANDA, Evaristo E. de; GOMES, Eliane G. **Perfil Agrossocioeconômico dos Produtores Rurais de Machadinho d'Oeste (RO) em 2002**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.

MANGABEIRA, João A. de C. **Serviços ecossistêmicos e trajetória de capitalização agrícola: o caso de Machadinho D'Oeste-RO**. 2010. 177 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas-SP. 2010.

MARCOLAN, Alaerto L.; ESPINDULA, Marcelo C. **Café na Amazônia**. Brasília-DF: Embrapa, 2015. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/Livro_Cafe_na_Amazonia_2015.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, José de S. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. **Em Aberto**, Brasília, ano 1, n. 9, setembro, 1982. Disponível em:

<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1785/1524>. Acesso em: 17 set. 2020.

MARTINS, José de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70. maio. 1996. Disponível em <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>. Acesso em: 17 set. 2020.

MARX, Karl. **O capital (crítica da economia política)** – Livro 1, vol. 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. Trad. Florestam Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO, Neli A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MIRANDA, Evaristo E. de. **Rondônia: A terra do mito e o mito da terra**: os colonos do Projeto Machadinho. Jaguariúna, SP: Embrapa-CNPDA, 1987.

MIRANDA, Evaristo E. de; MATTOS, Cristina. **De colonos a munícipes na floresta tropical de Rondônia - Machadinho d'Oeste**. Campinas, SP: Embrapa-NMA, 1992. 154p.

MIRANDA, E. E. de; DORADO, A. J. **Um primeiro balanço da colonização agrícola em Rondônia**. Campinas, SP: Embrapa-NMA, ago. 1998. 28 p. (Circular Técnica, 5).

MIRANDA, Evaristo E. de; MANGABEIRA, João A. de C.; MATTOS, Cristina; DORADO, Alejandro J. **Perfil agroecológico e sócio-econômico de pequenos produtores rurais**: o caso de Machadinho d'Oeste (RO), em 1996. Campinas, SP: ECOFORÇA/Embrapa- NMA, 1997. 117 p. (EMBRAPA-NMA. Documentos 2).

MIRANDA, E. E.; MANGABEIRA, J. A. C.; BATISTELLA, M.; DORADO, A. J. **Diagnóstico agroecológico e socioeconômico dos produtos rurais de Machadinho d'Oeste (RO), em 1999**. Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2002. 88 p. (Documentos, 18).

MIRANDA, Evaristo E. de; MANGABEIRA, João A. de C.; GREGO, Célia R. **Desmistificação da terra**: o perfil em 2005 dos produtores rurais de Machadinho d'Oeste (RO), 23 anos depois. Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2007.

MOSER, Lilian M. **Formação de capital social e o ideário do desenvolvimento sustentável no mundo rural rondoniense**: a organização dos sistemas alternativos de produção dos produtores de Ouro Preto D'Oeste - RO. 2006. 162f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

NASCIMENTO, Cláudia P.; SANTOS, Carlos; SILVA, Maurício. Porto Velho: a produção do espaço urbano de Rondônia (1980/2010). **Revista Geografar**, v. 7, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/22447> Acesso em: 17 maio 2021.

NETO, Luiz B. **Educação rural no Brasil**: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2016.

NETTO, José P. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, José L. de. **Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária**. Porto Velho: Grafriel, 2010.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos: Rondônia: a trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.

PETHEY, Beatriz C. C de M. Aspectos da economia amazônica à época da depressão (1920-1940). **Boletim Geográfico**, IBGE, v. 31, n. 229, julho-agosto p. 112-131, 1972.

RAMOS, Lílian M.P. de C. Escolas Rurais Consolidadas: a experiência paranaense. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, SP, n.77, p. 19-24, 1991. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1038>. Acesso em: 01 jun. 2023

RC CONSULTORES. **Borracha natural: diagnóstico do setor**. Rio de Janeiro, out de 1992. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/borracha-natural-diagnostico-do-setor>. Acesso em: 01 fev. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **Nossa escola é uma calamidade**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: CALDART, Roseli S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 295-300.

RIBEIRO, Marlene. Educação rural: da expropriação dos saberes práticos do camponês à expropriação da terra. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, p. 323-346, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5253>. Acesso em: 10 mar. 2023.

RODRIGUES, Anderson Luiz Cardoso. A Complexidade da cultura amazônica e seu reflexo para a organização e representação da informação. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 1, n. 2, p. 10-25, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41309>. Acesso em: 02 jun. 2021.

RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. **Decreto Estadual nº 2.737 de 24 de setembro de 1985**. Cria Escola de 1º Grau no município de Ariquemes. Rondônia, 1985. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/detalhes.aspx?coddoc=6779>. Acesso em: 03 jun. 2022.

RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. **Decreto Estadual nº 2.789 de 14 de novembro de 1985**. Cria escolas Multigraduadas no município de Ariquemes-RO. Rondônia, 1985. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/detalhes.aspx?coddoc=6779>. Acesso em: 03 jun. 2022.

- RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. **Decreto Estadual nº 3.433 de 28 de setembro de 1987**. Cria escolas Multigraduadas no município de Ariquemes-RO. Rondônia, 1987. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/detalhes.aspx?coddoc=7423>. Acesso em: 03 jun. 2022.
- RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. **Decreto Estadual nº 3.542 de 08 de dezembro de 1987**. Cria escola no município de Ariquemes. Rondônia, 1987. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/detalhes.aspx?coddoc=7533>. Acesso em: 03 jun. 2022.
- RONDÔNIA. **Lei Estadual nº 198 de 11 de maio de 1988**. Cria o município de Machadinho D'Oeste, desmembrado dos municípios de Ariquemes, Jaru e Ji-Paraná. Rondônia, 1988.
- RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. **Decreto Estadual nº 3.896 de 12 de setembro de 1988**. Cria escolas multigraduadas no município de Machadinho d'Oeste-RO. Rondônia, 1988. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/detalhes.aspx?coddoc=37422>. Acesso em: 03 jun. 2022.
- RONDÔNIA. Governo do Estado. **POLONOROESTE**. Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia. Porto Velho, 1989.
- RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Diagnóstico sócio-econômico-ecológico do Estado de Rondônia e assistência técnica para formulação da segunda aproximação do zoneamento sócio-econômico-ecológico: sócio-econômica: aspectos fundiários (**Relatório técnico da TECNOSOLO**). Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia/ITERON, 1998.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos**: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, Silmar Oliveira dos. **Questão agrária e o fechamento de escolas do campo em Rolim De Moura – RO**. 2019. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.
- SANTOS FILHO, Raimundo José dos. **Fechamento de escolas rurais do Vale do Jamari no contexto do avanço do agronegócio em Rondônia**. 2022. 187f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual Paulista, UNESP, Marília-SP, 2022.
- SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicidade: trabalho, educação e saúde. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar./ago., 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

- SILVA, Cintia A. da. **O sistema público de educação de tempo integral em Manaus e as possibilidades da educação integral politécnica**. 2017. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.
- SILVA, Paulo A. D. da. **Repercussões das concepções pedagógicas nas políticas educacionais em Rondônia entre 1995 e 2010**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2011.
- SILVA, Wanessa Teixeira da. **A política de nucleação escolar rural e seu processo de implantação em Ji-Paraná, Rondônia (2000-2008)**. 2021. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021.
- SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.
- STELLA, Thomas H. de T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Sistematização da produção bibliográfica do programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA**. Belém: SUDAM, 2019. Disponível em: http://repositorio.sudam.gov.br/sudam/biblioteca/catalogos-bibliograficos/polamazonia.pdf/@_@download/file/Polamaz%C3%B4nia.pdf. Acesso em: 26 nov. 2021.
- SUDECO. **Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia: documento base plano de ação 75/77 – Polo Rondônia**. Brasília: SUDECO, [1974].
- SUDECO. **POLOAMAZÔNIA: polo Rondônia**. Brasília: MINTER, 1986.
- SYDENSTRICKER, J. M. N. **Família, fecundidade e as estratégias de assentamento em Rondônia: um estudo de caso**. Campinas, SP: NEPO-UNICAMP, 1990.
- SYDENSTRICKER, John M. N. **Parceiros de Machadinho: história migratória e as interações entre a dinâmica demográfica e o ciclo agrícola em Rondônia**. 1992. 200f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- TEIXEIRA, Anísio. A municipalização do ensino primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.27, n.66, abr./jun. 1957. p.22-43. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/455/92>. Acesso em: 22 maio 2023.
- VELLOSO, João P. dos R. A estratégia de desenvolvimento e o Programa de Integração Nacional. **Revista do Serviço Público**, v. 105, n. 2, p. 15-30, 1970. <https://doi.org/10.21874/rsp.v0i2.2569>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/p8pr7>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- WANDERLEY, Luiz J. Corrida do ouro, garimpo e fronteira mineral na Amazônia. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, V.8, N.2, p.113-137, 2019. Disponível em:

<https://www.ufjf.br/poemas/files/2015/08/Wanderley-2019-Corrída-do-ouro.pdf>.
Acesso em: 24 fev. 2022.

WARDE, Mirian J. **Educação e estrutura social**: a profissionalização em questão.
São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR GRUPO DE PESQUISA: Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade - CIEPES/UNIR

Problema da pesquisa anterior: Que fatores explicam a extinção das escolas multisseriadas, sua substituição pela Escola Polo, os impactos econômicos, pedagógicos e políticos no município de Machadinho D' Oeste-RO?

Problema reformulado: Como a expansão capitalista em Rondônia tem impactado na transformação das escolas multisseriadas em escolas polo no município de Machadinho D'Oeste (RO).

Objetivo geral: Analisar (as contradições) a expansão capitalista em Rondônia e seus impactos (econômico-sociais, políticos e pedagógicos) no processo de transformação das escolas multisseriadas em escolas polos no município de Machadinho D'Oeste (RO).

Pesquisa: "Fatores socioeconômicos que explicam o fechamento de escolas rurais em Machadinho"

(Formulário desenvolvido pelo Prof. Dr. Francisco de Assis Costa, Coord. do Grupo de Pesquisa Agricultura e Desenvolvimento Sustentável do NAEA/UFGA e adaptado pelo Prof. Dr. Antônio Carlos Maciel, Coord. do Grupos de Pesquisa CIEPES/UNIR, para a realidade rondoniense)

Questionário nº _____ Entrevistador: _____

Data: ____/____/2022

Tempo inicial da Entrevista: _____ horas _____ minutos

PREENCHA SOMENTE QUANDO O ENTREVISTADO NÃO FOR O "CHEFE DA FAMÍLIA"

Nome: _____

Condição: Companheiro (a), Cônjuge () Filho(a) () Neto (a) ()

Outro [ESPECIFICAR] () _____

1. Dados gerais sobre o "chefe da família" [É O (A) "RESPONSÁVEL PRINCIPAL" DO ESTABELECIMENTO, UM DOS DONOS, O HOMEM OU A MULHER].

1.1. Gênero: Masculino () Feminino ()

1.2. Endereço: Km: _____ GPS: _____
Comunidade/Igreja/Assoc. _____

1.3. Distância do lote para a sede do Município em Km: _____

1.4. Onde mora tem escola até que série? _____ Posto de saúde? _____ Agente de Saúde? _____

1.5. Meio de transporte utilizado para chegar até a escola _____ [polo ou linha]

1.6. Localidade onde cursou a 1ª série/ano: _____

1.7. Onde estudou tinha escola até que série? _____

1.8. Nome da escola: _____ Ano: _____

1.9. Idade: _____ anos

1.10. Estado civil: Casado () Amigado () Solteiro () Viúvo ()

Divorciado ()

1.11. Profissão/Atividade Principal: _____ Há quanto tempo?
_____ Anos

1.12. Como aprendeu a atividade atual?

1.13. Realiza outras atividades atualmente? Quais?

1.14. O Sr. teve outras profissões antes? Quais? [ANOTE NO VERSO TODAS AS ATIVIDADES QUE ELE DISSER TER TRABALHADO, COM AS DATAS APROXIMADAS]

1.15. Município em que nasceu
_____ Estado _____ Vila _____

1.16. [AQUI SOMENTE PARA OS MIGRANTES] Quando o Sr. chegou a Rondônia?
19____

Por que veio? _____

1.17. De onde?

Estado _____ Município _____

1.18. Quando o Sr. chegou na Neste Município? 19____

1.19. De onde? Estado _____ Município _____

Vila: _____

1.20. E o seu pai, onde nasceu? Estado _____ Município _____

1.21. Ele veio para Rondônia? Sim () Não () Em que ano? 19____

1.22. Por que ele veio?

1.23. E sua mãe, onde nasceu? Estado _____ Município _____

SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ASSOCIATIVA...

1.24. Organizações que participa:

⇒ Igreja _____

⇒ Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR): () sim () não

⇒ Associação: () sim () não

⇒ Cooperativa: () sim () não

AGORA, VAMOS FALAR UM POUCO DESDE QUANDO O SR. CONSEGUIU SEU 1º LOTE. COMO ERA NO INÍCIO, QUANDO COMEÇOU NA SUA PRÓPRIA TERRA AQUI EM RONDÔNIA.

2. A família como unidade de produção e consumo [ATENÇÃO: NÃO CONFUNDIR LOTE INICIAL (DO PAI) COM O LOTE ATUAL, DA NOVA FAMÍLIA DO ENTREVISTADO]

2.1. Quando o Sr. assumiu seu lote? Ano 19____ Mês _____

2.2. Como viveu e trabalhou antes da 1ª colheita?

VAMOS FALAR TAMBÉM DA SUA FAMÍLIA, DOS QUE MORAM NO SEU LOTE....

2.3. Composição atual da família [INCLUIR TODOS QUE USUFRUEM DA PRODUÇÃO EM COMUM E LEMBRAR O ANO AGRÍCOLA - JULHO DE 2000 A JULHO DE 2001]

Condição (*)	Idade (anos)	Gênero	Escolaridade (anos completos)	Uso do trabalho						
				No estabelecimento (estimativa em %)			Comunidade (Dias/Mês)	Para terceiros:		
				Casa	Lavoura e gado	Caça, pesca e coleta		Para Quem	Nº de dias	Renda R\$ (Ano Agrícola)
Chefe da Família										
Esposo (a):										
1º Filho										
2º Filho										
3º Filho										
4º Filho										

(*) Condição: esposo(a), filhos(as), pai, mãe, avós, cunhados(as), primos(as), encostados(as), etc. (numerar repetições 1,2,3)

2.4. Terras no ano da pesquisa – 20__

Modalidade de acesso (todos lotes disponíveis)	Unidade	Área	Ano acesso	Estimativa de Valor da Terra (R\$)	Situação jurídica (tipo de documento)
Compra					
Posse antiga					
Ocupação pacífica					
Ocupação conflituosa					
Herança					
Arrendamento					
Concessão de uso					
Outras					
TOTAL					

a) 1 hectare = 100 x 100 m (10.000 m²)
b) 1 tarefa = 25 x 25 braças = 55 x 55 m (3.025 m²)
c) 1 alqueire = 2,4 hectares
d) se usar outra unidade, especificar dimensões

a) Título Definitivo (INCRA ou ITERPA)
b) Licença de Ocupação (INCRA)
c) Recibo de compra (registrado no cartório?)
d) se for outro tipo, discriminar

2.5. Bens de consumo durável a disposição do lar (no ano da pesquisa).

Item (se tiver + de um, numerar em outros)	Qtde	MARCA (descrição sucinta)	Ano compra/ Construção	Valor p/venda hoje (R\$)
Gerador de energia				
Energia Elétrica				
Internet				
Rádio				
Televisor				
Geladeira				
Freezer				
Aparelho de som				
*Móveis de sala				
*Móveis de quarto				
Liquidificador				
Fogão a gás				
Fogão a lenha				
Parabólica				
Máquina de costura				
Celular				
Filtro d'água				
*Móveis de cozinha				
Máquina de lavar				
Banheiro de Interno				
Banheiro de Externo				

2.6. Informações sobre a(s) casa(s) [SE TIVER OUTRAS CASAS, ANOTAR OS MESMOS DADOS NO VERSO DA FOLHA]:

Casa no sítio: () sim () não

Depósito/Paiol: () sim () não

Queijaria: () sim () não

Curral: () sim () não

Casa na cidade: () sim () não

2.7. Equipamentos, ferramentas e utensílios de trabalho (no ano da pesquisa).

Item	Qtde	Marca/ Modelo	Compra			Preço de venda (R\$)	de hoje
			Ano	Financiada por:	Preço (R\$)		
Caminhão							
Carro de passeio							
Motocicleta							
Canoa							
Barco							
Espingarda							
Motor							
Gerador							
Bicicleta							
Motosserra							

Plantadeira Manual						
Tambor p/guardar						
Pulverizador costal manual						
Pulverizador motorizado						
Carrinho de mão						
Enxada						
Foice						
Facão						
Boi de tração						
Beneficiadora Arroz						
Benefic. Pimenta						
Beneficiadora de						
Carroça						
Trator						
Grade						
Arados tração animal						
Roçadeira						

3. Meios de Produção

3.1. Produção, consumo e comercialização de "Produtos Extrativos" no último ano agrícola

Produto	Produção (Qtd)	Unidade	Consumo Familiar	Venda			Quem comprou? (% do vendido) *						
				Qtdade	Preço/unidade	Mês(es)	B	C	A	F	O	F1	
Madeira													
Borracha													
Castanha													
Andiroba													
Copaíba													
Açaí (Fruto)													
Açaí													
Lenha													
Peixe													
Caça													
Tucumã													
Jatobá													
Piquiá													
Uxi													
Cajá													

* marcar com X: **B = Bodegueiro** (pequeno comerciante da comunidade); **C = Barqueiro** (atravessador que vem comprar na comunidade); **A = Atacadista** (grande comerciante que compra em quantidade na cidade); **F = Consumidor** (o agricultor vende direto ao consumidor); **O = Organização** (cooperativa, caixa agrícola,

associação, etc.). **F1 = Feirante** (o agricultor deixa o produto nas feiras para os feirantes).

4. Opinião:

4.1. Considerando as coisas como estão, o que pretende fazer no futuro? Alguma dessas coisas?

Acabar com a plantação de que? _____

Plantar o que? _____

Adotar uma técnica nova? _____

Vender o que? _____

Comprar o que? _____

4.2. O que você mais gostaria que mudasse?

4.3. E se isso acontecesse, o que você faria? _____

4.4. Se tem filhos, acha que eles têm futuro neste Município? Sim () Não ()
Por que?

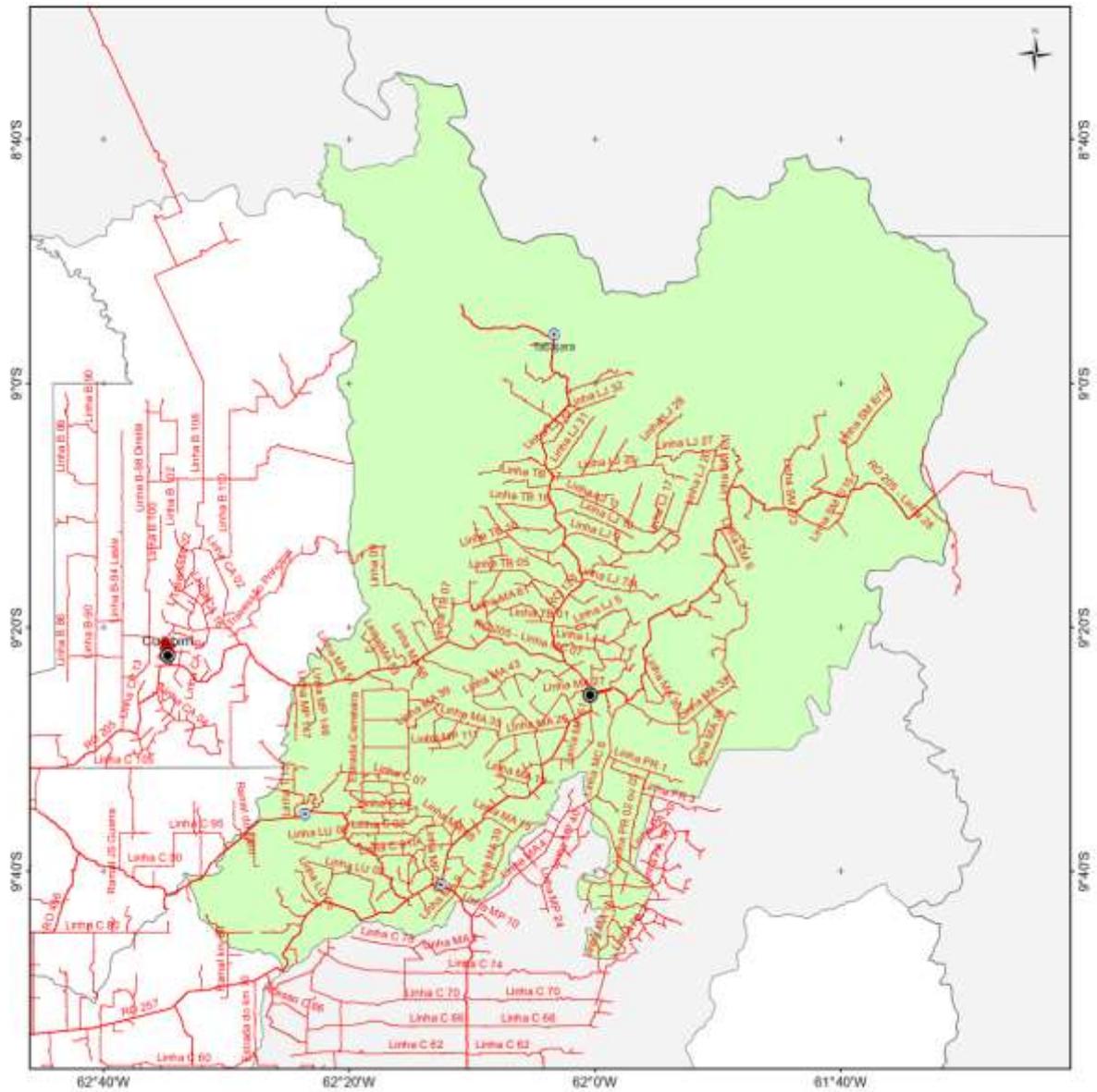
4.5. Se tem filhos, acha que eles têm futuro na Agricultura? Sim () Não ()
Por que?

OBS: Os itens acima é um roteiro mínimo. Cada tópico acima deve ter sub-itens que o pesquisador achar necessário; da mesma forma como deve excluir aqueles que achar desnecessário. A utilização deste quanto de qualquer outro instrumento deve-se fazer referência ao CIEPES/UNIR.

Tempo final da Entrevista: _____ horas: _____ Minutos: _____



MAPA DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE PROJETO PLANTAR



Legenda

- Sede municipal
- ⊙ Sede distrital
- Estradas Federais
- Estradas estaduais e municipais
- Machadinho D'Oeste

Projeto Plantar
Estado: Rondônia

0 5 10 Km

Base de dados:
RONDÔNIA 2002
BGE 2007/ICMBio
SEDAM/SPAM 2010

SIRGAS 2000
Ano: 2018